UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

O sujeito semiótico

Uma tipologia

[Versão corrigida]

PAULA MARTINS DE SOUZA

TESE APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL DO DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM LINGUÍSTICA.

ORIENTADOR: PROF. DR. WALDIR BEVIDAS

São Paulo
2016

O sujeito semiótico

Uma tipologia

[Versão corrigida]

PAULA MARTINS DE SOUZA

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SS719s Souza, Paula Martins de
s O sujeito semiótico. Uma tipologia / Paula Martins
de Souza ; orientador Waldir Beividas. - São Paulo,
2016.
277 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Linguística. Área de concentração:
Semiótica e Linguística Geral.

1. Semiótica. 2. Intersubjetividade. 3. Sujeito .
4. Epistemologia. I. Beividas, Waldir, orient. II.
Título.

NOME: SOUZA, Paula Martins de
TÍTULO: O sujeito semiótico. Uma tipologia

APROVADA EM:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr.:	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Prof. Dr.:	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Prof. Dr.:	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____
Prof. Dr.:	_____	Instituição:	_____
Julgamento:	_____	Assinatura:	_____

IN MEMORIAM de Penha da Glória do Nascimento,
minha grande e principal destinadora da introversão,
agora, transcendente em algumas acepções.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Waldir Beividas, pelos anos de orientação, desde a I. C. nos idos 2009. Agradeço imensamente a confiança, a dedicação, o incentivo, a disposição, a paciência e o otimismo constantes ao longo de todo o percurso de orientação.

Ao Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes, por ter apresentado os estimulantes universos da linguística e, em seguida, da semiótica. Agradeço por ter acolhido de boa vontade alguém que ainda estava muito aquém de saber o que não sabe. Ao lado do Prof. Dr. Maurício d’Escragnolle na banca de qualificação do mestrado, agradeço ainda pelos apontamentos que contribuíram definitivamente para a concepção e o desenvolvimento do que se tornou esta pesquisa.

Aos integrantes da banca do exame de qualificação do doutorado, Prof. Dr. José Luiz Fiorin e Prof. Dr. Luiz Tatit, pelas sanções negativas e positivas. Aquelas, por terem lançado luz sobre os percursos que eu, sozinha, não poderia ter enxergado — se não pude trilhá-los a contento, *mea culpa*; estas, por terem servido de combustível para o enfrentamento da última etapa da pesquisa.

Aos Professores Doutores que aceitaram participar da banca de defesa, titulares e suplentes, Jean Cristtus Portella, Renata Mancini, Diana Luz Pessoa de Barros, Lúcia Teixeira, Elizabeth Harkot-de-La-Taille, Regina Gomes e Antonio Vicente Pietroforte, além dos professores que participaram da banca do exame de qualificação do doutorado.

Ao Prof. Dr. Sémir Badir pela experiência instrutiva por ocasião do estágio de pesquisa no exterior, ocorrido em Liège, Bélgica.

Aos Professores Doutores Norma Discini, Silvia Maria de Sousa, Geraldo Martins, Matheus Schwartzmann, Mônica Signori, Ude Baldan, Loredana Limoli, Iara Rosa Farias, Vera Lúcia Abriatta, Naiá Sadi Câmara e todos os meus mestres

semioticistas. Agradeço o conhecimento que generosamente sempre souberam compartilhar em cursos, palestras, congressos e conversas de café.

Aos Professores do Departamento de Linguística, pela rigorosa e prazerosa formação na habilitação de Linguística, de que guardo valiosas lições e ótimas lembranças.

Ao Prof. Dr. Marcos Lopes, pela introdução aos instigantes universos da filosofia da linguagem, do $\text{\LaTeX}$ e, mais tarde, do boxe.

Aos Professores Doutores do Instituto de Psicologia, Luís Claudio Figueiredo e Nelson Ernesto Coelho Jr., pela ótima acolhida em terreno estranho e pelas valiosas lições desde 2011.

A Daniela Martins de Souza, pela amizade, carinho e bom humor. Pela força e esperança nos momentos mais difíceis...

A Bruna Paola Zerbinatti, pelo presente de aniversário, *agora aqui ninguém precisa de si*, que virou objeto de análise, pela amizade, pela fundação do grupo de estudos *psi*. Agradeço principalmente pelas trocas de ideias sobre semiótica e psicanálise — “na pesquisa e na vida” — que continuam até os dias de hoje, com votos de que continuem sempre.

A Ilca Suzana Lopes Vilella, pela amizade, pelo excelente humor, pelas trocas de ideias e pelos puxões de orelha maternos.

A Wânia Miranda de Araújo, amiga de todas as horas na travessia da graduação. Agradeço as conversas, a disposição e o ótimo humor.

A Débora Camargo, Daniel Carmona, Renata Moreira, Lucas Shimoda, Thiago Moreira, Julia Lourenço Costa, Daniela Bracchi, agradeço pela amizade, pelas conversas, pela honestidade na pesquisa e na vida.

A Francisco Merçon, pela recepção no Ges-Usp, pela sugestão da orientação do Prof. Dr. Waldir Beividas e pelo desenvolvimento dos gráficos semióticos em $\text{\LaTeX}$.

A Mariana Larison, pela amizade e companhia nos caminhos tortuosos da biblioteca.

A Juliana Gomes, Rita de Cássia, Rodrigo Dias e Laluna Weiss, figuras da concessão por excelência, que me ensinaram a fazer uma limonada quando a vida só oferece um limão. Agradeço pelas peripécias da adolescência, pela amizade, pelas boas rizadas.

Aos colegas do ateliê de psicanálise Eliane Soares, Cíntia Marinho e Luís Damasceno, pelas trocas de ideias tão valiosas e inspiradoras para esta tese.

A Juliana Pondian, Eliane Pereira, Carol Chiovatto, Edison Gomes, Natália Guirado, Lúcia Passafaro, Guilherme Cunha, Carolina Tomasi, Saulo Schwartzmann, Renato Razzino, Taís de Oliveira, Murillo Araujo... a todos os colegas do Ges-Usp, pela sempre produtiva atmosfera de trabalho, pelo companheirismo e pela abertura à execução das tarefas e às trocas de figurinhas.

Ao colegas do ateliê de I. C., Júlia Maria Andrade de Melo Ignácio, Alexandre Felipe, Adele Grostein, Julio César Marques, Talita Lilla, Samara Reis, Maria Beatriz, Maria Fernanda, Flávia Miotto e Sandra Vieira, pelo aprendizado e pela diversão.

Aos colegas do boxe, porque a vida também é “som e fúria”.

Aos colegas da comissão organizadora do ENAPOL de 2015, Paulinha Bauab Jorge, Vivi Santos da Silva, Aline Benevides, Bruno Guide, Kamunjin Tanguale, Juli Ángel, Marcelinha Muniz, Thiago Chaves, Marcos Rogério, Júlia Paez e Camilla Rezende, pelo companheirismo, pelo aprendizado em equipe e pelas risadas. Agradeço também a Vitor Nóbrega, pelos toques, e a Rodrigo Madrid e Guilherme Rodolfo pela força extra.

Aos colegas do departamento, Livia Oushiro, Bruna Polachini, Julio Barbosa e tantos outros, pelo companheirismo e pela excelente atmosfera de troca de ideias.

Aos secretários Érica Flávia de Lima, Robson Dantas Vieira e Denise Cristiane Campos dos Santos, por toda a ajuda preciosa ao longo desses anos.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo fomento oferecido no primeiro semestre do mestrado que se tornou, mais tarde, o presente doutorado direto. Não obstante, as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão do CNPq.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2012/06292-0, pelo fomento que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa e, principalmente, pelas críticas e ponderações recebidas nas avaliações periódicas, que foram cruciais para este trabalho. Não obstante, as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

*O pior é que já estraguei diversas
folhas e ainda não principiei.*

Graciliano Ramos

Resumo

Como sói acontecer aos grandes movimentos intelectuais que propõem rupturas por relação às epistemes anteriores, o estruturalismo assumiu algumas posturas radicais, em grande medida responsáveis pela conquista de sua independência científica. Uma delas consistiu na “despsicologização” da linguagem. Por outro lado, esse gesto fundador não tardou a ser contestado por diversas disciplinas que consideravam o ponto de vista estrutural demasiado redutor para lidar com os objetos das humanidades. Sucede que a rápida ascensão e queda desse movimento dificultou a assimilação de suas principais ideias: do centro da cena, o estruturalismo rapidamente foi relegado aos bastidores da pesquisa em humanidades. Disso resultou a pasteurização do estruturalismo quando, no verdade, ele se desdobrou em diversas frentes, muitas vezes contraditórias entre si.

Esta tese está embasada em uma interpretação da teoria da linguagem de Hjelmslev que, ao contrário das leituras correntes, considera seu modelo teórico-epistemológico como uma base estrutural aberta à abordagem dos elementos transcendentais às linguagens, como é o caso da subjetividade, ainda que sempre sejam regidos pela imanência. A vertente tensiva dos estudos semióticos, cujo principal idealizador é Claude Zilberberg, é um exemplo dessa abertura. Valendo-se da base teórico-epistemológica hjelmsleviana, mostra a produtividade de seus pressupostos diante de fenômenos tais como a *subjetividade*, pertencente à dimensão sensível, e o *acontecimento*.

Tendo por objetivo último aprofundar os estudos do sujeito semiótico, esta investigação enfrentou um terreno espinhoso diante das exigências dessa categoria de análise, que parecer enjeitar os limites excessivamente formais que lhe foram impostos quando de sua formulação na semiótica francesa. Ela exige um aumento de sua espessura em troca de compartilhar os segredos dos mecanismos de significação que permitem entender suas propriedades subjetais. Inicialmente concebido como coincidente com as ações que efetua, o sujeito logo reivindica a presença de um destinador que justifique sua emissividade, e das forças antagonistas que sustentam sua remissividade. A explicação das funções que contrai com os demais actantes vai solicitar o desenvolvimento da teoria das modalidades que, por sua vez, exigirá a ampliação de sua potencialidade dentro de um quadro passional alargado. Partindo de uma relação eminentemente solipsista entre um sujeito e um objeto separados por um abismo amorfo, o sujeito semiótico vai paulatinamente galgando um estatuto de categoria intersubjetiva.

Um salto nesse sentido foi operado por C. Zilberberg, notadamente a partir de sua formulação tensiva, interdependente, entre as dimensões sensível (subjetiva) e inteligível (objetiva) da significação. Entretanto, a elaboração de seu modelo teve sempre uma orientação global, de sorte que não se debruçou especificamente nas demandas particulares do sujeito. Considerando os avanços que a vertente tensiva propicia para a abordagem do sujeito semiótico — e tendo partido de uma episteme assumidamente apoiada na estrutura —, seu quadro teórico-metodológico será empregado nesta tese para o aprofundamento do exame do sujeito.

Palavras-chave: Semiótica Tensiva; Sujeito Semiótico; Intersubjetividade; Epistemologia Hjelmsleviana.

Abstract

As it often happens with important intellectual movements that intentionally breaks off from well established episteme, structuralism assumed some rather radical standpoints which paved the way for the acquisition of much of its scientific autonomy. One of those would be the “depsychologisation” of language. It did not take too long though for this seminal move to be contested by many other disciplines who claimed it was a reductive point of view which would never prove itself capable of dealing with human sciences objects. It turns out that this movement’s swift rise and fall from the spotlights down to backstage in academia, would hinder the assimilation of a number of its core postulates. As a result many fertile findings were lessened and stereotyped. By the time all this was happening, however, structuralism as a whole was changing from the inside and giving way to new forms of itself, with some of them opposing all others.

This work is based upon the particular perspective of L. Hjelmslev theory of language that, contrarily to commonplace understandings of it, takes his theoretical–epistemological model as an open structural basis for language transcending components, like subjectivity, however still ruled by immanence. The tensive rendering of semiotic studies whose originator is C. Zilberberg illustrates this perspective. Standing by the Hjelmslevian theories and methods, these studies reveal how effective they are when dealing with phenomena like *subjectivity* (a notion implied by the sensible dimension) and *events*.

Aiming at investigating the semiotic *subject* in deep, the present work goes through this conceptual no-man's land while facing the subject category outward resistance imposed by a life-long formulation rooting out in French semiotics. This category claims for some notional broadening in exchange for sharing the secrets of the meaning mechanisms leading to grasp its subjective properties. Once conceived as a support vessel for actions to happen, the subject has soon claimed the presence of a sender, to justify its emissivity, and of contending forces supporting its remissivity. The study of the functions holding among the subject and the other actants will require further developments from the theory of modalities which will in turn yield the widening of the subject onto a broader passional context. Coming from an essentially solipsist relationship between subject and object separated by formless void, the semiotic subject now goes patiently up toward an intersubjective category status.

A bold move in this direction has been achieved by Zilberberg, specially with his tensive interdependent formulation between the sensible (subjective) and intelligible (objective) dimensions of meaning. Nevertheless, on elaborating his model he always had the global picture in mind, henceforth leaving aside particular requirements of the semiotic subject. Relying on the contributions put forth by tensive studies on the semiotic subject — and willingly rooted in structural episteme — its theoretical–methodological tools will be put to use in the present work in order to deepen the contemporary investigation on the semiotic subject.

Keywords: Tensive Semiotics; Semiotic Subject; Intersubjectivity; Hjelmslevian Epistemology.

Sumário

Resumo	x
Abstract	xii
INTRODUÇÃO	1
I ATUALIZAÇÃO	8
1 Subjetividade e intersubjetividade nas bases do estruturalismo	12
2 O lugar da transcendência na teoria da linguagem	19
2.1 Semióticas denotativas	20
2.2 Semióticas conotativas	22
2.3 Semiologia	23
2.4 Metasemiologia	24
3 A tese morfossintática de Hjelmslev	26
II REALIZAÇÃO	29
1 O sujeito greimasiano	32
1.1 O sujeito na <i>Semântica estrutural</i>	32
1.2 O sujeito no <i>Dicionário I</i>	40
1.3 O sujeito em <i>Sobre o sentido II</i>	45
1.4 O sujeito em <i>Semiótica das paixões</i>	50

2	O sujeito zilberberguiano	53
3	Conhecimento do sujeito semiótico	60
3.1	Parret e a estética	62
3.2	Beividas e a semiocepção	65
III POTENCIALIZAÇÃO		69
1	A diversidade de sujeitos discursivos na economia do percurso gerativo do sentido	72
2	Emprego das <i>matrizes da intersubjetividade</i> na metodologia semiótica	81
2.1	Intersubjetividade interpessoal: Relações intersubjetivas entre indivíduos.	89
2.2	Intersubjetividade traumática: Relações intersubjetivas disfóricas entre indivíduos	90
2.3	Intersubjetividade intrapsíquica: Relações intersubjetivas internas a cada indivíduo	91
2.4	Intersubjetividade transubjetiva: A foria como valor na base das persuasões	113
2.5	Complementaridade entre as dimensões da intersubjetivi- dade	115
3	Tipologia de sujeitos	123
3.1	As práticas dos sujeitos.	126
IV VIRTUALIZAÇÃO		135
1	O sujeito <i>extrovertido moderado</i> em “Se eu soubesse”	139
1.1	Complementaridade entre as extensidades dos campos subjetivo e objetivo	141
1.2	Do balanço das ondas ao balanço da saia	144
1.3	Passionalização e tematização: Manifestação melódica do antagonismo entre PNs opostos	151
2	O sujeito <i>introvertido moderado</i> em “extrair”	158
3	O sujeito <i>extrovertido extremo</i> em <i>São Bernardo</i>	171
3.1	O fogo e um pote	215

4	O sujeito <i>introvertido extremo</i> em “O Zahir”.	229
4.1	A sombra da Rosa e a rasgadura do Véu	240
CONCLUSÕES		246
REFERÊNCIAS		257

Introdução

*Assim era no princípio
Metáfora pura
Suspensa no ar
Assim era no princípio
Só bocas abertas
Inda balbuciantes
Querendo cantar*

L. Tatit

“IN PRINCIPIO ERAT VERBUM” são as primeiras palavras de *As astúcias da enunciação*, de José Luiz Fiorin (1996), retomadas do Evangelho Segundo João [Jo 1:1]. A frase, que nomeia o capítulo introdutório, ecoa ao longo de toda a obra enquanto assistimos ao desvelamento das estratégias empregadas pela linguagem para constituir o mundo ordenado e significativo que acreditamos nos rodear. É a esse *uerbum* organizador, destinador dos sentidos em suas diversas acepções, que devemos nossa *habitação* no mundo.

Estamos pensando na acepção de *habitação* de Luís Claudio Mendonça Figueiredo, que atua na linha de pesquisa de teorias e práticas psicanalíticas e em história e epistemologia da psicologia e da psicanálise. Figueiredo fala da habitação no sentido de um lugar de acolhimento, de proteção, porque a alteridade entra ali aos poucos, em “doses homeopáticas”, pelas portas e janelas. Se a alteridade chega de supetão, ela não fica bem ordenada, comparada, assentada: é como se não existisse por não se opor a nada, promovendo o fechamento; com ele, a estagnação. Se, ao contrário, ela simplesmente não chega, a mesma estagnação fica instaurada de saída.

Acontece que essa habitação, que é fundada pelo *uerbum*, pressupõe a existência de um outro lugar, lá fora. Afinal, não é apenas a organização de coisas a que temos acesso no conforto de nossa morada que constitui o universo que nos entorna. Há as outras organizações, as outras vozes, os outros.

Segundo Figueiredo, a habitação assume a função de instaurar o costume ou, nas palavras de Algirdas Julien Greimas, a cotidianidade (Greimas, [1987] 2002). Ele também enfatiza, porém, que é costumeiro proceder ao escancaramento das portas e janelas ou, ao contrário, trancafiá-las, colocando em risco a função de habitação da morada.

Pensemos a habitação como um lugar “sereno e confiado” para o desenvolvimento de um ser humano, o qual nasce e é imediatamente “arremessado num mundo que ele não escolheu, e aí ele é como a abertura ao que deste mundo lhe vem ao encontro” (Figueiredo, [1996] 2015, 67–8). De acordo com Figueiredo, essa morada é uma condição necessária para que o ente recém-nascido, e que é todo incompletudes e vulnerabilidades, possa receber aos poucos e ordenadamente as alteridades de que será constituído.

Ao traspor a figura da habitação ao domínio da pesquisa, as coisas não se dão de modo muito diferente. Quando expostos ao mundo dos conhecimentos, somos constituídos de aberturas e vulnerabilidades: não sabemos proceder à pesquisa por nós mesmos, não sabemos o que ou como aceitar as informações que povoam um universo aparentemente desordenado e caótico de teses, antíteses, argumentos e conclusões. Precisamos de uma habitação segura, confiável e serena, de onde receber as informações ordenada e paulatinamente. Para Figueiredo, a habitação, no universo da pesquisa, é uma teoria.

Como um bebê, quanto mais novos, menos nós, pesquisadores, saímos de nossa habitação: o lado de fora mostra-se mais caótico, mais perigoso e não temos armas com que enfrentá-lo. Também como o bebê damos nossos primeiros passos e proferimos nossas primeiras palavras dentro da segurança de nossa morada. Esse primeiro momento da aprendizagem pode ser visto como mais passivo, posto prever um intermediário — tal qual o bebê prevê uma *mãe suficientemente boa*¹ — que seleciona e desacelera os conteúdos a que somos expostos. Depois, o pesquisador — assim como a criança — começa a fazer escolhas por sua própria conta (e risco, sem dúvida!).

O novo pesquisador pode estabelecer diferentes relações com sua habitação, como aquelas que descrevemos acima: ele pode escancarar as portas e janelas; também pode trancafiá-las. Neste caso, teremos uma postura *dogmática*; naquele, uma abordagem *eclética* (Figueiredo, [1996] 2015, 15–31). O ponto em comum entre ambos é o fechamento para a alteridade. No caso da postura dogmática, esse fechamento é evidente, mas o resultado é o mesmo no caso

¹ Temos em mente o *conceito* de mãe, e não uma figura feminina, provedora biológica do bebê. Para Winnicott, a *mãe suficientemente boa* é o intermediário que preenche as condições necessárias para funcionar como uma continuação do bebê, tornando-o apto ao enfrentamento do mundo em que é lançado, despedido de competências próprias.

da abordagem eclética, pois o subterfúgio do lugar-comum não deve ser confundido com o conhecimento. Em outras palavras, a postura eclética não se compromete com ponto de vista algum quando assume todos, indiscriminadamente, mesmo quando o conflito entre eles é evidente.

Na pesquisa, como na vida, o fechamento para a alteridade conduz à serenidade do habitual, mas, ao mesmo tempo, trancafia o pesquisador no universo do já dito, sem voz para dizer. De nossa parte, acreditamos que a tese seja um espaço intermediário entre a consolidação do dito e a renovação do dizer, ainda que proponha apenas um pequeno balbucio. Se o ato adâmico do *uerbum* funda a realidade, o ato de renomear e reclassificar é um modo de interrogá-la e transformá-la. Esta tese é um convite a lançar um olhar renovado sobre o sujeito da semiótica, porque lançar um olhar viciado é também um modo de não ver. Estaremos sempre em casa, mas não nos privaremos de olhar pela janela.

A escolha do *sujet*

Na semiótica, como na esfera dos estudos das humanidades em geral, o sujeito é o cerne das questões. Estuda-se o sujeito em si ou em suas relações com outros sujeitos, com objetos e com seu meio espaçotemporal.

Por essa razão, a breve história da semiótica teve importantes viradas metodológicas e até mesmo epistemológicas visando a atender a exigências dessa instância. Basta pensar nos principais momentos da disciplina para ter clara a importância do sujeito, como é o caso da *virada modal* (anos 1980) e da *virada fenomenológica* (anos 1990). Esses movimentos da disciplina, dentre outros, fazem notar que os principais avanços da semiótica ocorreram visando à demanda de atribuição de uma maior espessura ao sujeito, ainda que esse propósito tenha sido posto de lado no gesto inicial da teoria. De nosso ponto de vista, o aprofundamento da análise do sujeito teria sido denegado em um primeiro momento devido apenas ao contexto epistemológico dos anos 1960, somado ao ainda incipiente desenvolvimento dos estudos do sujeito social (mais tarde, os estudos da intersubjetividade).

Considerando a centralidade do sujeito, esta tese é dedicada ao estudo e desenvolvimento da análise dessa categoria no quadro da semiótica francesa,

partindo de sua configuração inicial até os dias atuais, em que a semiótica tensiva tem contribuído de modo considerável quando pensamos no nível profundo — ou tensivo — do percurso gerativo do sentido, que coloca o eixo da intensidade, responsável pelos conteúdos sensíveis (subjettivos), ao lado e em regência dos conteúdos inteligíveis (objetivos) do eixo da extensidade.

A nosso ver, um grande passo foi dado com o gesto teórico da semiótica tensiva. E grandes ideias costumam repercutir no campo de trabalho em que estão inseridas, abrindo espaço para novas e proveitosas reflexões. *Semiótica à luz de Guimarães Rosa* (Tatit, 2010) testemunha em favor desse fato ao reelaborar diversos conceitos da semiótica *standard* que foram deixados de lado ou cuja potencialidade aquele estado da disciplina não poderia ter explorado. São exemplos o estudo da paradoxal figura do *destinador transcendente*, responsável pela manutenção do desenvolvimento missivo enquanto termo complexo, isto é, enquanto promotor das continuções e das paradas ao mesmo tempo (Tatit, 2010, 19–43) e a abordagem da *fratura e escapatória* de Greimas enquanto duas dimensões do mesmo acontecimento, mas que levam em consideração diferentes estágios dos modos de presença do antissujeito e do destinador (Tatit, 2010, 50–4).

Por nossa vez, procuramos reanalisar as dependências que o sujeito estabelece com o quadro metodológico como um todo, tendo em vista sua adequação ao percurso gerativo do sentido conforme foi proposto pela semiótica tensiva. Tendo em mente esse objetivo principal, aproveitamos o momento atual em que os estudos da intersubjetividade estão mais assentados, graças aos esforços da fenomenologia e da psicanálise.

Entretanto, apesar dos benefícios que outras abordagens do sujeito podem trazer para o entendimento dessa categoria na semiótica, é necessário tomar precaução contra eventuais inconsistências teóricas que essa aproximação pode ocasionar, pois outras áreas do conhecimento fatalmente trazem em seu bojo uma orientação epistemológica diferente daquela que norteia nossa disciplina. Para evitar descompassos, as premissas teórico-epistemológicas que empregamos são aquelas sustentadas por Zilberberg, que constam da teoria da linguagem de Hjelmslev.

Os *modos de existência* do sujeito na teoria semiótica

A alcunha de *bricoleur* atribuída por Geninasca (1994) a Greimas pode ser entendida como um sintoma da juventude de sua disciplina. Na prática, não é uma particularidade da semiótica ter seu empreendimento alicerçado por campos do conhecimento prévios. A pouca idade da semiótica faz com que as disciplinas que a embasaram estejam ainda em evidência — como se seu valor “etimológico” ainda não estivesse perdido.

Do destaque dado às disciplinas que embasam a semiótica decorre que ela não está sendo vista como central, mas como subsidiária, de maneira que é frequentemente submetida ao *tribunal epistemológico* (Figueiredo, [1996] 2015, 130–45) das outras disciplinas. Na literatura semiótica, não é rara a situação em que ela é submetida a leis de *certo-errado* de disciplinas como a lógica, a fenomenologia ou as ciências cognitivas.

Assumindo a semiótica como disciplina centrada e madura, pretendemos operar nosso exame do sujeito de acordo com as regras próprias a ela. Isso significa validar ou invalidar o conhecimento que ela produz em consonância com os objetivos da própria teoria. Está claro que o encontro com a alteridade sempre será positivo para a constituição da identidade, mas reconhecer o outro e aprender com ele não significa se fundir a ele. Ser dependente da alteridade é escancarar as portas, assumindo uma postura eclética; ignorá-la é trancafiar as passagens, revelando um hermetismo dogmático. Pensamos que a semiótica já merece o estatuto de disciplina autônoma à qual é dado o direito de andar no meio do caminho, entre o ecletismo e o dogmatismo, admitindo sua convivência e independência por relação às demais disciplinas, sejam elas originárias ou paralelas.

Partindo desses pressupostos, apoiaremos a validação do conhecimento semiótico em suas próprias bases epistemológicas. Com essa finalidade, esta tese segue o percurso do quadrado dos modos de existência proposto por Zilberberg & Fontanille ([1998] 2001), partindo do exame das bases epistemológicas que estavam *atualizadas* e disponibilizadas para o estudo do sujeito quando a semiótica elaborou seu ponto de vista particular, até a *virtualização* de uma

proposta de aprofundamento da análise do sujeito semiótico; isto, passando pela *realização* do sujeito a que a semiótica procedeu e por seus desenvolvimentos *potenciais*.

No primeiro capítulo, *Atualização*, voltamos a atenção para os linguistas que são reconhecidos como os principais precursores da semiótica greimasiana, Ferdinand de Saussure e Louis Hjelmslev, com o intuito de verificar o modo como eles lidaram com a questão da subjetividade. Desse estudo preliminar, extraímos as bases para a avaliação da *realização* semiótica da categoria *sujeito*, que é o assunto do capítulo posterior.

A *Realização* é estudada no segundo capítulo, em que nos concentramos no tratamento epistemológico da subjetividade, notadamente nas obras de Greimas e de Zilberberg, dada nossa escolha pela vertente tensiva da disciplina. O estudo apresentado nesse capítulo deve ser capaz de justificar a razão dessa escolha, tendo no horizonte nosso desejo de responder a um *tribunal epistemológico* que esteja de acordo com os objetivos da semiótica francesa.

O terceiro capítulo, *Potencialização*, funciona como uma sorte de ponte entre as facetas arbitrária e adequada deste estudo. Após examinar as deduções do quadro metodológico geral que parecem mais proveitosas, destacamos os elementos *potenciais* para proceder à adequação da teoria a nossos objetivos finais. A última seção do capítulo introduz um tipologia de sujeitos a ser examinada no capítulo subsequente.

O quarto e último capítulo é, pois, reservado à etapa da adequação da teoria ao objeto. Intitulado *Virtualização*, apresenta quatro seções, cada qual dedicada ao exame de um dos quatro tipos de sujeito introduzidos no capítulo precedente. Assim, cada seção exibe uma análise diferente, cujos textos que compõem o *cópus* foram selecionados de acordo com o tipo de sujeito que interessava ilustrar. Além disso, com a finalidade de comprovar a relativa independência entre os sujeitos da enunciação e do enunciado, escolhemos sempre textos que manifestam sincretismo actancial entre o narrador e um ator. Dessa maneira, pudemos constatar as diferenças tipológicas existentes entre sujeitos mesmo quando ambos são figurativizados como o mesmo indivíduo. Certo, *é ego quem diz ego*, mas o primeiro *ego* da expressão é múltiplo; só se unifica e individualiza no segundo *ego* da locução.

Capítulo I

Atualização

*A imanência e a transcendência juntam-se
numa unidade superior baseada na
imanência. A teoria linguística, por
necessidade interna, é levada a reconhecer
não apenas o sistema linguístico em seu
esquema e seu uso, em sua totalidade assim
como em seus detalhes, mas também o
homem e a sociedade humana presentes na
linguagem e, através dela, a atingir o
domínio do saber humano em sua totalidade.
Com isso, a teoria da linguagem atingiu a
finalidade que se tinha atribuído:
humanitas et universitas.*

L. Hjeltslev

NESTA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO do exame do sujeito semiótico¹, nosso interesse é estudar o estatuto epistemológico da subjetividade na obra dos linguistas que foram os principais precursores de Algirdas Julien Greimas. Por meio desse estudo preliminar, quisemos tomar conhecimento do modo como a noção de sujeito estava *atualizada* no ambiente da pesquisa linguística quando Greimas formulou seu próprio ponto de vista sobre a questão. As razões que motivaram a pesquisa e o registro deste capítulo devem ficar mais claras no capítulo seguinte, no momento em que a subjetividade aparece como ponto problemático para o fundador da semiótica francesa, ao mesmo tempo em que parece ser o principal motor das mudanças e do desenvolvimento da teoria.

Sabendo-se que a semiótica greimasiana se nutriu de outras teorias além da linguística estrutural, rendendo a seu fundador a alcunha de *bricoleur*, este capítulo investiga estritamente a concepção linguística da subjetividade porque é a afiliação de Greimas à linguística geral que o leva a tomar determinadas atitudes diante dessa questão, conforme consta do segundo capítulo.

¹ Os resultados apresentados neste capítulo foram publicados anteriormente na revista *Tópicos del Seminario* (Souza, 2014), excetuando-se a seção “O lugar da transcendência na teoria da linguagem”, que constitui parte do capítulo escrito em parceria com Elizabeth Harkot-de-La-Taille e publicado no livro coletivo *Semiótica, identidade e diálogos* (Harkot-de La-Taille & Souza, 2012). No entanto, diversas passagens foram revistas e adequadas aos interesses gerais desta tese.

Paul-Laurent Assoun, psicanalista francês voltado aos estudos epistemológicos em sua área de interesse, concebe que é “impossível tornar o cérebro virgem” (Assoun, [1981] 1983, 214)². As disciplinas mais jovens da história do conhecimento necessariamente bebem da fonte de suas “irmãs mais velhas” (Assoun, [1981] 1983, 214). Por essa razão, Assoun reclama o cuidado de se distinguir o *dito* do *dizer* no discurso de uma disciplina que está sendo fundada, pois a novidade do discurso fundador terá por tarefa construir seu dizer por meio da linguagem de que dispõe, que é a linguagem do dito. Para captar o dizer da disciplina, cumpre observar como o fundador relaciona os conceitos usados pelas “irmãs mais velhas”, mas precavido contra a tentação de “consertar” a episteme que se constrói. Do contrário, cada nova relação, cada novidade apresentada pelo fundador, será concebida como um erro quando comparada ao modo de proceder das disciplinas antecessoras. Assim como é possível considerar um copo preenchido pela metade como estando *meio cheio* em lugar de *meio vazio*, a abordagem epistemológica de Assoun dá crédito ao modo de adquirir conhecimento que é preconizado pela disciplina que ele se dispõe a analisar. Esse é o único modo de conceber o *dizer* sem preconceber via aquilo que *já foi dito*.

Com o desejo de proceder ao exame da categoria de sujeito com os mesmos pressupostos de Assoun, visamos a estudar neste capítulo o que já tinha sido *dito* sobre a subjetividade por essas perspectivas linguísticas que embasaram os estudos da semiótica francesa para, então, ter condições de depreender o que seu fundador, Greimas, e alguns de seus discípulos vão *dizer*. Dessa maneira, formulamos nosso próprio ponto de vista a respeito da questão. Ainda que essa perspectiva própria sofra do mal de não estar sempre de acordo com a leitura compartilhada pela comunidade de pesquisa, é verdade que ela foi capaz de lançar luz sobre algumas contradições teóricas encontradas adiante e, com isso, apontar para os caminhos de análise que foram adotados nesta tese.

Nas páginas iniciais dos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, Louis Hjelmslev explica que a fascinação atribuída à questão da linguagem teria levado alguns ramos da ciência a considerá-la como o ponto de partida donde teriam sido cunhadas interpretações psicológicas e lógicas. Estas, pautadas na

² Ao longo da tese, as datas entre colchetes que constam das referências remetem à data da primeira edição da obra original.

constância do pensamento, aquelas, em suas flutuações. Ocorre que Hjelmslev critica posturas interpretativas que tais ao afirmar que:

Assim considerada, e mesmo quando é objeto da ciência, a linguagem deixa de ser um fim em si mesma e torna-se um meio: meio de um conhecimento cujo objeto principal reside fora da própria linguagem, ainda que seja o único caminho para chegar até esse conhecimento, e que se inspira em fatos estranhos a este. Ela se torna, então, o meio de um conhecimento transcendental — no sentido próprio, etimológico do termo — e não o fim de um conhecimento imanente. (Hjelmslev, [1943] 2006, 02)

São afirmações como esta que, destacadas do contexto da obra e lidas à luz de uma episteme de época, levaram a interpretações que chegam mesmo a ser contrárias a nossa interpretação da tese defendida nos *Prolegômenos*. Diferentemente dessa leitura usual, que atribui ao *princípio de imanência* um fechamento para os problemas relativos aos afetos e, com eles, à subjetividade, concebemos sua teoria da linguagem como uma espécie de base teórico-epistemológica que teria possibilitado a retomada da dimensão afetiva na semiótica de linha francesa atual. Em outras palavras, e plenamente conscientes do aparente paradoxo de nossa leitura, consideramos Hjelmslev como sendo o responsável pela introdução da dimensão epistemológica do *acontecimento* nas bases do pensamento estruturalista, possibilitando analisar o que é sensível (afetivo), não somente o inteligível.

Para demonstrar esse ponto de vista, retomamos alguns elementos das origens do pensamento estrutural na linguística a partir de Saussure, concentrando a atenção na ciência postulada pelo mestre genebrino que viria a ser chamada de *semiologia*. Em seguida, indicamos o modo como a estrutura de análise dos *Prolegômenos* já teria uma abertura à subjetividade — aos afetos, às sensações e à materialidade física — enquanto transcendência a ser baseada na imanência.

Por último, apresentamos uma das teses centrais dos *Prolegômenos*, que consiste na relação necessária entre *categoria* e *função*, pois a defesa de uma estrutura tensiva capaz de dar conta do acontecimento parece subjazer a esse arranjo teórico. Essa dependência entre categoria e função é postulada para que a análise não deponha contra si: se uma categoria for definida sem levar em conta as funções que contrai, temos uma síntese em lugar de uma análise.

E, a partir de uma síntese, a observação do pesquisador é forçada a “encaixar” seus dados em uma categoria, cegando seu poder de observação, de tal maneira que não consegue enxergar os novos possíveis oferecidos pelos dados. Ao longo da apresentação dessa tese hjelmsleviana, buscamos fundamentar nosso entendimento da noção de estrutura, que pode diferir da concepção mais sedimentada. O ponto de vista sobre a estrutura que nos interessa é o mesmo que teria interessado a Merleau-Ponty, segundo Marilena Chaui:

A estrutura é uma maneira nova de ver o ser porque, ao desprendê-lo da metafísica das substâncias, nos permite alcançá-lo como ser de indivisão, pois as estruturas qualitativamente distintas são dimensões do mesmo ser. Por outro lado, a estrutura também o desprende das filosofias transcendentais, nas quais ele se reduz às categorias e aos conceitos que o entendimento lhe impõe e que o reduzem ao “ser posto” ou ao “ser constituído”: com a estrutura, deixamos a tradição do que é posto ou constituído pelas operações intelectuais e alcançamos o há originário, mais velho do que nossas operações cognitivas, que dele dependem e que, esquecidas dele, imaginam constituí-lo. (Chaui, 2002, 232–3)

No segundo capítulo, os pontos de congruência entre a estrutura hjelmsleviana e a fenomenológica serão de grande interesse, por lançar luz sobre algumas das decisões tomadas por Greimas diante dos problemas que a subjetividade gerou para a teoria semiótica.

1 Subjetividade e intersubjetividade nas bases do estruturalismo

Como sabemos, no *Curso de Linguística Geral*, Ferdinand de Saussure ([1916] 2006) executa um rigoroso processo de decantação das línguas naturais para obter o objeto da linguística geral, a *langue*. Ao longo desse procedimento, uma das questões próprias às línguas naturais que foi posta de lado foi a subjetividade. Na mesma obra, foi registrada a postulação de uma ciência que seria responsável por abranger o estudo das línguas naturais ao lado do exame das demais linguagens. Saussure chama a essa ciência de *semiologia* e afirma que ela deveria vir a fazer parte da *psicologia social*. Ora, há aí um aparente

paradoxo. Como explicar que a subjetividade é incompatível com os estudos da língua se esta é contida pela semiologia que, por sua vez, é abrangida pela psicologia social?

Saussure é formado por uma escola dominada pelo positivismo. Na época, o paradigma científico de destaque era o dos estudos filológicos da escola alemã. O fervor pela objetividade e rigor científico dessa escola fica patente na escolha da metalinguagem adotada, pautada em metáforas biológicas, como é o caso das *famílias de línguas*, a *vida da língua*, a *salvação da língua* de sua *deterioração e iminente morte*, etc. A voga de então incide sobre a observação objetiva desse *organismo*, que deve ser assistido para que não se *corrompa* ou *morra*. Nesse sentido, não há espaço para quaisquer investidas metafísicas ou psicológicas, pois a psicologia prevê a idiosincrasia, que adulteraria o perfeito funcionamento do organismo, ao passo que a metafísica somente especularia a respeito de um conhecimento que deveria ser adquirido por meio da observação.

Ainda que o reconhecimento da obra de Saussure seja frequentemente baseado no fato de ele ter “sido aparentemente o primeiro teórico capaz de dar uma razão de ser a essa inscrição da linguística entre as ciências duras” (Hénault, [1992] 2006, 15), sua posição diante da noção de ciência está distante do positivismo, ainda que não seja metafísica ou psicológica — isto é, ainda que não esteja associada à *psicologia individual*, conforme esclarecemos mais à frente. Sua perspectiva não pode ser positivista, segundo um de seus mais célebres aforismos, que reza que “é o ponto de vista que cria o objeto” (Saussure, [1916] 2006, 15). Essa afirmação tampouco é metafísica, pois o ponto de vista em jogo não é predeterminado por uma lógica ou razão, por uma causalidade que deva ser buscada, mas sim por uma *convenção*. Como sabemos, para o pai da linguística moderna, a língua é um fato social.

Saussure afirma também que “a língua é forma, não substância” (Saussure, [1916] 2006, 141). Ao assumir que a natureza não possui regras que determinam a língua, reclamamos a independência de seu estudo por relação à substância das coisas a que a língua remete. Por outro lado, ao postular que sua forma não é uma Forma metafísica, reconhecemos que a pura especulação é insuficiente para proceder a sua análise. Não sendo puramente empírica ou hipotética, a teoria saussuriana parece ter por base a justaposição de ambas as perspectivas. Tal

composição epistemológica é que teria despertado o interesse de Merleau-Ponty pela obra de Saussure, segundo Chaui no excerto supracitado.

Dizíamos que, ao declarar que a língua é forma, não substância, Saussure legitima uma aquisição de conhecimento independente da “realidade” à qual a língua faz remissão. Desse modo, o conhecimento linguístico é responsável por dar forma à “realidade”. Contudo, essa afirmação nada tem de pueril. Não se trata de negar a existência de uma “realidade” material, mas de admitir que ela não seja tomada por auto-evidente. Há uma base material à qual a linguagem está vinculada, mas que é perlaborada pela língua a ponto de poder mudar essencialmente de acordo com o ponto de vista lançado sobre ela.

Mas a perlaboração colaborativa entre realidade e linguagem não pode deixar de contar com as restrições impostas pela materialidade: o fato de haver um espectro contínuo no arco-íris e de cada língua discretizar as cores a seu modo não faz com que a cor que, em nossa língua, chamamos de *preto*, possa ser encontrada no arco-íris por uma outra comunidade que se valha de uma outra língua qualquer. Assim, conforme Hjelmslev, a imanência à língua rege a transcendência ao fundá-la na consciência humana, mas essa transcendência impõe limites ao potencial criativo da imanência. É esse jogo entre a imanência da língua e sua transcendência material que exige a adoção de uma episteme empírico-dedutiva, sustentada pelo mestre dinamarquês.

Acreditamos, porém, que a exclusão saussuriana da subjetividade dos estudos da língua não deva ser interpretada de modo anacrônico. Devemos entender o rechaçado termo “psicologia” como um não-psicólogo o entendia na primeira década do século XX. Do ponto de vista histórico, ainda que Freud já estivesse em pauta, trata-se de um momento de plena refutação de suas ideias, de tal maneira que podemos considerar essa época como um período pré-psicanalítico para o cidadão culto comum:

para o senso comum (o qual, nesse caso, também arregimenta não poucos especialistas dessas disciplinas), a psicologia é, por definição, não social, porque ela supõe a noção de sujeito individual, de sujeito considerado fora de suas determinações sociais e em sua dimensão estritamente pessoal. Encontramos essa acepção em Goblot, que opõe psicologia e sociologia como “vida psíquica individual e vida social”.
(Hénault, [1992] 2006, 41)

Esse é o entendimento de psicologia que Saussure refuta como pertinente aos estudos linguísticos. Seguindo o pensamento de Durkheim, Saussure rechaçaria a ideia de considerar que a língua social é apenas a resultante da soma de suas partes, alinhando-se, desse modo, àqueles que refutam o emprego da psicologia (individual):

É. Durkheim [...] admite que se, por psicologia, entendemos psicologia individual, não podemos considerar o estudo do social como uma psicologia aplicada. Por uma primeira comparação com a relação todo-partes na vida orgânica, ele mostra como as propriedades da vida não podem ser, em nenhum caso, estudadas em seus constituintes elementares e defende que o mesmo acontece com os fatos sociais considerados com relação aos indivíduos.

(Hénault, [1992] 2006, 41)

Esse pensamento de inspiração social é que seria aproveitado por Saussure sob a denominação de *psicologia social*. Para o mestre genebrino, a observação idiossincrática do uso da língua não poderia fazer conhecer a língua, tampouco o indivíduo: uma vez empregada a perspectiva da psicologia individual, a língua seria indevidamente marcada por características idiossincráticas, ao passo que o indivíduo seria inapropriadamente atravessado por características sociais que transpassam sua esfera particular. Em termos heideggerianos, o problema consiste em não poder constatar o *dizer* se não se conhece o *dito*, e de não ser possível apreender o *dito* por meio de um só *dizer*. É por essa razão que, nas palavras de Hénault, Durkheim teria concluído que “os fatos sociais não podem ser considerados como diretamente produzidos pelas consciências individuais; eles se impõem ao indivíduo e o impulsionam.” (Hénault, [1992] 2006, 42).

Partindo desse ponto de vista, a forma, enquanto *langue*, não é um engessamento das possibilidades. Ao contrário, é a base estável que permite a existência dos diversos arranjos possíveis. Sem essa base, os arranjos possíveis seriam meramente o caos, sem chance de comunicação social.

Embasar ou não embasar os estudos da *langue* em uma psicologia parece, então, não constituir um verdadeiro paradoxo no pensamento de Saussure. A questão do pertencimento da *langue* à semiologia e desta à psicologia social apresenta-se como um falso problema. A assunção de seu objeto enquanto um fato social o inscreve necessariamente no terreno de uma psicologia, mas

apenas no terreno da *psicologia social*. Ao mesmo tempo que a subjetividade, idiossincrática, não interessa ao mestre genebrino, a intersubjetividade, social, é de pleno interesse. Infelizmente, os estudos da intersubjetividade não foram desenvolvidos na época de atuação do pai da linguística moderna...

Entretanto, há um outro paradoxo saussuriano, de natureza epistemológica, que parece efetivamente ter perturbado a sistematização de sua obra pois, em seu tempo de atuação, ainda não havia sido vislumbrado pela história das ideias: o modelo teórico que desejou conceber estaria a meio caminho entre o conhecimento científico e a especulação filosófica. A título de ilustração, essa aporia pode ser encontrada em uma de suas notas pessoais:

Quem quiser dar uma fórmula adequada do fenômeno sincrônico: oposição de som utilizado por uma oposição de sentido, terá de dizer entre quais unidades ele se passa [...]. Veremos, então, uma coisa muito curiosa: que, em linguística, não há uma diferença radical entre o fenômeno e as unidades. Paradoxo!

(Saussure, 1954, 66–7)

Nesse excerto, Saussure nota que há uma imbricação entre os elementos contínuos (o texto em si, o fenômeno) e os elementos descontínuos (as unidades) subjazendo a seu modo de obter conhecimento em linguística. Com isso, ele estava na contramão da doutrina positivista, que considerava que o conhecimento era atômico, isto é, obtido pela segmentação do objeto em partes cada vez menores. Também estava na direção oposta à da doutrina filosófica metafísica, que refutava o conhecimento científico, pois as Verdades que importavam não poderiam ser investigadas na matéria, mas exclusivamente no espírito. Ao contrário de tudo isso, seu pensamento linguístico manteve-se na tensão entre continuidade e descontinuidade, entre fenômeno (evidentemente, não no sentido fenomenológico do termo) e análise.

É verdade que Saussure não atribuiu a essa descoberta um novo tipo de obtenção de conhecimento geral. Ele acreditava tratar-se de uma peculiaridade de seu objeto de análise. Também é verdade que essa maneira de pensar a questão jamais chegou a ser discutida abertamente por ele. No fim das contas, o silêncio saussuriano acerca do que podemos considerar como um de seus principais gestos teóricos faz crer que ele sequer chegou a aceitar plenamente raciocínios que tais. Mas a publicação póstuma de seu *Curso de Linguística*

Geral (Saussure, [1916] 2006), ainda que não apresente posições epistemológicas tão delineadas, permite vazarem lições por meio das escolhas metodológicas de análise. Lições essas que alguns poucos continuadores puderam resgatar antes mesmo de ser possível o acesso às publicações hoje disponíveis das notas do mestre genebrino.

Seguindo essa linha de raciocínio, a dificuldade de atribuir a paternidade da linguística moderna a Saussure parece residir na insistência de considerá-lo um positivista. Ora, sob o viés epistemológico, inscrever a linguística no pensamento positivista não seria mesmo em nada revolucionário. Acreditamos que o reconhecimento da importância do pensamento de Saussure esteja vinculado a sua capacidade, ainda que mal delineada — ou admitida — por ele mesmo, de justapor problemas de ordem científica e filosófica. Por meio desse gesto é que teria ele merecido o estatuto de pai de uma linguística efetivamente moderna. Examinemos, em linhas muito gerais, como se dá essa justaposição em sua teoria.

Como já mencionado, Saussure não atribui uma realidade transcendental à língua como sua determinante. Assim, refuta uma perspectiva realista. Ao mesmo tempo, não admite que seja determinada pela razão individual, recusando assim uma abordagem solipsista. Desse modo, a determinação da língua estaria na língua em si, em seu sistema. Mas resta ainda especificar a natureza desse sistema não individual e não natural. É para resolver essa questão que Saussure afirma que a língua é de natureza social. É um sistema cuja estrutura está aberta a todas as comunicações possíveis.

O cálculo das possibilidades, como sabemos, é uma ocupação de natureza científica. Conhecendo as possibilidades de um objeto é que se logra obter a máxima ambição da ciência: a *lei*. Para Saussure, o sistema da língua é um cruzamento de relações que promove a *realização* de todas as comunicações possíveis, mas que não permite a *determinação* de todas as comunicações possíveis e, tampouco, a *determinação* do que deve ou não ocorrer após dado arranjo no sistema. Isto, por duas razões:

1. do ponto de vista estrutural, porque, embora o número de elementos do sistema linguístico seja limitado (fonemas, morfemas, etc.), não há limites que determinam a extensão de um enunciado qualquer;

2. do ponto de vista pragmático, porque a essa língua (*langue*) junta-se uma fala (*parole*).

A existência da língua é social, já que é somente na comunicação que ela se justifica, mas a fala é individual, de modo que a colocação do sistema em um processo de uso individual determina, dentro dos limites das possibilidades do sistema, qual será sua manifestação. Nesse sentido, o cálculo dos possíveis, eminentemente científico, embasa a existência da criação, daquilo que não tem precedentes, daquilo que não está implicado logicamente: daquilo que *acontece*.

Sob esse viés, a língua é de natureza efetivamente social: ela é realizada na relação entre os falantes, mas não é cada um dos falantes. Ela fornece as possibilidades a cada um dos falantes, mas não estipula leis de causalidade, pois não é uma causa, tampouco um efeito. A língua é o *meio*. Ela dá forma a todo e qualquer pensamento comunicável, mas suas leis determinam *como* dar forma e não *a que* dar forma. Daí a importância da máxima saussuriana de que a língua é forma, não substância.

A título de exemplo, há leis linguísticas determinando que o valor de um dado signo seja negativo, ou seja, um signo é tudo aquilo que os outros não são: concebemos a noção de *amor* porque sabemos não se tratar de *paixão*, de *fraternidade*, de *amizade* ou de *carinho*. Não obstante, essa lei não prevê absolutamente o modo como essas oposições são feitas. Tanto é assim que, a cada neologismo que surge, todo o sistema é reajustado para se adequar ao novo valor. Basta retomarmos o espectro de cores: diante de uma dada noção do que é *roxo*, ao aparecer a expressão de cor *berinjela*, automaticamente essa parcela do espectro de cores é retirada do signo *roxo* para ser alocada no novo signo. Aquilo que era parte do roxo, então só poderá ser berinjela, ao passo que o roxo será somente o que sobrou, subtraído o conteúdo deslocado para a nova expressão. É dessa questão que está tratando Marilena Chaui ao explicar a razão pela qual a estrutura é uma maneira nova de ver o ser para Merleau-Ponty. Conforme supracitado, “desprendê-lo da metafísica das substâncias nos permite alcançá-lo como ser de indivisão, pois as estruturas qualitativamente distintas são dimensões do mesmo ser.” Em seguida, explica como a estrutura se liberta de um cientificismo positivista nesse mesmo movimento:

a noção de estrutura nos afasta da tradição científica fundada em explicações causais de tipo mecanicista e funcionalista ou em explicações finalistas, isto é, apoiada no recurso a princípios externos encarregados de dar conta tanto da gênese como das transformações de uma realidade qualquer. De fato, como possui um princípio interno de autorregulação, a gênese da estrutura encontra-se nela mesma como processo global e imanente de auto-distribuição dos constituintes; por outro lado, uma estrutura, como dizia a Psicologia da Forma, é *pregnante*, ou seja, possui um princípio interno de transformação ou, como escreve Merleau-Ponty, ela é “fecundidade, poder de eclosão, produtividade”, um acontecimento, trazendo nela mesma o princípio de seu devir. (Chauí, 2002, 233)

É a partir da estrutura assim entendida que Merleau-Ponty ([1942] 1967), em *La structure du comportement*, distinguirá três dimensões do ser, a saber: a *física*, a *vital* e a *simbólica*, concebendo assim um ser que não é predeterminado e que não predetermina. Em suma, um ser compatível com o *acontecimento*. Retomaremos esse tópico na última seção deste capítulo, em que o ponto de vista do fenomenólogo sobre a estrutura será brevemente cotejado ao de Hjelmslev. Antes disso, interessa apresentar nossa interpretação da estrutura de análise da teoria da linguagem e o lugar que ela reserva às transcendências.

2 O lugar da transcendência na teoria da linguagem

No início deste capítulo, afirmamos que, ao contrário da interpretação comumente concedida a ela, a teoria da linguagem promoveria uma abertura a aspectos transcendentais às linguagens, como é o caso dos afetos e, com eles, da subjetividade. De nosso ponto de vista, a linguagem imanente funciona como uma base sobre a qual são projetadas as diversas transcendências. Sabendo que esse ponto de vista não é o mais usual, procuramos justificá-lo ao longo desta seção. Nos *Prolegômenos* de Hjelmslev, a relação necessária que se estabelece entre a imanência e a transcendência condensa-se no trecho que empregamos como epígrafe deste capítulo. Mas, como veremos, essa pressuposição entre imanência e transcendência é o alicerce da teoria da linguagem como um todo. Sendo ela uma teoria que abrange desde as estruturas denotativas das línguas

naturais até os mais diversos tipos de objeto semióticos, cumpre verificar sua relação com a transcendência em cada nível de análise.

Antes de proceder a esse exame, convém mencionar que o princípio de imanência não postula que toda significação seja de natureza verbal. Postula apenas que nosso conhecimento é de natureza *linguageira*. A significação, que se manifesta pelas substâncias mais diversas — acústica, gestual, visual, olfativa, social, psicológica, etc. — organiza-se com base na mesma estrutura *linguageira*. Essa estrutura deve dar forma a todas as substâncias, sejam elas físicas ou não. Daí a imanência à linguagem. Não obstante, isso não significa excluir ou negar o papel da transcendência. A questão incide sobre a premência de partir da linguagem e não sobre a necessidade de mantê-la isolada. Em outras palavras, trata-se de uma determinação entre imanência e transcendência, na qual esta é a variável e aquela, a constante (Hjelmslev, [1943] 2006, 137). Vejamos, pois, como os diversos níveis de análise da teoria da linguagem lidam com essa relação dirigida.

2.1 Semióticas denotativas

Dissemos que a teoria da linguagem não postula que toda significação seja de natureza verbal, e sim de natureza *linguageira* em geral. Mas é verdade que a base da teoria da linguagem, isto é, o nível de análise de que ela parte, é construído sobre a investigação da faceta denotativa das línguas naturais. Isso se dá porque a linguagem verbal é a mais complexa, de modo que seu estudo é hipoteticamente capaz de abranger as problemáticas que serão encontradas nas demais linguagens. Em outras palavras, a teoria da linguagem parte da hipótese de que as relações estabelecidas entre as categorias da linguagem verbal são gerais e exaustivas, podendo ser adequadas às demais linguagens em níveis superiores de análise.

De outra parte, a análise é iniciada pela faceta denotativa da linguagem, e não pela conotativa, porque esse é o único modo de se partir da estrutura puramente *linguageira*, isto é, imanente à linguagem. Portanto, o plano do conteúdo desse primeiro nível de análise tem a particularidade de ser puramente funcional. Com isso, queremos dizer que o *significado* das formas denotativas só interessa na medida em que permite discretizar os significantes, como é bem

sabido pelos linguistas, habituados com o procedimento dos *testes de comutação*. Não obstante, por definição, todas as semióticas possuem os dois planos da linguagem (Cf. Figura I.1). Assim, na análise denotativa, é calculado o *esquema* que subjaz a nosso modo linguageiro de pensar. É linguagem pura. As remissões que o plano do conteúdo necessariamente faz à materialidade transcendente são tratadas como pura substância nesse estado da análise, ainda que venha a se tornar forma nas etapas subsequentes.

Semióticas denotativas

Figura I.1: Estrutura das semióticas denotativas.

Todo plano de expressão e de conteúdo tem forma e substância. Tudo que aparece como substância em um dado nível de análise será tratado como variante e, assim, relegado a um outro nível, posterior. Em nível denotativo, quando temos uma oposição entre ['ka.xv] e ['ka.rv], sabemos que [x] e [r] são invariantes, mas entre ['ka.xv] e ['ka.rv] em nível fonológico, temos uma invariante só. Esse problema das variantes [x] e [r] é *substancial* em nível fonológico, denotativo, mas será *formal* no nível de análise das semióticas conotativas, como veremos na próxima subseção.

Na denotação, o que interessa é saber que a diferença de arranjos da forma da expressão provoca uma diferença em seu plano do conteúdo. Também interessa saber que nem todas as mudanças em plano de expressão provocam mudanças no plano do conteúdo — como é o caso de ['ka.xv] e ['ka.rv]. É nesse jogo entre a implicação ou não da mudança do plano do conteúdo acompanhando a mudança do plano de expressão que o sistema se abre para a capacidade de criação na língua de dois modos diversos:

1. de um lado, quando a mudança do plano de expressão implica a alteração do plano do conteúdo, as possibilidades combinatórias deixam em aberto o espaço para criar novas denotações, enquanto *esquema* linguístico — é o caso de ['ka.xv] vs ['ka.rv];

2. de outro, quando a mudança do plano de expressão *não* implica a alteração do plano do conteúdo em nível denotativo, as manifestações do esquema vão preencher as formas com substâncias diferentes, gerando assim diversas significações possíveis. Esse preenchimento da forma por substâncias diversas consiste naquilo que Hjelmslev chamou de *usos*.

Entre os dois lados criativos da língua está a *norma*, que é um recurso que freia a potencialidade da linguagem. Ele acaba congelando alguns modos de usar o esquema para que as manifestações não sejam somente idiossincráticas. Sem as normas, nós nos comunicaríamos fazendo poesia, isto é, ficaríamos o tempo todo preenchendo as formas do esquema com substâncias muito diferentes. Poderia até ser belo, mas seria certamente pouco eficiente.

2.2 Semióticas conotativas

No nível de análise conotativa, [ka.xv] e [ka.rv], que são duas variantes do ponto de vista denotativo, serão duas invariantes. Estes termos podem, por exemplo, significar dois registros diferentes (digamos, a variação diacrônica ou diatópica). Como a semiótica conotativa é alicerçada na semiótica denotativa, ela já possui uma base exclusivamente languageira. Ao acessar conteúdos de natureza transcendental à linguagem, como é o caso do *registro*, ela os mantém regidos pela imanência por meio da base denotativa.

Para tratar essa *substância* denotativa como *forma* analisável em nível conotativo, a análise simplesmente toma a semiótica denotativa em sua totalidade — seus planos de expressão e conteúdo — como seu plano de expressão, atribuindo-lhe um novo plano de conteúdo (Cf. Figura I.2).

Figura I.2: Estrutura das semióticas conotativas.

Dada a especificidade das semióticas conotativas de gerar múltiplas formas conotativas a partir de uma mesma forma denotativa, sua potencialidade criativa é enorme. Podemos dizer que *Maria é uma flor*, que *é delicada*, etc., de acordo com o uso selecionado. As normas é que freiam um pouco esse poder criador, otimizando a funcionalidade linguística. Por exemplo, se um sujeito paulista diz que *Maria é um canhão*, significa que Maria está mais para abeto do que para objeto. Mas se um parisiense diz a mesma frase, significa que Maria é “uma moça bela e desejável” (Robert, 2004).

2.3 Semiologia

O correspondente da *semiologia* hjelmsleviana na semiótica francesa é o estudo do plano do conteúdo. Na semiologia hjelmsleviana, estudam-se os “termos que não são tirados da língua (mas em relação aos quais deve-se supor que tenham uma estrutura de expressão que concorda com o sistema da língua), [desde que não sejam] (individuais e/ou variações localizadas)” (Hjelmslev, [1943] 2006, 128).

A semiologia ajuda a “arrumar a casa”, porque estuda a norma de tal modo que aloja a grande variedade de conotações em organizações axiológicas. Como disse Hjelmslev: “Veremos efetivamente que as grandezas que entram como variantes nos planos do conteúdo e da expressão da língua serão invariantes do plano do conteúdo da semiologia” (Hjelmslev, [1943] 2006, 128). Então, em nível conotativo tudo é invariante. O trabalho da semiologia é o de organizar esse leque enorme em axiologias. É por isso que as axiologias assumem a função da norma hjelmsleviana.

O modo como a semiologia organiza as diversas conotações nós sabemos, por se tratar do trabalho empreendido por Greimas no que concerne à semiótica do plano do conteúdo, como se viu na subseção anterior. A semiologia estabelece a forma que respalda as normas da linguagem na produção de textos. Essa estrutura é que vai sincretizar, por exemplo, as invariantes conotativas “sonhar”, “almejar” em uma única invariante chamada “querer”, enquanto modalidade. Nesse sentido, a semiologia toma as semióticas conotativas em sua totalidade (seus planos de expressão e conteúdo) como seu plano de conteúdo, ao qual atribui uma nova expressão (Cf. Figura I.3).

Figura I.3: Estrutura das semiologias.

2.4 Metasemiologia

Nos itens anteriores, relatamos o modo como a teoria da linguagem projeta a linguagem puramente imanente (semiótica denotativa) em substâncias não físicas (semiótica conotativa, cuja ciência que a examina é a semiologia), mas ainda falta a incorporação das substâncias físicas para que a teoria da linguagem possa “atingir o domínio do saber humano em sua totalidade” (Hjelmslev, [1943] 2006, 133). Na teoria da linguagem, as substâncias físicas são tratadas pelo nível metasemiológico de análise. Esse nível deve dar conta de tudo aquilo que a semiologia não é capaz de resolver: os fenômenos físicos e as idiossincrasias. Então, elementos que do ponto de vista da semiologia são somente variações, como, por exemplo, a diferença entre a língua verbal escrita ou oral, entre um cumprimento gestual ou oral, entre a manifestação da paixão de tristeza por meio de uma pintura, de uma canção ou de um romance, etc., tudo isso entra como invariantes na metasemiologia — logo, enquanto forma. Nela, as substâncias propriamente físicas, como a tela e as tintas na pintura, ou como a curva entoativa e o som dos fonemas nas rimas de uma canção, são agora incorporadas pela análise. A metasemiologia corresponde à semiótica francesa do plano da expressão.

A substância física é uma transcendência à linguagem que será entendida a partir da mesma base imanente. Assim, ela deve ser entendida a partir da dependência que estabelece com a linguagem. Um exemplo da metasemiologia

é o modelo de análise de canções desenvolvido por Luiz Tatit, em que as curvas entoativas, com suas particularidades físicas, estabelecem dependências com as organizações narrativas e tensivas que foram desenvolvidas pela semiologia (ou semiótica do plano do conteúdo). Já as idiossincrasias, que também entram nesse nível, são entendidas como aquilo que é do indivíduo, subtraindo-se o que o constitui socialmente. A metassemiologia funciona então como a atribuição de uma nova expressão à semiologia. Esta, em sua totalidade (planos de expressão e conteúdo), é seu plano de conteúdo (Cf. Figura I.4). Se a semiótica estuda o esquema e a semiologia examina as normas subjacentes às diversas conotações, a metassemiologia dedica-se à análise do uso.

Figura I.4: Estrutura das metassemiologias.

Tendo percorrido os diversos níveis de análise da teoria da linguagem, reportando nosso ponto de vista que sustenta a incorporação da transcendência aos objetivos de análise do modelo, cabe ainda verificar como essa determinação entre imanência e transcendência linguísticas parece abrir os horizontes para o estudo do *acontecimento*.

3 A tese morfossintática de Hjelmslev

A tese morfossintática de Hjelmslev condensa em uma única metodologia de análise os problemas relativos à morfologia e à sintaxe. Sem entrar no mérito das questões propriamente linguísticas, importa reter que essa tese defende uma dependência necessária entre uma dada categoria e a função que ela contrai, pois a categoria modifica a função ao passo que a função modifica a categoria. Segundo sua tese, uma morfologia independente de uma sintaxe não se justifica, e a recíproca é verdadeira.

Isolada a aplicação metodológica, a noção epistemológica subjacente a essa tese é de grande interesse, pois explicita o já mencionado paradoxo inerente à teoria saussuriana: “em linguística, não há uma diferença radical entre o fenômeno e as unidades.” Aplicada à questão geral da significação, essa tese explicita que as unidades distintas e descontínuas da linguagem estão condicionadas a sua colocação em processo, à sua existência enquanto um contínuo, e vice-versa. Esse condicionamento mútuo resulta em uma tensão irresolúvel entre categoria e função.

Nesse sentido, Merleau-Ponty e Hjelmslev, ambos voltados à estrutura — e tendo em vista objetivos muito diferentes — chegam a uma formulação bastante parecida. Conforme dissemos, o fenomenólogo, ocupado com o estabelecimento de uma nova maneira de ver o ser, separa-o em três dimensões, *física*, *vital* e *simbólica*.

A primeira delas, a *dimensão física*, diz respeito à organização de forças que subjazem ao indivíduo e que são determinadas pelas relações que ele estabelece. Por essa razão, “nenhuma lei pode ser formulada para partes isoladas, pois seus vetores têm suas grandezas determinadas por suas relações com os outros” (Chaui, 2002, 235).

Em Hjelmslev, a mesma questão é colocada sob a designação de *função*. Para ambos, a estrutura de um dado ser se dá em seu estado de repouso, como “conservação de uma ordem dada” (Chaui, 2002, 235). Claro está que esse ser sofre acontecimentos advindos da alteridade, modificando sua identidade, de tal modo que, em seus momentos de estado, esse ser apresenta em si a “história” de seus acontecimentos — ou das funções que a categoria contraiu.

A *dimensão vital* responde pela capacidade de adaptação e inovação do ser, posto não estar vinculada a condições atualizadas, mas sim virtualizadas. Daí que não responde a leis, mas sim a normas. A dimensão vital está intimamente ligada àquilo que é a substância de uma categoria em Hjelmslev. As normas (e não as leis) de um dado discurso exercem certas coerções que fazem com que sejam escolhidas umas e não outras substâncias para preencher as formas exigidas pela lei. Nessa “escolha” reside a criatividade, bem como a vida — nas acepções de *vivacidade* e de *transformação* — da linguagem.

A última das dimensões elencadas por Merleau-Ponty é a *dimensão simbólica*. Segundo Chaui, embasada no pensamento de Mauss, é ela que possibilita ultrapassar uma perspectiva solipsista da concepção do ser:

Contra a pretensão durkheimiana de tratar os fatos sociais como coisas e, estas, como coisas psíquicas (representações coletivas), mantendo o indivíduo e a sociedade exteriores um ao outro, Marcel Mauss procurou decifrar o social como um sistema eficaz de símbolos ou de valores simbólicos. (Chaui, 2002, 248)

Essa dimensão embasa uma concepção do ser que é efetivamente intersubjetiva. Não se trata mais de uma lei que condiciona o indivíduo em atualização, tampouco de uma norma que o condiciona virtualmente, mas sim das possibilidades, constantemente transformadas pela sociedade em que o ser está inserido e que, por consequência, o transforma. A dimensão simbólica faz pensar na parcela formal da categoria hjelmsleviana: as possibilidades de novas maneiras de dar forma são oferecidas pela estrutura da língua e é a força social que atua na promoção dessas mudanças, assim como foi apontado no exemplo da *cor berinjala*. A forma, então, é concebida como a parcela intersubjetiva que, ao passo que possibilita o pensamento do ser, deixa abertura suficiente para sua existência particular, para sua vivência, ainda que esta esteja condicionada pelas funções que contrai com a alteridade quando da colocação de sua vivência em ato — a dimensão física, em termos merleau-pontyanos.

O cotejo empreendido entre os pontos de vista do fenomenólogo e do linguista diante da estrutura será justificado apenas no segundo capítulo. A semelhança entre suas perspectivas ajudará a esclarecer algumas das decisões tomadas por Greimas que, de outro modo, pareceriam contraditórias. Para con-

ferir essa afirmação, cabe dar lugar a esse momento em que o sujeito *atualizado* para a semiótica torna-se um sujeito por ela *realizado*, como veremos a seguir.

Capítulo II

Realização

*Não é o caso de reacender uma querela sem
objeto, pois a “casa do sentido” é vasta o
bastante para acolher tanto o contínuo,
quanto o descontínuo, mesmo porque nem
este nem aquele fazem sentido por si
mesmos, mas apenas por sua colaboração. O
mais razoável é admitir suas hipóteses
como “variedades” circunstanciais e
ocasionais.*

C. Zilberberg

*Procurro explicar o meu sentimento
E só consigo encontrar
Palavras que não existem no dicionário
Você podia entender meu vocabulário
Decifrar meus sinais, seria bom.*

Arnaldo Antunes & Marisa Monte

NO PRIMEIRO CAPÍTULO, observamos um pouco mais de perto o modo como a linguística que inspirou os estudos da semiótica francesa lidou com a subjetividade. Dessa etapa preliminar da pesquisa, concluímos, em primeiro lugar, que a subjetividade excluída das ocupações de Saussure estaria restrita à *subjetividade individual*. Em seu tempo, caso estivessem disponíveis estudos que contemplassem a intersubjetividade, talvez sua posição fosse diferente, uma vez que aquilo que se conhecia, então, por *psicologia social* faz parte de seus interesses a ponto de o mestre genebrino subscrever a *semiologia* a essa área da psicologia.

Em seguida, voltamos a atenção à subjetividade na perspectiva de Hjelmslev. Reconhecido como um dos mais radicais estruturalistas, ele elaborou o *princípio de imanência* que é geralmente considerado responsável pela exclusão dos elementos transcendentais à linguagem na semiótica de Greimas. É esse princípio que estaria na base da tão repetida máxima do fundador da semiótica: “fora do texto não há salvação.”

Na segunda seção do capítulo precedente, quisemos demonstrar que a leitura corrente da obra de Hjelmslev parece fragmentária por se limitar à

primeira etapa de análise da teoria da linguagem, reservada apenas ao estudo das semióticas denotativas, em que sequer o plano do conteúdo das línguas naturais está em jogo. Como vimos, no modelo de análise da teoria da linguagem sempre houve espaço para o tratamento da semiótica do plano do conteúdo — identificada como *semiologia* por Hjelmslev — e do plano de expressão — chamada de *metasemiologia* pelo linguista dinamarquês. Concluímos que o princípio de imanência não deixa de lado aquilo que transcende a língua; ao contrário, assume todas as transcendências e as homogeniza sobre a mesma base languageira. Assim, consideramos que a assunção das bases hjelmslevianas não se opõe à iniciativa de estudar a subjetividade por meio da semiótica francesa. Dessa perspectiva, a subjetividade é um conteúdo compartilhado pelas normas de uma comunidade e, enquanto tal, é construída e assentada sobre a linguagem. Segundo o modelo da teoria da linguagem que apresentamos no primeiro capítulo, a subjetividade nada mais é do que o plano do conteúdo ao qual a semiótica francesa — ou a semiologia — deve agregar um plano de expressão, ou uma metalinguagem que a organize e qualifique. A tipologia de sujeitos que é proposta no terceiro capítulo desta tese tem esse objetivo.

Na última seção do primeiro capítulo, examinamos como a intuição saussuriana, de que “em linguística, não há uma diferença radical entre o fenômeno e as unidades”, é empregada na metodologia de Hjelmslev por meio de sua tese morfossintática. Nosso interesse principal, nessa etapa, foi o de sublinhar as consequências epistemológicas da tese hjelmsleviana. A manutenção da tensão entre categoria e função da tese morfossintática faz com que a análise tenha por base uma estrutura de natureza inter-relacional que dá conta das dificuldades impostas pela assunção de uma epistemologia empírico-dedutiva.

Com efeito, a mobilidade conferida às categorias por suas facetas formal e substancial permite que elas respondam às expectativas geradas pelo sistema enquanto forma, ao mesmo tempo em que sofrem as transformações substanciais advindas de cada manifestação. Dessa maneira, o próprio arranjo epistemológico da teoria da linguagem admite a alteridade na identidade, criando um ambiente profícuo para a análise dos fenômenos intersubjetivos.

Com essa complementaridade, não é contraditório assumir que haja uma faceta “típica” de dados arranjos subjetivos (sua forma), ao mesmo tempo em que há uma certa individualidade substancial. Individualidade esta que,

por sua vez, pode sofrer modificações diante das funções que contrai com outras individualidades. Quisemos demonstrar, também, que o estudo do *acontecimento* pôde ser desenvolvido na semiótica graças a esse arranjo: sem a base estável da estrutura não há quebra de expectativa, ao passo que não há espaço para a alteridade em uma estrutura rígida.

A escolha dessa abordagem no primeiro capítulo foi impelida pela divergência de posicionamentos que aparece na literatura semiótica quando voltamos a atenção para o sujeito. Com base nas conclusões do capítulo precedente, este capítulo examina, em primeiro lugar, como a semiótica greimasiana *realizou* sua própria formulação do sujeito. Adiante, estuda quais foram os desdobramentos da semiótica tensiva a respeito desse mesmo tópico.

Dentre muitos dos caminhos que poderiam ser tomados na semiótica francesa de hoje, adotamos a semiótica tensiva por ter proposto suas contribuições de acordo com o *tribunal epistemológico* interno à disciplina, isto é, de acordo com o modo semiótico, vale dizer, languageiro, de validar um conhecimento. Partindo dessas bases, a semiótica tensiva logrou refinar a metodologia de análise para o aumento da espessura do sujeito.

Antes de terminar este capítulo, a última seção é reservada ao exame de duas importantes contribuições epistemológicas que julgamos estar de acordo com os princípios semióticos; ao mesmo tempo, sustentam que essa disciplina é capaz de analisar elementos a princípio considerados como transcendências perigosas.

1 O sujeito greimasiano

1.1 O sujeito na *Semântica estrutural*

O primeiro modelo de semiótica proposto por Algirdas Julien Greimas, talvez sob a influência do positivismo ainda dominante em linguística, parece ter interpretado apressadamente algumas afirmações hjelmslevianas. Um dos gestos teóricos iniciais de Greimas consistiu na tentativa sistemática de excluir de seu modelo os problemas subjetivos, provavelmente movido pela interpretação correntemente atribuída ao princípio de imanência. Uma leitura de sua obra fundadora, *Semântica estrutural* ([1966] 1973) é uma ilustração convincente

desse esforço. Não obstante, felizmente para a semiótica e malgrado o desejo de Greimas, nem mesmo ali havia uma total exclusão da subjetividade.

Um embaraço já se delineia diante da necessidade de caracterizar a semântica como um objeto homogêneo e independente que, mesmo na especificidade de sua ocupação — a significação; o sentido —, seja capaz de ser mantido dentro dos limites do rigor assumido pela linguística moderna. O receio de que sua abordagem pareça “frouxa” é expresso já nas primeiras páginas da obra:

A definição tradicional [do objeto da semântica] considerado pudicamente como “substância psíquica”, impede sua nítida delimitação em relação à psicologia e, mais tarde, em relação à sociologia.

(Greimas, [1966] 1973, 13)

Além disso, Greimas atribui o desmerecimento da disciplina semântica a “uma certa concepção linguística que se apoiava sobre a psicologia do comportamento” (Greimas, [1966] 1973, 13), donde Leonard Bloomfield teria concluído que o signo seria uma forma fonética que tem sentido, mas que nada poderia ser sabido sobre esse sentido. Insinua, assim, que o emprego da psicologia do comportamento nos estudos da linguagem seria o responsável pelo fechamento do acesso ao conhecimento do sentido.

Nessa obra inaugural, o linguista e semioticista lituano considera necessária a integração teórica de sua semântica com os estudos de linguística geral, além de assinalar sua especificidade por relação à linguística, que consiste em sua dependência teórica em face de outros sistemas de significação que não se restringem às línguas naturais. É nesse movimento que Greimas retoma a semiologia postulada por Saussure:

se é verdade que a semântica deve encontrar seu lugar na economia geral da linguística e aí integrar-se com seus postulados e o corpo de seus conceitos instrumentais, cumpre-lhe ao mesmo tempo visar a um caráter de generalidade suficiente para que seus métodos, que estão para ser elaborados, sejam compatíveis com qualquer outra pesquisa que vise à significação. Em outros termos, se a semântica tem por objeto de estudo as línguas naturais, a descrição destas faz parte dessa ciência mais vasta da significação que é a semiologia, no sentido saussuriano do termo.

(Greimas, [1966] 1973, 14)

Greimas considera problemático esse lugar concedido à semântica — que será sua semiótica, adiante — por ter de responder às exigências lógicas da

linguística geral por um lado e, por outro, às imposições qualitativas da literatura e da história:

A necessidade de formalização, a insistência na univocidade dos conceitos utilizados só podem ser expressas, neste estágio da pesquisa, por uma neologia das denominações e por redundância das definições que se pretendem umas mais rigorosas que as outras; esse tateamento pré-científico só pode parecer igualmente pedante e supérfluo ao destinatário cujo sistema de referências culturais é literário ou histórico. Mas parecerá, com justiça, insuficiente e excessivamente “qualitativo” aos lógicos e aos matemáticos que constituem um grupo de sustentação e de pressão que a linguística não pode deixar de considerar. Assim, mergulhado entre exigências práticas e contraditórias, o autor só pode escolher, com o risco de descontentar a todos, o caminho mediador.

(Greimas, [1966] 1973, 14)

Diante da exigência de superação da dificuldade, Greimas opta não por um, mas por dois caminhos distintos. De uma parte, filia-se à epistemologia de Hjelmslev, que já teria sublinhado a dificuldade de lidar com a significação aplicada a todas as linguagens, e que teria oferecido como saída o emprego de pressupostos epistemológicos tão pouco numerosos e tão gerais quanto possível (Greimas, [1966] 1973, 15). De outra parte, vincula-se aos estudos da percepção, notadamente aqueles desenvolvidos por Maurice Merleau-Ponty, adotando a “atitude epistemológica [...] das ciências humanas do século XX em geral” (Greimas, [1966] 1973, 16).

Greimas argumenta que a consideração da “percepção como o lugar não linguístico onde se situa a apreensão da significação” ([1966] 1973, 15) tem o mérito de tirar o foco dos estudos humanísticos “do gênio ou da imaginação” (Greimas, [1966] 1973, 16) para situá-lo sobre a “percepção da obra” (Greimas, [1966] 1973, 16). Dessa maneira, afasta-se dos estudos genéticos e instaura uma perspectiva mais objetiva diante da análise. Sua intenção de assegurar a objetividade é atraente, mas os meios empregados viriam a implicar novas dificuldades.

Greimas alocava o pensamento de Hjelmslev ao lado da linguística e da lógica, opondo-o aos interesses da literatura e história. Dessa maneira, participava da leitura correntemente feita da obra do mestre dinamarquês, em que

a teoria da linguagem é concebida como um formalismo extremo, isolado de qualquer intervenção da materialidade transcendente às linguagens. Vendo-se diante da necessidade de dar conta do sentido enquanto sensação, percepção e afeto, o pesquisador lituano recorre à fenomenologia de Merleau-Ponty que, em sua opinião, seria muito mais afeita ao exame desses sentidos transcendentais às linguagens. Caso considerasse a abertura da teoria da linguagem à transcendência, regida pela imanência, não precisaria ter escolhido esse “caminho mediador”.

Como quisemos demonstrar na última seção do capítulo precedente, as características da fenomenologia que interessavam à empresa de Greimas também estão presentes na obra de Hjelmslev, não por acaso, mas porque a fonte do ponto de vista de Merleau-Ponty sobre a estrutura teria sido a mesma que a de Hjelmslev, isto é, a linguística de Saussure. Um dos discípulos de Greimas, Claude Zilberberg, aposta no potencial existente na própria epistemologia linguística para o tratamento de transcendências à linguagem, como é o caso dos estados de alma, fundando a vertente semiótica que ficou sendo conhecida como *semiótica tensiva*.

Nesta tese, optamos pelo emprego da vertente tensiva dos estudos semióticos por conta dessa escolha epistemológica, que evita as dificuldades geradas pelo encontro com a fenomenologia — filosofia que traz em seu bojo ocupações ontológicas — ao mesmo tempo em que enaltece os ganhos obtidos por meio do pensamento propriamente linguístico. Dadas suas escolhas, Zilberberg permanece subscrito ao projeto do principal precursor da semiótica:

Os argumentos que se poderiam adiantar contra semelhante tentativa do domínio do humano, invocando que a vida espiritual do homem e os fenômenos que a constituem não poderiam ser objeto de uma análise científica sem que se mate essa vida e que, por conseguinte, o próprio objeto da análise se subtraia à observação, são apenas argumentos apriorísticos que não podem desviar a ciência de seu empreendimento. Se este fracassar — não no detalhe de sua execução, mas em seu próprio princípio — as objeções humanistas serão então legítimas, e os objetos humanos daí por diante só poderão ser submetidos a um tratamento subjetivo e estético. Em compensação, se essa experiência for bem sucedida, de modo que seu princípio se mostre aplicável, as objeções cairão por si mesmas,

e tentativas análogas deverão ser então efetuadas em outras ciências humanas. (Hjelmslev, [1943] 2006, 9)

Deixando de lado as justificativas de nossas escolhas teóricas, cumpre retomar o exame de *Semântica estrutural*. A abordagem zilberberguiana do sujeito voltará detalhada na próxima seção deste capítulo.

Uma primeira grande dificuldade a superar para a fundação de uma semântica do discurso, isto é, uma semiótica, consistiu na ultrapassagem dos limites da frase. Para resolver essa questão, Greimas inspirou-se na sintaxe delineada por Lucien Tesnière, que pensava o enunciado frasal como um “pequeno espetáculo” em que sujeitos trocavam objetos. Sucede que o modelo elaborado por Tesnière tinha uma forte propensão a um pensamento dicotômico que discerne coisas e ideias, como se a sociedade e o indivíduo pertencessem a naturezas diversas.

Esse modo de entender a relação entre sujeito e mundo teria sido a principal razão de Husserl não ter logrado alcançar um modelo propriamente intersubjetivo em sua concepção da alteridade na fundação do pensamento fenomenológico. Luís Claudio Figueiredo estudou as diferenças existentes entre os autores da fenomenologia, dada a importância decisiva que esse ramo da filosofia teve para o desenvolvimento da intersubjetividade. Ao explanar a respeito das contribuições que Lévinas teria fornecido à fenomenologia no tocante à intersubjetividade, ele aborda essa dificuldade da concepção fenomenológica husserliana discutindo seu conceito de “consciência intencional”:

Ao pensar a consciência como intencionalidade, Husserl assenta suas elaborações sobre uma suposta primazia e originariedade da relação sujeito-objeto: toma o conhecimento como modelo das relações do homem com o mundo, entende o conhecimento como alguma forma de relação entre a representação e a coisa representada. [...] Contudo, a ênfase de Lévinas é na correspondência e na adequação do objeto ao sujeito. (Figueiredo, 1997, 41)

A Greimas, a noção de espetáculo formulada por Tesnière interessa na medida em que permite estender a análise para além dos limites da frase, apresentando elementos formais que subjazem a quaisquer narrativas. Nesse sentido, independentemente de o enunciado ser simplesmente “João casou com Maria” ou ser um romance de seiscentas páginas em que João atravessa milhares de peripécias para, enfim, casar com Maria, sempre haveria, em um caso e

outro, a relação mínima entre sujeito e objeto. Essa formulação mínima, porém, não satisfaz a Greimas que, inspirado na morfologia do conto maravilhoso de Vladimir Propp, incorporou em seu modelo de estrutura mínima da narrativa as noções de destinador e de antissujeito. Nessa etapa do projeto semiótico de Greimas, as categorias de análise não estavam ainda tão bem demarcadas, mas já começam a ser delineadas:

A pesquisa sintática francesa, na medida em que tem a coragem de atribuir um conteúdo semântico aos actantes¹ (Tesnière, Martinet), propõe apenas uma solução empírica sob forma de um inventário em três actantes

agente vs paciente vs beneficiário

sem cuidar de sua articulação categórica, sem se inquietar, por exemplo, com o fato de que o “beneficiário” não pressupõe um “agente” mas um “benfeitor”.

Assim, nossa primeira sugestão consistiria em articular os actantes em duas categorias distintas:

sujeito vs objeto
destinador vs destinatário

interpretando, quando se fizer necessário, pelo sincretismo categórico, toda acumulação eventual de actantes.

(Greimas, [1966] 1973, 170–1)

Uma vez reivindicado um espaço para o par de categorias destinador / destinatário, mais adiante Greimas vai reclamar o lugar de direito das forças antagonistas, ao lado das agonistas:

É mais difícil assegurar a articulação categórica dos outros actantes, a não ser que nos falte o modelo sintático. Reconhecemos, entretanto, sem dificuldades duas esferas de atividade e, dentro destas, duas espécies de funções bastante distintas:

¹ A tradução oficial de *Semântica estrutural* traduz “actants” por “atuantes”. Como é sabido, mais tarde, a tradução que se estabeleceu foi a de “actantes”. Ainda que estejamos empregando a tradução oficial, trocamos a nomenclatura dessa categoria pela metalinguagem hoje empregada a fim de evitar equívocos.

1. As primeiras, que consistem em trazer auxílio, agindo no sentido do desejo, ou facilitando sua comunicação;
2. E outras que, ao contrário, consistem em criar obstáculos, opondo-se quer à realização do desejo, quer à comunicação do objeto.

Esses dois feixes de funções podem ser atribuídos a dois actantes distintos, que designaremos com os nomes de

adjuvante vs oponente

Esta distinção corresponde à formulação de Souriau, de quem tomamos emprestado o termo *oponente*; preferimos o termo *adjuvante*, introduzido por Guy Michaud, a *auxílio* de Souriau.

(Greimas, [1966] 1973, 233-4)

Ainda que essa primeira formulação fosse incipiente, não se pode negar que haja aí a busca por definir um espaço para justificar as “correspondências e adequações” entre sujeito e objeto. A introdução dos pares de categorias *destinador / destinatário* e *adjuvante / oponente* tem o mérito de ultrapassar o entendimento da relação do homem com sua realidade como uma mera objetivação. As forças emissivas e remissivas implicadas na integração desses novos actantes no quadro geral representam o valor subjetivo — até mesmo intersubjetivo — envolvido nas atividades humanas. O sentimento, que determina as ações inteligíveis, aparece nessa fase dos estudos semióticos expresso por uma sorte de amálgama ainda não discretizado entre as categorias actanciais e as forças modais:

Se os actantes, que definimos anteriormente como classe de sememas discretos, recebem assim determinações suplementares, sob a forma de metassemas que os constituem em sujeitos, objetos, destinadores ou destinatários, as funções, por sua vez, que concebemos como conteúdos sêmicos integrados, se acham abarcadas por categorias que decidem sobre seu estatuto em relação aos actantes e que constituem a mensagem enquanto acontecimento significativo, isto é, enquanto espetáculo do acontecimento. As categorias que chamamos “actanciais”, por parecer ser constitutivas dos papéis particulares atribuídos aos actantes, parecem ser, ao mesmo tempo, categorias modais, de maneira a atribuir um estatuto próprio a cada mensagem-espetáculo.

(Greimas, [1966] 1973, 174)

Mais à frente, através do reconhecimento do papel fundamental do desejo como elemento de intermediação entre o homem e suas ações, o fundador da semiótica formula a necessidade do aumento da espessura do sujeito enquanto uma “investidura sêmica mais pesada”:

Se quiséssemos indagar a respeito da possibilidade de utilização, a título de hipótese estruturante, desse modelo que consideramos operacional, deveríamos começar por esta observação: o fato de ter desejado comparar as categorias sintáticas aos inventários de Propp e de Souriau nos obrigou a considerar a relação entre sujeito e objeto — que nos pareceu inicialmente ser, em linhas gerais, uma relação de ordem teleológica, isto é, uma modalidade de “poder fazer” que, ao nível da manifestação das funções, teria encontrado um “fazer” prático ou mítico — como uma relação mais especializada, comportando uma investidura sêmica mais pesada, de “desejo”, e transformando-se, ao nível das funções manifestadas em “procura”. Diríamos assim que as particularizações eventuais do modelo deveriam incidir inicialmente sobre a relação entre os actantes “Sujeito” vs “Objeto”, e manifesta-se como uma classe de variáveis constituída de investiduras suplementares.

(Greimas, [1966] 1973, 236)

Mas, enquanto estrutura, isto é, na qualidade de uma rede de relações entre relações, essa formulação parece ser ainda um tanto módica. Efetivamente, um grande passo foi dado na direção do estabelecimento de uma ponte entre sujeito e objeto. Não obstante, falta ainda avançar um tanto para que o sujeito deixe seu estatuto estanque de categoria para se tornar uma relação em si mesmo. Do contrário, se o sujeito não for modificado pela função contraída, não será capaz de guardar em si a “história” dos eventos vividos, para empregar os termos fenomenológicos; ou, em termos hjelmslevianos, não constituirá uma estrutura propriamente dita. Se a função não altera a categoria, segundo a tese morfossintática de Hjelmslev, trata-se de uma síntese, na qual os eventos são classificados de acordo com a categorização determinada previamente. Procedimento este que, segundo Hjelmslev, peca por não responder à faceta empírica, motivada, do exame.

1.2 O sujeito no *Dicionário I*

No *Dicionário de semiótica* (Greimas & Courtés, [1979] 1994), o verbete “Comunicação” é iniciado com uma crítica ao modo como a teoria da informação aborda a comunicação, seguida por uma contestação do esquema de comunicação posteriormente desenvolvido por Roman Jakobson. Para os autores, esses modelos são demasiado mecanicistas, não dando conta da faceta intersubjetiva da comunicação. Eles chamam a atenção para a carência das modalizações comunicativas que são as responsáveis pelo fazer persuasivo e pelo fazer interpretativo.

A seguir, sob o mesmo verbete, Greimas & Courtés acrescentam ao debate o trabalho de John Langshaw Austin por também assumir a tarefa de explicar a linguagem como uma operação intersubjetiva. Os autores, entretanto, consideram que essa abordagem tampouco seria satisfatória por estar “presa a parâmetros ‘extralinguísticos’” (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 67). A concepção de comunicação que parece mais adequada aos autores é a de Lévi-Strauss, ainda que haja ressalvas. Nas palavras dos autores:

As atividades humanas, no seu conjunto, são geralmente vistas como ocorrendo em dois eixos principais: o da ação sobre as coisas, pela qual o homem transforma a natureza — é o eixo da produção —, e o da ação sobre os outros homens, criadora das relações intersubjetivas, fundadoras da sociedade — é o eixo da comunicação. O conceito de troca, que, na tradição antropológica francesa (mormente depois de M. Mauss), recobre essa segunda esfera de atividades, pode ser interpretado de duas maneiras diferentes, ou como transferência de objetos-valor, ou como comunicação entre sujeitos. As transferências de objetos que se apresentam sob a forma de aquisições e de privações afetam apenas os sujeitos e constituem, na medida em que se revestem de formas canônicas, sistemas de relações inter-humanas, que regulam os desejos e os deveres dos homens. Lévi-Strauss propôs distinguir três dimensões fundamentais dessas transferências-comunicações: às trocas de mulheres, consideradas como processos, correspondem as estruturas de parentesco que têm a forma de sistemas; às trocas de bens e serviços correspondem as estruturas econômicas; às trocas de mensagens, as estruturas linguísticas.

(Greimas & Courtés, [1979] 1994, 67)

Os autores do *Dicionário* ressaltam algumas adaptações da concepção de Lévi-Strauss a seus interesses particulares. Por um lado, eles alargam o escopo do sistema correspondente às trocas de mensagens: não seriam apenas estruturas linguísticas, mas semióticas. Com isso, abrangem outras linguagens além das línguas naturais. Por outro lado, consideram que seria justo subtrair a conotação eufórica que veem na concepção levistraussiana da troca *benevolente* entre os homens. Argumentam que as trocas são constituídas seja de estruturas contratuais, seja de estruturas polêmicas. Feitas essas ressalvas, aferem que a concepção de Lévi-Strauss permite “uma abordagem propriamente semiótica do problema” (p. 68).

Uma vez estabelecido que as relações intersubjetivas em semiótica são embasadas seja nas transferências de objetos-valor, seja na comunicação entre sujeitos, os autores refletem a respeito da decorrência de tais transferências na constituição de cada sujeito. Para eles, os valores investidos nos objetos são constitutivos do ser do sujeito, “o qual se acha constantemente submetido a um aumento ou a uma diminuição de seu ser” (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 87). Assim, tangenciam a concepção heideggeriana do “ser-no-mundo” (*Dasein*), em que um ente é atravessado pelo que está “dito” no mundo em que se insere antes de poder constituir seu próprio “dizer”, instituindo, desta feita, um ente social.

Uma outra questão que envolve a intersubjetividade e que, segundo Greimas & Courtés, é ao mesmo tempo de fácil reconhecimento e de difícil explicação, consiste na diferença entre a comunicação recebida e a assumida. É no “discurso psicanalítico”, sem maiores especificações da fonte, que os autores buscam a ancoragem para diferenciar uma e outra:

O discurso psicanalítico já evidenciou o desvio existente entre os mecanismos que garantem a apreensão da significação e os procedimentos, pouco conhecidos, que presidem à sua apropriação, à sua integração na axiologia já existente. Tudo se passa como se o sujeito receptor não pudesse entrar em plena posse do sentido a não ser dispondo de antemão de um querer e de um poder-aceitar — ou, em outros termos, a não ser que ele possa ser definido por um certo tipo de competência receptiva que constituiria, por sua vez, a primeira e a última visada do discurso enunciator. Se assumir a fala do outro é nela acreditar de uma certa maneira, então, fazê-la

assumir equivale a falar para ser acreditado. Assim considerada, a comunicação é mais um fazer-creer e um fazer-fazer do que um fazer-saber, como se imagina um pouco apressadamente.

(Greimas & Courtés, [1979] 1994, 69)

Esse “certo tipo de competência receptiva” será identificado por Herman Parret (1991) como pertencente ao domínio da estética que, para ele, seria a fonte do “valor do valor” na comunicação das comunidades. Retomaremos esse ponto na última seção deste capítulo. Por ora, basta reter que Greimas & Courtés assumem a existência de um componente intersubjetivo que atribuiria um certo valor fiduciário ao valor daquilo que é transferido de um sujeito a outro. Atendo-nos pelo momento à perspectiva estritamente greimasiana, aquilo que agregaria valor ao valor seria a *timia*, mais tarde reformulada como *foria*. É possível verificar essa afirmação no verbete “Valor”, do mesmo *Dicionário* (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 483):

Uma categoria semântica, representada com o auxílio do quadrado semiótico, corresponde ao estado neutro, descritivo, dos valores investidos: levando-se em conta seu modo de existência, dir-se-á que se trata, nesse nível, de valores virtuais. Sua axiologização só aparece com o investimento complementar da categoria tímica que conota como eufórica a dêixis positiva e como disfórica a dêixis negativa. Sendo essa categoria de ordem proprioceptiva, o investimento tímico só é concebível na medida em que este ou aquele valor — articulado pelo quadrado — seja posto em relação com o sujeito. Isso equivale a dizer que os valores só são axiologizados — e de virtuais passam a valores atualizados — quando são lançados nos quadros que lhes estão previstos no interior das estruturas narrativas de superfície e, mais precisamente, quando são investidos nos actantes-objetos dos enunciados de estado. Nessa instância, os valores permanecem atuais enquanto se acham disjuntos dos sujeitos que são, por enquanto, apenas sujeitos segundo o querer: a conjunção com o objeto-valor, efetuada em benefício do sujeito, transforma o valor atual em valor realizado.

Greimas & Courtés abordam o valor de um ponto de vista gerativo no *Dicionário*, em que o valor apenas seria atualizado por meio de sua relação com o sujeito, em nível superior ao fundamental. Eles prosseguem inferindo que o valor atualizado ainda careceria da conjunção em benefício de um sujeito do

querer para que seja um valor realizado. Afirmar que a realização do valor é efetivada apenas nos casos em que o sujeito é um sujeito do querer e que o valor é realizado apenas quando em benefício do sujeito parece um pouco restritivo. Ainda que os autores não se refiram em momento algum à intersubjetividade nesse verbete, parece que esse valor euforizado vem à baila para preencher o espaço daquele “certo tipo de competência receptiva” que apareceu no verbete anteriormente estudado. Estariam os autores intuindo que a foria estaria na base dessa competência receptiva do sujeito?

Uma coisa é certa: foria e valor não se confundem. A timia, como é chamada no *Dicionário*, “serve para articular o semantismo diretamente ligado à percepção que o homem tem de seu próprio corpo” (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 462). Semioticamente falando, essa abordagem da categoria fórica é pouco esclarecedora, na medida em que seus termos-chave parecem fugir ao escopo metodológico da disciplina. A segunda entrada do verbete “Tímica (categoria ~)” parece mais bem ancorada no domínio semiótico. Nela, fica esclarecido que a categoria tímica articula-se em euforia / disforia, transformando os microuniversos em axiologias por provocar a valorização positiva ou negativa de cada termo da estrutura elementar.

Parece justo inferir que as transferências intersubjetivas de valores são valorizadas, antes de tudo, pela positividade ou negatividade, que é independente do valor em si mesmo. A questão que permanece desse exame é a seguinte: como conceber, dentro dos limites da metodologia semiótica, essa positividade ou negatividade que já estariam inscritas em um sujeito no momento em que ele tem de se haver com um valor investido em um objeto e deve decidir se quer ou não entrar em conjunção com ele?

Essa questão é pertinente na medida em que, ao nos depararmos com diversos atores em múltiplas manifestações textuais, temos um *feeling* a respeito de sua disposição diante das trocas intersubjetivas que efetuará, mesmo que ainda não tenham ocorrido. Isso é um indício de que há algo na constituição identitária dos atores que somos capazes de reconhecer e generalizar como suas “competências receptivas”, ainda que informalmente.

O verbete “Contrato” retoma a questão da intersubjetividade. O contrato é considerado como uma espécie de comunicação fática que seria pressuposta pela comunicação semiótica, ou seja, o sucesso de uma comunicação dependeria

do sucesso das trocas preliminares que se dariam com base em uma “expectativa benevolente ou desconfiada” (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 84), que podemos interpretar como a mesma “competência receptiva” do sujeito.

Ainda sob o mesmo verbete, importa observar que a relação intersubjetiva efetuada pelo contrato recobre as etapas da manipulação e da sanção. Abrange a manipulação ao fornecer uma “abertura sobre o futuro e as possibilidades de ação”; engloba a sanção cognitiva ao “modificar o estatuto (o ser e/ou parecer) de cada um dos sujeitos em presença” (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 84). Mas é curioso observar que o conceito de intersubjetividade, embora, produtivo, seja relegado a um lugar marginal. A menção do *Dicionário* a essa noção entra em cena, por assim dizer, pela “porta dos fundos”:

Sem que se possa dar uma definição rigorosa dessa noção intuitiva [da relação intersubjetiva “contraída” pelos sujeitos], trata-se de propor o termo contrato, a fim de determinar progressivamente as condições mínimas nas quais se efetua a “tomada de contato” de um sujeito para com outro. (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 84)

Não podendo ser incorporado à economia geral do método semiótico àquela época, o problema da “competência receptiva” é colocado entre parênteses e nomeado de “contrato”, embora desprovido das condições básicas para que seja admitido como uma categoria de análise. Uma evidência de seu estatuto marginal é a ausência de sua menção nos verbetes “Manipulação” e “Sanção” do mesmo *Dicionário*: ainda que fundante da comunicação reconhecidamente estabelecida nessas duas etapas, a intersubjetividade — essa “noção intuitiva” — sequer é mencionada.

De resto, parece não ser negligenciável a pequena diferença de escopo da noção de intersubjetividade entre os verbetes “Comunicação” e “Contrato”. No início da definição de “Comunicação”, os autores reivindicam que as teorias da comunicação deem conta da persuasão e da interpretação, alocando na manipulação e na sanção o escopo da intersubjetividade, coincidindo com a abrangência de seu rendimento no verbete “Contrato”. Entretanto, ao mencionar a abordagem levistraussiana, a intersubjetividade incidiria ainda sobre a etapa da ação, posto as transferências entre homens ocorrerem “como transferências de objetos-valor, ou como comunicação entre sujeitos” (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 67). Ou seja, na entrada “Comunicação”, as mudanças conjuntas também

seriam um modo de relação intersubjetiva. Porém, a intersubjetividade como transferência de objetos-valor não será retomada em nenhum outro texto de Greimas até onde alcança nosso conhecimento.

De nossa parte, acreditamos que o reconhecimento de tais “competências receptivas” e sua inserção na metodologia semiótica viabilizaria o acesso à significação advinda da previsibilidade das ações efetuadas pelos atores, bem como os efeitos de sentido provenientes das quebras de expectativa. Em outras palavras, parece que a disposição receptiva do sujeito é promotora de esperas e acontecimentos que reconhecemos nos textos, mas que ainda não pudemos sistematizar no domínio da semiótica. O quarto capítulo desta tese propõe a integração das “competências receptivas” no quadro metodológico. Seu rendimento é exemplificado sobretudo na análise do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos.

1.3 O sujeito em *Sobre o sentido II*

Entre a predisposição patente à exclusão da subjetividade na análise e a busca latente e contínua pelo aumento da espessura do sujeito, sempre fazendo de mediador entre os lógicos, de um lado, e dos literatos e historiadores, do outro, logo na “Introdução” de *Sobre o sentido II*, Greimas ([1980] 2014, 29) mostra-se insatisfeito com o modelo inicialmente concebido:

Tudo se passa como se, tendo-se esgotado o valor heurístico de certos conceitos instrumentais, um novo projeto, a construção de uma sintaxe semiótica modal, capaz de criar suas próprias problemáticas e de definir objetos semióticos novos, já estivesse pronta para tomar o bastão após uma década de esforços coletivos.

Quer se trate de uma crise de crescimento ou de uma mudança decisiva, uma nova feição da semiótica vai se desenhando aos poucos.

A sintaxe modal consiste no delineamento de uma pequena tipologia dos modos como o sujeito contrai relação com seu destinador, com seus objetos e, enfim, consigo mesmo. Nessa tipologia, que fornece em inventário as modalidades do *querer*, *dever*, *poder*, *saber*, *crer*, *ser* e *parecer*, é interessante observar que o conhecimento, o *saber*, é apenas uma parte. Isto significa que os modos

de “correspondência e de adequação” entre sujeito e objeto não se dão exclusivamente por meio de forças propriamente intencionais. Deixa-se vaziar a dimensão sensível, subjetiva, pelas frestas do modelo.

No excerto acima também chama a atenção a ideia que Greimas faz da “virada modal” ao afirmar que a admissão da centralidade das modalidades consistiria em uma “crise de crescimento” ou em uma “mudança decisiva”. O fundador da semiótica jamais chegou a considerar a admissão da dimensão subjetiva como uma continuidade do projeto inicial. Para ele, trata-se de uma ruptura epistemológica no seio de sua disciplina.

O segundo capítulo da obra, intitulado “Os actantes, os atores e as figuras”, apresenta um quadro actancial mais estabilizado por relação àquele proposto em *Semântica estrutural*. Agora, as forças antagonistas não são opostas apenas ao adjuvante. Cada actante passa a possuir seu par antagônico. Sujeito, objeto, destinador e destinatário estão mais próximos de uma condensação em uma só força emissiva, por oposição ao quadro actancial remissivo, composto pelo antissujeito, antiobjeto (ou abjeto), antidestinador e antidestinatário. Com isso, os valores investidos no objeto mostram-se como o resultado de toda uma organização intersubjetiva. Em outras palavras, a “realidade” do sujeito não é mais constituída de uma natureza diversa; os próprios valores humanos — comunitários, sociais — constituem a pregnância dos objetos, definindo, em última instância, o *sentido* missivo das vivências.

É possível questionar se os casos de sincretismo actancial em que um só ator investe semanticamente os actantes destinador, destinatário e sujeito são também embasados por uma relação intersubjetiva. De nosso lado, defendemos uma perspectiva que assume a coexistência de diversas dimensões interdependentes da intersubjetividade, em que uma de suas facetas é a intersubjetividade intrapsíquica, na qual as decisões “próprias” de um indivíduo são estabelecidas segundo a memória — ou “história” — das relações anteriormente estabelecidas com outros indivíduos. Essa argumentação será retomada apenas no terceiro capítulo, mas interessa adiantar que, de nosso ponto de vista, a internalização das relações interpessoais participa do jogo das correspondências intersubjetivas.

O quesito da estruturação interna ou externa ao sujeito é um tópico cujo exame é instigante. Ainda no segundo capítulo, na subseção “Verificação”, Greimas desenvolve esse problema:

A estratégia dos papéis actanciais adquiridos ou trocados ao longo da narrativa não se limita aos jogos de competências e de performances. De fato, não se deve esquecer que, por exemplo, para nos atermos apenas ao conto popular, a *competência* do sujeito (= sua qualificação) somente pode ser adquirida com a ajuda de uma *performance simulada*. Ora, quando se afirma que ela é *simulada* subteme-se que ela é realizada para parecer verdadeira, embora “na realidade” não o seja. (Greimas, [1980] 2014, 66)

Em que consiste essa “realidade” a que Greimas alude? Ela é oposta a quê? Sabemos que a oposição subjacente a esse tópico teórico consiste na correspondência entre os chamados *programas de base* e os *programas de uso*. As realizações dos programas de uso não são “realizadas” do ponto de vista do programa de base porque não promovem a conjunção entre sujeito e objeto. Por outro lado, da perspectiva dos programas de uso propriamente ditos, não deixam de ser realizações legítimas ao promover a conjunção entre sujeito e competência. Se o resultado dessa conjunção não se dá na “realidade” do sujeito, sendo sancionada como uma “simulação”, é porque há uma realidade a ser considerada. O problema é que ela não pode ser assumida enquanto tal, para não atrair questionamentos ontológicos. Assim, protege-se entre as aspas ao longo da obra de Greimas.

A necessidade de assimilação da semiótica por parte da linguística que, como dissemos no primeiro capítulo, assumiu uma postura avessa às questões subjetivas, levou Greimas a tomar esse tipo de cuidado, compatível com as demandas de seu tempo. À luz de uma reinterpretação do estruturalismo hjelmsleviano e munidos que estamos do desenvolvimento dos estudos da intersubjetividade, as coisas se apresentam de modo diferente nos dias atuais. A assunção da subjetividade possibilita seu tratamento enquanto categoria.

Em lugar de nos valer de aspas, metáforas e outros procedimentos que podem complicar a metodologia, dada sua natureza ambígua, podemos simplesmente assumir a subjetividade como termo contrário da objetividade. É assim que Zilberberg parece operar na semiótica tensiva, opondo a dimensão *sensível* à *inteligível*.

No próximo capítulo, questões desse gênero, que envolvem a distinção entre aquilo que ocorre internamente ao ator e aquilo que se dá em sua realidade de modo a ser apreensível pelos demais indivíduos que dela compartilham, serão

analisadas em termos de dimensões intersubjetivas interdependentes, enquanto simples oposição de contrariedade entre *campo subjetivo* e *campo objetivo*.

Desobrigados das premências da época de Greimas, sugerimos apenas lançar mão deliberadamente das questões que sempre exigiram a atenção do analista. Greimas parece sempre ter tido consciência das exigências próprias ao sujeito, mas, considerando-as contraditórias por relação ao “critério estrutural”, perseguiu a terminologia a elas associadas como uma “flagrante imperfeição”:

O exame do actante objeto nos permitiu distinguir por outro lado duas espécies de objetos: os que são investidos de “valores objetivos” e os que comportam “valores subjetivos”. Apesar da flagrante imperfeição dessa terminologia, a distinção está evidentemente fundada em um critério estrutural, o de seu modo de atribuição, que se faz, no primeiro caso, consoante ao *ter* e, no segundo, conforme o *ser*.
(Greimas, [1980] 2014, 68)

Ao aceitar a subjetividade como uma categoria que se opõe à objetividade, podemos controlá-la de acordo com o sistema geral de análise. Desse modo, prescindimos de critérios externos ao texto para tomar decisões acerca da verossimilhança textual, que é o tópico abordado por Greimas na primeira subseção do quinto capítulo da obra em estudo. Nessa passagem, para dar conta da verossimilhança textual, faz uso do conhecimento extratextual:

um mesmo contexto cultural não só admite a existência de discursos não verossímeis, o que é normal e advém da lógica natural implícita, e de discursos que não são nem verossímeis nem inverossímeis — os científicos, por exemplo —, mas também entende que o julgamento sobre o caráter verossímil do discurso só pode ser adequadamente formulado pela classe dos adultos e por isso pressupõe certo grau de desenvolvimento da inteligência. De fato, os psicólogos nos dizem que até certa idade as crianças, ao assistir à televisão, não conseguem distinguir os personagens que existem “realmente” dos seres imaginários; as ações e histórias “reais”, da pura fantasia. Um campo particular de pesquisa aflora: trata-se de ver como, a partir desse imbróglio, se dá a aquisição progressiva da “realidade”, isto é, da visão segundo o “senso comum”.
(Greimas, [1980] 2014, 116)

A verossimilhança é tratada no excerto acima como a projeção da realidade do mundo natural sobre o mundo construído no texto. Não obstante, sabemos

que os textos criam suas próprias realidades. É verossímil que o “Super Homem”, proveniente do planeta “Krypton”, possa voar, mas é inverossímil que “Lois Lane”, sua namorada terráquea, também possa. A realidade objetiva de um texto não é coincidente com as convenções adotadas na realidade ontológica como condições de verdade, de maneira que as crianças são capazes de perceber inverossimilhanças internas aos universos criados nos programas de TV antes mesmo de dominar as convenções do mundo real.

Essa distinção é de extrema importância na avaliação da verossimilhança e dos decorrentes jogos de veridicção que dão sentido aos textos. Quando oposta à subjetividade dos atores textuais, a realidade — ou objetividade — dos textos vai funcionar como um meio de caracterizar os próprios atores. A caracterização do primeiro “José Arcadio Buendía” como gênio louco é diretamente dependente da descrição da realidade de “Macondo” no romance *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Márquez. Não fosse esse lugarejo um lugar ermo e afastado da civilização, sua concepção própria de que o mundo é redondo como uma laranja não poderia ser entendida como um traço de loucura. Em outras palavras, se não houvesse um desnível entre a apreensão subjetiva de “José Arcadio Buendía” e a realidade partilhada pelos demais atores do romance, não haveria nada de surpreendente em sua afirmação (Cf. [Souza \(2009\)](#)).

Discorreremos a respeito da oposição entre subjetividade e objetividade no próximo capítulo. Adiantamos o assunto apenas para caracterizar esse momento da análise semiótica: ainda que as modalidades tragam em seu bojo um aumento da espessura do sujeito, a significação delas decorrente não retorna à categoria originária, isto é, como a categoria “sujeito” não se modifica pelas funções que estabelece, a significação advinda das modalidades não serve a uma reelaboração da significação do sujeito textual em cotejo com outros sujeitos textuais, e acaba sendo lançada sobre o sistema de valores do enunciatário.

O *parecer* do sujeito textual depende daquilo que *parece* aos demais sujeitos textuais; seu *ser* depende daquilo que a realidade do texto estipula. Assim também para as demais modalidades: o querer de um sujeito é avaliado como preponderante ou recessivo por relação ao querer dos demais sujeitos em seu redor. É apenas nas relações estabelecidas sintagmaticamente que essas categorias paradigmáticas fazem sentido, promovendo as expectativas e quebras de expectativas do enunciatário.

O último capítulo da obra, intitulado “Sobre a cólera”, é um capítulo curioso. Ao mesmo tempo em que já apresenta diversas características da metodologia de análise que viria a ser desenvolvida à frente, em *Semiótica das paixões* (Greimas & Fontanille, [1991] 1993), esses traços vêm desvestidos da orientação fenomenológica ostentada na obra escrita em parceria com Jacques Fontanille.

A análise da cólera apresenta as características principais do que será consolidado como o método greimasiano de análise das paixões. Partindo da definição dicionarizada da paixão em exame, o mestre lituano encontra a estrutura narrativa por ela pressuposta. As relações de que lança mão na reconstituição dessa estrutura mínima pressuposta implicam necessariamente mais de um sujeito, ou seja, implicam a *intersubjetividade*. Considerar o sujeito em estado passional como o resultado de um processo de relações estabelecidas anteriormente, a partir de nosso ângulo de visão, representa um avanço considerável em direção ao aumento da espessura do sujeito.

1.4 O sujeito em *Semiótica das paixões*

A última das grandes “rupturas” semióticas empreendidas pelo próprio Greimas, ao lado de Fontanille, ficou conhecida como “virada fenomenológica”, pois as novas formulações provenientes dessa etapa dos estudos semióticos são apresentadas como uma problematização severa de suas bases linguísticas. Em *Semiótica das Paixões* (Greimas & Fontanille, [1991] 1993), a metodologia de análise das paixões iniciada em *Sobre o sentido II* é desenvolvida. Nesse novo texto, porém, ela aparece subordinada à fenomenologia.

A virada fenomenológica responde pela demanda de uma abordagem mais contundente das questões afetivas construídas nos discursos. O “ar do tempo” o exigia. Por um lado, a literatura não mais se ocupava da narração de ações de sujeitos. O *brainstorming* exigia que fosse possível entender a significação de um sujeito que não se relaciona com objetos: um sujeito que *não faz*, que simplesmente *é*. Por outro lado, a conquista de espaço crescente do pensamento fenomenológico colocava em xeque as ambições do conhecimento positivista, ora acusado de mecanicista.

Dadas as contingências históricas mencionadas, e dado o fato de haver muitos pesquisadores estruturalistas engajados numa episteme dita “dura”,

essa corrente de pensamento estava fortemente vinculada ao positivismo. Por uma razão ou por outra — ou mesmo por ambas —, Greimas não associou o revigoramento que buscava para sua disciplina ao pensamento estrutural. Para dar conta da organização de uma semiótica do afeto, subscreve-se à episteme fenomenológica, notadamente a de Merleau-Ponty.

Dentre muitas transformações teóricas que não convém arrolar aqui, a virada fenomenológica inseriu uma nova etapa narrativa, na qual o sujeito não está agindo (relação objetiva), tampouco está em comunicação (relação intersubjetiva). Ele simplesmente está. Nessa etapa, seria possível captar o ser em repouso, com as marcas “históricas” de sua experiência. Assim, ao lado das etapas de manipulação, *performance* e sanção, surge a etapa passional, na qual se observa o ser do sujeito por oposição a seu fazer.

Esse momento foi muito produtivo para a teoria. Como dissemos ao comentar a análise da cólera, Greimas & Fontanille notaram que às paixões que emergiam no discurso, como o ciúme, a raiva, a indignação, etc., subjazia uma pequena narrativa, uma estrutura “histórica” recorrente. Mas não faltaram na literatura da dita “semiótica das paixões” questionamentos a respeito do lugar textual em que as paixões estavam localizadas. Se um sujeito sente ciúmes porque construiu uma pequena narrativa subjetiva, isto significa que não houve relações objetais, pelo simples fato de os objetos não serem “objetivos”, mas sim “subjetivos”? Dúvidas como essas mostram que a distinção entre a relação passional objetiva e a intrapsíquica é um falso problema. Esses elementos evidentemente não estão separados em lugares diferentes dos textos, mas são dimensões distintas da significação narrativa. É a necessidade de aquisição de conhecimento da significação por parte do analista que fará com que ele focalize ora uma, ora outra das dimensões.

Dessa maneira, a identificação da esfera passional dos discursos a uma etapa narrativa desfaz parte dos objetivos de manter uma tensão — uma inter-relação — entre as elaborações intrapsíquicas de cada ator e suas vivências no campo da objetividade. Mais uma vez, a distinção entre a subjetividade e a objetividade internas ao texto parece ser exigida pelo objeto de análise. Ainda que a intelecção do analista exija a descontinuidade, esta não deve prescindir da continuidade. Isto é, uma categoria só deve ser pensada de acordo com a função

que contrai, conforme as dependências que a orientam, e vice-versa. A “casa do sentido” mantém as portas abertas para o contínuo e o descontínuo.

Para superar a distância construída pela segmentação rígida entre as etapas do fazer e do ser do sujeito, Greimas & Fontanille lançam mão da fenomenologia. Sendo um campo de conhecimento estrangeiro, as adequações elaboradas parecem um tanto rápidas e adotam um ar metafórico, que destoa do restante do modelo.

Ora, o estado, na perspectiva do sujeito que age, é ou o resultado da ação, ou seu ponto de partida: haveria, portanto, “estado” e “estado”, e as mesmas dificuldades ressurgem; o estado é antes de mais nada um “estado de coisas” do mundo que se acha transformado pelo sujeito, mas é também o “estado de alma” do sujeito competente em vista da ação e a própria competência modal, que sofre ao mesmo tempo transformações. Com base nessas duas concepções do “estado”, reaparece o dualismo sujeito / mundo. Apenas a afirmação de uma existência semiótica homogênea — tornada tal pela mediação do corpo que sente — permite enfrentar essa aporia: graças a essa transmutação, o mundo enquanto “estado de coisas” vê-se rebaixado ao “estado do sujeito”, isto é, reintegrado no espaço interior uniforme do sujeito. Em outras palavras, a homogeneização do interoceptivo e do exteroceptivo, por intermédio do proprioceptivo, institui *uma equivalência formal entre os “estados de coisas” e os “estados de alma” do sujeito*. Não seria demais insistir, ainda aqui, no fato de que se as duas concepções do estado — estado de coisas, transformado ou transformável, e estado de alma do sujeito, como competência para e depois da transformação — se reconciliam numa *dimensão semiótica da existência* homogênea, isso ocorre à custa de uma mediação somática e “sensibilizante”.

(Greimas & Fontanille, [1991] 1993, 14–5)

Pelo excerto acima, é possível reconhecer que os autores têm consciência da demanda da subjetividade, ainda que seja considerada como um “rebaixamento” (“*rabattu sur l'état du sujet*”) ou redução do sentido. Juízos de valor à parte, os autores reconhecem a necessidade de superar a distância entre sujeito e objeto. Essa superação é proposta, entretanto, por meio de “uma existência semiótica homogênea — tornada tal pela mediação do corpo que sente”.

Contudo, o “corpo que sente”, que remete à *carne* de Merleau-Ponty, não diz muito — ou diz demais — a respeito do modo de operar essa superação

do ponto de vista semiótico. Dizer que essa superação é operada no corpo que sente projeta o problema em debate para fora do quadro metodológico da disciplina. Uma vez mantida estanque, a transformação do sujeito é lançada metaforicamente a seu “corpo que sente”.

As figuras associadas à percepção sobejam ao longo do primeiro capítulo, reservado à discussão epistemológica das paixões em semiótica. Em seguida, a obra opera um salto — ou um retorno — que desemboca na metodologia *grosso modo* já desenvolvida na análise da cólera. A percepção — ou “o corpo que sente” — transforma-se, sem maiores pretensões, em uma etapa narrativa que funciona como uma parada para explicar uma outra micronarrativa pressuposta, enquanto a “história” do sujeito.

Em termos de superação da dicotomia sujeito–objeto, as condições da obra *Semiótica das paixões* parecem ser as mesmas da análise da cólera: houve um avanço no que tange à espessura do sujeito, que passa a gozar de uma “história”. A diferença entre os estados do sujeito repercute em nível discursivo, com investimentos semânticos de diferentes paixões, e reverbera em alguma medida no restante da estrutura narrativa em termos de expectativas e quebras de expectativa. Não obstante, essa mudança promovida pelas funções que o sujeito contrai não retornam à categoria do sujeito em si, mas sim às paixões. Há que se dar conta ainda de uma “história” mais ampla registrada nos sujeitos, que faz com que dois indivíduos, diante das mesmas micronarrativas passionais, enveredem por trilhas diferentes.

2 O sujeito zilberberguiano

Para examinar a concepção zilberberguiana do sujeito, cabe proceder de outro modo. Muito se fala a respeito das dificuldades provenientes do emprego da semiótica tensiva na análise por conta das mudanças constantes ocorridas no modelo. Se não é à toa que se fala, tampouco é à toa que as mudanças sejam operadas: diferentemente de Greimas — e gozando da vantagem de estar uma geração à frente —, Claude Zilberberg não realiza mudanças de natureza epistemológica, apenas adequações metodológicas que, de resto, estavam previstas desde o princípio em sua afiliação ao modelo empírico-dedutivo de Hjelmslev, no qual há um constante ajuste entre arbitrariedade e adequação. Dada a es-

tabilidade epistemológica do modelo, não faz sentido percorrer a evolução de suas obras, pois não é o detalhe metodológico que está no centro do exame deste capítulo.

A postura assumida por Zilberberg em sua obra talvez mais completa, *Elementos de semiótica tensiva* (Zilberberg, [2006] 2011), diante da solução de continuidade entre sujeito e objeto, é a mesma nas demais obras de sua autoria, apresentando apenas uma variação de maior ou menor grau de consciência por relação à totalidade do modelo. Há apenas uma ressalva: a obra *La structure tensiva* (Zilberberg, 2012) introduz um novo par de categorias que têm o mérito de resgatar —ainda que lateralmente— o debate das correlações conversas, tema que nos interessa e cujo debate é iniciado ainda nesta seção e pormenorizado no terceiro capítulo.

No glossário de *Elementos de semiótica tensiva* (Zilberberg, [2006] 2011, 253–4), no verbete “Espaço tensivo”, o autor apresenta a súmula do funcionamento desse mecanismo que embasa a análise tensiva. A definição se inicia distinguindo os elementos paradigmáticos e sintagmáticos do espaço tensivo. Paradigmaticamente falando, ele contém as dimensões da intensidade, responsável pelos estados de alma, e da extensidade, encarregada dos estados de coisas. Do ponto de vista sintagmático, destaca a feita de que os estados de alma regem os estados de coisas.

Avançando na definição, Zilberberg aufere às dimensões uma unidade de medida comum, baseada nos estudos saussurianos do plano de expressão da sílaba, em que a estrutura dessa unidade discreta é determinada pelos aumentos e diminuições de abertura do aparelho fonológico para a produção dos fonemas implicados.

Nesse gesto teórico, pensamos que Zilberberg dá um passo hercúleo em direção à superação da dicotomia solipsista entre sujeito e objeto, valendo-se das relações estruturais provenientes da linguagem. Efetua sua formulação aos moldes do que teria previsto Hjelmslev em sua teoria da linguagem, ao desenvolver um modelo de análise que se constrói sobre as funções contraídas pelas categorias da *semiótica denotativa*. Com efeito, desde as bases primeiras da estruturação tensiva, temos sujeitos e objetos concebidos como o mesmo “material”. Longe de subjetivizar a análise, Zilberberg mostra como esse gesto torna objetiva a concepção da subjetividade.

Além disso, seu modelo também goza da vantagem crucial de modificar as categorias em nome das funções que contrai. As variações da extensidade repercutem na intensidade e vice-versa, colocando em ação o projeto de uma análise estrutural propriamente dita:

O primeiro postulado que mencionaremos é o apego à estrutura, mais que ao estruturalismo, pois, considerando-se o que ocorreu durante as últimas décadas, o termo impõe-se no plural: os estruturalismos. O valor epistêmico da definição de estrutura dada por Hjelmslev em 1948 permanece, a nosso ver, intacto: “entidade autônoma de dependências internas” (Hjelmslev, [1959] 1991, 32). De tal definição, que se ajusta à definição proposta nos *Prolegômenos*, frisaremos o fato de ela combinar uma *singularidade* (“entidade autônoma”) e uma pluralidade (“dependências internas”). Em primeiro lugar, esse ajuste remete, no plano do conteúdo, a uma complementaridade proveitosa:

- i se a singularidade não estivesse acompanhada por uma pluralidade, ela permaneceria impensável, pois que não analisável;
- ii se a pluralidade não pudesse ser condensada e resumida em (e por) uma singularidade nomeável, ela permaneceria no limiar do discurso, como a interjeição.

Em segundo lugar, essa definição vai além do adágio segundo o qual, para o estruturalismo, *a relação prevalece sobre os termos*; a economia do sentido apreende unicamente relações entre relações, uma vez que “os ‘objetos’ do realismo ingênuo reduzem-se, então, a pontos de interseção desses feixes de relacionamento” (Hjelmslev, [1943] 2006, 28). Sob esse ponto de vista, os termos estão situados, enquanto tais, no plano de expressão.

(Zilberberg, [2006] 2011, 15–6)

Colocadas em interdependência, as dimensões subjetiva e objetiva são concebidas por Zilberberg não como categorias estanques, mas como relações que contraem relações.

Um outro aspecto de sua concepção do sujeito, também fundamental, é a admissão de medidas não apenas quantitativas, mas também qualitativas. Com esse procedimento, fornece as condições metodológicas necessárias para o enfrentamento dos problemas que surgem quando o objetivo do semiótico é depreender a significação da faceta subjetiva ao lado da objetiva. Basta

pensar nas significações passionais: se é verdade que não se pode contar a quantidade de amor, também é verdade que é possível dizer que há maior ou menor quantidade desse sentimento.

Zilberberg emprega o “mais” e o “menos” como as unidades de medida que graduam as dimensões, conferindo a cada grau uma posição aspectual e uma direção. Além disso, a confluência ou não entre os graus de cada uma das dimensões é responsável pelo estabelecimento de correlações internas ao espaço tensivo, dando à luz o par de categorias *correlações inversas* e *correlações conversas*.

Uma vez estabelecidos os limites das gradações, expressos por “só mais” e “só menos” na teoria, os limiares passam a ter valor posicional e direcional. As direções possíveis são duas: ou bem há um acréscimo crescente, constituindo uma ascendência, ou bem há um decréscimo, formando uma direção descendente. No caso da ascendência, as posições previstas, progressivamente, são o “só menos”, o “menos menos”, o “mais mais”, culminando no “só mais”. Na direção oposta, temos a progressão seguinte: “só mais”, “menos mais”, “mais menos” e “só menos”. Além disso, essas categorias recebem um investimento sêmico (Cf. Tabela II.1).

	S ₁	S ₂	S ₃	S ₄
ASCENDÊNCIA	só – extinção	– – restabelecimento	+ + recrudescimento	só + excesso
DESCENDÊNCIA	só + excesso	– + atenuação	+ – minimização	só – extinção

Tabela II.1: Quantificadores subjetivos de Zilberberg.

Com isso, a “história” das funções contraídas pelo sujeito fica nele impressa. O modo como ele vai se haver com o percurso que se abre diante de si está condicionado ao vivenciado anteriormente, com o quanto já percorreu, com quanto falta, com a foria da direção tomada, etc. Somadas aos componentes das dimensões da intensidade e da extensidade que inscrevem no sujeito a cifra tensiva de sua vivência (acelerada, desacelerada, sincopada, etc.), as *quantifica-*

ções *subjetivas*² de Zilberberg aumentam a capacidade de análise do sujeito de modo exponencial...

Ao lado das quantificações subjetivas, a reelaboração das oposições fundamentais que Zilberberg propõe também é construída sobre a colocação dos eventos em perspectiva inter-relacional. As posições gradativas acima transcritas, que partem do S_1 e chegam ao S_4 , alteram as operações clássicas do quadrado semiótico. Em lugar de estabelecer relações independentes de contrariedade entre os termos ditos “contrários” e “subcontrários”, na perspectiva da tensiva, a contrariedade entre os termos extremos (S_1 e S_4) engloba a contrariedade entre os termos intermediários (S_2 e S_3). Com isso, é proposta uma transformação do percurso que se traçava no quadrado semiótico quando abordado sintacticamente (Cf. Figuras II.1 e II.2).

Figura II.1: Oposições do quadrado semiótico clássico.

O próprio percurso traçado em nível fundamental, um vez graduado, parece fornecer informações aspectuais mais precisas. Além de mostrar a posição no percurso global, permite estabelecer se tal posição pertence a limites ou a limiares. Considerando a direção tomada e a posição, é possível estipular a situação aspectual. Portanto, além da proposta de vinculação inter-relacional entre as dimensões *sensível* e *inteligível* da significação, Zilberberg cuida sempre

² A expressão “quantificações subjetivas” foi, de modo muito feliz, cunhada por Tatit (2011).

Figura II.2: Oposições do quadrado semiótico de Zilberberg.

de promover uma homogeneização do modelo, de maneira que os reajustes metodológicos apontem sempre para os mesmos fundamentos epistemológicos.

Há ainda uma questão suscitada pelo espaço tensivo, que Zilberberg reconhece, ao longo de sua obra, como sendo um ponto enigmático:

as correlações inversas, ou seja, aquelas que se apoiam na reversão das valências, prevalecem sobre as correlações conversas, mas é impossível dizer, neste momento, se essa prevalência é diacrônica, isto é, condicionada, ou acrônica, isto é, incondicionada.

(Zilberberg, [2006] 2011, 253)

Com “prevalência”, Zilberberg refere-se à frequência de manifestações da correlação inversa em comparação com a correlação conversa nos textos. Isso quer dizer que seria mais frequente encontrar textos em que o aumento da intensidade implica a redução da extensidade e vice-versa, sendo restritos os casos em que o aumento da intensidade implica o aumento da extensidade, e as manifestações em que sua diminuição implica a redução da dimensão complementar. Tal “questão enigmática” acerca das correlações reaparece seis anos mais tarde em *La structure tensive* (Zilberberg, 2012). No capítulo “Les modes sémiotiques”, ele aborda o problema nos seguintes termos:

Em princípio, a correlação conversa, a qual faz os aumentos e as diminuições “rimarem” em conjunto, não possui menos direitos que a correlação inversa. Talvez por estar em conformidade com o

princípio de finitude, que seria a assinatura do humano, as análises concretas [...] mostram, no entanto, que a correlação inversa prevalece largamente sobre a correlação conversas, que convém à utopia.³ (Zilberberg, 2012, 44)

Assim, o semioticista francês parece atribuir a disparidade existente na quantidade de manifestações das correlações inversa e conversas a uma concepção mais logicamente humana da significação. Tudo se passa como se fosse mais natural aos enunciadores estabelecer significações condizentes com seu modo natural de conceber o mundo.

No entanto, mesmo que a correlação conversas venha a se mostrar um conceito problemático, Zilberberg introduz um par conceitual que se constrói sobre ela em um outro capítulo da mesma obra, intitulado “La déduction tensive” :

Se o jogo dos valores de absoluto e dos valores de universo repousa sobre o exercício de uma correlação inversa que é, em suma, a caução do princípio de constância ao qual nos referimos acima, esse esquema é bem diferente, pois repousa sobre uma correlação conversas, resultando em uma polarização extrema de valores. Se o primeiro esquema forma as condições de um “ou...ou...” admissível, isto é, negociável, os valores de apogeu são o anteparo de um “e...e...”, os valores de abismo, o anteparo de um “nem...nem...”. Se, do ponto de vista do arbitrário, os valores pertencem ao mesmo nível, do ponto de vista da adequação, as coisas se apresentam de uma maneira bem diferente : é o efeito do filtro cultural ou de uma cegueira pessoal, mas no corpus que consideramos, a alternância que encontramos concerne à ambivalência simétrica dos valores de absoluto e dos valores de universo.⁴ (Zilberberg, 2012, 48)

³ En principe, la corrélation converse, laquelle fait « rimer » ensemble les accroissements et les diminutions, n’a pas moins de titres à faire valoir que la corrélation inverse. Pourtant, les analyses concrètes [...] montrent que la corrélation inverse, peut-être parce qu’elle est conforme à un principe de finitude, qui serait la signature de l’humain, prévaut largement sur la corrélation converse qui convient à l’utopie.

⁴ Si le jeu des valeurs d’absolu et des valeurs d’univers repose sur l’exercice d’une corrélation inverse qui est en somme la caution du principe de constance dont nous avons fait état plus haut, ce schéma est bien différent puisqu’il repose sur une corrélation converse aboutissant à une polarisation extrême des valeurs. Si le premier schéma formule les conditions d’un « ou...ou... » raisonnable, c’est-à-dire négociable, les valeurs d’apogée sont l’assiette d’un « et...et... », les valeurs d’abîme l’assiette d’un « ni...ni... ». Si du point de vue de l’arbitraire, les valeurs sont sur le même rang, du point de vue de l’adéquation les choses se présentent sous un jour bien différent : est-ce l’effet du filtre culturel ou d’une cécité personnelle, mais

Essa formulação dos valores de apogeu e de abismo aparece apenas em *La structure tensive*, e apenas lateralmente ; não há remissão a qualquer análise empírica, então, fica restrita a uma dedução do funcionamento do sistema. Entretanto, chama a atenção a busca pela sistematização da correlação conversa, enquanto origem de novos tipos de valor, ao mesmo tempo em que o idealizador da semiótica tensiva dá mostras de deixar essa correlação em particular cada vez mais à margem da economia teórica.

A persistência da atenção dada à correlação conversa, malgrado seu aparente desuso, leva a uma reformulação da questão levantada por Zilberberg. Se ele atribui a escassez da manifestação da correlação conversa nos textos à propensão dos enunciadores a escrever de acordo com uma lógica mais humana, o semioticista francês deixa espaço para que nos perguntemos se essa lógica mais humana não estaria atuando sobre o ponto de vista da análise dos textos, e não sobre os textos em si. No terceiro capítulo desta tese, a abertura do espaço tensivo, que é proposta para acomodar os diversos sujeitos que se relacionam no interior de cada texto, acaba promovendo também uma abertura para as correlações conversas, levando a crer que seria esse um conceito muito mais produtivo do que estamos acostumados a pensar.

Em suma, pensamos que o grande gesto metodológico de Zilberberg consiste na manutenção das dimensões afetiva (intrasubjetiva), ativa (objetiva) e comunicativa (intersubjetiva) em concomitância, na esteira dos princípios epistemológicos de Hjelmslev. É a essa concomitância que Zilberberg parece se referir quando abre a extensidade da “casa do sentido” à mistura do contínuo e do descontínuo, conforme a epígrafe escolhida para este capítulo.

3 Conhecimento do sujeito semiótico

Ainda que historicamente o estruturalismo e a psicanálise tenham tendido a andar separados, há alguns pesquisadores estruturalistas, e mesmo semioticistas, que se aventuraram pelos caminhos dos estudos da psicanálise. Quando lançamos um olhar panorâmico sobre os principais estágios de desenvolvimento da teoria semiótica na obra de Greimas, percebemos que razões não faltam para

dans les corpus que nous avons envisagés, l’alternance que nous rencontrons concerne l’ambivalence systémique des valeurs d’absolu et des valeurs d’univers.

ir em busca de auxílio no exame da confusa e exigente categoria do sujeito que, para além da subjetividade, reclama a intersubjetividade para não receber um tratamento solipsista — ou simplista.

Ocorre que a resistência histórica da semiótica por relação aos estudos *psi* colocou barreiras epistemológicas difíceis de se ultrapassar. Muitos dos guerreiros de vanguarda tiveram de concentrar suas forças nesse estágio de derrubada da barreira epistemológica. Com isso, conquanto tenha grande valor como desbravamento do terreno, a obra desses autores não se concentra nos desenvolvimentos metodológicos das ideias propostas.

Há, no entanto, alguns semiotistas que se ocuparam do desenvolvimento metodológico da análise do sujeito com o emprego da literatura psicanalítica. Para isso, dada a interpretação rígida conferida ao princípio de imanência, eles seguiram por caminhos epistemológicos que se afastaram paulatinamente dos primados da linguística estrutural. É o caso de Jean-Claude Coquet, que considera o princípio de imanência como um empecilho ao acesso da realidade em lugar de considerá-lo como um modo linguageiro de conceber o real.

De modo menos radical, Ivan Darrault-Harris segue a mesma trilha. Além disso, a principal ocupação de Darrault-Harris orbita em torno do desenvolvimento metodológico da psicanálise, ao passo que nossos objetivos pessoais estão voltados para o desdobramento da metodologia de análise do sujeito de papel. Há aí uma distância radical : a semiótica tem por objetivo último a compreensão dos mecanismos de significação, ao passo que a psicanálise se ocupa da apreensão da significação como um meio cuja finalidade é a cura.

Com os mesmos interesses metodológicos voltados à psicanálise, ainda podem ser encontrados estudos embasados na semiótica peirciana, na subárea de pesquisa que tem sido chamada de “semiótica psicanalítica”. De nosso ponto de vista, a semiótica tem potencial para colaborar com os estudos da psicanálise e produzir muito nesse sentido, mas essa é uma empresa diferente da que assumimos.

Os objetivos desta tese estão voltados para o desenvolvimento da teoria semiótica e têm como meta última o exame dos mecanismos de significação que produzem os efeitos de sentido da subjetividade. Estamos interessados nos estudos da psicanálise dado o profundo conhecimento que esse campo do saber pôde produzir ao longo de sua história a esse respeito. Entretanto, os objetivos

das duas áreas não se confundem, de maneira que os resultados da psicanálise não são conclusivos para nós. Tampouco ressentimo-nos de nossa episteme ou método semióticos. Ao contrário, acreditamos em seus resultados e em sua potencial produtividade para o alargamento da espessura do sujeito.

Diante desse quadro geral, ainda que tenhamos como ponto de partida um alicerce epistemológico de grande valor, até onde alcança nosso conhecimento, estamos rascunhando nossas primeiras — mal traçadas — linhas sem ter muito em que nos amparar no que tange à aplicação metodológica de nossa empresa. Há autores que propuseram ideias de grande proveito nesse sentido, e que aparecerão ao longo do capítulo seguinte. Mas, o fato é que seu objetivo último também difere muito do nosso e exige adequações a cada vez.

Dito isso, esta seção aborda algumas perspectivas epistemológicas de interesse para a adequação do pensamento psicanalítico aos objetivos metodológicos da análise semiótica do sujeito. A primeira subseção apresenta o torneio pelo qual Herman Parret acomoda a busca pelos fundamentos do conhecimento às necessidades da aquisição do conhecimento subjetivo. A segunda subseção apresenta a tese da semiocepção de Waldir Beividas, que reivindica à teoria do conhecimento um espaço que atenda às demandas próprias dos estudos da linguagem.

3.1 Parret e a estética

No capítulo “Communiquer par aisthèsis”, [Parret \(1991\)](#) discute a busca de fundamentos do conhecimento que é historicamente operada pela filosofia. O autor considera essa busca defensável, mas propõe uma nova abordagem da questão.

Segundo ele, a filosofia sempre tratou da busca dos fundamentos do conhecimento, sobretudo no que concerne ao conhecimento objetivo. Descartes e Husserl, cada qual à sua maneira, teriam demonstrado que há dados indubitáveis e certezas que servem de garantias últimas. No entanto, as contestações dessas garantias não tardaram a aparecer na obra de cientistas e filósofos, fazendo emergir a crise da busca de fundamentos do conhecimento.

Acontece que são vislumbrados três caminhos diferentes para a efetivação dessa busca, mas todos parecem levar a uma aporia. É possível assumir a

regressão ao infinito, em que há um movimento infinito — portanto impraticável — na direção do fundamento anterior ao fundamento ; ou bem é possível operar por meio de um círculo lógico, recorrendo a asserções que precisam de um fundamento lógico para formular o próprio fundamento lógico ; ou então é possível interromper o processo por decisão arbitrária, declarando que algo possui razão por si mesmo, como faz Descartes ao postular a “evidência” de determinados fundamentos.

Ainda de acordo com Parret, um filósofo como Ludwig Wittgenstein sustentaria a busca de fundamentos argumentando que não se pode duvidar de uma certeza última sem ter alguma certeza. Com isso, sustenta que o argumento cético que pretende invalidar a busca de fundamentos, paradoxalmente não pode fazê-lo sem uma base que assegure o conhecimento veiculado por seus argumentos. Mas, à diferença de Descartes ou de Husserl, os fundamentos sustentados por Wittgenstein são de base pragmática. Nas palavras de Parret (1991, 185) : “Wittgenstein fornece uma fundação suficiente que não concerne mais à evidência cognitiva, mas sim à validade *intersubjetiva* de sequências discursivas.”

Para Karl-Otto Apel, na esteira da escola de Frankfurt, todo conhecimento objetivo está submetido a condições pragmáticas, isto é, a condições de possibilidade de um saber intersubjetivo válido. Para buscar os fundamentos do conhecimento, propõe uma base ética : se o conhecimento é constituído discursivamente — intersubjetivamente —, então seus fundamentos são embasados nas normas estabelecidas pela discussão :

Lembremos que, para Habermas e Apel, o conhecimento só é possível a partir de uma certa racionalidade da *comunicação*, e que a comunicação só se dá por meio de um uso humano do discurso. As condições *pragmáticas* da razão teórica concernem à validação intersubjetiva dos *enunciados argumentativos*. (Parret, 1991, 185)

Mesmo concordando com a visão pragmática de Apel, Parret considera que ainda há que se avançar um passo. Ao lado dos filósofos de Frankfurt, o autor considera que a ética está na base do conhecimento. Desse modo, o conhecimento é assegurado pela comunidade que a ele atribui valor. Ao mesmo tempo, Parret está interessado no “valor do valor” que está em pauta : se a ética dá conta do valor objetivo do conhecimento, a estética atribui valor a esse valor

subjetivamente. Para ele, a ética justifica um argumento, mas é a estética que o legitima.

Parret assume a concepção de “belo” organizada em três frentes, na esteira de Kant e de sua conceptualização do juízo de gosto. Antes de apresentar essas três frentes, pedimos licença para uma breve digressão com vistas a situar o juízo de gosto kantiano.

O projeto sistemático de Immanuel Kant compreende três grande obras : a *Crítica da razão pura* (Kant, [1781] 1980), a *Crítica da razão prática* (Kant, [1788] 2002) e a *Crítica do julgamento* (Kant, [1790] 1946). As três visam a encontrar os fundamentos de cada uma de suas dimensões específicas, quais sejam, o conhecimento, a ação e o sentimento estético, nessa ordem. De saída, é notável que a terceira obra não aborde uma razão, mais sim um juízo – o julgamento –, que é a faculdade de unir representações. Há os juízos determinantes, de cunho intelectual, que reúnem um material a uma experiência, e há também o juízo reflexionante. O julgamento estético, segundo Kant, é de natureza reflexionante, mas é um tipo específico dele : o juízo de gosto. Outro tipo de juízo reflexionante é o juízo teleológico, mas este difere do juízo de gosto por ter uma finalidade. O que interessa ressaltar é que, à diferença do juízo determinante, os juízos reflexionantes não produzem conhecimento.

O juízo de gosto não se vincula a um conhecimento e, com isso, prescinde de conceitos. Para o filósofo prussiano, essa independência entre o conceito de algo e sua apreciação pelo sujeito seria parte da fonte da fruição do juízo de gosto : diferentemente dos juízos determinantes, o juízo de gosto é dado independentemente do objeto e, também, independentemente de sua conceptualização. A fruição do juízo de gosto seria completada pela comunicabilidade do estado de ânimo, isto é, está associada ao sentimento de pertencimento comunitário, pois subentende o desejo de aprovação do gosto entre os indivíduos. Assim, a faceta comunicativa do juízo de gosto responde por sua universalidade : ainda que seja individual, porque constituído pela disposição de ânimo do sujeito, e não pelo valor do objeto em si, ele tem o interesse de *compartilhar* a apreciação constituída. Expostos esses rudimentos a respeito do juízo de gosto, retomemos as três frentes do juízo de gosto de Kant a que referimos acima :

1. A *receptividade*, que seria uma doação não conceptualizável do belo. Trata-se de um sentimento puro, portanto não apodítico, pois a transitividade

desse valor entre indivíduos precede a constituição do sujeito como lugar de apropriação de um dado (Parret, 1991, 190). Dessa afirmação, compreendemos que a própria constituição de um indivíduo enquanto sujeito depende dessas trocas *primárias* de valor do valor. É sua capacidade de receber a ideia de belo que vai constituí-lo enquanto sujeito pertencente a uma dada comunidade. Se nos fosse solicitada uma apreciação semiótica desse conceito, diríamos que é a foria que aqui está em jogo.

2. A *comunicabilidade*, que diz respeito a sua universalidade. Trata-se de uma faceta verdadeiramente intersubjetiva do juízo de gosto.
3. A *reflexividade*, porque a valoração atribuída pelo juízo de gosto tem a finalidade em si mesma, e não no objeto ou em seu conhecimento.

É esse juízo de gosto — transitivo, propenso à universalidade e voltado sobre si mesmo — o alicerce do conhecimento *humanizado*, segundo Parret. O valor fórico de que parece ser constituído determinaria assim o valor normativo da ética, e esse valor do valor determinaria o conhecimento por sua vez. Dessa maneira, a transitividade — a intersubjetividade — coloca-se no cerne do conhecimento.

Esse valor do valor que se encontra na fundação das trocas humanas, abordado lateralmente como uma “intuição” por Greimas & Courtés sob o nome de “competências receptivas” será retomado no quarto capítulo, conforme mencionado acima.

3.2 Beividas e a semiocepção

No artigo intitulado “Reflexões sobre o conceito de imanência em semiótica”, Waldir Beividas (2009, 2), na esteira de Hjelmslev, sustenta que a imanência à linguagem possui um estatuto epistemológico a ser observado :

O próprio linguista de Copenhague apresentou uma pista [...] a qual parece indicar que o conceito de imanência pode galgar um estatuto *epistemológico*. Ele é capaz de inaugurar o que aqui chamo de *epistemologia discursiva* [na qual] as estruturas do real e as estruturas do espírito humano sejam gerenciadas pela *linguagem*, por uma *racionalidade discursiva*.

Essa epistemologia discursiva que, mais tarde, será cunhada como *semiocepção*, consiste nas condições de aquisição de conhecimento que estão de acordo com a teoria da linguagem de Hjelmslev. Essas condições são “gerenciadas pela *linguagem*” porque são embasadas nas funções que as categorias da linguagem contraem desde seu princípio mais tênue, que são as *semióticas denotativas*, conforme quisemos demonstrar no capítulo anterior. Não há outro destino àquele que se subscreve a uma teoria que postula a onipresença da significação.

Como consequência, a imanência impera em nível epistemológico e desse imperativo advém a coerção incontornável da forma no nível metodológico : em lugar de uma essência flutuante, estamos no terreno das formas e suas inter-relações. Mas e quanto à substância ?

A linguagem é a responsável pela obtenção de conhecimento. Daí decorre que qualquer conhecimento deve ser obtido por meio da linguagem, mas não de uma vez. O pesquisador olha para o objeto que deseja estudar, mas deve olhar exclusivamente para esse objeto. A título de exemplo, Hjelmslev, em seus *Prolegômenos*, observa exclusivamente a língua até o capítulo vinte e um porque, até ali, sua investigação é linguística e o objeto dessa ciência é a língua natural. Se o interesse, ali, é conhecer a língua natural, então é preciso entendê-la em si mesma para apreender seu sistema. Assim, tudo que for exclusivo à língua natural será forma, e tudo que não for, será substância.

Ocorre que a forma e a substância são categorias operatórias e, portanto, vazias, ou, em outras palavras, são categorias funcionais. Aquilo que é substância do ponto de vista estritamente linguístico será forma da perspectiva semiótica. Dessa maneira, partindo da base que interessa à linguística, outros estudos da significação são construídos sobre as mesmas bases, consolidando um modo homogêneo de obter conhecimento.

Partindo desse respaldo da teoria da linguagem, Beividas identifica o procedimento metodológico embasado na imanência à linguagem com o que chama de *epistemologia semiótica ou discursiva*, oposta às epistemologias científica e filosófica. Nesse movimento de exame e comparação entre os três diferentes modos de conhecer (Beividas, 2015, 187–221), o autor entende os procedimentos da epistemologia discursiva como os mais adequados àquilo que identificamos como a solução de continuidade entre sujeito e objeto. A partir dessa assunção, coteja os procedimentos adotados pela semiótica que se mantiveram mais afei-

tos à epistemologia discursiva com outros, que se caracterizaram pela escolha de um torneio via epistemologia filosófica, como é o caso já comentado da orientação fenomenológica da obra *Semiótica das paixões* :

Todas essas proposições se põem então em rivalidade com as formulações inseridas por Greimas e Fontanille em *Sémiotique des passions* : valência aquém dos valores, pressentimento aquém dos afetos, direções, vetores, zonas energéticas, forças apenas esboçadas, todas essas expressões apresentadas ao modo de ondulações, sombras, perfumes, efeitos de foco (*visée*), efeitos fonte (*source*), efeitos fim (*but*), horizonte de tensões apenas esboçadas, lugar não de actantes mas de protótipos, não de sujeitos ou objetos, mas de *quase-sujeito*, *quase-objeto*, enfim, lugar emergente de potencialidades. O arrolamento (em desordem) das expressões testemunham, por seus semantismos, suas metáforas e sobretudo seus prefixos, que *ainda não chegamos*, que ainda permanecemos *quase lá*, no limiar, no desafio quase desesperante de querer pôr o dedo no barro adâmico da menor oscilação do sentido *no corpo*.

(Beividas, 2015, 210)

Mais afeito à manutenção da não-contradição — primeira e mais importante regra do *princípio de empirismo* de Hjelmslev —, Beividas chama a atenção para o risco de descaracterização que corre a semiótica diante de um desvio epistemológico que coloca em xeque suas proposições de base :

No meu entendimento, isto é, do ponto de vista que estimo como o mais rentável para o trabalho descritivo da semiótica sobre as precondições do sentido no corpo, penso ser problemática a orientação que tende a carregar a semiose para aquém do limiar e fazê-la regredir até a auto-organização da matéria. Retroagir o estatuto da semiose para a região das reações físico-químicas complexas que constituem o metabolismo de um organismo biológico (J. Petitot) significa querer criar uma pertinência *estendida*, de largo espectro. E aqui, mesmo que contornemos o provérbio popular “quem muito quer nada tem”, a opção acabará por transbordar a competência do semioticista e por exigir da disciplina que cubra os quatro cantos do mundo, da matéria à inteligência.

(Beividas, 2015, 210)

Em seguida, admitindo a busca constante do fundador da semiótica pela manutenção da homogeneidade teórica ao longo de sua obra, constata que essa homogeneização fica, recorrentemente, restrita à retórica e se perde na prática :

Não é difícil notar que a homogeneidade da existência semiótica se instalou no seio da semiose de modo um tanto precário, por expressões (postulação, sugestão, afirmação) que necessitam ainda de esforços coletivos de reflexão. Em contrapartida, ela tem grande vantagem diante da proposição da pertinência estendida de Petitot. Ela permite continuar, com alguns ajustes, a situar o campo de exercício semiótico numa região (ontologia regional) de pertinência estrita, ou pertinência de fino espectro, circunscrita ainda na tradição hjelmsleviana, isto é, na imanência do discurso, sem os inconvenientes da matéria bruta de um real extrasemiótico da ontologia, o que causava pavor a Greimas. (Beividas, 2015, 212)

No excerto supracitado, admite o autor a propensão da semiótica à estabilização do modelo, ainda que não tenha sempre conseguido manter a coerência diante dos princípios defendidos. Em resumo, Beividas parece identificar, nas oscilações dos caminhos da semiótica entre os ideias de ciência (da epistemologia científica) e a sedução da essência (da epistemologia filosófica), uma sorte de repercussão dos problemas que já se delineavam em *Semântica estrutural*, quando Greimas sentia-se coagido a servir de mediador entre o rigor da lógica e as flutuações da história e literatura, sob o risco de desagradar a todos. A sustentação da semiocepção tem o intuito de mostrar que a semiótica pode assumir suas características próprias e, assim, arcar com as responsabilidades de sua maturidade e independência disciplinar.

Capítulo III

Potencialização

Senti, na última página, que minha narrativa era um símbolo do homem que eu fui enquanto a escrevia, e que, para escrever essa narrativa, fui obrigado a ser aquele homem e que, para ser aquele homem, tive de escrever essa narrativa, e assim até o infinito.

J. L. Borges

NO PRIMEIRO CAPÍTULO DA TESE, buscamos examinar os estudos linguísticos do sujeito que eram desenvolvidos no momento em que a semiótica greimasiana foi fundada. No capítulo seguinte, esse estudo preliminar ajudou a esclarecer as razões que teriam promovido as oscilações encontradas nos posicionamentos da semiótica diante da categoria *sujeito*. A partir dessa espécie de *percurso gerativo do sujeito na semiótica*, foram selecionadas as ferramentas que pareciam mais produtivas e que não entravam em contradição umas com as outras. Uma vez isoladas as inconsistências internas, a convergência teórica propiciou uma maior transparência na manipulação das categorias metodológicas durante as análises do corpus, de tal maneira que os problemas de adequação ao objeto possibilitaram novas deduções metodológicas ; nesse momento, sentimos que o pensamento semiótico começou a operar a análise.

Neste capítulo, serão apresentados os desenvolvimentos potenciais que apareceram durante a adequação da teoria a nossos objetivos. Consideramos — queremos considerar — que se trata de uma potencialização tônica do sujeito semiótico, de acordo com a distinção introduzida por Luiz Tatit em *Semiótica à luz de Guimarães Rosa* (2010). Nesse livro, o autor concebe a potencialização como a memorização dos eventos que foram anteriormente realizados. Chama a atenção para a diferença entre memorizações átonas — aquelas que tornam os conteúdos latentes, inativos — e as memorizações tônicas. Neste segundo caso, potencializar :

refere-se a tornar mais potente, intensificar, reforçar um conteúdo na memória, para que, cedo ou tarde, seja sentido como falta e se reatualize em novo processo discursivo. Essas diferenças de intensidade estão diretamente associadas à densidade de presença

(concentração) que os elementos de uma prática semiótica qualquer obtiveram no auge de sua *realização*. (Tatit, 2010, 155)

Tatit menciona ainda que a potencialização átona, qualificada pela baixa densidade de presença do evento realizado, estaria na base dos ritos, atos e estereótipos que se tornam mecânicos em nossa vida. As potencializações tônicas, ao contrário, ocorrem após uma realização com alta densidade de presença e, em seguida, “se integraram no universo subjetivo como crenças essenciais, assumidas, e que, provavelmente, serão incentivos para novas atualizações” (Tatit, 2010, 156). Para nós, o estudo do sujeito, como se deu em semiótica, foi um evento de alta densidade de presença que ora potencializamos, pois ficou armazenado como “diferença, destaque” (Tatit, 2010, 156).

É verdade que na “passagem de um modo a outro presume-se que haja perda de densidade e, portanto, atenuação do impacto que caracteriza a apreensão inicial” (Tatit, 2010, 156), já que, nesse estágio, a potencialização é apenas o germe de um novo modo de encarar o sujeito ; algo que se está conjecturando. No próximo e último capítulo, esperamos poder fornecer mais elementos para virtualizar a concepção de sujeito semiótico, na esperança de torná-la apta a realizações futuras.

Com base nas escolhas feitas nos capítulos anteriores, essas potencialidades da análise do sujeito são operadas no domínio dos estudos semióticos, mas não nos furtamos a aproveitar o pensamento psicanalítico acerca da subjetividade, ainda que ele funcione como uma inspiração a ser adequada aos princípios e objetivos de nossa disciplina, “olhando pela janela” para manter uma abertura à alteridade teórica.

Antes de introduzir as potencialidades de análise, porém, parece necessário situar o sujeito na economia do percurso gerativo do sentido, o que consta da primeira seção deste capítulo. A segunda seção apresenta — e adota — uma perspectiva intersubjetiva na abordagem dos sujeitos discursivos. A intersubjetividade é tratada ali em suas múltiplas facetas : *interpessoal*, *traumática*, *intrapísica* e *transubjetiva*, conforme o inventário histórico-epistemológico desenvolvido por Luís Claudio Figueiredo e Nelson Coelho Jr. a partir dos estudos da intersubjetividade na filosofia e na psicanálise. As ideias contidas nessas dimensões da intersubjetividade são incorporadas à análise semiótica para dar conta das seguintes questões :

- i. das “competências receptivas” empregadas na constituição das subjetividades ;
- ii. dos contatos eufóricos e disfóricos com a alteridade ; e,
- iii. dos confrontos internos entre a alteridade e a identidade que são internalizados, ocorrendo *intrasubjetivamente*.

A última seção do capítulo é consagrada ao estabelecimento de uma tipologia de sujeitos que deve sistematizar a proposta desta tese. Pautados na oposição de base que estipulamos na seção precedente, entre os sujeitos *introvertidos* e *extrovertidos*, a última seção do capítulo os desdobra em quatro tipos finais, a saber, o *introvertido moderado*, o *introvertido extremo*, o *extrovertido moderado* e o *extrovertido extremo*. Esses tipos básicos de sujeito passam do modo *potencializado* ao *virtualizado* no capítulo final, em que dedicamos a análise de um texto para cada um deles.

1 A diversidade de sujeitos discursivos na economia do percurso gerativo do sentido

Uma das primeiras questões que se coloca quando nos dispomos a estudar a categoria do sujeito em semiótica é o lugar que ela ocupa na economia metodológica como um todo. Em “O sujeito na semiótica narrativa e discursiva”, Fiorin (2007) deixa clara a razão dessa dificuldade. Destrinchando a definição do verbete “Sujeito” do *Dicionário de Semiótica* (Greimas & Courtés, [1979] 1994), Fiorin demarca a abordagem do sujeito em semiótica por relação a outras teorias do discurso para, em seguida, mostrar seus múltiplos rendimentos no próprio seio da disciplina greimasiana, além de colocar em evidência o plurissemantismo inerente à noção de sujeito nas diversas áreas do conhecimento.

A primeira demarcação a que Fiorin procede, na esteira de Authier-Revuz, é de cunho epistemológico. Trata-se da oposição entre as teorias do discurso que consideram o sujeito como sujeito–efeito e aquelas que o tratam como sujeito–origem. Estas concebem o pensamento como anterior à linguagem, de tal modo que o sujeito está constituído antes da instauração do discurso : ele dá origem ao discurso. Diferentemente, as teorias que se pautam no sujeito–efeito

consideram que ele seja interno à linguagem e por ela / nela seja fundado. A semiótica francesa evidentemente se inscreve entre estas últimas. Nela, continua Fiorin, tanto é verdade que o sujeito é fundado pela linguagem que ele não possui existência independente das relações que estabelece por meio dos verbos e objetos com que contrai relação :

O sujeito em semiótica é definido por uma relação. Em primeiro lugar, é preciso notar que o ato de linguagem é, antes de tudo, um ato (Greimas, [1980] 2014). Um ato é um fazer ser. Une, portanto, dois predicados elementares : um fazer, caracterizado por uma relação de transformação, e um ser, marcado por uma relação de junção. Isso significa que existem dois tipos de sujeito : um sujeito do fazer e um sujeito de estado (Greimas & Courtés, [1979] 1994).
(Fiorin, 2007, 26)

Fiorin lembra ainda a decisão epistemológica que teria originado essa concepção do sujeito, conforme consta do *Dicionário I*, em que o sujeito não é simplesmente tido por um ente que se sujeita, isto é, que estaria submetido a seu predicado, nem como aquele que pratica algo, mas sim como o resultado das relações estabelecidas. Essa concepção, ressalta o autor, desloca o foco do sujeito em si e incide sobre o verbo, conforme procedeu Tesnière no que tange à Linguística, ou Reichenbach no que concerne à lógica.

Em seu artigo, o objetivo central é a definição do sujeito da enunciação. Não obstante, conforme ele mesmo explica, “todos os sujeitos que aparecem no discurso são definidos da mesma maneira” (Fiorin, 2007, 26), por meio das relações que estabelecem seu fazer e seu ser. Para definir o sujeito da enunciação dentre os demais, ele categoriza exhaustivamente os sujeitos implicados no discurso. Em primeiro lugar, cumpre distinguir os sujeitos da enunciação e os sujeitos do enunciado. Estes são chamados “atores” em semiótica, aqueles são os sujeitos implicados nos processo de textualização e se dividem em três grupos :

1. enunciador e enunciatário (sujeitos da enunciação *stricto sensu*) ;
2. narrador e narratário (sujeitos da enunciação enunciada) ;
3. interlocutor e interlocutário (sujeitos do enunciado).

Essa distinção entre os sujeitos da enunciação organiza-se em graus de manifestação. Todos os sujeitos se manifestam nos textos, mas a manifestação dos primeiros é implícita, como destinador da enunciação (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 150); a manifestação dos sujeitos intermediários é explícita, constituindo os sujeitos da ação enunciativa (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 294); por fim, a dos últimos é como a dos intermediários, mas, sendo atores do enunciado, têm voz enunciativa apenas por meio da delegação do sujeito narrador (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 239).

Na continuação de seu artigo, Fiorin começa a detalhar as relações que definem os sujeitos. Nesse momento há uma nova divisão entre a definição semiótica do sujeito, estabelecida pela relação com o objeto, e sua definição semântica, que se dá por meio da natureza do objeto. No que concerne à definição semântica, temos uma divisão entre objetos descritivos (valores para os sujeitos de estado e fazeres para sujeitos da ação) e modais, que regem outros predicados por meio das modalidades do querer, dever, poder, saber e crer. Os objetos modais, por sua vez, também incidem sobre os sujeitos da ação e os sujeitos de estado. A estes, os objetos modais conferem uma existência modal : por exemplo, os sujeitos podem ser desejosos (querer), ignorantes (não saber) ou necessitados (dever).

Quando incidem sobre sujeitos da ação, os objetos modais caracterizam seu modo de fazer : por exemplo, os sujeitos podem agir por rebeldia (querer + dever não fazer) ou veleidade (querer + não poder). Além disso, os objetos modais atribuem um modo de existência aos sujeitos da ação : eles efetuam ações virtualizadas (querer e dever), atualizadas (saber e poder) ou realizadas (o fazer em si mesmo e o ser) (Fiorin, 2007, 26–7). A partir da perspectiva tensiva, informa que a análise valencial do sujeito também constitui sua configuração semântica por meio das relações estabelecidas ali, em um nível mais abstrato do percurso gerativo do sentido.

Não sendo um sujeito–origem, o sujeito semiótico é gerado pelas diferentes relações que estabelece em cada manifestação discursiva. Como demonstra Fiorin, os valores, as ações, a existência modal, a caracterização e os modos de existência do sujeito são derivados das diferentes funções contraídas com seus objetos descritivos e modais.

No restante do artigo, Fiorin distingue os tipos de sujeito pertencentes à enunciação. Os sujeitos interlocutor e interlocutário pertencem ao enunciado. Sua caracterização é construída pelas relações objetais figurativizadas no discurso. Quanto ao narrador e narratário, trata-se de uma instauração explícita da enunciação no enunciado (eu / tu). As escolhas feitas por esses sujeitos para construir a narrativa, tais como a temporalidade, a espacialidade, a adjetivação, etc., são as marcas do enunciado que caracterizam suas relações objetais, instaurando-os como sujeitos. Nos casos em que há um sincretismo actorial entre o narrador e um ator do enunciado, ele também pode contrair relação com objetos do enunciado.

A distinção entre narrador e narratário de um lado, e enunciador e enunciatário, de outro, já é um pouco mais delicada. Antes de tudo, as categorias de enunciador e enunciatário são necessariamente pressupostas. Quando há a instauração de um eu / tu no texto, o actante enunciativo é o narrador ou o narratário. Além disso, na esteira de Greimas, Fiorin retoma uma importante distinção : enquanto a caracterização dos sujeitos narrador e narratário pode ser apreendida de uma obra singular, a caracterização dos sujeitos enunciador e enunciatário deve ser extraída da totalidade da obra de um autor. O linguista brasileiro exemplifica essa oposição com o caso de *Tom Jones*, em que o narrador seria ingênuo ao passo que o enunciador seria irônico. (Fiorin, 2007, 30).

Greimas & Courtés ([1979] 1994, 446) estabelecem, ainda, uma distinção entre o sujeito semiótico, que é um proto-actante cuja configuração semântica advém de sua análise em termos de oposição lógica no quadrado semiótico, e sujeito sintático, que é um actante determinado pelas relações que estabelece com os demais actantes. Considere-se também que não há apenas um sujeito sintático. Ainda que o sujeito sintático por excelência em semiótica seja aquele que se define pela função que contrai com o objeto, os destinadores e destinatários, seja na etapa da manipulação, seja na etapa da sanção, também são chamados de sujeito por estarem envolvidos em etapas comunicativas — portanto intersubjetivas — do programa narrativo. Nas palavras de Greimas e Courtés :

As atividades humanas, no seu conjunto, são geralmente vistas como ocorrendo em dois eixos principais : o da ação sobre as coisas, pela qual o homem transforma a natureza — é o eixo da

produção —, e o da ação sobre os outros homens, criadora das relações intersubjetivas, fundadoras da sociedade — é o eixo da comunicação. (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 67)

Com tudo isso, está dada a dificuldade de alocação do sujeito na economia teórica da semiótica : chamamos “sujeito” a uma imensidão de conceitos que, além de tudo, são imbricados entre si. Pensemos, por exemplo, que a constituição de um sujeito sintático é produto de, ao menos, mais um sujeito, o enunciador, e que este, para caracterizar aquele por relação a seu objeto, projeta no enunciado os objetos dele mesmo ! Pensemos ainda que, mesmo quando nos atemos ao nível narrativo, o sujeito sintático é produto de uma etapa anterior constituída de dois sujeitos, o destinador manipulador e o destinatário manipulado ; que, em sua própria etapa da ação, tem de se haver com o antissujeito ; e que a ação realizada, por sua vez, conduzirá o programa narrativo para a etapa da sanção, constituída pela relação entre destinador julgador e destinatário julgado, ambos sujeitos da comunicação. Diante desse panorama desnorteador, parece útil refletir a respeito da unidade conceptual de sujeito antes de cumprir o principal objetivo deste tópico, que é o de situar nossa proposta na economia geral do percurso gerativo do sentido.

A pergunta que se coloca é a seguinte : o que justifica o emprego do termo “sujeito” na constituição de tantos conceitos da teoria semiótica ? Colocando a questão em outros termos, por que razão não chamamos aos sujeitos do enunciado simplesmente *actantes*, por que não chamamos aos actantes simplesmente *destinador manipulador* ou *sujeito da ação*, por que não chamamos aos sujeitos da enunciação apenas *enunciador* ou *narratário*, etc. ? Por que razão a noção de “sujeito” acompanha / atravessa todos esses conceitos tão prudentemente definidos e discernidos entre si ?

O artigo de Fiorin (2007, 26) que vimos comentando fornece uma parte considerável da resposta a essa questão : “Todos os sujeitos que aparecem no discurso são definidos da mesma maneira.” Com efeito, todos os tipos de sujeito são analisados do mesmo modo, ou seja, contraem as mesmas funções no que tange a seu principal elemento definidor, que é a pressuposição recíproca que estabelece com o objeto. Esteja no nível do percurso em que estiver, na etapa do programa em que estiver, esteja no texto implícita ou explicitamente, o sujeito

sempre se define por estabelecer uma relação de pressuposição recíproca com um objeto.

Interessa esclarecer a que nos referimos ao afirmar tal coisa, que todo sujeito discursivo se define por estabelecer uma relação de pressuposição recíproca com um objeto, pois, a rigor, essa definição é privilégio do sujeito da ação ou de estado do nível narrativo do percurso gerativo do sentido. Além disso, todos os sujeitos do discurso são definidos pelas relações que estabelecem ao longo do percurso gerativo, desde o nível tensivo até o discursivo, conforme mostra Fiorin. Então, como poderia o sujeito da ação e do estado ser definidor e definido ao mesmo tempo sem incorrer em uma tautologia? Parece que a noção de *definição* está sendo empregada em duas acepções diferentes.

O *Dicionário de usos do português do Brasil* (Borba, 2002) apresenta, além da classe gramatical das entradas, uma subclasse gramatical que a complementa. As acepções de “definição”, ali, são separadas em duas subclasses gramaticais: os *abstratos de ação* e os *abstratos de estado*. A subclasse *abstrato de ação* é atribuída a um nome abstrato que deriva de um verbo, ao passo que a subclasse *abstrato de estado* se refere a nomes abstratos derivados de um adjetivo. A acepção de “definição” classificada como um abstrato de ação não interessa aqui, pois trata de definições que podem ser arbitrariamente atribuídas por meio das escolhas do agente definidor. O que interessa são as diferentes acepções de “definição” enquanto um abstrato de estado. Temos, então, a definição entendida enquanto um *conjunto de traços essenciais* ou na qualidade de *explicação*; *significação*.

O sujeito *lato sensu*, que é o conjunto dos sujeitos discursivos, foi definido por Fiorin enquanto uma *explicação*, ou seja, enquanto a atribuição de significação a sujeitos. Já o sujeito *stricto sensu*, aquele que pertence ao nível narrativo e se opõe ao objeto meramente actancial — que está artificialmente isolado dos proto-valores do nível inferior e do investimento semântico do nível superior do percurso — é definido por seu *conjunto de traços*. A grande diferença é que não podemos definir o conjunto de traços do sujeito *lato sensu* porque haveria uma infinidade de resultados, ao passo que isso pode ser feito facilmente por relação ao sujeito *stricto sensu*: sua definição é dada pela forma; trata-se do próprio desenvolvimento da análise.

A definição do sujeito *lato sensu*, por sua vez, exige a especificidade de cada manifestação textual para chegar a termo. Sua definição, enquanto *significação*, exige a semiose dada, somando-se a forma e a substância. Em resumo, estamos lidando com a definição do sujeito enquanto *manifestação* (sujeito *lato sensu*) e na qualidade de *manifestado stricto sensu*. Esta definição participa da definição daquela, já que uma manifestação é a função contraída entre manifestada e manifestante. Com efeito, como faz notar o linguista brasileiro em seu artigo, o sujeito *stricto sensu* participa, enquanto definidor, da definição do sujeito *lato sensu*.

Distinguir desse modo os sujeitos *lato sensu* e *stricto sensu* implica uma revisão da separação entre sujeitos da enunciação e do enunciado. Em semiótica, é comum considerar que o sujeito do nível narrativo está para o enunciado tal qual os sujeitos da enunciação estão para a enunciação. No fundo, trata-se de conceitos muito diferentes, sendo aquele um conceito de análise de manifestados e este, de análise de manifestações. Parece que seria mais acertado considerar que os *atores* do enunciado, já investidos de papel temático, paixões, plano de expressão etc., estão para o enunciado tal qual os sujeitos da enunciação estão para a enunciação. Desse modo, estaríamos compatibilizando análises da mesma natureza : ambas, análises que incluem todos os níveis, inclusive a textualização ; pois, se ela é tarefa do enunciador, ela serve também para constituir o sujeito do enunciado.

No fundo, quando o interesse é o de nos haver com a ampliação da espessura do sujeito, começa a entrar em jogo aquilo que em linguagem corrente é chamado de *personalidade*, que é abordada, por exemplo, nos estudos discursivos sob a designação de *éthos*. No artigo “L’analyse du récit d’après Freud et Propp”, M. Lopes apresenta confluências e diferenças entre a abordagem da narrativa feita por Freud e por Propp :

Um dos primeiros passos de Freud em direção a um estabelecimento das regularidades da narrativa encontra-se em seu texto escrito entre 1905 e 1906, intitulado *Personagens psicopáticos no palco*. À diferença da *Morfologia de Propp*, o texto enfatiza a caracterização do personagem [...]. Essa opção não é difícil de compreender :

sendo seu objetivo recuperar traços de personalidade, é natural pensar no personagem.¹ (Lopes, 2003, d3)

Uma vez que também nos ocupamos dessa abordagem mais espessa do sujeito, enquanto personalidade discursiva, parece natural que abordemos o sujeito de modo mais global, como ator — ou personagem —, e não exclusivamente do ponto de vista do nível narrativo, à moda proppiana. Disso decorre que os atores que investem semanticamente todos os sujeitos actanciais (sujeito *stricto sensu*, destinadores e destinatários) seriam analisados de modo similar ao da análise geral de sujeitos do discurso demonstrada por Fiorin.

A definição de sujeito que tem em vista sua *significação*, e não apenas seu detalhamento em um *conjunto de traços essenciais*, não orbita apenas em torno do nível narrativo. Ela atravessa todo o percurso gerativo do sentido que já estabeleceu uma semiose, ou seja, cujas formas já contraíram função com substâncias. Somos levados a concluir, para o rendimento da análise desta tese, que é o percurso tomado em sua totalidade o lugar de definição da significação dos sujeitos discursivos. Apenas para fins de sistematização, seguem os tipos de sujeito considerados :

- *sujeitos da enunciação*
 - enunciador e enunciatário
 - narrador e narratário
 - interlocutor e interlocutário
- *sujeitos do enunciado*
 - todos os atores

Como vimos argumentando, todos os sujeitos do discurso inventariados acima serão submetidos a um procedimento de análise similar : sua *significação* será definida por meio da análise elaborada nos três níveis do percurso gerativo

¹ L'un des premiers pas de Freud vers un établissement des régularités du récit se trouve dans son texte écrit entre 1905 et 1906, intitulé *Les personnages psychopathiques sur la scène*. A la différence de la *Morphologie* de Propp, le texte met l'accent sur la caractérisation du personnage [...]. Cette option n'est pas difficile à comprendre : l'objectif étant le relèvement de traits de *personnalité*, il est tout à fait naturel de penser au personnage.

do sentido somados à textualização que, evidentemente, será mais ou menos relevante na construção da significação de acordo com cada tipo de texto. Não obstante, há diferenças entre eles que os caracterizam, o que justifica sua distinção. Voltaremos a essas diferenças adiante.

Há ainda uma questão que concerne aos sujeitos do discurso e que nos parece nevrálgica. Ela parece ser mesmo a pedra de toque quanto à concepção do sujeito, dividindo teorias e mesmo epistemes. Trata-se da *intersubjetividade*, tangenciada pelo fundador da semiótica de modo muito comedido, dado o compromisso de “desubjetivação” da análise por ele assumido. Menos recatada foi a abordagem de Gracia Latella no *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage II* (Greimas & Courtés, 1986). Latella sublinha o fato de que outra relação relevante para a constituição do sujeito é o antissujeito. Ainda que ambas as categorias estabeleçam os mesmos tipos de relação com os demais actantes, sendo distintas apenas por operar em dêixis opostas, Latella afirma que sua pressuposição recíproca é constitutiva, tal qual se passa com a relação entre sujeito e objeto. Sua afirmação tem por base a ideia de que sujeito e antissujeito só podem ser constituídos por meio do estabelecimento de “uma transformação mútua e sucessiva de suas competências modais e cognitivas”² (Greimas & Courtés, 1986, 215).

Essa transformação que se estabelece com uma alteridade em mesmo nível distingue-se da transformação operada pela relação hierarquizada entre destinatador e destinatário pois, entre estes actantes, a alteração do quadro modal e cognitivo é unilateral. Para Latella, é essa relação não hierarquizada entre actantes que é responsável pela operação de *reconhecimento*, implicando o sujeito, sua alteridade e a relação que se estabelece entre ambos.

O reconhecimento é definido por Latella como um processo dividido em diferentes operações. As primeiras operações acontecem internamente ao sujeito. Com base em seu próprio espaço cognitivo, o sujeito atribui ao outro uma determinada estrutura competencial. Depois, aumentando a densidade sêmica de seu reconhecimento, procede a um investimento semântico na estrutura competencial, identificando-a com determinadas figuras passionais. Em seguida, coteja o outro com sua própria configuração competencial. Nesse

² une transformation mutuelle et successive de leurs compétences modales et cognitives.

momento, define uma expectativa por relação à interação com o outro, que será identificado como um aliado, uma ameaça, etc. Depois de estabelecida essa identificação do outro internamente, e tendo em vista que o outro desenvolveu o mesmo processo, os sujeitos podem estabelecer “uma relação que não é mais da ordem do simulacro, mas sim uma relação intersubjetiva”³ (Greimas & Courtés, 1986, 186).

Em outros termos, Latella concebe a constituição da intersubjetividade como pressuponente e a da intrasubjetividade, como pressuposta. Pensamos que Latella avançou um grande passo ao propor a relação entre a intersubjetividade e a intrasubjetividade. Contudo, considerar a intrasubjetividade como pressuposta é, de certo modo, apostar em uma constituição intrasubjetiva inata, sendo difícil justificar a pluralidade de configurações subjetivas operando entre um indivíduo e outro. Os pontos de vista sobre a intersubjetividade abrem uma nova e longa página na história das ideias. Do que nos foi dado conhecer a respeito, a parte desses estudos que aproveitaremos nesta tese merece uma seção independente.

2 Emprego das *matrizes da intersubjetividade* na metodologia semiótica

O enfrentamento de dificuldades diante das questões postas pela intersubjetividade não é uma prerrogativa da semiótica. No universo da psicanálise, tais embaraços são abundantes. A principal diferença entre as dificuldades da semiótica e da psicanálise é que, por razões evidentes, esta foi requisitada mais cedo pelas exigências da intersubjetividade e teve de encará-las de frente.

Ao consultar Coelho Jr. somos levados a crer que esse processo de admissão e incorporação da intersubjetividade não se deu de modo unânime, tampouco unívoco. Assim como ocorreu em semiótica e ao contrário do que se pode imaginar, a intersubjetividade também veio de “fora” da psicanálise, notadamente da filosofia, e parece ainda estar longe de ser cunhada “como um conceito propriamente psicanalítico” (Coelho Jr., 2012, 8) :

³ une relation qui n'est plus de l'ordre du simulacre mais bien une relation intersubjective.

A inclusão do conceito de intersubjetividade no arsenal psicanalítico não ocorreu sem riscos e debates. Diante de uma tradição que por décadas focalizou mais diretamente a dimensão intrapsíquica, a passagem explícita do eixo de trabalhos psicanalíticos para a dimensão intersubjetiva traria necessariamente tensões e preocupações. O receio de que o uso indiscriminado do conceito retirasse a ênfase clínica e teórica dos trabalhos psicanalíticos da dinâmica intrapsíquica, dos conflitos, do inconsciente e da sexualidade e passasse para uma etérea e pouco precisa dimensão relacional, fez com que analistas de diferentes escolas psicanalíticas produzissem textos inflamados de alerta e advertência. (Coelho Jr., 2012, 8)

A “etérea e pouco precisa dimensão relacional” a que Coelho Jr. se refere não deve ser confundida com a concepção estruturalista da relação. No campo de conhecimento psicanalítico, é corrente a assunção de que aquilo que não pode ser expresso pela linguagem verbal é algo que não pôde receber a devida representação, isto é, algo que não pode ser acessado conscientemente pelo sujeito, donde a falta de precisão e fluidez desse “algo”. Acontece que, para alguns teóricos, faz parte da competência clínica do psicanalista ser capaz de receber contratransferencialmente esse “algo não representado” do paciente para auxiliá-lo no trabalho da representação. Entretanto, como a maior parte dos psicanalistas não aceita a ideia de que possa haver comunicação fora da linguagem verbal, eles acabam por considerar o emprego de outras linguagens nas trocas entre analista e analisando — como as expressões corporais, as sensações e os devaneios — como um procedimento insólito. Do ponto de vista da semiótica, a comunicação por meio de linguagens não verbais não causa desconforto, invalidando essa indisposição inicial em vista da intersubjetividade.

O excerto supracitado foi extraído da “Apresentação” do livro *Dimensões da intersubjetividade*, que apresenta os resultados do *Simpósio Dimensões da Intersubjetividade*, ocorrido em 2009 e promovido pelo Instituto de Estudos Avançados da USP (IEA), pelo Instituto de Psicologia da USP (IP) e dirigido pelo professor Cesar Ades, cuja contribuição intelectual não consta da obra final por conta do acidente sofrido em março de 2012, do qual viria a falecer. O simpósio, que reuniu pesquisadores de diferentes estados do Brasil e dos EUA, teria sido inspirado pelo artigo “*Patterns of intersubjectivity in the constitution of subjectivity : Dimensions of Otherness*”, publicado em 2003 e de autoria de Nelson Coelho Jr. & Luís Claudio Figueiredo. Quase dez anos mais tarde, a

pesquisa inicial de Coelho Jr. & Figueiredo foi desenvolvida e consta do mesmo livro, no capítulo intitulado “Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva : dimensões da alteridade” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012).

Nesse capítulo, Coelho Jr. & Figueiredo assumem que a intersubjetividade seria uma questão tão espinhosa por ter sido elaborada a partir de fontes diversas e por abarcar problemáticas diferentes. Com isso, em lugar de proceder a uma simplificação que correria o risco de ser inconvenientemente redutora, propõem a organização da intersubjetividade em quatro matrizes, que declaram não serem necessariamente exaustivas, mas que, de todo modo, têm a vantagem de abarcar as abordagens mais correntes da questão. Os autores consideram, ainda, que as matrizes por eles cunhadas não seriam excludentes do ponto de vista da teoria e da prática psicanalítica, mas sim, *dimensões* da intersubjetividade que seriam sobrepostas na constituição do sujeito e até mesmo coocorrentes.

Antes de apresentar as quatro matrizes da intersubjetividade, bem como suas origens, os autores expõem brevemente os argumentos em favor do entendimento e do emprego da intersubjetividade no pensamento e na clínica psicanalítica, “afinal, somos obrigados a reconhecer que o estudo do surgimento das relações entre um *Eu* e um *Outro* é uma das marcas principais do pensamento contemporâneo em filosofia, em psicologia, psicanálise e mesmo em etologia” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 22).

A argumentação é iniciada com uma breve retomada histórica do conceito. Uma primeira grande crise entre o eu e o outro — ou entre a consciência e o mundo — teria sido promovida pela filosofia de René Descartes, levando à postulação do “problema da intersubjetividade”. Ocorre que o racionalismo de Descartes, que inaugurava a filosofia moderna, ao dividir a realidade em mente e matéria, *res cogitans* e *res extensa*, nesta ordem, não oferece uma ponte capaz de interligar uma à outra, o que confere a seu pensamento inferências solipsistas. Os autores do capítulo não deixam de mencionar que esse foi também o período de nascimento da psicologia.

A primeira tentativa de superação do solipsismo dataria do início do século XX, sob a pena de Edmund Husserl, mas seria uma tentativa que não teria logrado êxito. Husserl teve o mérito de reconhecer a existência de um “abismo” entre o eu e o outro. A solução por ele oferecida consistiu na concepção da *consciência intencional*, que se caracteriza por ser uma consciência aberta ao

mundo e aos outros. O conhecimento acerca desse mundo ou desse outro, porém, permanece sediado em um *Eu* mediador, isto é, na consciência de um indivíduo. Ainda que tenha visado a uma superação da distância entre sujeito e objeto, teria relativizado o alcance de seus resultados ao manter o *método introspectivo*.

A crítica ao método introspectivo foi feita, por sua vez, por George Herbert Mead, pensador de grande importância para a psicologia social e engajado no pragmatismo filosófico. “Para Mead, a consciência vem sempre depois, depois de uma interação com os outros significativos e com o outro generalizado, o do mundo dos significados compartilhados” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 23). Se o outro me precede e me constitui, então há uma relação necessária entre mim e meu mundo.

Paralelamente a Mead, mas sem que se possa afirmar qualquer relação direta, Husserl, em sua segunda fase, e Maurice Merleau-Ponty procedem a uma segunda tentativa de superação do abismo entre o sujeito e o objeto. Desta feita, obtiveram mais êxito. Os fenomenólogos passam a “conceber a intersubjetividade como sendo constituída a partir de experiências de compartilhamento da realidade, de buscas de ‘união’, onde antes se reconhecia separação” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 24). Esta será considerada a primeira matriz intersubjetiva para os autores, nomeada *intersubjetividade interpessoal* :

Aqui ganham relevo as noções de corpo vivido, percepção e co-construção da realidade, com um claro afastamento da tradição estabelecida pelas filosofias representacionais, ou filosóficas, da consciência. Instala-se, assim, o plano das intersubjetividades interpessoais também em território europeu.

(Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 24)

As intersubjetividades interpessoais são estabelecidas entre indivíduos ; é a interação entre eles que a caracteriza. Interação esta, que é concebida como “atos parciais que os outros devem receber e a que devem responder, sendo o *gesto* uma ação incompleta que os outros completam e cujo sentido só se constrói e define na própria interação” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 24).

A segunda matriz chamada à baila é a *intersubjetividade transubjetiva*. “Aqui já não se coloca o problema epistemológico de ser ou não possível conhecer o outro. A *intersubjetividade* passa a ser vista como um falso problema.” Acontece

que se trata de uma abordagem que valoriza as “modalidades pré-subjetivas de existência, a esfera inaugural, o plano da indiferenciação original” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 24). A grande diferença dessa nova matriz é que ela não parte da primazia do sujeito, que seria o ponto nevralgico das filosofias modernas. Ao contrário, trata-se de uma investigação das modalidades pré-subjetivas de existência. Isso significa que não se trata mais de estudar a comunicação e interação entre sujeitos já formados, entre indivíduos :

Mesmo a tradição interacionista, criada por Mead, em certo sentido, não dá conta desta condição. O interacionismo do behaviorismo social, embora chegue à noção de outro generalizado, parte sempre de uma interação concreta entre organismos e “sujeitos” já diferenciados, já organizados e funcionando em um plano individual e interindividual. (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 24)

Essa segunda matriz, de acordo com os autores, teria sua origem no *campo primordial da experiência* de Max Scheler, no *Dasein* de Martin Heidegger e na *carne* de Merleau-Ponty. Trata-se da atividade e influência do outro na constituição da subjetividade dos novos entes quando eles se inserem no mundo, ainda desprovidos de consciência.

Para Scheler ([1923] 1971), em sua obra *Nature et formes de la sympathie*, não se trata de abordar o conhecimento do outro por meio do *cogito* como fazia Descartes. Nega, portanto, que a consciência seja uma consciência de si. Para o fenomenólogo alemão, não há uma grande distinção entre a consciência de si e a consciência do outro. Scheler considera que, a princípio, um bebê só poderia captar expressões de corpos vivos. Sua captação de objetos inanimados ocorreria apenas mais tarde, o que permitiria o início de uma distinção entre a experiência de si e a experiência do outro.

Nesse sentido, não seriam os corpos ou os egos que percebemos inicialmente, mas sim totalidades indivisas que, segundo Scheler, seriam captadas intuitivamente, em uma plena indistinção entre o que seria da esfera subjetiva e o que seria da esfera objetiva. (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 27)

Em *Ser e tempo*, Heidegger ([1927] 2012) assume que somos lançados no contexto de uma tradição que, não se confundindo com o “eu”, acaba por

constituí-lo. “A alteridade é presença constitutiva das subjetividades” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 27). Assim, Heidegger não aborda um ser em si, mas sim um ser-no-mundo (*Dasein*). Mais tarde, Heidegger ainda abordará a transsubjetividade mediada pela linguagem, distinguindo a tradição em que nos inserimos, isto é, aquilo que está “dito”, daquilo que podemos vir a “dizer” enquanto consciência individual.

Mediado principalmente pelo conceito de “carne” em *Le visible et l’invisible*, Merleau-Ponty ([1964] 1979) concebe uma transsubjetividade que não nega uma parcela, ainda que ínfima, de diferenciação entre o eu e o mundo ; entre sujeito e objeto. A carne é o elemento de contato com o mundo porque o eu participa dela. Ao mesmo tempo, “se busco com meu corpo tocar e ser tocado é porque a distância existe, a diferença é um fato” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 29). Desse modo, o fenomenólogo francês não sugere uma indiferenciação radical, tampouco tem de se haver com uma distância intransponível entre sujeito e objeto : diferentemente de tudo isso, sustenta a tensão existente entre esses dois polos.

Cada uma dessas diferentes concepções [...] aponta para uma matriz intersubjetiva que concebe a alteridade como inaugural e anterior, como um *solo transsubjetivo*, anterior inclusive à possibilidade instituída de um *eu* que venha a se opor ou a se relacionar com um *outro*. (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 29)

Na terceira matriz, a *intersubjetividade traumática*, ocorre “a reinstalação de certa ‘distância’ entre eu e o outro” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 24). Se na matriz transsubjetiva o outro precede o eu, na matriz traumática, o outro o *excede*. É sob a pena de outro fenomenólogo, Emmanuel Lévinas, célebre pela abordagem ética na fenomenologia, que Coelho Jr. & Figueiredo irão cunhar essa nova matriz. A inadaptabilidade entre sujeito e objeto a torna premente.

“Para Lévinas, o outro me precede e me traumatiza e com isso me constitui” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 29). Assim, a concepção do fenomenólogo lituano do “outro” é a de uma alteridade radical, cuja presença contesta o “eu” em sua constituição primeira ou em subjetividades já constituídas :

[As experiências de subjetivação] deveriam também, e principalmente, caracterizar-se como convivências e transformações (e transformações requerem e implicam trabalho e, lembremos, em italiano,

travaglio é dor) diante daquilo que a princípio tende-se a excluir. Aquilo que se ignora ou se rejeita e que se rechaça é justamente o que difere de mim e poderia me fazer outro.

(Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 30)

Ocorre que a assimilação do que é semelhante recai em um constante exercício da “mesmice”, funcionando como uma recusa radical da alteridade. Por outro lado, a aceitação dessa alteridade radical provoca no “eu” o “impacto da não adaptação plena”, de tal maneira que o encontro com a alteridade é sempre traumático : “o outro me precede, me constitui, me traumatiza e me exige trabalho” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 30–1).

Diferentemente das demais, a quarta matriz teria sua origem no pensamento psicanalítico, notadamente na psicanálise inglesa, com os desenvolvimentos de Melanie Klein, William Fairbairn e Donald Winnicott. Cunhada como *intersubjetividade intrapsíquica*, a quarta e última matriz dá conta do “estudo das experiências ‘intersubjetivas’ estabelecidas no ‘interior’ das subjetividades” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 25).

Nessa dimensão [. . .], a experiência intersubjetiva comparece por meio de uma intrincada rede de relações com objetos, vivida no plano intrapsíquico. Embora esses objetos “internos” possam ter tido, em algum momento da vida do sujeito, seu correlato “externo”, real (no sentido empírico), não é a partir dessas possíveis referências externas que sua efetividade se verifica pois, como objetos internos, passam a observar leis e funcionamentos peculiares e desconhecidos do mundo externo.

(Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 32)

A propriedade intersubjetiva dessa matriz não está ancorada na alteridade empírica, mas nem por isso deixa de ser intersubjetiva, posto que, de acordo com Freud, o psiquismo é configurado por uma multiplicidade arraigada no inconsciente, permanentemente em conflito, e não por uma unidade calcada na consciência.

A exemplo da intersubjetividade intrapsíquica, Coelho Jr. & Figueiredo mencionam o “objeto interno” de Klein, que seria uma experiência inconsciente do bebê, muito primitiva, em que seu imaginário estaria povoado de seres bons e maus. A força dessas fantasias, no entanto, seriam tão saturadas que não seria possível distingui-las da realidade.

Outro exemplo de intersubjetividade intrapsíquica advém da obra de Fairbairn, que considera os “objetos internos” como “substitutos e soluções para relacionamentos não satisfatórios com objetos externos reais” (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 33), com a peculiaridade de que, uma vez sendo internos, eles podem ser controlados em alguma — parca — medida. A internalização desses objetos seria calcada no sofrimento vivenciado pelo bebê por conta da separação do objeto de que depende física e emocionalmente : a mãe.

A intersubjetividade intrapsíquica foi o campo de principal interesse e ocupação na psicanálise, desde sua fundação. De acordo com Coelho Jr., o receio da comunidade psicanalítica de aceitar a intersubjetividade em suas pesquisas era justamente o de perder de vista o funcionamento intrapsíquico. Coelho Jr. & Figueiredo, todavia, consideram que ea dimensão intrapsíquica é complementar por relação às demais dimensões, e não uma concorrente :

Em recente artigo, o psicanalista francês, Green [...] apontou com razão que “é na imbricação dos *mundos internos* dos dois parceiros do par analítico que a intersubjetividade ganha substância” (Green, 2000, 2). Por meio de uma sólida argumentação, Green procura mostrar que a ênfase contemporânea em aspectos intersubjetivos da prática analítica não deve fazer com que percamos de vista que é só através de uma tensa dinâmica entre aspectos intrapsíquicos e intersubjetivos que a especificidade do trabalho analítico pode se manter. Gostaríamos de acrescentar que, além do equívoco das oposições simplificadas, é preciso também reconhecer que as dimensões intersubjetivas sinalizam polos que nunca são ocupados de forma pura e exclusiva. As quatro dimensões que propomos devem ser pensadas simultaneamente nos diferentes processos de constituição subjetiva. (Coelho Jr. & Figueiredo, 2012, 25)

O quadro geral das diferentes abordagens da intersubjetividade fornecido por Coelho Jr. & Figueiredo é valioso. Foi com base nas dimensões da intersubjetividade que pudemos organizar as dificuldades que vimos tendo com esse conceito nas análises dos textos do corpus. Muitos problemas que se sobrepunham quanto à inter-relação de sujeitos nos textos passaram a conviver lado a lado e complementarmente. Assim, as diversas dimensões da intersubjetividade mostraram-se produtivas no enfrentamento dos problemas de adequação aos textos analisados. Nas próximas subseções, será apresentado o modo como ade-

quamos as questões abordadas por cada matriz aos interesses da metodologia semiótica.

2.1 Intersubjetividade interpessoal : Relações intersubjetivas entre indivíduos

A *intersubjetividade interpessoal* talvez seja a mais intuitiva para o senso comum, mas também para o semioticista, pois essa é a matriz que abarcaria aquilo que a semiótica greimasiana identifica por intersubjetividade, isto é, as etapas comunicativas do percurso narrativo canônico. Não obstante, parece conveniente abranger em seu escopo outras facetas intersubjetivas da semiótica, ainda que não sejam assumidamente nomeadas como tais.

Todavia, é preciso lembrar que estamos abordando aqui, na esfera da intersubjetividade interpessoal, um sujeito constituído, isto é, um indivíduo em meio a outros indivíduos. É forçoso, portanto, concebê-lo inserido em um dado campo de presença — “e a presença identifica-se, em parte, com a noção de existência semiótica” (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 347) — que é povoado de alteridades. Com essa observação, queremos destacar que a perspectiva de análise da intersubjetividade que começamos a delinear aqui não aborda da mesma maneira as relações intersubjetivas que os sujeitos estabelecem com outros sujeitos *internamente*. À diferença da semiótica das paixões, nossa abordagem visa a encontrar parâmetros de análise que sejam capazes de discernir as relações internas e externas ao sujeito.

Suponhamos estar diante de três textos distintos. No primeiro, há um sujeito ciumento que fantasia a traição. No segundo, há um sujeito ciumento que efetivamente sofre a traição. Já no terceiro, não é dado ao enunciatário saber o estatuto objetivo da traição temida pelo ciumento, como é o caso clássico de *Dom Casmurro*. Greimas & Fontanille ([1991] 1993) têm razão ao assumir, em *Sémiotique des passions*, que as paixões sofridas pelo sujeito são independentes de serem ou não reais suas impressões sobre as coisas e sobre os outros. Não obstante, caso os outros indivíduos de sua “realidade” considerem que as paixões por ele sofridas são ou não verdadeiras, eles darão uma resposta significativamente diferente. O ciumento de nosso primeiro texto, aquele que alucina a traição, será sancionado pela alteridade como louco, excêntrico, etc.

Caso venha a vingar seu ciúme, será considerado injusto. Tudo se passa de modo diferente no caso do segundo ciumento, em que a alteridade pode mesmo respaldar ou exigir o ato de vingança. O terceiro caso, em que a alteridade que habita a “realidade” do ciumento passa pelo crivo do próprio sujeito ciumento, pelo fato de ele sincretizar a função de narrador, impede o acesso ao juízo que é realmente da alteridade, transferindo ao narratário o sentimento aflitivo da dúvida.

Dessarte, dissociando as relações que o sujeito estabelece com a alteridade dentro e fora de si, associamos à dimensão interpessoal da intersubjetividade a relação estabelecida com o sujeito externo, ou seja, com um outro indivíduo que, por sua vez, é detentor de sua própria subjetividade.

2.2 Intersubjetividade traumática : Relações intersubjetivas disfóricas entre indivíduos

Resguardada a relevância da distinção das matrizes interpessoal e traumática para os objetivos da psicanálise, em semiótica, admitimos a intersubjetividade traumática como sendo o subtipo disfórico da dimensão interpessoal, mas nem por isso menos constitutiva do sujeito.

Assimilamos, dessa maneira, a dimensão traumática da intersubjetividade às remissividades impostas ao sujeito em seu *campo objetivo*, isto é, em sua realidade, ao passo que a interpessoalidade eufórica é assimilada às emissividades do mesmo campo externo. Em síntese, *a missividade do campo objetivo do sujeito é determinada pelas relações interpessoais que ele estabelece*.

Cumpramos reforçar a relevância do campo objetivo nessa definição. Por meio dele, a concepção de intersubjetividade distingue-se daquela de Greimas & Fontanille por não abarcar *todas* as discursivizações de etapas comunicativas, mas apenas aquelas em que os sujeitos que estão em relação comunicativa no nível narrativo são investidos semanticamente por atores diferentes. Na sentença “João pediu um copo d’água a José” há uma relação intersubjetiva interpessoal, mas na sentença “João se convenceu de que seria melhor esperar a chuva passar antes de sair”, não há.

2.3 Intersubjetividade intrapsíquica : Relações intersubjetivas internas a cada indivíduo

A sentença “João se convenceu de que seria melhor esperar a chuva passar antes de sair” pode ser analisada por meio da matriz intrapsíquica da intersubjetividade. Essa nova dimensão é que responde pelo *campo subjetivo* do sujeito. Complementar à matriz interpessoal, ela procura dar conta dos casos abordados por Greimas & Fontanille em *Semiótica das paixões* que não foram contemplados pela matriz descrita acima, isto é, os casos em que os eventos ocorrem internamente ao sujeito.

Talvez seja conveniente ressaltar que, embora interna, essa dimensão da intersubjetividade também se articula em dois polos fóricos, o que significa simplesmente reconhecer que a organização intrapsíquica do sujeito também é responsável por suas paradas e continuações. Podemos dizer, sem mais tardar, que a missividade do campo subjetivo do sujeito é determinada pelas relações intrapsíquicas que ele estabelece.

Não obstante, o fato de haver “outros” com quem o sujeito se relaciona no campo subjetivo parece não ser algo natural para o semioticista, apesar de o ser para o psicanalista. Enquanto a manifestação de diversos atores no nível discursivo é evidente ao primeiro olhar que lançamos sobre um texto, a multiplicidade de instâncias internas à subjetividade é um postulado que pode ou não ser admitido.

2.3.1 Sobre o postulado metapsicológico de Freud

É necessário examinar esse postulado, ainda que brevemente. Trata-se da metapsicologia freudiana, concebida em 1900, em *A interpretação dos sonhos* (Freud, 1981), e reformulada no final dos anos 1910 e começo dos anos 1920. Embora essa reformulação esteja sistematizada sobretudo na obra *O ego e o id*, de 1923, os principais conceitos reformulados e as razões que levaram a essa revisão encontram-se resumidos na lição xxxi, intitulada “Dissecação da personalidade psíquica”, que foi publicada ao lado de outras lições em *Novas lições introdutórias à psicanálise*, no ano de 1932. Apesar de a data de publicação ser posterior à data de *O ego e o id*, as *Novas lições* foram proferidas em um

curso que Freud teria oferecido, em Viena, entre os anos 1915 e 1917, em um curso de clínica psiquiátrica.

Freud inicia a lição xxxi partindo do nível mais concreto de seu objeto : o sintoma. É a incongruência entre a saúde orgânica e a permanência dos sintomas — como a cegueira, a paralisia, etc. — nas histéricas que o levaram a postular a repressão. O sintoma seria um modo de representar para o ego aquilo a que ele não tem acesso em seu aparelho psíquico, por ter sido um conteúdo reprimido, incompatível com a imagem que o ego tem de si.

O fundador da psicanálise chama a atenção, desse modo, para a multiplicidade de instâncias internas à subjetividade, ao distinguir aquilo que é alheio ao ego e que *está do lado de fora* daquilo que, embora também seja alheio, *é interior*. Aquilo que é alheio e está fora é a realidade e o outro ; aquilo que é alheio e está dentro é o inconsciente. Portanto, a psicanálise julga que o homem adoece psiquicamente quando há um conflito entre as exigências de sua vida pulsional e a resistência que seu eu possui contra elas, ou seja, aquilo que é exigido pela vida pulsional, mas que ele não reconhece como seu, e sim como algo alheio (1981, 3133).

Em seguida, o pai da psicanálise lembra que essa instância psíquica que reprime dados conteúdos pulsionais, barrando o acesso consciente a eles, não teria sido jamais ignorada pela psicanálise desde sua fundação, mas que ainda não teria sido devidamente sistematizada em seu modelo metapsicológico primeiro, reconhecido como “primeira tópica”. Anuncia que é chegada a hora de fazê-lo : “Por fim, avançamos o suficiente para poder desconcentrar nossa atenção do reprimido [o ego] e enfocá-la no repressor [o superego]”⁴ (1981, 3133). O estranhamento derivado dessa sorte de povoamento de instâncias distintas na subjetividade, entretanto, não escapa à observação de Freud :

Queremos que o objeto desta investigação seja o *ego*, nosso próprio *ego*. Mas, por acaso isso é possível ? Se o *ego* é propriamente o sujeito, como pode passar a ser objeto ? O caso é que, evidentemente, pode ser assim. O *ego* pode tomar a si mesmo como objeto, pode tratar a si mesmo como trata outros objetos, pode observar-se, criticar-se, etc. [...] O *ego* é, pois, dissociável ; dissocia-se por

⁴ Por fin avanzamos lo suficiente para poder distraer nuestra atención de lo reprimido y enfocarla sobre lo represor.

ocasião do desempenho de algumas de suas funções, ao menos transitoriamente, e os fragmentos podem logo voltar a se unir. Tudo isso não é nenhuma novidade, mas antes uma acentuação inabitual das coisas geralmente conhecidas. ⁵ (Freud, 1981, 3133)

Freud segue descrevendo como esse eu reflexivo, que se coloca como objeto no exame de si mesmo, funciona nos casos patológicos, pois, justamente por ter se distanciado do mundo externo é que está em condições mais profícuas para ensinar a respeito da realidade psíquica interna. Exemplifica com um subgrupo de doentes psíquicos que pensam ser observados todo o tempo. Descreve como alucinam vozes que narram as atividades que vão exercendo ou como preveem que farão algo ilícito, de modo que serão castigados (1981, 3134). Enfim, sugere a generalização desse modo reflexivo do ego para todos os aparelhos psíquicos :

O que aconteceria se esses dementes tivessem razão ? Se no *ego* de todos nós existisse uma tal instância, vigilante e ameaçadora, a qual, nos doentes mentais apenas teria se separado francamente do *ego* e teria sido erroneamente deslocada para a realidade exterior ?⁶ (Freud, 1981, 3134)

O que aconteceria seria a postulação do superego. Na primeira tópica freudiana, havia uma distinção entre inconsciente, pré-consciente e consciente. O ego tinha acesso apenas à consciência e à pré-consciência nesse primeiro modelo. Na “segunda tópica”, Freud já teria percebido que a vinculação entre ego e consciência não se sustentava, de modo que passou a discernir as *instâncias dos sistemas de funcionamento psíquico*. O superego aparece assim como uma nova instância, responsável pela consciência moral, mas que não se confunde com o sistema consciente ele mesmo, pois há funções da consciência, não morais, que não participam de seu domínio.

⁵ El objeto de esta investigación queremos que sea el *yo*, nuestro propio *yo*. Pero, ¿acaso es posible tal cosa ? Si el *yo* es propriamente el sujeto, ¿cómo puede pasar a ser objeto ? Y el caso es que, evidentemente, puede ser así. El *yo* puede tomarse a sí mismo como objeto, puede tratarse a sí mismo como a otros objetos, observarse, criticarse, etc. [...] El *yo* es, pues, disociable ; se disocia en ocasión de algunas de sus funciones, por lo menos transitoriamente, y los fragmentos pueden luego unirse de nuevo. Todo esto no es ninguna novedad, sino más bien una acentuación inabitual de cosas generalmente conocidas.

⁶ ¿Qué pasaría si estos dementes tuvieran razón, si en todos nosotros existiera en el *yo* una tal instancia, vigilante y amenazadora, que en los enfermos mentales sólo se hubiera separado francamente del *yo* y hubiera sido erróneamente desplazada a la realidad exterior ?

O superego é, portanto, a parte moral da consciência responsável por governar as pulsões, impondo-lhe limites. No caso dos aparelhos psíquicos saudáveis, ele tem uma função social não negligenciável, pois protege o ego de se expor a perigos reais ao fazê-lo respeitar os limites impostos pela alteridade. Mas, nos casos patológicos, o superego pode *ultrapassar o limite de impor limites*, reduzindo em demasia os impulsos do sujeito, roubando-lhe a vivacidade. A melancolia é chamada à baila para ilustrar um caso de descontrole do superego. Com efeito, o melancólico tem períodos em que o superego funciona normalmente, sendo mais ou menos rigoroso para cada sujeito. Mas, nos períodos de crise, o superego excede os limites e castiga impiedosamente o ego, seja por atos presentes seja por atos passados, que se acumulam formando uma imagem distorcida e monstruosa de si (Freud, 1981, 3137).

Na descrição de sua nova concepção metapsicológica, Freud chama a atenção para um detalhe que explicaria a variação de consciência moral entre os indivíduos. Diferentemente das pulsões do aparelho psíquico, que seriam inatas, a consciência moral é inculcada no mundo real, mormente pela instância parental. Mas a consciência moral em si, o superego, só se forma em uma situação secundária, depois que as exigências de limites são internalizadas, independentemente das imposições do mundo real.

Outro ponto relevante da exposição de Freud diz respeito ao mecanismo de internalização da função da instância parental. Freud atribui à *identificação* esse papel. Cabe ressaltar que ele trata de uma identificação que independe da qualidade da instância parental, ou seja, as características dos indivíduos que consubstanciam essa instância em cada caso não são relevantes para o sucesso ou insucesso da identificação : “A identificação é uma forma muito importante de vinculação a outra pessoa ; é provavelmente a mais primitiva e, consequentemente, não se confunde com a eleição de objeto”⁷ (1981, 3136). Assumimos isso que Freud chama de identificação como outra dimensão intersubjetiva, da matriz transubjetiva, sobre a qual discorreremos no próximo subitem do capítulo.

Já mencionamos acima que Freud teria passado a discernir as instâncias dos sistemas de funcionamento psíquico na segunda tópica. Ocorre que Freud

⁷ La identificación es una forma muy importante de la vinculación a la otra persona ; es probablemente la más primitiva y, desde luego, distinta de la elección de objeto.

atribui ao superego a razão da repressão dos conteúdos intolerados. Se o ego reconhece determinados conteúdos como não pertencentes a si, é porque o superego lhe terá imposto limites. Sucede que a experiência clínica levou o fundador da psicanálise a perceber que, de ordinário, seus pacientes não tinham conhecimento da repressão a que estavam submetidos. Ao se aproximar de conteúdos restritos, simplesmente perdiam a capacidade da livre associação ou então derivavam para outros assuntos sem que se dessem conta de tal procedimento. Com isso, Freud foi levado a rever seu ponto de vista anterior, que associava instâncias psíquicas a sistemas de funcionamento do aparelho psíquico. A clínica experienciada por Freud levou a concluir que parte fundamental das funções do ego e do superego são desempenhadas no domínio do inconsciente (Freud, 1981, 3139).

Uma vez assentado que é necessário fazer uma distinção entre as instâncias e os sistemas de funcionamento psíquico, Freud complexifica a segunda tópica. Dado que o ego e o superego operariam também no sistema inconsciente, torna-se premente a tarefa de delimitar aquilo que é propriamente inconsciente daquilo que o é apenas enquanto parte de um processo de uma instância. É assim que introduz o id como terceira instância do aparelho psíquico. Em seu costumeiro tom bem humorado, Freud admite a complexidade que vai ganhando forma em seu postulado :

Presumo que vocês não tenham ficado satisfeitos em comprovar que as três qualidades das características de ser consciente [consciente, pré-consciente e inconsciente] e as três províncias do aparato anímico [ego, superego e id] não formam três pares perfeitamente ordenados, e que vocês veem nisso algo como uma perturbação em nossos resultados. Mas, de minha parte, opino que não temos por que lamentar esse fato, devendo nos dizer que não tínhamos direito algum de esperar tão simples ordenação.⁸ (1981, 3141-2)

Ao introduzir o id, é dada uma precaução de chofre : sobre esse território, nada se pode saber diretamente. E não é por ser inconsciente pois, como

⁸ Presumo que no os ha satisfecho comprobar que las tres cualidades de las características de ser consciente y las tres provincias del aparato anímico no formen tres pacíficas parejas, y que veis en ello algo como una perturbación de nuestros resultados. Mas por mi parte opino que no tenemos por qué lamentarlo, debiendo decirnos que no teníamos derecho alguno de esperar tan simple ordenación.

assinalado no trecho supracitado, não há paridade entre características de ser consciente e as instâncias psíquicas. Parte das funções do id também são desempenhadas na região da consciência. A inacessibilidade — ou a tortuosidade do acesso — ao id é devida a sua irracionalidade.

A serviço do princípio do prazer, o id não observa a leis lógicas de pensamento, ignora as condições mínimas de existência — espaço e tempo — e desconhece a moralidade. Assim, o id se distingue do ego e do superego mesmo quando todos operam no inconsciente, pois estes últimos funcionam de modo racional mesmo quando estão velados à consciência (Freud, 1981, 3143).

Se ego e superego, por sua vez, são providos de razão, aquele se distingue deste por ser a instância do aparelho psíquico que estabelece contato com o mundo externo. Trata-se da instância encarregada da percepção do mundo e da constituição da consciência com base nessa experiência. O ego, além de receber os estímulos do superego e do id, também recebe os estímulos externos ao aparelho como um todo (Freud, 1981, 3143).

O ego é considerado por Freud como a parte do id que tomou contato com mundo e teve de se adequar a ele. Não fosse esse poder refletido de adequação, todo o aparelho psíquico estaria exposto à cega aspiração de satisfação dos instintos, aniquilando-se :

Por encargo do *id*, o *ego* rege os acessos à motilidade, mas, entre a necessidade e o ato, interpolou um adiamento em forma de atividade do pensamento, durante o qual utiliza os resíduos mnêmicos da experiência. Desse modo, o *ego* destronou o princípio de prazer — que rege o curso dos processos no id ilimitadamente — e o substituiu pelo princípio de realidade, que promete maior segurança e melhor êxito.⁹ (1981, 3143)

Reconhecido como o responsável pelas “paixões indômitas” (Freud, 1981, 3144), o id opõe-se ao ego, que se responsabiliza pela reflexão. A alusão de Freud ao *adiamento* da resposta às exigências dos desejos por meio da reflexão do ego não poderia passar despercebida ao olhos do semioticista afeito à tensividade.

⁹ Por encargo del *ello* rige el *yo* los accesos a la motilidad, pero ha interpolado entre la necesidad y el acto un aplazamiento en forma de actividad del pensamiento, durante el cual utiliza los residuos mnémicos de la experiencia. De este modo ha destronado el principio del placer, que rige ilimitadamente el curso de los procesos en el *ello*, y lo ha sustituido por el principio de la realidad, que promete mayor seguridad y mejor éxito.

As associações entre a paixão desenfreada do id e o acontecimento, por um lado, e entre a reflexão do ego e o exercício, por outro, serão retomadas logo mais. Pelo momento, cumpre desfazer uma injustiça provisória. Pelo que foi dito até agora, a respeito da função protetora do ego, não se deve entender que o id opera uma função disfórica no aparelho psíquico. Pelo contrário, toda a vivacidade da subjetividade depende dele. Sem o id, não haveria qualquer força propulsora.

Para ilustrar a função do id, Freud o compara a um cavalo, sendo o ego o cavaleiro. Isso quer dizer que o direcionamento do aparelho é dado pelo ego, mas a força de tração depende exclusivamente do id. Há apenas a ressalva de que esse cavalo não é completamente domado, de modo que o cavaleiro tem a função de conduzi-lo em segurança, sim, mas, eventualmente, aonde o id queira ir. O final da conferência é reservado à situação embaraçosa do ego, que tem de se desdobrar para atender às demandas contraditórias do id, do superego e da realidade :

Um provérbio adverte a impossibilidade de se servir a dois senhores ao mesmo tempo. O pobre *ego* se vê em apuros ainda maiores : serve a três severos amos e se esforça por conciliar suas exigências e suas ordens. Tais exigências diferem sempre e, às vezes, parecem inconciliáveis. Assim, não é de se estranhar que o *ego* fracasse tão frequentemente em sua tarefa. Seus três amos são o mundo externo, o *superego* e o *id*. Se considerarmos os esforços do *ego* para comprazer a todos ao mesmo tempo, ou, melhor dizendo, para obedecê-los simultaneamente, já não lamentaremos tê-lo personificado e apresentado como um ser à parte. [...] Desse modo, conduzido pelo *id*, restringido pelo *superego* e rechaçado pela realidade, o *ego* luta para levar a cabo sua missão econômica, a de estabelecer uma harmonia entre as forças e os influxos que atuam nele e sobre ele ; e compreendemos por que, às vezes, não podemos deixar de exclamar : “Que difícil é a vida !” Quando o *ego* tem de reconhecer sua debilidade, afunda-se em angústia : angústia real ante o mundo externo, angústia moral ante o *superego* e angústia neurótica ante a força das paixões do *id*.¹⁰ (Freud, 1981, 3144–5)

¹⁰ Un proverbio advierte la imposibilidad de servir a la vez a dos señores. El pobre *yo* se ve aún más apurado : sirve a tres severos amos y se esfuerza en conciliar sus exigencias y sus mandatos. Tales exigencias difieren siempre, y a veces parecen inconciliables ; nada, pues, tiene de extraño que el *yo* fracase tan frecuentemente en su tarea. Sus tres amos son el

2.3.2 O interesse da metapsicologia para a análise de textos

Em vista das dificuldades que o próprio Freud reconhece haver na aceitação de seu postulado metapsicológico no campo dos estudos *psi*, não é de se estranhar que seja posta em questão a razão pela qual nós estaríamos inclinados a aceitá-lo. Também não seria surpreendente o questionamento a respeito do estatuto epistemológico dessa admissão no campo da semiótica, ou seja, o que respaldaria a postulação de uma multiplicidade de instâncias internas ao sujeito? Em qual evidência devemos nos embasar para aceitar ou refutar esse postulado em nosso domínio do conhecimento?

A razão que nos leva a admitir o postulado freudiano não se aparta muito da razão que o levou a formulá-lo. Freud enxergava, nas diversas sessões de análise, com diferentes pacientes, recorrências existentes sob as variações: fosse nos sintomas, nos atos falhos, nos sonhos ou nos devaneios, seus pacientes apresentavam comportamentos repetidos que traíam seus próprios interesses sem nenhuma vantagem aparente e sem que qualquer fundamento orgânico pudesse justificá-los. Decorre daí que, se se trata de um fenômeno mental e cada sujeito possui apenas uma mente, então esta é constituída por instâncias antagônicas. Poderia ser sustentada a hipótese de que os pacientes traem a si mesmos por uma questão acidental, mas a recorrência observada entre diversos pacientes desmentiria essa postulação.

Uma questão semelhante nos é imposta diante dos “sujeitos de papel”. Eles se traem. Por mais que nós, enunciatários dos textos, sofram com os “erros” das personagens, irritemo-nos com seus atos injustificados e lesivos, torçamos para que se deem conta do mau caminho que seguem, no fundo, simplesmente não nos interessaríamos por seus enredos caso agissem de outro modo. Talvez porque se desumanizassem, talvez porque transformassem a experiência do espectador em algo maçante, da ordem do previsível.

mundo exterior, el *super-yo* y el *ello*. Si consideramos los esfuerzos del *yo* para complacerlos al mismo tiempo o, mejor dicho, para obedecerlos simultáneamente, no lamentaremos ya haberlo personificado y presentado como un ser aparte. [...] De este modo, conducido por el *ello*, restringido por el *super-yo* y rechazado por la realidad, el *yo* lucha por llevar a cabo su misión económica, la de establecer una armonía entre las fuerzas y los influjos que actúan en él y sobre él; y comprendemos por qué, a veces, no podemos menos de exclamar: “¡Qué difícil es la vida!” Cuando el *yo* tiene que reconocer su debilidad, se anega en angustia, angustia real ante el mundo exterior, angustia moral ante el *super-yo*, y angustia neurótica ante la fuerza de las pasiones en el *ello*.

Racionalmente falando, a solução para o problema de quase todos os sujeitos é de uma simplicidade franciscana. Em geral, temos a solução ideal para todos os problemas de que somos expectadores, mas não para aqueles que vivenciamos. De certa maneira, ao postular a constituição polêmica do aparelho psíquico, Freud está chamando a atenção para o fato de que não há esse império da razão que pensamos existir quando assistimos a um evento “de fora”. Temos a impressão de que não encarar esse fato retira da análise dos textos uma parte substancial de sua complexidade propriamente humana.

É sabido que a semiótica caminhou no sentido de aumentar a espessura do sujeito ao longo de seu desenvolvimento ; demos notícia desse movimento no capítulo precedente. Nesse trabalho de desenvolvimento, as paixões não somente foram reconhecidas, como incorporadas à semiótica em mais de um modelo de análise. O que tentamos evocar agora é a necessidade de somar ao entendimento das paixões a complexidade adicional do armazenamento passional do sujeito. Não é uma folha em branco que sofre as ações do mundo real. As respostas dadas às ações sofridas são necessariamente uma somatória da nova vivência a experiências já vividas.

O que sustentamos, pois, é que essas experiências vividas não são domínios idiossincráticos e caóticos, mas que têm uma estrutura. Assim, as razões que nos levam a aceitar o postulado de Freud são muito próximas de suas próprias razões : enxergamos recorrências sob as variações dos diversos sujeitos e acreditamos que a sistematização das relações internas, cruzadas com suas vivências externas, pode significar um passo adiante em direção ao aumento da espessura do sujeito.

Claro que há também diferenças fundamentais entre as razões que conduziram Freud ao desenvolvimento de sua metapsicologia e as que nos levaram a aceitá-la. O objetivo é a principal diferença. A cura é o objetivo principal da psicanálise, ainda que sejam reconhecidos objetivos acessórios. De nossa parte, não nos ocupando da cura, estamos dispensados da lide com uma porção de dificuldades que se colocam no domínio de Freud. Estaremos satisfeitos se as categorias de análise, inspiradas na segunda tópica, que serão introduzidas adiante forem capazes de explicar por que razão dois indivíduos agem de modo diferente diante da mesma circunstância ; o que há neles que os predispõe a respostas diferentes em vista das mesmas vivências ; por fim, de onde tiramos

o *feeling* que nos faz esperar determinados comportamentos de um dado indivíduo, mas não de outro. Tudo isso porque acreditamos que a desmistificação dos *feelings* é a principal tarefa do semiótico.

Poderíamos acrescentar que a obtenção de algum sucesso nessa desmistificação ajudaria a promover a reconciliação entre nós, enunciatários, e nossos heróis. Talvez pudéssemos compreendê-los melhor em lugar de nos enfurecer diante de suas atitudes que julgamos impensadas em lugar de considerá-las “sobressentidas”. Mas, se admitíssemos esse objetivo secundário, teríamos de assumir que tampouco nós, que ora respondemos pela enunciação de uma pesquisa científica, somos orientados puramente pela razão. Preferiremos encobrir esse deslize e afirmar que estamos apenas cuidando da tarefa de especular a respeito do ponto de vista do enunciatário.

A perspectiva epistemológica também nos distancia consideravelmente da psicanálise. A respeito da questão que formulamos acima, a saber, em que provas devemos nos embasar para aceitar ou refutar o postulado metapsicológico de Freud em nosso domínio do conhecimento, acreditamos ser capazes de responder sem maiores dificuldades ou constrangimentos. A prova é o texto : se há atores que agem de modo contraditório diante de seus próprios objetivos, temos de considerar que estamos diante de um sincretismo actancial que supõe uma relação polêmica entre os actantes investidos semanticamente pelo mesmo ator. Difícil imaginar desacordo por relação a isso.

Consideremos, agora, que há também textos em que atores diferentes investem semanticamente actantes que estabelecem uma relação polêmica entre si. Se concordarmos em admitir que há uma diferença de significação em um caso polêmico e outro, temos de admitir que há uma diferença estrutural, posto ser apenas as diferentes combinatórias estruturais que são responsáveis por gerar as mais diversas manifestações. Se há uma diferença estrutural, então cumpre identificá-la e homogeneizar a economia metodológica como um todo.

Na psicanálise, as questões epistemológicas são outras. Pautar-se nessas provas textuais para a admissão do “povoamento” interno a uma subjetividade não implica admitir os axiomas que o respaldam no campo do conhecimento psicanalítico. Assim, parece justificável excluir de nossas ocupações as questões relativas à veracidade da organização tópica do aparelho psíquico ou sua relação com a mente.

Dito isso, vemo-nos diante da necessidade de acomodar a admissão da multiplicidade actancial subjetiva ao modelo de análise como um todo, de tal modo que seja possível dissociá-la daquilo que se passa no campo objetivo. O primeiro passo é o reconhecimento estrutural disso que vimos chamando de “campo subjetivo” e “campo objetivo”.

2.3.3 Introdução aos campos subjetivo e objetivo

Logo no início deste capítulo, expusemos a perspectiva que adotamos para lidar com o sujeito. Para dar conta do desejo de aprofundar a análise do sujeito discursivo em seu sentido amplo — sujeito do enunciado e sujeito da enunciação —, concluímos ser necessário identificar o sujeito do enunciado ao ator, e não simplesmente ao sujeito *stricto sensu*, aquele que correspondente ao funtivo “sujeito” e que entra em função com o “objeto” na etapa da ação do percurso narrativo canônico. Serão expostos em primeiro lugar os fatores de reconhecimento dos campos subjetivo e objetivo do sujeito do enunciado, pois, como veremos, há diferenças consideráveis quando abordamos os sujeitos da enunciação.

Ao opor campo objetivo a campo subjetivo, estamos operando com a diferença entre a realidade externa e sua apreensão por um indivíduo. Aparece de saída uma questão : se a semiótica não se ocupa da realidade ontológica ao considerar que a verdade é uma construção social discursiva, como é possível operar essa distinção, na medida em que as ocorrências externas e internas ao indivíduo são, ambas, uma construção discursiva ?

Partindo da perspectiva semiótica, os “fatos” são sempre mediados por um discurso e, com isso, por uma subjetividade, o que levaria à suposição de que todos os “fatos” pertencem ao campo subjetivo. Ainda que acertada, essa é uma constatação apressada, pois cumpre distinguir — e combinar, e hierarquizar — os campos subjetivos dos diversos sujeitos discursivos. Parte da significação advém da relação intersubjetiva que se estabelece entre eles.

Saindo um instante da esfera de nossa disciplina, *A força da realidade na clínica freudiana* (Coelho Jr., 1995) é uma obra que aborda essa mesma questão, sempre guardadas as diferenças existentes entre os objetivos clínicos e os nossos. Após uma longa e minuciosa investigação do emprego do conceito de “realidade” em Freud, em que são captadas ambiguidades e contradições quanto ao estatuto

epistemológico e operacional que Freud atribui ao conceito, Coelho Jr. conclui que há mesmo uma diversidade de questões subjacentes à realidade que precisa ser levada em consideração na situação da clínica psicanalítica. Para resumir esses aspectos múltiplos do ponto de vista espacial, ele chama à baila um texto de [Calvino \(1986\)](#), *Os usos da literatura*, em que o escritor italiano sustenta a existência de uma multiplicidade de níveis de realidade na literatura, bem como suas diferentes manifestações seja em oposições bem marcadas, seja em amalgamentos de realidades. À faceta espacial, Coelho Jr. une a faceta temporal da sobreposição de realidades :

Níveis ou planos de realidade apontam para uma concepção espacial. Cabe apontar também para o aspecto temporal. A *Realidade Clínica* é uma e muitas *ao mesmo tempo*. É psíquica e externa ao mesmo tempo. É a simultaneidade de percepções, afetos e pensamentos. É simultaneidade. Passado, presente e futuro ressitua-se em um contexto criativo onde as rígidas fronteiras dão lugar à possibilidade de circulação, à possibilidade de movimento.

([Coelho Jr., 1995](#))

Deixando de lado a atitude metodológica de Freud em manter uma pluralidade de conceitos sob o mesmo rótulo metalinguístico, a tarefa de dissociar metodologicamente os mecanismos que desencadeiam significações diferentes nos textos coloca-se para nós de acordo com os princípios semióticos.

Aceitando nossa tarefa de discernir esse apanhado de facetas espaciais e temporais da realidade, e admitindo logo que as realidades interiores e exteriores de um indivíduo passam pelo crivo do enunciador de cada texto, concebemos que a interioridade e a exterioridade dos sujeitos do enunciado serão por ele estabelecidas. Isso significa admitir que a qualidade da apreensão da realidade textual por cada sujeito está submetida também ao ponto de vista do enunciador. É ele, de sua posição transcendental por relação ao universo do sujeito do enunciado, quem determina se o sujeito tem uma boa apreensão da realidade ou se se distancia dela, dando mostras de uma configuração subjetiva idiossincrática demais ou insuficientemente social.

Talvez não seja excessivo ressaltar que não se trata de modo algum de apreciar a capacidade de apreensão do sujeito do enunciado por relação ao mundo ontológico, mas sim por relação a seu mundo de papel (ou de tinta, ou

de ondas sonoras...). Basta tomar por exemplo a passagem de *Cem anos de solidão*, em que “José Arcadio Buendía” declara que “A terra é redonda como uma laranja” (García Márquez, [1967] 2009, 10) e é interpelado imediatamente pela exclamação agastada de sua esposa : “‘Se você pretende ficar louco, fique sozinho’, gritou. ‘Não tente incutir nas crianças as suas ideias de cigano’” (p. 10). Evidentemente, a realidade de “Macondo” — que é o povoado em que habita “José Arcadio Buendía” e sua família — não condiz com a realidade ontológica conhecida por nós, seja espacial seja temporalmente.

A razão ontológica por detrás da afirmação de “José Arcadio Buendía” não impede que ele seja tomado por louco (Souza, 2009). O que importa é a relação de seu campo subjetivo com o campo objetivo criado no texto. No romance em questão, há ainda um efeito de sentido gerado pelo enunciador que aproxima o enunciatário da indignação de ser considerado louco, uma vez que compartilha dos valores de “José Arcadio Buendía”. Podemos extrair um outro exemplo do poema “Retrato de mulher triste” (ver p. 103), cuja autora, Cecília Meireles (1973), é reconhecida pela afinidade com o campo subjetivo em seus textos.

Retrato de Mulher Triste

- 1 Vestiu-se para um baile que não há.
- 2 Sentou-se com suas últimas jóias.
- 3 E olha para o lado, imóvel.

- 4 Está vendo os salões que se acabaram,
- 5 embala-se em valsas que não dançou,
- 6 levemente sorri para um homem.
- 7 O homem que não existiu.

- 8 Se alguém lhe disser que sonha,
- 9 levantará com desdém o arco das sobrancelhas,
- 10 Pois jamais se viveu com tanta plenitude.

- 11 Mas para falar de sua vida
- 12 tem de abaixar as quase infantis pestanas,
- 13 e esperar que se apaguem duas infinitas lágrimas.

Esse poema manifesta um sujeito do enunciado que operou suas principais ações no campo subjetivo, relegando ao campo objetivo apenas ações modestas

e solitárias. As relações interpessoais principais ocorrem no campo subjetivo (“O homem que não existiu”). Esse procedimento do sujeito é sancionado negativamente pela instância da enunciação : a falta de vivência “real” do sujeito do enunciado impediu seu amadurecimento (“infantis pestanas”) e promoveu sua infelicidade (“infinitas lágrimas”).

Todo o esforço do sujeito do enunciado em se mostrar pronto para as ações no campo objetivo — vestindo-se para um baile, enfeitando-se com as joias e desdenhando da alteridade que venha a sugerir que está preso ao universo dos sonhos — é um empenho vão, posto a instância da enunciação julgá-lo como algo que *parece*, mas *não é*, ou seja, como uma mentira ou ilusão.

A pequenez das ações no campo objetivo, em vista daquelas do campo subjetivo, são destacadas pela imobilidade (“imóvel”) desse sujeito que quer crer que “jamais se viveu com tanta plenitude.” Nesse sentido, é notável que o verso três, que contém a palavra “imóvel”, destaca-se dos demais versos da primeira estrofe por ser o único que contém um verbo durativo, e não pontual. As ações do campo objetivo do sujeito são pontuais e auxiliares das ações do campo subjetivo : o sujeito permanece imóvel no campo objetivo para desempenhar suas ações no campo oposto.

A sanção negativa dada ao sujeito do enunciado sensibiliza o enunciatário para a impossibilidade de se obter maturidade e felicidade no mundo “real” sem dele participar de modo ativo. Revela que a crença na possibilidade de se desenvolver individualmente é uma ilusão. Por mais povoado que seja o campo subjetivo do sujeito do enunciado, não há plenitude fora do campo objetivo : ele continua só e triste.

Com os exemplos acima, quisemos ilustrar o modo como o sujeito da enunciação distingue os campos objetivo e subjetivo dos sujeitos do enunciado, valorando desse modo o ser desses sujeitos. Tivemos a oportunidade de ilustrar a independência da “realidade de papel” por relação à realidade ontológica. Por meio do poema de Cecília Meireles, visamos também a demonstrar que o ponto de vista do sujeito do enunciado — que crê ou quer crer que “jamais se viveu com tanta plenitude” — é diferente do ponto de vista do sujeito da enunciação. Assim, depreendemos que o campo subjetivo do sujeito do enunciado — aquilo em que crê ; o que apreende de seu mundo — não coincide necessariamente com seu campo objetivo, dado pela instância da enunciação. No texto em questão,

essa não coincidência leva ao julgamento de que o sujeito do enunciado age pela mentira ou ilusão.

Evidentemente, as múltiplas manifestações textuais trazem à luz diversas combinatórias entre campos objetivo e subjetivo, gerando os múltiplos efeitos de sentido. E, também, organizam de modo diferente as relações entre os sujeitos da enunciação e do enunciado. Podemos pensar, por exemplo, em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis ([1899] 1994), cuja instância da enunciação delega a voz a um narrador que entra em sincretismo com o ator protagonista da obra. Nesse caso, os campos subjetivo e objetivo tendem a se confundir mais, ainda que não seja uma regra. *Dom Casmurro* é um exemplo interessante, uma vez que uma das principais características da obra é o drama e a confusão de “Bentinho” ao se ver incapaz de distinguir os campos objetivo e subjetivo, de tal modo que a “verdade” fica interdita também ao enunciatário.

O romance *São Bernardo*, de G. Ramos, assim como os demais textos que fazem parte do corpus desta tese, também apresenta um sincretismo entre o narrador e o ator protagonista. Nele, a não coincidência entre os campos subjetivos do narrador e do ator vai sendo reduzida à medida em que o romance avança, fortalecendo o efeito de sentido de transformação que “Paulo Honório” teria sofrido com o passar do tempo e, inclusive, com a própria experiência de escrever um romance.

Aproveitando o ensejo, é chegada a hora de tratar do funcionamento dos campos objetivo e subjetivo no caso dos demais sujeitos discursivos. Se os campos subjetivo e objetivo do sujeito da enunciação são construções da instância da enunciação, quem cria os campos dela? Além disso, haveria alguma diferença entre os campos da enunciação propriamente dita e das demais instâncias da enunciação (narrador / narratário; interlocutor / interlocutário)?

Começando pelo mais simples, o funcionamento dos campos objetivo e subjetivo do interlocutor e do interlocutário é o mesmo caso dos sujeitos do enunciado, com a diferença de que a delegação da voz direta ao sujeito do enunciado aumenta o efeito de sentido de imparcialidade do enunciatário, gerando a ilusão de que ele não seria o criador de toda e qualquer “verdade” veiculada pelo texto que produz.

Com o narrador, as coisas mudam de figura. Para começar, não temos acesso a seu campo objetivo. Mesmo quando entra em sincretismo com atores do

enunciado, é o campo objetivo do ator que é narrado, e não do narrador. O fato de ser uma enunciação enunciada não desfaz sua principal característica de instância da enunciação, que é a de transcender ao texto em alguma medida. O narrador de “A outra morte” inicia a narrativa conforme transcrevemos abaixo :

Há uns dois anos (perdi a carta), Gannon me escreveu de Gualaquaychú anunciando o envio de uma versão, talvez a primeira espanhola, do poema *The Past*, de Ralph Waldo Emerson, e acrescentando um pós-escrito que Dom Damián, de quem eu guardaria alguma lembrança, tinha morrido, noites atrás, de uma congestão pulmonar. (Borges, [1949] 2001, 79)

O que podemos saber sobre a realidade da carta, sobre Dom Damián ou sobre sua congestão no campo objetivo do narrador? Caso não fosse uma carta declarada perdida e pudéssemos encontrá-la no espólio de Borges em alguma biblioteca ou museu do mundo, estaríamos em melhores condições para avaliar o valor desse objeto na subjetividade do narrador construído no texto? Somando as possibilidades combinatórias das modalidades do quadrado veridictório com a licença artística do enunciador, temos razões para acreditar que não.

Quanto ao campo subjetivo do narrador, deduzimos que seja equivalente ao conjunto dos campos objetivo e subjetivo dos sujeitos do enunciado. Em outras palavras, resgatamos a subjetividade do narrador por meio de seus juízos sobre a realidade objetiva e subjetiva da história que narra. Na análise de *São Bernardo*, conforme aludimos acima, deve ficar claro que as subjetividades do narrador e do ator “Paulo Honório” não são coincidentes, embora sua coincidência aumente no desdobrar do romance.

A enunciação propriamente dita está nas mesmas condições que o narrador do ponto de vista de seu campo objetivo. Não podemos acessá-la por transcender ao texto, de modo que nos é vedado o acesso à veracidade objetiva daquilo que narra. Seu campo subjetivo, por sua vez, também estaria nas mesmas condições que o da instância do narrador a quem delega voz em alguns textos, com a diferença de que ele é diretamente capturável do texto quando não delega a voz a um narrador, mas só pode ser apreendido indiretamente quando há essa instância mediando. Como já mencionamos na primeira parte do presente

capítulo, Fiorin explica essa dissociação em uma passagem do artigo “O sujeito na semiótica narrativa e discursiva” :

Uma última questão se põe : como distinguir a imagem do narrador da imagem do enunciador ? São Greimas & Courtés ([1979] 1994) quem nos dá a pista para fazer essa distinção. Dizem eles que o enunciador tomado como ator da enunciação se define pela totalidade de sua obra. Quando analisamos uma obra singular, podemos definir os traços do narrador, quando estudamos a obra inteira de um autor é que podemos apreender o *ethos* do enunciador. Podemos, ao final da análise, encontrar uma identidade ou uma diferença entre o caráter do enunciador e o do narrador duma obra singular. Em *Tom Jones*, o narrador é ingênuo, enquanto o autor é irônico. (2007, 30)

Assim, quando há a mediação do narrador, o único modo de destacá-lo da enunciação é por meio da análise de diversas obras do mesmo enunciador.

Com essa base, consideramos ter procedido à distinção entre campos objetivo e subjetivo, e ter apresentado como os diversos sujeitos discursivos se relacionam com cada um deles. No entanto, nunca é demais recordar a primeira das premissas adotadas por Zilberberg, que foi tomada de empréstimo de Hjelmslev :

essa definição vai além do adágio popular segundo o qual, para o estruturalismo, *a relação prevalece sobre os termos* ; a economia do sentido apreende unicamente relações entre relações, uma vez que “os ‘objetos’ do realismo ingênuo reduzem-se, então, a pontos de interseção desses feixes de relacionamentos.”

(Zilberberg, [2006] 2011, 16)

2.3.4 Destinadores antagônicos

Cumpramos examinar, portanto, quais são as relações internas aos campos que os constituem enquanto tais. Sem muita esperança de que a longa digressão a respeito da diferença entre os campos não tenha feito perder completamente de vista o assunto principal desta seção, retomemos brevemente como esses tópicos se complementam. A adoção do postulado da segunda tópica de Freud, que sustenta uma multiplicidade de instâncias no aparelho psíquico, exigia uma distinção preliminar entre aquilo que consideramos interno ao aparelho

psíquico e aquilo que consideramos sua realidade externa. Como dispomos também de uma multiplicidade de sujeito discursivos, foi preciso examinar como essa distinção realiza-se em cada caso. Uma vez feito esse trabalho preliminar, é chegado o momento de resgatar as instâncias do aparelho psíquico e adequá-las em proveito dos objetivos da semiótica.

O campo subjetivo, que responde pelo modo como cada indivíduo apreende sua realidade, será organizado de acordo com aquelas instâncias do aparelho psíquico postuladas por Freud. Do ponto de vista do nível narrativo, conceber uma relação polêmica entre instâncias que exercem influência diretiva sobre o ego significa situá-lo entre duas destinações opostas.

A natureza desses destinadores polêmicos leva a deduzir suas modalidades de atuação com facilidade. Lembrando que o superego é a representação interna do ego das imposições de limite, sua modalidade virtualizante por excelência é o dever, ao passo que a atualizante é o saber. Respondendo pelo destinador oposto, o id tem mais afinidade com a modalidade virtualizante do querer e a modalidade atualizante do poder, uma vez que responde pelas pulsões do ego. Este, naturalmente, assume a função actancial de destinatário dessas duas destinações contrárias.

O destinador que manipula seu destinatário a querer fazer vai sempre se valer das manipulações por sedução e / ou tentação, enquanto o destinador oposto promove sua persuasão via provocação e / ou intimidação. Nas diferentes manifestações textuais, encontraremos destinatários cujos destinadores opostos terão variáveis intensidades de manipulação, de modo que o destinatário seja mais propenso a uma das duas direções apontadas ou mantenha a dúvida — ou o equilíbrio — entre ambas. Com esses elementos iniciais, já podemos vislumbrar como os elementos estruturais vão constituindo diferentes campos subjetivos, vale dizer, diferentes personalidades. Um sujeito que tende a ser levado a agir pela provocação e / ou intimidação difere de um sujeito cujo principal motor seja a sedução e / ou tentação.

A obra de Freud — assim como a experiência de vida — mostra que a tônica dada a uma das instâncias do aparelho psíquico conduz a diferentes tipos de personalidade ; e que diferentes tipos de personalidade estão mais predispostos a dadas patologias psíquicas. Não convém entrar no detalhe de sua tipologia de sujeitos ou das patologias. As perspectivas de Freud a esse respeito alteram-se

ao longo de sua extensa obra sem que seus comentadores entrem em acordo a respeito da formulação mais produtiva. Some-se a isso que a psicopatologia dos dias de hoje abarca casos que fugiam ao escopo da clínica de Freud. De resto, não se trata de clinicar as personagens de nossos textos, mas apenas de aprender com a experiência clínica e filosófica dos psicanalistas a respeito das partes constituintes daquilo que chamamos de sujeito.

De modo mais global, e furtando-nos dos detalhes e incongruências, interessa destacar que há personalidades mais ligadas àquilo que Freud chamou de *princípio do prazer*, ao passo que outras são mais afeitas ao *princípio de realidade*. Pelo que vimos até o momento, é fácil compreender que o princípio do prazer condiciona os indivíduos mais ligados ao id, ao passo que os indivíduos mais afeitos ao superego são regidos sobretudo pelo princípio de realidade.

Aparentemente, o princípio do prazer é mais eufórico que o de realidade, mas não nos deixemos enganar pelas aparências. Ambos têm sua função. O amadurecimento é caracterizado pelo princípio de realidade : a experiência do indivíduo apegado a ele revela que o retardamento do prazer pode evitar sofrimentos mais intensos. Seu lado disfórico é justamente o manejo desse sofrimento, administrado, por assim dizer, em “doses homeopáticas” — quando tudo dá certo.

O lado disfórico do princípio do prazer, sendo dispensável tratar de sua faceta eufórica, é a lide com a realidade. “Querer não é poder”, e esse adágio popular pode se materializar de maneiras muito criativas para aqueles que não conseguem controlar seus anseios.

Com o intuito de facilitar a discussão que vem a seguir, para simplificar a referência aos dois tipos-base de sujeito de que vimos tratando sem ter de nos referir a cada vez a instâncias do aparelho psíquico, chamemos figurativamente de *extrovertido* o indivíduo mais regido pelo querer e pelo poder, e de *introvertido* aquele que é mais propenso ao dever e ao saber. Por mais chamativa que possa ser a coincidência desses termos com o estudo da consciência realizado por Carl Jung, fazemos a ressalva de que não nos apoiamos em sua obra para essa formulação, ainda que sejam evidentes pontos de contato entre os assuntos. Apesar da possível confusão, não quisemos abdicar desses termos (simplesmente depreendidos do dicionário por meio de uma análise sêmica) porque não pudemos encontrar melhores.

Fica também convencionado desde logo que chamaremos aos destinadores doadores dos programas antagônicos de destinadores da extroversão e da introversão. Também vale esclarecer que consideramos que esses dois destinadores são constitutivos de todas as subjetividades, em maior ou menor grau, e que são independentes dos destinadores particulares manifestados texto a texto.

A esta altura, os principais elementos que consubstanciam a oposição entre sujeitos-base em nível narrativo foram expostos : os sujeitos-base propriamente ditos, extrovertido e introvertido ; seus destinadores, da introversão e da extroversão ; seus campos de atuação, subjetivo e objetivo ; e, suas modalidades operatórias, dever / saber e querer / poder. Resta ainda examinar o funcionamento de seu nível tensivo.

No nível mais abstrato do percurso gerativo do sentido, abordamos a questão dos tipos de sujeito pela oposição básica entre os dois extremos da personalidade. Dada nossa afeição ao valor negativo desde as primeiras lições de Saussure, e tudo que esse aprendizado básico significa para a semiótica, não nos poderíamos furtar de colocar em jogo o campo objetivo para poder explicar o campo subjetivo ; mas, a bem dizer, o campo objetivo pertence mesmo à matriz interpessoal da intersubjetividade. Se não começamos a tratar dessa divisão entre campos na subseção anterior, foi apenas porque ele dependia da separação em instâncias psíquicas que apenas aqui foi explorada. Como se nota, há uma complementaridade entre as dimensões da intersubjetividade. Voltaremos a isso na próxima subseção. Antes, prosseguiremos a análise dos tipos de sujeito em nível tensivo, mas nos restringiremos ao campo subjetivo.

Mas a utilidade dessa oposição entre indivíduos propensos ao id ou ao ego para o desenvolvimento dos campos objetivo e subjetivo ficou em suspenso. Verifica-se que os indivíduos mais afeitos ao princípio de realidade têm seu foco voltado para...o campo subjetivo (!), ao passo que aqueles afeitos ao princípio do prazer estão mais ligados ao campo objetivo. Essa aparente contradição não demora a ser desfeita. O poema de Cecília Meireles que transcrevemos acima vai servir como exemplo mais uma vez. A “mulher triste” retratada pela poeta é um exemplo por excelência da propensão ao princípio de realidade. Ser afeito a esse princípio não se confunde de modo algum com gozar a realidade, esbaldar-se nela ; antes, trata-se de conhecê-la para prever suas dificuldades. Também podemos nos lembrar a reprovação do enunciador do poema em sua

sanção negativa à “ação”, que identifica na “mulher triste” pestanas quase infantis, atribuindo imaturidade a seu ser. Sucede que há um limite entre premeditar as dificuldades do mundo exterior e as temer a ponto de não ser capaz de encará-las. Esse é o principal risco que corre o indivíduo movido pelo superego : ao mesmo tempo em que se priva de vivenciar os riscos, priva-se de viver qualquer coisa e se anula enquanto sujeito. Não faz ; não é. A maturidade está em poder refletir antes de enfrentar o campo objetivo, e não em rejeitá-lo.

“Augusto Estêves”, no início do conto “A Hora e a vez de Augusto Matraga” (Guimarães Rosa, [1946] 2001), é o exemplo oposto. Não há reflexão, como já mencionamos no capítulo anterior. Exerce plenos poderes sem se atentar para as necessidades da alteridade. Sua realidade, porém, não deixa de impor os limites que ele não pôde internalizar. Ao receber a notícia da fuga de sua esposa com outro homem, associada ao fato de que fora abandonado por seus capangas, decide, imprudentemente, realizar sozinho a vingança. Começa por ir enfrentar o “Major Consilva”, que teria recrutado seus antigos capangas. Ao receber as duas notícias ruins, o enunciador não deixa de sinalizar a necessidade de reflexão a que “Augusto Estêves” não assiste :

quase qualquer um capiau outro, sem ser Augusto Estêves, naquelas dois contratempos teria percebido a chegada do azar, da unhaca, e passaria umas rodadas sem jogar fazendo umas férias na vida : viagem, mudança, ou qualquer coisa ensossa, para esperar o cumprimento do ditado : “Cada um tem seus seis meses...” (Guimarães Rosa, [1946] 2001).

O resultado será seu espancamento que quase o levará à morte. “Augusto Estêves” é um exemplo ideal para o indivíduo mais propenso ao princípio do prazer, portanto, ao campo subjetivo, por ilustrar que o poder a que é afeito o rege, mesmo quando fica patente que perdeu seu poder no campo objetivo, com a deserção de seus capangas.

Antes de prosseguir, convém alinhar alguns pontos para não perder de vista o objetivo principal : a que vêm as associações entre id, princípio do prazer e campo subjetivo por um lado e, por outro, entre superego, princípio da realidade e campo objetivo ? De uma perspectiva local, interessa poder catalizar diferentes “personalidades” dos atores e sujeitos da enunciação dos textos. No nível narrativo, já vimos que essas personalidades podem ser rastreadas pelas

modalidade a que estão mais propensas : querer e poder ou dever e saber. O caso de “Augusto Estêves” é exemplar. Seu querer e poder guiam-no cegamente, mesmo que a caminho da própria morte.

O caso da “mulher triste” começa a complexificar o quadro, o que interessa para lembrar que não pretendemos delinear dicotomias duras que não seriam compatíveis com as multiplicidades apresentadas nas infinitas manifestações textuais. Ainda que ela tenha o querer (ela fantasia a vida que desejou, entre salões, valsas e um homem a quem sorri), ele é átono frente ao dever (“tem de abaixar as quase infantis pestanas”). Quanto às modalidades atualizantes, não há espaço para dúvida. O saber é tão manifesto por seu procedimento de saber se vestir e conhecer os procedimentos dos bailes quanto seu poder é residual, restringindo-se a se sentar e olhar para o lado, arquear as sobancelhas, saber reprimir o choro. Está visto que seu saber também é parco, embora representativo quando comparado ao poder. No fundo, seu saber, embora seja uma modalidade atualizante, não atualiza nada : é um saber fazer falso ou ilusório, conforme aponta o enunciador do poema.

Sendo assim, é mais justo que a oposição entre as cifras tensivas da “mulher triste” e de “Augusto Estêves” se dê na comparação de seus campos subjetivos. Como a “mulher triste” volta sua atenção ao campo subjetivo, configura o espaço tensivo desse campo no regime da *espera*, cujas características são a baixa intensidade combinada à alta extensidade. É essa configuração que possibilita a maior reflexão desse tipo de sujeito. Sua análise extensa dos estados de coisas possibilita uma programação tal que combata o impacto dos estados de alma. Ainda que infinita (“infinitas lágrimas”), a tristeza da “mulher triste” é contida, átona. Podemos representar o espaço tensivo do campo subjetivo do introvertido como ilustra a Figura III.1.

A cifra tensiva do campo subjetivo de “Augusto Estêves” é o inverso. O espaço que reserva internamente ao processamento dos estados de coisas é mínimo, provocando alto impacto em seus estados de alma ; não projetando bem suas ações, fica exposto aos mais diversos *acontecimentos* (Figura III.2).

Essa organização das cifras tensivas de base dos sujeitos introvertidos e extrovertidos lhes atribui uma nova qualificação figurativa, que mencionamos ao examinar os valores eufóricos e disfóricos da propensão ao princípio do

Figura III.1 : Representação do campo subjetivo do introvertido no espaço tensivo.

Figura III.2 : Representação do campo subjetivo do extrovertido no espaço tensivo.

prazer ou de realidade. Enquanto os sujeitos introvertidos tendem a ser mais “consequentes”, os extrovertidos são inclinados a agir de modo “inconsequente”.

2.4 Intersubjetividade transubjetiva : A foria como valor na base das persuasões

A última matriz, a transubjetiva, parece abordar a questão da “competência receptiva” a que Greimas & Courtés aludem no verbete “Comunicação” do *Dicionário I*, sobre a qual chamamos a atenção no segundo capítulo. Lembremos que a competência receptiva diz respeito a uma sorte de precondição para a aceitação de uma dada mensagem comunicada, levando os autores a assumir que

“a comunicação é mais um fazer–crer e um fazer–fazer do que um fazer–saber, como se imagina um pouco apressadamente” (Greimas & Courtés, [1979] 1994, 69). Sem haver uma alusão direta dada pelos autores do *Dicionário I*, associamos essa competência receptiva à foria, posto ter a propriedade de atribuir um valor positivo ou negativo ao valor.

Ainda no segundo capítulo, adotamos o posicionamento de Parret no que diz respeito a sua introdução da estética na base da capacidade de conhecer. Assumimos também que a foria, em semiótica, exerce a mesma função estética a que se refere Parret, ao atribuir positividade ou negatividade a um valor de modo completamente independente da qualidade ou aproveitabilidade deste. Concluímos, naquele momento, que essa contribuição de Parret tem a propriedade de colocar a intersubjetividade como fundadora das atividades cognitivas, uma vez que a estética possui, sobretudo, uma função fática, por assim dizer.

A matriz transubjetiva incide sobre esse viés da problemática da intersubjetividade nos estudos psicanalíticos e filosóficos : ela trata do elo indissociável entre mãe e bebê, entre sujeito e objeto, entre carne e mundo, cuja ligação não pode jamais ser rompida pelo fato de ser constitutiva dos termos polares, independentemente da qualidade dos polos. Isto é, não é a qualidade maternal da mãe que cria o elo mãe–bebê, tampouco é a qualidade do objeto que cria o liame entre ele e o sujeito. O mesmo vale para a carne (nos termos de Merleau-Ponty) diante do mundo, pois a apetência ou inapetência do mundo não modifica em nada a necessidade que a carne tem dele.

Tratar da matriz transubjetiva é lidar com esse valor indiscutível que, uma vez projetado sobre um objeto, torna-o objeto valor. Já é sabido, pelo adágio popular, que “gosto não se discute”. Foria também não. E o vínculo do sujeito com seus valores fóricos tampouco é discutível. Ela simplesmente opera, selecionando os objetos que passarão a ser considerados pelo sujeito como parte constituinte de seu ser, bem como os objetos que serão tomados por abjetos. É ela que determina quais objetos serão sentidos como *falta* e quais serão reconhecidos como *excesso*.

No que concerne às etapas comunicativas do percurso narrativo canônico, encontramos já uma sutil oscilação teórica quando discutíamos a concepção greimasiana de *sujeito* no *Dicionário I*. Enquanto o verbete “Contrato” levava a entender que a noção de intersubjetividade englobaria apenas as etapas

da manipulação e da sanção, no verbete “Comunicação” a intersubjetividade abrangeria também a etapa da ação, estendendo-se ao longo de todo o percurso narrativo canônico. Ressaltamos, então, que foge a nosso conhecimento a existência de qualquer texto em que Greimas tivesse retomado a ideia de que as transformações de estado juntivo da etapa da ação participam do problema da intersubjetividade.

Parece difícil, no entanto, negligenciar que a relevância dos *objetos-valor* consiste no *valor do objeto* que é atribuído pelo sujeito destinador. Se um destinatário é manipulado e se torna sujeito, executando uma ação e se tornando conjunto com o objeto, ele está entrando em conjunção com os valores de seu destinador, sedimentando assim seus laços intersubjetivos. No fundo, os aumentos e as diminuições do sujeito estão vinculados às conjunções e disjunções que ele estabelece com os valores de outros sujeitos.

Consequentemente, a intersubjetividade transubjetiva parece atravessar as etapas do percurso narrativo canônico, ou até motivá-las. A concepção tensiva de “missividade”, que aborda a transição pelas etapas do percurso canônico em termos de emissividade (continuação) e remissividade (parada) parece dar conta desse ponto de vista sobre a intersubjetividade. Por meio da missividade, tudo se passa como se as determinações contratuais incoativas fossem espalhadas ao longo de todo o percurso do sujeito. Compreendemos, desde logo, que essa dimensão da intersubjetividade confere sentido (direção) às demais. Regendo as paradas e continuações do sujeito em direção a seus objetos e abjetos, a intersubjetividade transubjetiva está estreitamente vinculada à busca da plenitude — sem extravasamento — advinda da fusão original sujeito-objeto.

2.5 Complementaridade entre as dimensões da intersubjetividade

Já mencionamos que os idealizadores das dimensões da intersubjetividade consideram que elas sejam complementares entre si. Coelho Jr. & Figueiredo concebem as dimensões como coexistentes nas diversas etapas da vida psíquica. O modo como identificamos essas dimensões a ferramentas semióticas disponíveis leva à mesma conclusão : complementarmente, elas embasam a relação (i) entre atores do enunciado e entre estes e os sujeitos da enunciação ;

(ii) a organização das modalidades como dois polos opostos de atração dos sujeitos discursivos e sua divisão básica entre introversão e extroversão ; e (iii) a foria como valoração do valor. Todas essas dimensões apareceram imbricadas, complementando-se umas às outras nas manifestações textuais.

Antes de apresentar a adequação dessa concepção do sujeito aos casos particulares dos textos, vale a pena estabilizar os elementos metodológicos que podem ser depreendidos de saída. Uma primeira complementaridade interessante aparece quando inserimos os campos subjetivos (provenientes da matriz intrapsíquica) nos campos objetivos, construídos pela instância da enunciação, que o promove ao estatuto de realidade textual.

Perfeitamente complementares, os campos objetivos tendem a exigir dos campos subjetivos dos sujeitos exatamente aquilo que eles não têm. Se se tratar de um sujeito introvertido, seu campo objetivo tende a exigir que ele aja mais e pense menos, como é o caso da “mulher triste”. Do contrário, ele corre o risco de se extenuar enquanto sujeito, sem objetos do campo objetivo que lhe confirmem um sentido (direção) e promovam sua continuidade. Esses sujeitos enxertam tantos “senões” antes de agir que muitas vezes não agem. Do sujeito extrovertido, o campo objetivo exige uma parada. Foi o que aconteceu a “Augusto Estêves”, só continuações, a quem foram dados os sinais de que era chegado o momento de parar (por meio das perdas que seu ser começava a sofrer), mas que, não dando ouvidos aos avisos, teve a parada forçada pela debilitação física, na surra que recebeu dos capangas de “Major Consilva”.

Esses tipos mais “puros” de sujeito, a quem sobejam modalidades de um destinador, mas faltam as modalidades do destinador oposto, tendem a se expor a relações intersubjetivas interpessoais traumáticas. Tudo se passa como se um melhor equilíbrio entre modalidades lhes fosse exigido. Se não puderam aprender a equilibrar os princípios do prazer e da realidade em sua constituição psíquica, a realidade toma para si a função de ensinar. A ética, que impõe os limites por relação à alteridade, não é sempre uma questão de escolha. A sanção negativa tende a aparecer para esses tipos “puros” seja por meio de reprovações de outros atores, seja pela reprovação dos sujeitos da enunciação.

O estabelecimento da relação entre os campos subjetivo e objetivo gera também um novo problema metodológico. Acima, vimos que foi feita uma projeção do campo subjetivo no espaço tensivo, em que entrecruzamos os

estados de alma e os estados de coisas nas dimensões da intensidade e da extensidade, nesta ordem. Surge um problema quando precisamos distinguir, de uma parte, a representação interna que os sujeitos do enunciado fazem dos estados de coisas e, de outra parte, o estado de coisas em si, que é construído pelos sujeitos da enunciação. Como fazer a representação gráfica desses dois campos objetivos no espaço tensivo, de modo a evidenciar sua inter-relação?

O campo subjetivo em seu conjunto — a apreensão dos estados de coisas e seu impacto nos estados de alma — é que contrai relação com o campo objetivo. Assim, consideramos que é o produto dessas duas dimensões que constitui o estado de alma desse sujeito diante de seu campo objetivo. Isso significa admitir que o mesmo evento tem diferentes impactos sobre diferentes configurações subjetivas, e esse ponto de vista parece ser mesmo admissível: esperam-se reações diferentes de sujeitos diferentes diante da mesma situação. Em “A terceira margem do rio”, o campo subjetivo do narrador / ator está configurado de tal modo que ele não é capaz de administrar a partida de seu pai para viver indefinidamente em uma canoa sobre as águas do rio, enquanto seus familiares parecem ter aceitado o fato, prosseguindo com seus destinos:

Minha irmã se mudou, com o marido, para longe daqui. Meu irmão resolveu e se foi, para uma cidade. Os tempos mudavam, no devagar depressa dos tempos. Nossa mãe terminou indo também, de uma vez, residir com minha irmã, ela estava envelhecida. Eu fiquei aqui, de resto. Eu nunca podia querer me casar. Eu permaneci, com as bagagens da vida. (Guimarães Rosa, [1962] 2001, 83-4)

Admitimos, assim, que é o produto do cruzamento entre estados de alma e estados de coisas do campo subjetivo que, por sua vez, serão cruzados com os estados de coisas do campo objetivo. Isso equivale a dizer que concebemos o campo subjetivo, globalmente falando, como a intensidade do espaço tensivo do campo objetivo. Sua extensidade, por sua vez, é dada pela concepção de realidade da instância da enunciação.

A Figura III.3 projeta o campo subjetivo dos dois tipos básicos de sujeito em um campo objetivo com alta extensidade. A Figura III.4, a seguir, apresenta também o campo subjetivo de cada um dos sujeitos, mas, dessa vez, em um campo objetivo de baixa extensidade. O que vem à luz no campo objetivo são as maneiras diferentes de recepção dos eventos por cada um dos sujeitos,

resultando nos quatro *valores semióticos* introduzidos por Zilberberg, a saber, os valores de *absoluto*, de *universo*, de *abismo* e de *apogeu*.

Figura III.3: Representação do cruzamento entre campo subjetivo (dos atores extrovertido e do introvertido) e campo objetivo de alta extensidade no espaço tensivo.

Figura III.4: Representação do cruzamento entre campo subjetivo (dos atores extrovertido e do introvertido) e campo objetivo de baixa extensidade no espaço tensivo.

Além de representar a inter-relação entre campos no espaço tensivo, os gráficos das Figuras III.3 e III.4 têm a virtude de identificar os modos básicos de apreensão dos eventos pelos sujeitos aos principais tipos abstratos de valor semiótico, além de incorporar à metodologia os valores de abismo e de apogeu

introduzidos por Zilberberg (2012, 45–8) em *La structure tensiva* e, do que nos foi dado conhecer, ainda não empregados desde então.

À vista disso, os gráficos nos mostram que os sujeitos introvertidos tendem a receber os eventos de alta extensidade no quadro dos valores de universo. A parcimônia com que seu modo de vida opera inclina-se a observar os fenômenos múltiplos distribuindo o afeto sobre seus detalhes. A bem dizer, a pluralidade de informações do campo objetivo costuma ser conduzida a uma desaceleração para que se possa observar cada detalhe de um todo extenso. São inclinados, portanto, a extensidades baixas no campo objetivo, para que possam examinar cada parte com parcimônia. Quando são expostos a eventos de baixa extensidade, como o andamento e a tônica de seus estados de alma continuam minguidos, a lentidão é exacerbada, e isso é eufórico para esse tipo de sujeito.

Zilberberg chega a mencionar que, se os valores de absoluto e de universo são caracterizados pelo “ou... ou...”, os valores de abismo são caracterizados pelo “nem... nem...”. A natureza contemplativa do sujeito introvertido não permite que sua aceleração e tonicidade aumentem diante de poucas informações e curta temporalidade no campo objetivo. Assim, seu funcionamento diante da baixa extensidade é da ordem da concessão : *embora* haja poucos elementos para avaliar, não acelera o andamento nem aumenta a tonicidade sobre eles. O regime do “nem... nem...” configura um sujeito próximo à *extinção* — ainda que isso possa ser euforizado em práticas como a dos faquires.

Já os sujeitos extrovertidos, quando expostos a um campo objetivo pouco extenso, funcionam de acordo com a ordem implicativa. *Se* têm pouca extensidade, *então* vivenciam os eventos de modo acelerado e tônico, gerando os valores de absoluto. Mas, no caso em que são expostos a um campo objetivo extenso, agem pela concessão. *Embora* tenham muita informação para administrar e muito tempo disponível, operam de modo acelerado e tônico sobre cada uma delas ao longo de todo o tempo. Assim, estão regidos pela função “e... e...”, arriscando-se ao *excesso*, obrado pelos valores de apogeu.

No capítulo anterior, chegamos a explicar a respeito da introdução desses novos valores por Zilberberg. Na ocasião, mencionamos que ele problematiza diversas vezes ao longo de seus textos a manifestação apenas residual das correlações conversas, que estão na base dos valores de abismo e de apogeu. Ao mesmo tempo, isso não teria impedido que o idealizador da semiótica tensiva

avançasse novas categorias de análise com base nesse tipo de correlação já no final de sua obra, no livro *La structure tensive* (Zilberberg, 2012).

Dissemos também que a insistência em desenvolver o estudo da correlação conversa, malgrado seu aparente uso marginal, leva a reformular uma pergunta de Zilberberg. Se ele atribui a escassez da manifestação da correlação conversa à propensão dos enunciadores a escrever em uma lógica mais humana, ao mesmo tempo deixa espaço para nos perguntarmos se essa lógica mais humana não estaria atuando sobre o ponto de vista do analista, e não nos textos em si.

Com os elementos introduzidos neste capítulo, estamos em melhores condições para retomar aquela discussão. O ponto de vista que lançamos sobre a análise dos sujeitos discursivos levou a considerar se não seria ao analista que faltaria instrumentação analítica para enxergar os casos de correlação conversa, e não aos enunciadores que faltaria enunciar mais esses casos.

Queremos dizer que o feito de não levar em consideração as configurações subjetivas particulares diante das vivências dos sujeitos discursivos pode ter omitido das análises a parcela concessiva das significações que as correlações conversas fornecem. Por meio dos gráficos elaborados acima, somos levados a concluir que a *concessividade depende de fatores externos, objetivos, diferentes para cada tipo-base de sujeito*, ideia que decorre da assunção de que há diferentes sujeitos.

Vamos partir de um exemplo para ilustrar essa afirmativa. É consensual que a publicação de *Da Imperfeição* (Greimas, [1987] 2002) instaurou a questão do acontecimento nos estudos semióticos. Na descrição sintática desses eventos excepcionais, chama a atenção uma certa instabilidade, qual seja : enquanto a sintaxe do acontecimento é descrita como um lapso de tempo e enquanto uma focalização espacial, o sujeito vivencia uma epifania que alarga sua percepção do tempo e do espaço, conferindo-lhe a sensação de eternidade.

Essa aparente contradição, mais tarde, levaria mesmo a colocar em questão a validade da associação entre estados de alma e dimensão da intensidade, por um lado, e, por outro, estados de coisas e dimensão da extensidade, como se a sensação dos estados de coisas (extensidade) fosse, por vezes, reflexo dos estados de alma. Ora, é claro que os sujeitos percebem coisas dentro de si, mas isso não significa que sejam as coisas elas mesmas, ou seja, não significa que

elas tenham sido apreendidas de acordo com a realidade textual em que ele está inserido.

Consideramos que a extensidade ora estreita, ora alongada até o infinito são campos distintos do mesmo evento. Por um lado, no espaço tensivo do *campo subjetivo do sujeito* há uma alta extensidade, mas a extensidade do campo objetivo, que apresenta sua realidade, possui uma baixa extensidade.

Com isso, o sujeito do enunciado experimenta o *apogeu* de uma correlação conversa e, simultaneamente, o sujeito da enunciação narra um evento absoluto, proveniente de uma lógica inversa, com baixa extensidade e alta intensidade. Essa seria a razão da aparente inconsistência da descrição greimasiana da sintaxe do acontecimento. Por essa mesma razão, aquilo que se convencionou chamar de *surpresa* em semiótica tensiva é confundido com a epifania estudada em *Da Imperfeição*. De fato, uma das facetas da epifania — a do sujeito da enunciação — é coincidente com a cifra tensiva da surpresa (valores de absoluto). O sujeito do enunciado, no entanto, a sente como uma correlação conversa (valores de apogeu).

Parece válido, então, o esforço em separar campos objetivo e subjetivo e admitir que há uma extensidade no campo subjetivo que não corresponde à extensidade do campo objetivo.

Antes de avançar a discussão para incluir a matriz transubjetiva na economia geral da intersubjetividade semiótica, cumpre nos acerrar de mais dois tópicos da inter-relação entre as matrizes interpessoal / traumática e intrapsíquica. O primeiro deles consiste simplesmente em assentar uma convenção.

Havíamos estabelecido que o produto dos estados de alma cruzados com os estados de coisas percebidos pelos sujeitos davam à luz seu modo de apreender os eventos. Também convencionamos que esse modo de apreensão corresponde aos estados de alma desse sujeito como um todo, que, por sua vez, seria cruzado com os estados de coisas de sua realidade exterior. Essa concepção diz respeito apenas aos campos subjetivo e objetivo do sujeito do enunciado. E quanto aos campos subjetivo e objetivo da instância da enunciação?

Assim como o produto dos estados de alma e apreensão dos estados de coisas interno ao sujeito corresponde a seu campo subjetivo, o produto dos estados de alma e dos estados de coisas do segundo espaço tensivo corresponde ao campo subjetivo do sujeito da enunciação. Assim, nas Figuras III.3 e III.4, o

produto das dimensões dos espaços tensivos à esquerda representava os campos subjetivos dos tipos-base de sujeitos, ao passo que o produto das dimensões dos espaços tensivos à direita reportava-se ao campo subjetivo dos sujeitos da enunciação. Trataremos de seu campo objetivo adiante.

O segundo tópico diz respeito aos tipos-base de sujeito. Precisamos ressaltar que os textos não manifestam sujeitos ideais, tampouco estanques. Ao dar o exemplo do tipo extrovertido por meio de “Augusto Estêves”, foi preciso fazer a ressalva de que tratávamos desse sujeito *no começo* do conto, pois “A hora e a vez de Augusto Matraga” é, fundamentalmente, um conto sobre uma mudança brutal de personalidade : no início, o protagonista é extremamente extrovertido ; torna-se extremamente introvertido a seguir e, quando está a ponto de se extinguir tamanha é sua introversão, encontra uma justa medida que resvala em sua filosofia de vida de ir para o céu, “nem que seja a porrete !” (Guimarães Rosa, [1946] 2001). O *relaxamento* pleno que atinge nesse momento é figurativizado pela morte, figura por excelência da *continuação da continuação*.

O exemplo do acontecimento epifânico que trouxemos à tona fala sobre um estado de alma momentâneo que pode atingir sujeitos extrovertidos e introvertidos. O interesse em estabelecer tipos-base está em poder estabilizar expectativas donde extrair quebras de expectativas nas análises. Relembremos a expectativa que temos diante de sujeito introvertido e de um extrovertido em vistas de um evento de curta extensidade (Figura III.4) ; comparemos sua configuração com um acontecimento epifânico (Figura III.5).

Figura III.5 : Representação do acontecimento epifânico.

Diante dessa comparação, fica claro que a lógica do acontecimento é mais da ordem do sujeito extrovertido, de tal modo que a quebra de expectativa promovida pela epifania sofrida por um introvertido promove um efeito de sentido de surpresa ainda mais tônico, como uma sorte de recrudescimento da concessividade.

Antes de deixar esta subseção, ainda gostaríamos de dar uma palavra a respeito da matriz transubjetiva da intersubjetividade. No que tange a esse tópico, trata-se simplesmente de declarar nossa adesão à solução fórica da metodologia semiótica. A assunção da existência de uma precondição do valor para que um objeto seja reconhecido como objeto de valor já é a concepção da semiótica e se chama *foria*. Sua associação a uma nostalgia da fusão original entre sujeito e objeto é mesmo o pilar do pensamento semiótico : sem a oscilação entre fusão e cisão (conjunção e disjunção) entre sujeito e objeto, não teríamos a *direção*. Como sabemos, o sentido do sujeito instaura-se quando o objeto é — ou está — apartado. A necessidade que o sujeito tem de reaver a conjunção (fusão) é o motor para que empreenda sua busca.

Julgamos que a matriz transubjetiva tenha sido a faceta intersubjetiva mais bem contemplada pelos estudos semióticos, de maneira que simplesmente adotamos a metodologia já empregada. Apenas sentiremos necessidade de sublinhar sua independência — e espécie de anterioridade — por relação aos objetos de valor quando for conveniente. É o caso da análise de *São Bernardo*, em que detectamos uma espécie de crise fórica de “Paulo Honório”, pela dificuldade especial que denota em preencher seus espaços fóricos com os objetos de sua realidade.

3 Tipologia de sujeitos

Antes de introduzir nossa proposta de uma tipologia de sujeitos, convém justificar sua utilidade na metodologia de análise. Levantamos essa questão porque não há a expectativa de encontrar tipos “puros” nas manifestações dos textos. Então, para que estabelecer tipos? A princípio, os sujeitos-base, o introvertido e o extrovertido, forneceriam um suporte suficiente a partir do qual os casos particulares poderiam ser abordados, variando as tônicas sobre um ou outro dos extremos subjetivos. Não obstante, há ainda um traço bastante básico que

pode iluminar os casos particulares das infinitas manifestações textuais. Os exemplos com que vimos trabalhando podem ajudar a explicar melhor este tópico.

A “mulher triste” e “Augusto Estêves” não se opõem apenas por este ser mais extrovertido enquanto aquela é mais introvertida ; variam também pela capacidade maior ou menor de *atualização* de suas propensões *virtuais*.

O desdobramento de tipos de sujeito que propomos nesta seção tem o interesse principal de desfazer a associação dicotômica dura entre, de uma parte, sujeitos introvertidos e campo subjetivo — ou virtualização do fazer — e, de outra parte, entre sujeitos extrovertidos e campo objetivo — ou atualização do fazer. Ainda que nós mesmos tenhamos assinalado a existência de uma predisposição básica à extroversão ou à introversão, uma gradação mostra-se válida com o intuito de evitar uma oposição pouco realista por relação às manifestações textuais.

Verifica-se facilmente que há também sujeitos introvertidos mais propensos à atualização, assim como há os extrovertidos que mantêm sua disposição virtualizada. Isso é equivalente a dizer que os sujeitos introvertidos e extrovertidos ou bem exercem mais suas qualidades apenas internamente ou bem as desenvolvem na realidade exterior. Não esqueçamos que estamos considerando que as configurações intrapsíquicas possuem sempre ambas as dimensões, subjetiva e objetiva, antes de serem projetadas na realidade.

A “mulher triste” exerce sua qualidade de sujeito introvertido mais no campo subjetivo do que no campo objetivo. Não resta dúvida de que está mais movida pelo dever, virtualizante, do que pelo saber, atualizante. Este é manifestado com pujança, mas é julgado falso pelo enunciador, razão pela qual o PN do sujeito não se atualiza e, com isso, não se realiza. Seria diferente conceber um sujeito introvertido mais propenso à atualização. Observemos um trecho da canção “Cotidiano”, de Chico Buarque (1971) :

Deve ser consensual a impressão de que o movimento maquinal da companhia do narrador do texto atualiza diversos fazeres no campo objetivo. O querer fazer de suas ações, que poderia ser pressuposto pelo “sorriso” e pelo “me beija” é muito moderado pela pontualidade mecânica de suas ações, sugerindo um dever propulsor, que tampouco é nítido. O saber fazer dela, por outro lado,

Cotidiano

- ¹ Todo dia ela faz tudo sempre igual
- ² Me sacode às seis horas da manhã
- ³ Me sorri um sorriso pontual
- ⁴ E me beija com a boca de hortelã

é incontestável : é ela quem conhece a rotina da casa e a coloca em prática a cada dia.

Seu poder também é fraco. Retomando a acepção de poder do *Dicionário I*, Greimas & Courtés articulavam essa modalidade em “liberdade”, “independência”, “obediência” e “impotência”. As duas primeiras articulações, advindas da oposição entre os termos sobrecontrários poder fazer vs. poder não fazer, estão fora de questão para a companheira do narrador. Tampouco parece ser um caso de “impotência”, já que ela realiza seus PNs. A “obediência” parece ser a figurativização mais razoável da modalidade do poder desse ator, denotando um não poder não fazer, ou seja, sua falta de poder.

“Augusto Estêves” é um sujeito extrovertido, com a tônica incidindo sobre a modalidade virtualizante, sobre seu campo subjetivo. Ao contrário do ator de “Cotidiano”, “Augusto Estêves” é livre e é independente, embora o seja apenas no começo do conto. Sua incompetência no campo objetivo faz com que rapidamente apareça uma ameaça que precisa ser combatida. A inconsequência de suas ações, que são só continuidades, virtualmente exigem logo uma parada quando de sua atualização.

As histórias de superação via desejo, fé ou persistência são típicas de sujeitos extrovertidos cuja tônica incide sobre a atualização do PN. São sujeitos da concessão que, mesmo sem competências para fazer no campo objetivo, eles fazem. Seu querer supera as dificuldades práticas. Quase todos os plebeus que salvaram princesas tornando-se príncipes são sujeitos extrovertidos com a tônica sobre a atualização ; eles são os heróis da *Disney*. Não é por acaso que Walt Disney teria dito sua célebre frase : “Se você pode sonhar, pode tornar seu sonho realidade”¹¹. “Querer é poder” para aqueles que não têm o poder

¹¹ If you can dream it, you can do it. (Walt Disney).

propriamente dito, mas que, nem por isso, deixam de compartilhar dos valores da extroversão.

Outrossim, há uma outra face dos tipos subjetivos que é produtiva para a análise. Se for razoável atribuir um valor de maior objetividade aos sujeitos mais afeitos às modalidades atualizantes, sendo eles mais introvertidos ou mais extrovertidos, então temos um parâmetro a mais para avaliar a objetividade dos textos, que não estaria pautada no emprego que o narrador faz da pessoa discursiva ou da proximidade ou distância temporal e espacial. Podemos somar a afinidade modal dos sujeitos discursivos a essas outras evidências textuais.

De seu lado, Tatit ilumina a questão do grau de objetividade das práticas dos sujeitos a partir da perspectiva dos sujeitos da enunciação, posto envolver a textualização. Estamos nos referindo à oposição que faz entre práticas utilitárias, artísticas, desvairadas e impregnantes ; e é esse o mote da próxima subseção.

3.1 As práticas dos sujeitos

No capítulo “Práticas impregnantes — ‘A terceira margem do rio’” da obra *Semiótica à luz de Guimarães Rosa*, Tatit (2010, 107-25) introduz uma praxeologia que se baseia no liame entre o PN global e as figuras locais que são empregadas em seu desenvolvimento. Os tipos de prática que concebe são o resultado de combinatórias diferentes entre a tônica dada às figuras locais e a tônica dada ao projeto global, resultando nas práticas utilitárias, artísticas, desvairadas e impregnantes.

A bem dizer, quando o semioticista e cancionista brasileiro desenvolve essa tipologia, seu interesse não é o de caracterizar os sujeitos do discurso e as relações que estabelecem entre si, como é nosso caso. Com isso, não atribui exclusivamente aos sujeitos da enunciação as qualidades derivadas dos tipos de prática, estendendo seu escopo aos sujeitos do enunciado (Cf. Tatit (2010, 107-25)). Para acomodar sua proposta a nossos interesses, vincularemos a análise desses elementos de textualização — figura local vs. projeto global — ao *modus operandi* dos sujeitos da enunciação apenas.

O termo “praxeologia” não foi empregado por Tatit, mas parece adequado para referir a esse conjunto de práticas. Além de ter sido introduzido já no *Dictionnaire II* (Greimas & Courtés, 1986) por Peter Stockinger, aparece também

na obra do filósofo francês Alfred Espinas, que se reportava ao estudo da relação entre a vontade e a ação humanas — poderíamos dizer : entre a virtualização e a atualização das ações humanas.

Nas *práticas utilitárias* de Tatit, há uma “dessemantização das figuras parciais em nome da valorização do projeto geral” (Tatit, 2010, 111). É o que ocorre, por exemplo, quando perdemos de vista o trajeto que escolhemos para chegar a algum lugar, pois o cumprimento do projeto de chegar sobrepõe-se à importância do percurso executado. Nas *práticas artísticas*, a tônica recai não só sobre o que se executa, mas como se executa. O modo que se executa um projeto é tão relevante que a significação do projeto geral pode se refletir na significação de um fragmento de sua execução : “Muitas vezes, a extensão total do plano do conteúdo se condensa num pequeno segmento do plano da expressão” (Tatit, 2010, 112).

As *práticas desvairadas* são completamente opostas às práticas utilitárias, uma vez que valorizam as figuras parciais em detrimento do projeto global que perde, assim, um “encadeamento sintagmático nos moldes reconhecidos pela coletividade” (Tatit, 2010, 113).

Nas *práticas impregnantes*, como nas práticas desvairadas, não é possível depreender a globalidade do projeto. Mas suas figuras parciais tampouco são informativas, ainda que difiram das figuras parciais das práticas utilitárias pois, nas práticas impregnantes, as figuras parciais são repetidas :

Os elementos empregados como significante valem mais por sua recorrência cênica do que pela programação sintagmática que eventualmente pudessem adquirir, [alimentando-se] justamente da manifestação intervalada da mesma ocorrência. Por isso, a gestualidade produzida [...] jamais se dessemantiza em função de um projeto mais geral de significado nem se individualiza como se fosse expressão autônoma. Ela compõe o que arriscamos denominar “acontecimento extenso”, aquele que só se realiza plenamente ao cabo de numerosas ocorrências do mesmo fenômeno.

(Tatit, 2010, 116-7)

As práticas impregnantes opõem-se diametralmente às práticas artísticas. A repetição pura das figuras locais leva a seu esvaziamento semântico ; seu projeto global, por sua vez, é indefinível. Para fornecer uma visualização dessa praxeologia, apresentamos abaixo uma tabela que assinala onde recai a tônica

de cada tipo de prática, assinalando a tonicidade (+) ou atonicidade (-) do projeto global e das figuras parciais :

<i>práticas</i>	<i>figuras locais</i>	<i>projeto global</i>
utilitárias	-	+
artísticas	+	+
desvairadas	+	-
impregnantes	-	-

Tabela III.1 : Praxeologia de Tatit.

De acordo com o aproveitamento da silabação saussuriana que foi proposto por Zilberberg, e a que nos referimos no segundo capítulo, o acento do plano de expressão é concebido como intensidade, ao passo que a extensidade dá conta da globalidade do projeto. Admitindo esse postulado de base, podemos organizar as práticas em um espaço tensivo. Curiosamente, veremos que os tipos inventariados por Tatit correspondem também aos quatro valores semióticos ilustrados na Figura III.6.

Figura III.6 : Praxeologia e valores semióticos.

Introduzimos, acima, dois tipos-base de sujeitos, o introvertido e o extrovertido. Em seguida, eles foram desdobrados em quatro tipos, quais sejam, o introvertido propenso à *virtualização*; o introvertido orientado à *atualização*; o

extrovertido com vocação à *virtualização*; e, o extrovertido inclinado à *atualização*. Lembrando das projeções que fizemos dessas configurações intrapsíquicas (campo subjetivo) no campo objetivo, obtivemos exatamente os mesmos quatro valores semióticos. Quando os sujeitos introvertidos lidavam com um campo objetivo vasto, tendiam aos valores de universo, mas, se o campo objetivo era limitado, pendiam para os valores de abismo. Os sujeitos extrovertidos destinavam-se aos valores de absoluto quando expostos a campos objetivos estreitos, mas se voltavam para os valores de apogeu quando se defrontavam com um vasto campo objetivo.

Há uma questão que foi deixada à parte temporariamente, a respeito da natureza do campo objetivo dos sujeitos da enunciação. Nas manifestações textuais, a única realidade objetiva dos sujeitos da enunciação a que temos acesso são suas estratégias de textualização. Portanto, assumimos nesta tese que a praxeologia escolhida pelo sujeito da enunciação revela seu campo objetivo. Levando em consideração a homologação a que procedemos entre as práticas e os quatro valores semióticos (valores de universo, abismo, absoluto e apogeu), nossa hipótese é a de que a relação que os sujeitos da enunciação estabelecem entre a globalidade de seu texto e as tônicas que conferem às figuras locais acabam por instituir sua subjetividade.

Uma vez que também homologamos os quatro tipos de sujeito aos mesmos valores semióticos, chegamos à elaboração de uma abordagem homogênea de sujeitos da enunciação e do enunciado. Somando aos aspectos já conven-
cionados para cada tipo de sujeito as particularidades dos procedimentos de textualização, consideraremos os sujeitos da enunciação da seguinte maneira :

1. Os sujeitos das *práticas impregnantes* pertencem ao tipo introvertido e tendem a exercer sua introversão virtualmente, com um campo objetivo reduzido. Os sujeitos da enunciação desse tipo não fazem seu objetivo evoluir nas figuras locais e apresentam um projeto global também involutivo. A redundância, a repetição, a recursividade refletem esse tipo de sujeito na prática de textualização ;
2. Os sujeitos das *práticas utilitárias*, também pertencentes ao tipo introvertido, são mais propensos ao exercício atualizado de sua introversão.

Quando são sujeitos da enunciação, seu projeto global evolui com excelência, mas de modo átono, como seria esta tese em um mundo ideal ;

3. Nas *práticas desvairadas*, os sujeitos são subtipos do extrovertido. Enquanto tais, são mais enérgicos mas, nesse caso, descarregam sua energia pontualmente e perdem a noção da totalidade. Com sua falta de planejamento, perdem a oportunidade de proceder à atualização de seu compromisso virtualizado com o PN da extroversão. Na posição de sujeitos da enunciação, produzem textos inconsequentes, contraditórios, mas com grande intensidade local. Um exemplo que ficou emblemático foi a campanha de Celso Pitta em 1996, em que Paulo Maluf teria dito : “Votem no Pitta. Se ele não for um bom prefeito, nunca mais votem em mim”. Pitta não foi um bom prefeito ; pouco tempo depois, Maluf estaria na mídia, angariando votos para si...
4. Os sujeitos das *práticas artísticas* são extrovertidos que sabem atualizar sua extroversão. Mais hábeis, não são reconhecidos como ameaças pela alteridade como o são os desvairados. Quando são sujeitos da enunciação, são artísticos : sem perder de vista o projeto global, investem energia nas figuras locais. Os poemas são exemplos por excelência desse tipo de sujeito da enunciação, mas não se trata apenas disso. Nosso *cópus* pertence integralmente à literatura e à canção e portanto, em alguma medida, todos os nossos sujeitos da enunciação são sujeitos das práticas artísticas. Mas, às vezes, esse traço é residual em nome de outros objetivos, como é o caso de *São Bernardo*, em que o narrador estabelece sincretismo com um ator do enunciado cujo papel temático é o de um proprietário de fazenda bruto e iletrado.

Partindo de nossos pressupostos, a diferença principal entre os sujeitos da enunciação e do enunciado é que estes são submetidos a um ponto de vista objetivo dentro do próprio texto — o ponto de vista dos sujeitos da enunciação. Nos demais quesitos, acreditamos que possam ser analisados de modo parecido, salvos os procedimentos de textualização que são próprios dos sujeitos da enunciação. Esse simples fato de os sujeitos da enunciação não serem submetidos a um ponto de vista externo, entretanto, faz com que eles não possam ter a

mesma complexidade subjetiva dos sujeitos do enunciado. A epifania, que é um efeito de sentido concessivo por conferir a sensação de eternidade *embora* se passe em um lapso de tempo, só pode ser manifestada por sujeitos do enunciado, posto exigir esse ponto de vista externo, objetivo, que dá testemunho de uma temporalidade curta.

No quarto capítulo, em que colocaremos à prova da adequação as hipóteses levantadas, selecionamos textos que respondem pelos quatro tipos de sujeito que depreendemos. Uma prerrogativa da escolha do *cópus* foi a presença do narrador sincrético com um ator do enunciado. Com o defeito de ilustrar menos casos, essa escolha tem o préstimo de explicitar a não coincidência entre os efeitos de sentido do sujeito da enunciação e do enunciado, mesmo quando são o “mesmo” indivíduo. Esse cotejo oferece também a oportunidade de observar os efeitos de sentido derivados desse complexo de identidade / alteridade entre sujeitos do enunciado e da enunciação em quatro manifestações textuais diferentes.

Ainda uma palavra a respeito da tipologia final. Os sujeitos que ficam mais aprisionados à esfera virtualizada de sua propensão à introversão ou à extroversão e não conseguem chegar à atualização são sujeitos que não colocam suas particularidades à prova da alteridade nas relações interpessoais. Com isso, não se ajustam às necessidades da realidade e têm uma maior propensão a se anular seja pela extinção (sujeitos introvertidos) seja pelo excesso (sujeitos extrovertidos). Os tipos mais afeitos à atualização acabam promovendo ajustamentos com a alteridade e, assim, logram matizar sua destinação. Os que são destinados pelo dever / saber podem admitir um tanto de querer / poder ; aqueles mais propensos ao querer / poder aceitam um tanto de dever / saber. Portanto, são tipos mais equilibrados e com maior chance de sucesso em seus PNs.

Os tipos de sujeito confrontados com o campo objetivo formam, pois, um percurso aspectual particular, já que articulam correlações inversas e conversas cujo ajuste entre si preservaria a continuidade do sujeito que ora se arrisca à extinção, ora ao excesso. Tanto os introvertidos quanto os extrovertidos correm seu maior risco diante da redução de atuação no campo objetivo. Então, os subtipos mais moderados são aqueles cuja extensidade é maior, resultando em uma correlação conversa no caso do subtipo extrovertido e uma correlação

inversa quando se trata do subtipo extrovertido. Inversamente proporcional é o caso dos subtipos mais extremos. No caso dos extrovertidos, a correlação é inversa ; no caso dos introvertidos, é conversas.

Dada a implicação de correlações conversas e inversas nesse percurso aspectual que envolve as dimensões subjetiva e objetiva, não podemos falar em termos de descendência vs. ascendência. Parece mais conveniente falar em termos de *grau de introversão* vs. *grau de extroversão*. A Figura III.7 ilustra essa relação de complementaridade.

Figura III.7 : Relação de equilíbrio entre os PNs da introversão e da extroversão.

Também podemos visualizar o posicionamento dos sujeitos em um mesmo espaço tensivo para reter os valores semióticos a que estão associados (Figura III.8). Diante do quadro apresentado, podemos convencionar os nomes dos quatro tipos de sujeito. Poderíamos incorporar os nomes das práticas que correspondem a cada tipo de sujeito, mas correríamos o risco de confundir os fenômenos de textualização, próprios aos sujeitos da enunciação, com os *modus operandi* dos sujeitos do enunciado. Preferimos, portanto, dizer que os sujeitos que tendem aos valores de absoluto são *extrovertidos extremos*; os que são propensos aos valores de apogeu são *extrovertidos moderados*; os *introvertidos extremos* são afeitos aos valores de abismo ; aqueles que preferem os valores de universo são os *introvertidos moderados*.

Figura III.8 : Tipologia e valores semióticos.

Para finalizar, estabelecemos neste capítulo que o aumento da espessura do sujeito do enunciado e sua equiparação com o sujeito da enunciação — prerrogativa para o cálculo da intersubjetividade entre eles — depende de abordá-lo em sua integralidade no percurso gerativo do sentido, vale dizer, como ator textualizado. Depois, apresentamos a concepção complexa de intersubjetividade que nos pareceu abordar a problemática de maneira mais completa e a adequamos aos interesses da metodologia de análise semiótica. Desse processo de adequação derivaram as principais decisões desta tese para a análise do sujeito, quais sejam :

- i. o estabelecimento de dois tipos-base de sujeito, o introvertido e o extrovertido, construídos sobre a postulação de que haveria dois destinadores antagônicos intrínsecos ao campo subjetivo de todos os sujeito : o destinador do dever e do saber por um lado e, por outro, o destinador do querer e do poder ;
- ii. a estipulação da relação interpessoal entre sujeitos do enunciado e destes com os sujeitos da enunciação via oposição entre campos subjetivo e objetivo, projetados no espaço tensivo ;
- iii. a adesão ao conceito de foria como valor que está na precondição do estabelecimento do valor dos objetos para os sujeitos ;

- iv. a introdução da tipologia de sujeitos, desdobrando os tipos-base conforme sua propensão à virtualização ou à atualização de seu engajamento com o destinador da introversão ou da extroversão ;
- v. a assunção da praxeologia de Tatit como uma ferramenta de investigação do *modus operandi* do texto, de modo a estabelecer a disposição subjetal de seu sujeito da enunciação de modo homogêneo por relação ao sujeito do enunciado.
- vi. A homologação dos tipos de sujeitos do enunciado (introvertidos moderado e extremo ; extrovertidos moderado e extremo) aos tipos de sujeitos da enunciação (das práticas utilitárias, impregnantes, artísticas e desvairadas) por meio dos valores semióticos introduzidos por Zilberberg.

Esse pequeno inventário é o *potencial* de análise do sujeito desta tese. Somado ao que já estava *realizado* pela semiótica, nosso próximo passo é *virtualizar* o procedimento de análise do sujeito.

Capítulo IV

Virtualização

INICIAMOS O PERCURSO desta tese pelo modo como o sujeito foi *atualizado* para a semiótica. Sustentamos que aquele sujeito ainda claudicava por relação aos desenvolvimentos dos estudos da subjetividade de hoje e, com isso, que as restrições que o estruturalismo teria imposto naquela época à subjetividade parecem não ter mais razão de ser. Também buscamos demonstrar naquela primeira etapa da tese que a própria noção de estruturalismo de então viria a ser reinterpretada à luz da adequação a seu objeto mais amplo, as linguagens, resgatando forçosamente algumas questões antes postas entre parênteses pelo decantado objeto *langue*.

Depois disso, passamos pela *realização* do sujeito na semiótica francesa. Naquela nova etapa, observamos alguns aspectos da incorporação do conceito de sujeito pela semiótica, dentre os quais destacamos o esforço constante pela ampliação da espessura do sujeito, seja em seu interior (intrapsíquica), seja em sua relação com a alteridade (interpessoal / traumática), seja em sua constituição enquanto sujeito social (transubjetiva).

Observando esses desenvolvimentos da concepção de sujeito, selecionamos a vertente dos estudos semióticos que pareceu mais pertinente a nossos propósitos, posto inter-relacionar diretamente os estados de alma e os estados de coisas em uma metodologia de análise estabelecida. Trata-se da semiótica tensiva. O mérito dessa vertente eleita é a manutenção da adesão à episteme estruturalista hjelmsleviana. Essa anuência é atraente porque a teoria da linguagem de Hjelmslev pareceu ser apta à abertura da estrutura a uma perspectiva teórica propriamente intersubjetiva, de acordo com o que visamos a demonstrar no primeiro capítulo.

Após efetuar essa triagem teórica, chegamos à etapa de nosso percurso em que cumpria dar um passo adiante. No capítulo reservado à *potencialização* do sujeito semiótico, a intenção foi elaborar sobre — e com — as ferramentas semióticas selecionadas as questões da intersubjetividade que figuravam como sendo menos desenvolvidas em nosso campo. Ainda que a vertente tensiva tenha se mostrado a mais produtiva para uma concepção intersubjetiva do sujeito, essa nunca foi a meta de seu idealizador, de sorte que cumpria ainda fazer algumas adaptações que satisfizessem a nossos próprios objetivos. Com isso, o percurso traçado até aqui serviu para potencializar o material teórico da análise do sujeito que, no presente capítulo, cumpre *virtualizar*.

Para vencer a etapa de *virtualização* do sujeito, selecionamos um *cópus* composto por quatro textos, cada qual correspondente a um dos quatro tipos de sujeito. Como foi dito no final do terceiro capítulo, também foi estabelecido como critério de seleção do *cópus* os textos em que os tipos de sujeito que estão sendo estudados sejam atores do enunciado que estabelecem sincretismo atorial com os narradores. Com esse preceito, quisemos evidenciar nas análises a dissociação entre as subjetividades dos sujeitos da enunciação e dos sujeitos do enunciado, mesmo quando se trata do “mesmo” indivíduo. Ainda que haja coincidências em maior ou menor medida, elas nunca são plenas, e não são exatamente os mesmos critérios de análise que empregamos para estudar um e outro, posto o campo objetivo dos sujeitos da enunciação só poder ser estudado por meio dos mecanismos de textualização.

Também quisemos selecionar tipos de texto diferentes para verificar se a produtividade da proposta de análise é mantida. Essa decisão foi necessária, sobretudo pelo fato de os processos de textualização entrarem em jogo. Porém, para isolar variáveis, escolhemos apenas tipos de texto cujo procedimento de análise da textualização não fosse uma questão em si, isto é, tipos de texto cuja análise já está sedimentada nos estudos semióticos.

Para estudar o sujeito *extrovertido moderado*, escolhemos a canção “Se eu soubesse”, de Chico Buarque. Graças aos esforços de Luiz Tatit, esse é um tipo de texto cujo procedimento de análise está solidamente estabelecido, fornecendo a oportunidade de nos haver com a textualização em um plano de expressão não verbal, o melódico, em um objeto sincrético. Esse texto tem a particularidade de apresentar a maior convergência entre sujeitos da enunciação e do enunciado.

Nele, o ator “Eu” apresenta a mesma configuração subjetiva de base enquanto sujeito da enunciação e na qualidade de sujeito do enunciado.

Já “extrair”, poema de Arnaldo Antunes, representa o sujeito *introvertido moderado*. Em seu caso, há uma inversão entre os valores dos sujeitos da enunciação e do enunciado. Muito da riqueza dos efeitos de sentido desse poema é devido a essa particularidade.

A análise de *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, exemplifica o sujeito *extrovertido extremo* e ilustra um caso em que o sujeito do enunciado, ainda que titubeie, se mantém vinculado às características do sujeito da enunciação até o final do texto. O narrador chega mesmo a negar os valores a que pertence o ator “Paulo Honório”, mas não consegue dar um passo adiante e assumir os valores opostos. Desse modo, configura-se um romance de fechamento, em que a transformação sofrida pelo protagonista destrói parte fundamental de sua identidade, mas não abre os horizontes para a projeção de uma identidade renovada.

Com o conto “O Zahir”, de Jorge Luis Borges, abordaremos a análise de um sujeito *introvertido extremo*. Nesse texto, o sujeito da enunciação não é completamente coincidente com o sujeito do enunciado com que entra em sincretismo atorial, mas ambos pertencem sempre à introversão. Ainda que narre eventos pregressos, o conto trata da expectativa — da espera — de um futuro em que o ator “Borges”, que vai minimizando paulatinamente sua competência de atualização, tende a extinguir sua subjetividade.

1 O sujeito *extrovertido moderado* em “Se eu soubesse”

*A alteridade é, sem dúvida, um
aspecto importante da
pluralidade; é a razão pela
qual todas as nossas definições
são distinções e o motivo pelo
qual não podemos dizer o que
uma coisa é sem a distinguir
de outra.*

H. Arendt

*querer sem objeto
voz sem alfabeto
enchendo um corpo já repleto*

Arnaldo Antunes & Lenine

A CANÇÃO “Se eu soubesse”¹, de Chico Buarque (2011), tematiza um conflito do narrador entre dois programas narrativos antagônicos propostos pelos destinatários da extroversão e da introversão. Como estratégia para não transformar uma das duas destinações em uma relação polêmica, argumenta que a direção tomada teria sido determinada por falta de competência — falta do saber — e não deliberadamente. Desse modo, responsabiliza o destinador por não ter sido suficiente em sua função de doador. Ao mesmo tempo em que declara a adesão aos valores do destinador da introversão em seu projeto global, mantém a adesão aos valores do destinador oposto por meio das figuras locais, causando estranhamento em algumas passagens da canção.

Esse torneio do narrador justifica as ações do ator “eu” com quem estabelece um sincretismo atorial. Embora o narrador sustente o arrependimento quanto

¹ Publicamos esta análise anteriormente na revista *Estudos Semióticos* (Souza, 2012), mas esta versão contém diversas modificações importantes que só puderam ser elaboradas ao longo da pesquisa desta tese.

à *performance* praticada pelo ator, é fato que se dá a conjunção entre o sujeito que investe semanticamente e o objeto do PN rechaçado ; diga-se de passagem que a conjunção é euforizada em figuras locais.

Se eu soubesse

1 Ah, se eu soubesse não andava na rua
2 Perigos não corria
3 Não tinha amigos, não bebia
4 Já não ria à toa
5 Não ia, enfim, cruzar contigo jamais

6 Ah, se eu pudesse te diria na boa
7 Não sou mais uma das tais
8 Não vivo com a cabeça na lua
9 Nem cantarei “eu te amo demais”.
10 Casava com outro se fosse capaz
11 Mas acontece que eu saí por aí
12 E aí, larari, lirirá, liriri

13 Ah, se eu soubesse nem olhava a lagoa
14 Não ia mais à praia
15 De noite não gingava a saia,
16 Não dormia nua
17 Pobre de mim, sonhar contigo, jamais

18 Ah, se eu pudesse não caía na tua
19 Conversa mole outra vez
20 Não dava mole a tua pessoa,
21 Te abandonava prostrado a meus pés,
22 Fugia nos braços de um outro rapaz.
23 Mas acontece que eu sorri para ti
24 E aí, larari, lirirá, liriri
25 Pom, pom, pom ...

26 Ah, se eu soubesse nem olhava a lagoa

27 Não ia mais à praia
28 De noite não gingava a saia,
29 Não dormia nua
30 Pobre de mim, sonhar contigo, jamais

31 Ah, se eu pudesse não caía na tua
32 Conversa mole outra vez
33 Não dava mole a tua pessoa,
34 Te abandonava prostrado a meus pés,
35 Fugia nos braços de um outro rapaz.
36 Mas acontece que eu sorri para ti
37 E aí, larari, lirirá, liriri...

1.1 Complementaridade entre as extensões dos campos subjetivo e objetivo

Uma primeira leitura da letra da canção transcrita acima pode colocar em dúvida a escolha desse texto para representar um sujeito extrovertido, ainda que seja do subtipo moderado. Acontece que a estratégia adotada pelo narrador à qual aludimos acima opta por manter uma relação “diplomática”, por assim dizer, com o programa da introversão. Se ainda assim sustentamos que se trata de um sujeito extrovertido, é porque sua estrutura é preponderantemente correspondente aos valores do destinador da extroversão ao afirmar o desejo e a impossibilidade de ser afiliado à introversão.

Não obstante à qualidade última do sujeito desse texto, a adesão patente do narrador, se não é ao programa da introversão, é à negação do programa da extroversão.

Em “Se eu soubesse”, os valores dos objetos em jogo não recebem um revestimento semântico, embora os objetos valor sejam manifestados. Isso se dá por conta da falta da modalidade do saber. Tal configuração do texto leva a iniciar sua abordagem pelas valências, com vistas a resgatar o valor dos programas narrativos empreendidos pelo ator “eu” e, assim, justificar sua adesão a uma ou outra das destinações opostas.

Ao analisar os PNs do texto, é possível notar que as valências subjacentes, constantemente negadas (Se eu soubesse não faria isso ; não faria aquilo...), estão sempre mais voltadas ao escancaramento na espacialidade e à antecipação na temporalidade. Ora, o narrador está negando a afinidade a essas valências associadas à ampla extensidade. De chofre, parece que está, portanto, negando a extroversão, e não a introversão, como vimos defendendo...

Como foi dito no terceiro capítulo, o campo subjetivo dos sujeitos extrovertidos caracteriza-se pela alta intensidade e baixa extensidade, conforme reproduzimos na Figura IV.1 a seguir. Porém, quando uma configuração subjetiva é confrontada com campos objetivos, surge uma complementaridade curiosa. O que está em jogo no nível tensivo é a velocidade com que o sujeito entra em conjunção com os objetos da extensidade do campo objetivo. Ela é responsável pela determinação da intensidade e da qualidade fórica de tais objetos da realidade de acordo com a relação que o sujeito terá estabelecido com eles no campo subjetivo.

Figura IV.1: Representação do campo subjetivo do sujeito extrovertido no espaço tensivo.

Com isso, ter uma ampla extensidade e baixa intensidade no campo subjetivo, ou seja, ser mais introvertido (Cf. Figura IV.2), significa ter mais chances de ter organizado a conjunção com os objetos internamente antes de se haver com eles no campo objetivo.

É por essa razão que o sujeito introvertido visa ao cumprimento de programas narrativos organizados pela lógica implicativa. A *espera* que esse sujeito

Figura IV.2: Representação do campo subjetivo do sujeito introvertido no espaço tensivo.

atualiza denuncia um elã que euforiza a eternidade e a ubiquidade, do ponto de vista da extensidade, e a lentidão e o repouso, do ponto de vista da intensidade (Zilberberg, [2006] 2011, 85–6).

Isso se dá porque o sujeito introvertido precisa de uma extensidade temporal e espacial maior para organizar seu campo subjetivo antes do aparecimento do objeto na extensidade do campo objetivo, objeto este que deve aparecer lentamente, evitando alto grau de tonicidade, que é disfórico para esse sujeito.

É assim que o sujeito introvertido possui uma larga extensidade em seu campo subjetivo, *mas prefere uma baixa extensidade no campo objetivo*. Caso seja exposto a muitas informações ao mesmo tempo em sua “realidade”, não terá tempo suficiente de reflexão e programação prévias.

O sujeito extrovertido, pelo contrário, é regido pela lógica concessiva, sendo mais propenso ao acontecimento. Denuncia, dessarte, um elã que euforiza a efemeridade e a fixidez, do ponto de vista da extensidade, e a rapidez e o movimento, do ponto de vista da intensidade (Zilberberg, [2006] 2011, 85–6). Como o sujeito extrovertido visa ao impacto altamente tônico do objeto, ele precisa de uma extensidade temporal e espacial mínima para que seu campo subjetivo não vislumbre o objeto antes de seu aparecimento na extensidade do campo objetivo. O objeto deve aparecer rapidamente, em qualidade de *surpresa*.

Para o sujeito extrovertido, portanto, é interessante ser exposto ao maior número de dados possível. A alta extensidade de seu campo objetivo assegura a baixa reflexão e programação, alimentando assim o impacto no campo oposto.

Duas figuras que parecem dar conta com mais precisão dos dois tipos de elã supracitados são as figuras do sujeito “consequente”, cujas ações estão a serviço da boa sequência dos fatos, e do sujeito “inconsequente”, que não se importa com a sequência dos fatos, agindo ao sabor da casualidade.

Essa instigante oposição entre o estatuto do objeto no campo objetivo e subjetivo já foi verificada por Tatit, inspirado em um dos tantos aforismos valéryanos, na seguinte passagem de *Semiótica à luz de Guimarães Rosa* (Tatit, 2010, 81 — grifos do original) : “A alta velocidade própria do acontecimento confere ao objeto um *já-ser* que colide com o *não-ser-ainda* do sujeito”. Em outras palavras, uma configuração subjetiva mais intensa e menos extensa, que privilegia o acontecimento, tem de se expor ao campo objetivo mais amplo possível. Uma configuração subjetiva que privilegie a espera, por sua vez, ainda que seja configurada como menos intensa e mais extensa, precisa atuar em uma estreita extensidade do campo objetivo. O mesmo não se dá com o tipo extrovertido : para ele, a extensidade da exterioridade exerce uma pregnância tão tônica que não lhe sobram meios de cuidar de sua elaboração na interioridade. Para o sujeito introvertido, a extensidade é minuciosamente examinada no campo subjetivo, sendo difícil lidar com uma larga extensidade no campo oposto.

1.2 Do balanço das ondas ao balanço da saia

Cumpre examinar esses movimentos no texto em análise. Dizíamos que as valências subjacentes aos PNs manifestam o escancaramento na espacialidade e a antecipação na temporalidade. Vejamos a seguir as ocorrências em cada estrofe.

Primeira estrofe

1	Ah, se eu soubesse não andava na rua
2	Perigos não corria
3	Não tinha amigos, não bebia

4 Já não ria à toa
5 Não ia, enfim, cruzar contigo jamais

Ao PN de uso “andar na rua” subjazem os semas da alta espacialidade e do desconhecido. Oposta à casa, pouco extensiva e familiar, a rua é o espaço de fora e o espaço do outro, da alteridade. Enquanto a casa assegura a identidade, a rua instaura a transformação. A suscetibilidade à alteridade é fortalecida no segundo PN de uso, “ter amigos”, por meio do qual o juízo próprio (estar consigo mesmo) é deixado em nome da vulnerabilidade ao juízo do outro. Embora a amizade possa ter a função de ajudar a ponderar o juízo próprio, essa acepção é anulada diante dos próximos PNs de uso : “beber” e “rir à toa”. Enquanto “beber” reitera a ideia de afrouxamento da reflexão, “rir à toa” representa a afinidade gratuita, frívola ou, se preferirmos, sem reflexão.

O último verso dessa estrofe apresenta por vez primeira o ator “tu”. O encontro entre dois sujeitos já predispõe a narrativa a uma etapa comunicativa, que se confirmará na segunda e quarta estrofes. A comunicação ainda não foi estabelecida nesse ponto da narrativa, o que não chega a inibir nossa suspeita de que esse “tu”, com quem o “eu” deveria ter evitado “cruzar”, é o ator que colocará sua identidade em “perigo”.

Segunda estrofe

1 Ah, se eu pudesse te diria na boa
2 Não sou mais uma das tais
3 Não vivo com a cabeça na lua
4 Nem cantarei “eu te amo demais”.
5 Casava com outro se fosse capaz
6 Mas acontece que eu saí por aí
7 E aí, larari, lirirá, liriri

Nessa segunda estrofe, a etapa comunicativa realmente se estabelece, e o ator “tu” é atualizado como destinador manipulador que faz o ator “eu” querer as valências da extroversão, ao passo que ainda se manifesta como sendo o próprio objeto-valor. É isso que costuma acontecer nas narrativas amorosas,

nas quais geralmente há um sincretismo actancial entre aquele que faz querer (o destinador manipulador) e aquele que é querido (o objeto).

Como já foi comentado, a negação do PN da extroversão (“se eu soubesse / pudesse eu não...”) é que faz com que esse objeto seja entendido como antiobjeto. Caso o ator “eu” pudesse, não teria aceitado o contrato fiduciário desse destinador. Negaria o objeto, quereria não fazer. Porém, podemos notar um esforço do narrador para não transformar a relação comunicativa (destinador manipulador — destinatário manipulado) em uma relação polêmica (sujeito — antissujeito) ao afirmar que quereria negar o PN a ele destinado “na boa”.

Negar um contrato “na boa” significa não aderir a ele por falta de competência, não por repulsa. Efetivamente, ao afirmar que *não seria mais uma das tais que andam com a cabeça na lua caso pudesse não ser*, o narrador visa a negar a competência de poder ser “lunático”, isto é, de poder ser regido por uma força externa e oscilante, com perturbações periódicas, à sorte do acaso.

Partindo da “espera do inesperado” de Greimas ([1987] 2002), Tatit propõe o arranjo tensivo responsável por esse estado particular entre a espera e a surpresa (Tatit, 2010, 71–105). A importância que a reiteração assume em sua análise para a descrição desse estado particular possui o mesmo estatuto tensivo em nossa análise dada a manifestação das perturbações periódicas advindas da oscilação da lua, do acaso.

Na verdade, o ator “eu” possui a modalidade do poder que é cobrada pelo narrador. Tanto é que ele cumpre seu PN da extroversão com grande habilidade, entrando em conjunção com o objeto–valor no refrão. Como estratégia discursiva para alegar sua falta de poder e, com ela, sua indisposição à destinação da extroversão, o narrador considera que *não pode não fazer*, que é um outro modo de dizer que *deveu fazer*. Assim, seria ele tão adepto à introversão que só agiria pelo dever. Essa complementariedade entre o *dever fazer* e o *não poder não fazer* já foi apontada por Greimas & Courtés ([1979] 1994, 374) no *Dicionário I*.

Assim, paradoxalmente, bom sujeito do dever que é, o “ator” teria realizado as ações da extroversão por dever ter efetuado. Estrategicamente, o narrador reveste a ação movida pelo querer do ator com uma atmosfera heroica, de um mártir : em nome do dever, teria ido, contra sua própria configuração intrapsíquica, em direção à extroversão.

Com efeito, o verbo “cantarei”, projetado no futuro, ainda virtualiza novas realizações da mesma ação. O verso, que diz “Nem cantarei...”, ao ser negado no conjunto das demais ações (“Se eu pudesse te diria na boa...”) assume um valor afirmativo, em um movimento de *negação da negação*. Resta enfatizar que a virtualização do desejo (querer) por uma nova conjunção também contradiz a tentativa do narrador de demonstrar um arrependimento (dever não fazer) por relação ao percurso associado aos valores da extroversão. Notamos, assim, que esse projeto, embora negado, apresenta-se como não tendo nada de repulsivo.

No último verso, a possibilidade de trocar o objeto de seu PN da extroversão por um outro objeto aparece, mas em uma potencialização átona (Tatit, 2010, 155), dada a indefinição da expressão “casava com outro”. Sujeitos moderados que são, o narrador e o ator “eu” estão mais abertos à alteridade do que os sujeitos do tipo extremo. Assim, ainda que sejam extrovertidos, são capazes de fazer concessões à introversão, facilitando sua circulação no campo objetivo por meio da redução de relações polêmicas. É fazendo concessões ao destinador da introversão que o narrador parece ter se arrependido das ações pregressas (*devia* não ter feito ; só fez porque *não pôde* não fazer), ainda que tenham levado a uma conjunção que, como veremos à frente, será euforizada pelo mesmo narrador em seus procedimentos de textualização.

Terceira estrofe

1	Ah, se eu soubesse nem olhava a lagoa
2	Não ia mais à praia
3	De noite não gingava a saia,
4	Não dormia nua
5	Pobre de mim, sonhar contigo, jamais

Na terceira estrofe, o “eu”, que já se comunicou com seu destinador-objeto “tu” na estrofe anterior, mostra-se cada vez mais competente para seu PN de base, dados os PNs de uso que empreende. “Olhar a lagoa” e “ir à praia” somam-se aos semas já mencionados da exterioridade e exposição à alteridade, mas também fortalecem o sema do acaso, instaurado sobretudo pela figura de “andar com a cabeça na lua”, ao flunar pela praia e às margens da lagoa.

A liquidez e a leveza das águas, juntamente com a reiteração das perturbações periódicas pressupostas pelos movimentos cíclicos naturais (da lua, das águas), introduzem o erotismo que se manifesta nessa nova estrofe. Se antes a tematização amorosa já estava patente, agora é o erotismo que ganha espaço em uma isotopia que é construída paulatinamente. De noite, “gingar a saia”, manifesta que o sujeito incorporou as valências adquiridas nos programas narrativos de uso que empreendeu. O vínculo com a alteridade, a casualidade, a leveza, a oscilação e as reiterações periódicas que antes foram vivenciados pelo sujeito agora são valores por ele mesmo produzidos em seu balanço da saia.

A diferença é que, desta feita, instaura-se uma manipulação de “duas mãos”, também muito recorrente em enunciados amorosos : o ator que é destinatário manipulado e sujeito passa a ser destinador manipulador e objeto. Assim, o “eu”, embora não saiba o valor de seu programa narrativo, incorpora estrategicamente suas valências com tanta eficiência que se torna, ele mesmo, um objeto cuja apetência é constituída daquelas qualidades valenciais, de tal maneira que destina ao “tu” a si próprio.

A ideia de “leveza” traz em seu bojo a efemeridade, como bem notaram [Tatit & Lopes \(2008\)](#). Essa efemeridade também interessa enquanto sema para esta análise por ser pressuposta pela inconsequência do sujeito manipulado pelo PN da extroversão, que coloca a todo o tempo sua identidade em risco, ou em “perigo”.

O último verso dessa estrofe reafirma claramente a falta do saber por parte do “ator” em “sonhar contigo jamais”. Esse “sonhar” manifesta o querer do sujeito que, caso não estivesse virtualmente competencializado para o PN da extroversão, jamais quererá esse objeto que lhe é desconhecido.

Quarta estrofe

1	Ah, se eu pudesse não caía na tua
2	Conversa mole outra vez
3	Não dava mole a tua pessoa,
4	Te abandonava prostrado a meus pés,
5	Fugia nos braços de um outro rapaz.
6	Mas acontece que eu sorri para ti

- 7 E aí, larari, lirirá, liriri
8 Pom, pom, pom, ...

A liquidez e a leveza retornam nessa segunda etapa comunicativa que a letra da canção oferece sob a figura da moleza. Uma das acepções da moleza é a facilidade em ceder, que pode ser descrita como indolência. A facilidade e a leveza daí derivadas constituem o modo como o destinatário “eu” “cai na conversa” do destinador “tu”, aceitando seu contrato fiduciário. O elemento subjacente a essa facilidade é, novamente, a falta da competência modal do saber por parte do ator.

A maior dificuldade de absorção dos eventos do campo objetivo pelo campo subjetivo de um sujeito assim, propenso ao acontecimento, fica bem enfatizada nessa passagem. Entretanto, sendo ele um sujeito extrovertido moderado, é mais predisposto às atualizações de sua competência em campo objetivo, diferentemente dos sujeitos extrovertidos extremos. Somando sua configuração intrapsíquica à abertura que consegue promover no campo objetivo, é um sujeito que euforiza os valores de apogeu (Cf. Figura IV.3).

Figura IV.3: Representação do cruzamento entre os campos subjetivo e objetivo do ator “eu”.

Seria de se esperar que um sujeito predisposto ao acontecimento sofresse mais paradas no campo objetivo. Esse sujeito, não obstante, caracteriza-se pela maior capacidade de atualização de seu PN. Assim, *embora* seja propenso às paradas, continua. Sua natureza concessiva, o seu tanto mítica, advém das

correlações conversas que estão na base da estrutura desses sujeitos propensos aos valores de apogeu.

Nessa estrofe, nota-se ainda uma gradação interessante na tentativa do “eu” de recusar a manipulação do destinador “tu”. Em lugar de dizer “na boa” que não é competente para o PN destinado, resguardando-se de uma futura transformação da relação de comunicação em uma relação polêmica, escolhe um novo caminho : abandonar o destinador prostrado a seus pés. A figura do abandono traz em seu bojo o descaso para com o outro (“prostrado aos meus pés”) na relação comunicativa, ao mesmo tempo em que faz notar uma repulsão frente ao objeto na relação ativa (“Te abandonava”).

A ideia de repulsão fortalece-se com o verso seguinte : não se trata mais de “casar-se com outro”, isto é, empreender outra busca por não ser competente para aquela destinada pelo “tu”, mas sim de se valer do auxílio desse outro destinador potencializado para “fugir” do programa narrativo que leva à conjunção com o “tu”.

Mas essa gradação que aumenta a negação — portanto, o “arrependimento”, ou o dever não fazer — do PN empreendido pelo ator funciona apenas como um aumento da intensidade da conjunção plena que está por vir no refrão, que é introduzido por uma conjunção adversativa (“Mas”). A mesma estratégia enunciativa é empregada em muitas canções que apresentam uma segunda parte e retornam ao refrão conjuntivo. Se na primeira manifestação do refrão o destinatário estava somente propenso a ser manipulado, empreendendo seus programas de uso (“saí por aí”), a segunda manifestação apresenta uma manipulação plenamente instaurada (“sorri para ti”).

De resto, a intensidade da conjunção também é manifestada por meio da invasão do plano da expressão da melodia no plano da expressão da letra. O trecho “larari, lirirá, liriri” emula o plano de expressão melódico na letra ; é o recurso de que dispõe esse narrador desprovido do saber para expressar a alegria da conjunção. Na segunda manifestação do refrão, esse trecho é alongado. Em troca, a tematização melódica não é mais tão pura, ao passo que a letra mostra-se quase infantilizada de tão “fácil” e “leve” (“Pom, pom, pom ...”). Vejamos com mais vagar o que se dá na melodia da canção.

1.3 Passionalização e tematização : Manifestação melódica do antagonismo entre PNs opostos

Na letra da canção, vimos que o objeto–valor vai sendo manifestado paulatinamente, ao mesmo tempo em que vai crescendo a negação por relação ao PN que leva a ele, até chegar o momento do refrão em que a conjunção adversativa “mas” afirma o PN negado e euforiza a conjunção. Na melodia, ocorre o mesmo percurso.

No início, e embora seja desacelerada, parece que a melodia seguirá uma orientação predominantemente *figurativa*², reproduzindo os padrões entoativos de uma enumeração qualquer da fala cotidiana. A entoação das enumerações consiste em uma curva entoativa ascendente — com leve descendência no final, mas que não chega a alcançar o tom do início da frase — em cada elemento que vai sendo enumerado, até o último da lista, cujo papel é o de encerrar a enumeração em uma curva descendente para marcar o tom assertivo da afirmação.

Nessa canção, consideramos que o início da melodia é predominantemente figurativo, e não temático, porque, embora seja mantida a mesma curva melódica no segundo motivo, este é mais curto, privilegiando o conteúdo a ser transmitido em detrimento da repetição simplesmente temática. Configura-se, assim, um elemento figurativo, na medida em que a significação de enumeração dada pela curva entoativa é menos uma significação advinda da reiteração da isotopia temática do que uma figura pertencente a discursos em comércio em nossa comunidade cultural. A Figura IV.4 representa esse primeiro movimento melódico.

Na letra, efetivamente há uma enumeração (“se eu soubesse não faria isso, aquilo, etc.”) mas, rapidamente a melodia é desdobrada em novas configurações, tornando patente a alteridade por relação a si mesma e, com isso, a dominância da passionalização. Desse modo, a figurativização torna-se meramente recessiva. A mudança para uma dominância passional já é sentida no salto intervalar de nove semitons (depois haverá outro, de sete semitons), além de a melodia passar a explorar mais a tessitura, perdendo a horizontalidade em

² Para a metodologia da análise de canções, tal como a distinção entre *figurativização*, *tematização* e *passionalização* melódicas, conferir Tatit (1994).

Figura IV.4 : Representação gráfica da melodia dos versos um e dois.

que se ia desenvolvendo. Essa alteração interpõe-se àquilo que seria esperado, surpreendendo o enunciatário, ao mesmo tempo em que instaura um sentido — uma direção — para a melodia e institui sua configuração evolutiva (Cf. Figura IV.5).

Figura IV.5 : Representação gráfica da melodia dos versos três, quatro e cinco.

Como explica Tatit (1994), as melodias predominantemente passionais são caracterizadas pela configuração evolutiva, na qual há desdobramentos que negam a identidade em nome da alteridade. Nesse sentido, a melodia passional reflete a relação de disjunção entre sujeito e objeto, na medida em que a *união primordial* entre esses dois actantes prevê a identidade completa. Em troca, a disjunção entre eles leva ao estabelecimento do sentido, isto é, da direção da busca do objeto. Na melodia em análise, a distância entre sujeito e objeto

parece aumentar na segunda parte à medida em que vão sendo enumeradas, na letra, as negações de seu PN.

Com algumas nuances, a segunda parte já apresenta um acréscimo de alteridade por relação à primeira, desfazendo aquele início mais figurativizado e aumentando, de modo geral, a exploração vertical da tessitura, como é possível notar na comparação entre as Figuras IV.6 e IV.7.

Figura IV.6: Representação gráfica da melodia dos versos um e dois, destacando a exploração vertical da tessitura.

Figura IV.7: Representação gráfica da melodia dos versos seis e sete, destacando a exploração vertical da tessitura.

Depois desse início da primeira e segunda partes, a diferença entre as duas é ainda maior, bem como é maior a exploração da tessitura na segunda parte, com predomínio de saltos intervalares (Cf. Figuras IV.8 e IV.9).

Figura IV.8: Representação gráfica da melodia dos versos três, quatro e cinco, destacando a exploração vertical da tessitura.

Figura IV.9: Representação gráfica da melodia dos versos oito, nove e dez, destacando a exploração vertical da tessitura.

Em conformidade com o progresso da negação do PN da extroversão, entretanto, o aumento paulatino da passionalização da melodia leva à configuração oposta no refrão, lugar de excelência para a promoção da conjunção entre sujeito e objeto. No refrão da letra, a conjunção adversativa “mas” *nega a negação* do PN e assume, finalmente, os valores da extroversão. A melodia, por sua vez, também conduz na direção dos mesmos valores por meio da tematização, que é a configuração melódica involutiva, na qual a melodia não progride, em nome da identidade. Além da conjunção eufórica, a aceleração melódica respalda os valores de extroversão.

Aparece também, nessa parte da canção, um caminho melódico que o refrão percorre antes de chegar à identidade plena de seus motivos. Trata-se daquele

mesmo trajeto da melodia que inicia a primeira e segunda partes, fazendo parecer que era mesmo a conjunção identitária o objetivo final da enunciação enunciada. A passionalização dos motivos interposta havia apenas postergado a conjunção para o momento do refrão, de modo a aumentar a sensação de disjunção e, com ela, a surpresa decorrente da conjunção final (Cf. Figuras IV.10 e IV.11).

Figura IV.10: Representação gráfica da melodia do primeiro e segundo versos, destacando o trecho mais figurativo.

Figura IV.11: Representação gráfica da melodia do refrão, destacando o trecho mais figurativo, seguido do trecho temático.

Ainda cumpre observar uma parte peculiar da melodia. A segunda manifestação do refrão é seguida de um trecho em que o plano da expressão da melodia se mantém por mais tempo no plano da expressão da letra. Nessa passagem,

como mencionamos acima, a letra é praticamente infantilizada (“pom, pom, pom...”). Para além de estender o segmento mais acelerado da melodia, esse trecho é interessante por condensar o valor dos dois arranjos melódicos opostos que se manifestam na canção. Elemento de passagem, de transição para a repetição da canção, ele parece manifestar o *modus operandi* de um narrador afiliado às *práticas artísticas*, com todo o efeito concessivo que elas produzem por serem baseadas em correlações conversas.

Sendo esse tipo de instância da enunciação enunciada homologável aos valores dos sujeitos extrovertidos moderados, conjuga a alta intensidade (aceleração) e a ampla extensidade (aumento do trecho do refrão) nos processos de textualização que respondem por seu campo objetivo. Se, por um lado, esse trecho é predominantemente temático, mantendo-se acelerado (e ainda mais acelerado nos pontos em que explora a tessitura), por outro, é fato que a exploração vertical desfaz a identidade perfeita dos motivos do refrão que o precedeu, sem, com isso, deixar de manter uma exploração mais horizontal, mais involutiva, já que as sílabas que mais duram são mantidas nos mesmos dois semitons da escala, de acordo com a Figura IV.12.

Figura IV.12: Representação gráfica da melodia do vigésimo quinto verso, destacando a horizontalidade.

Nesse trecho que estende o refrão, o narrador parece alcançar um elemento a mais. Ainda que em detrimento da plena tematização conjuntiva que há no refrão propriamente dito, aqui o narrador aparece mais competencializado, dados os grandes saltos intervalares descendentes, marcando forte indício de asseveração figurativa.

Assim, podemos considerar que o diplomático narrador de “Se eu soubesse” manteve-se todo o tempo afeito a seu programa global da extroversão. Os elementos antagonistas por ele empregados serviram apenas como uma interpolação provisória cujo fito era o de aumentar o impacto do acontecimento da conjunção, transformando-a em um momento de *apogeu*. Astutamente, manipulou as remissões em nome da emissividade. Na condução das remissões, manteve o controle, ao mesmo tempo em que preservou a paz com o destinador da introversão. Por meio dessa estratégia, logrou sustentar a continuidade com maior liberdade no campo objetivo, ao contrário dos sujeitos extrovertidos extremos, muito mais predispostos a acontecimentos impactantes que exigem longas paradas. Ao mesmo tempo em que ostentava seu arrependimento diante das ações realizadas, não deixou de marcar em figuras locais sua predileção pela extroversão : a escolha pela negação faz com que preencha toda a canção com semas que valorizam a extroversão. Além disso, escamoteou a conjunção eufórica sob a falta da modalidade do saber do ator “eu”, valendo-se de recursos melódicos para exprimi-la. Sua perspicácia está em se aproximar do “inimigo” em lugar de rechaçá-lo. Afinal, toda identidade depende de uma dose de alteridade.

2 O sujeito *introvertido moderado* em “extrair”

*O umbral da insignificância, por
pouco que apareça no horizonte
algum Vietnam pessoal, poderia
então ser facilmente superado.
Mas onde estão esses vietnams,
agora que as letras maiúsculas com
que se costumava ornamentar as
palavras como história ou
humanidade, desapareceram como
que por encantamento, e quando
somente os humildes e os esquecidos
cultivam ainda algumas flores em
oxidadas latas de conserva?*

A. J. Greimas

Em “extrair”³, de Arnaldo Antunes, a grande distância que se interpõe entre o PN do narrador e do ator “eu”, com quem entra em sincretismo, espraia-se de tal modo que repercute na disposição dos versos. O narrador inicia o poema anunciando a ação de seu PN : “extrair”. Entretanto, para que o narratário conheça seu objeto, “a vida”, tem de *esperar* por onze longos versos que constituem quase a totalidade do poema.

Com esse recurso, o narrador aproxima o narratário da vivência do ator “eu”, fadado a cumprir as longas etapas de um cotidiano maquinal à *espera do inesperado*.

³ Como todos os poemas da obra de que faz parte, “extrair” não possui um título. Na página do livro, apresenta-se conforme foi transcrito nesta tese. O nome “extrair” é o que consta da entrada no sumário da edição.

1 ex
 2 trair
 3 do tempo improvável, do improvável,
 4 de suas maquinações, ações,
 5 do ato regular que se dissipa em método, todo
 6 hábito que habito, repito,
 7 da meta inalcançável que me fita, cripta
 8 do incontável número dos dias vividos, idos,
 9 da inumerável cota dos dias por vir, ir,
 10 da engrenagem que não para, dispara,
 11 sacode o chão que piso, piso
 12 de um ônibus em movimento, momento
 13 em que me agarro ao cilindro de metal do alto
 14 —
 15 a vida
 16 —
 17 não a que resta ainda, indo,
 18 mas a que transborda de cada ar expirado, inspirado,
 19 até que arrebente, vente.

No poema transcrito acima, a palavra inicial já chama a atenção por ser dividida entre os dois primeiros versos, formando um *enjambement* exacerbado ao propor a ruptura do verso no meio de uma palavra. De uma parte, da perspectiva do plano do conteúdo, a segmentação da palavra “extrair” produz “ex” e “trair”. Coadunando à ideia já contida em “extrair”, “ex” sensibiliza para a existência de algo que precisa ser posto para fora, enquanto “trair” alerta para a existência de uma relação polêmica.

De outra parte, a segmentação da palavra expande a extensidade do plano de expressão do poema. Desse modo, aumenta a distância entre sujeito e

objeto e, com isso, avoluma a exigência de competencialização para a realização do PN. Essencialmente, consideramos que o emprego do *enjambement* é um recurso do plano de expressão que agrega aos conteúdos associados a acepção de prolongamento da espera.

O recurso ao *enjambement* está presente em outros versos do textos, mas não se apresenta mais de maneira exacerbada. Ele aparece novamente nos versos cinco, sete, onze e doze. O décimo terceiro verso é o último da primeira estrofe ; sendo precedido por dois versos terminados em *enjambement* sem intervalos, ocorre um aumento da espera no final da estrofe, até que a tensão torna-se insustentável e exige o relaxamento. O último verso da estrofe é longo, como um desabafo. Trata-se da distensão do conteúdo que fora contido e, depois, retido (Cf. Figura IV.13).

Figura IV.13: Modos de existência via *enjambements* do plano de expressão do poema.

A estrofe seguinte é uma totalidade relaxada, fechada em si, separada pelos diacríticos “—”. A tensão que ia se acumulando ao longo do poema encontra sua solução nessa segunda estrofe que traz, finalmente, “a vida” como objeto do PN. O relaxamento não se dá, portanto, apenas no plano de expressão. A “vida” é o objeto exigido como complemento da ação “extrair”, anunciada no início do poema e interpolada por onze versos.

A última estrofe estipula a que tipo de “vida” o narrador se refere. Não se trata de qualquer vida. Entretanto, essa definição da vida apresenta-se

separada em outra estrofe para que o verso “a vida” goze das propriedades do relaxamento em sua plenitude. No plano de expressão da última estrofe, não há *enjambements* para que cada verso seja fechado em si. Após o relaxamento, não é criada uma nova tensão. O verso dezoito é o mais longo de todo o poema pois, nesse ambiente relaxado, mesmo um trecho extenso de texto não precisa esperar por um novo verso para se completar. As distâncias entre sujeito e objeto foram reduzidas.

No plano do conteúdo, os cinco primeiros versos são impessoais, como se o narrador generalizasse o PN que propõe a qualquer um. Nesse sentido, restringe-se a uma manipulação do narratário. No sexto verso, no entanto, o narrador inclui entre os destinatários do PN a si mesmo, quando estabelece um sincretismo com o ator “eu”, que se caracteriza por estar preso à rotina. O peso da repetição rotineira exercida pelo ator é refletida no plano da expressão. Em “todo hábito que habito, repito”, são escolhidas formas lexicais quase idênticas em “hábito” e “habito”, além do final da palavra ecoar em “repito”.

Essa rotina é logo disforizada pelo narrador, um vez que é apresentada como uma pedra bruta da qual é necessário extrair a pepita, mesmo que esta ainda não tenha sido manifestada nos primeiros versos do texto. Ao se incluir entre aqueles que devem proceder à extração, dá fé de que a *pedra bruta* é disfórica. Ao mesmo tempo, a ideia de extração leva a entender que se trata de um PN de disjunção parcial do objeto. Há, nele, algo que deve ser mantido e que é precioso.

A “meta inalcançável” que aparece no sétimo verso é declarada como um antissujeito. Oposta à “vida”, ela é a morte do passado e do futuro do “eu”, sendo a “cripta” dos “dias vividos” e dos “dias por vir”. É ela quem desvitaliza a “vida”, tornando-a mecânica. Uma vez inalcançável, o PN em sua direção carece de sentido e se esvazia.

O sujeito “eu”, não obstante, está aprisionado ao PN que leva à meta inalcançável. A conjunção com as “maquinações”, o “método”, o “hábito”, a “meta inalcançável” e a “engrenagem” é evidente, do contrário ele não teria esse material bruto donde extrair a “vida”. Desse modo, o “eu” é apresentado como um sujeito afiliado ao PN da introversão. Afeito à modalidade do saber, o sujeito metódico não tem escapatória. Se o método é qualificado como um “conjunto de meios dispostos convenientemente para alcançar um objetivo” (Borba, 2002),

então ele só pode ser associado ao tipo de sujeito que possui alta extensidade e baixa intensidade no campo subjetivo (Cf. Figura IV.14).

Figura IV.14 : Representação do campo subjetivo do ator “eu”.

Além disso, estamos diante de um sujeito introvertido moderado, uma vez que é capaz de agir no campo objetivo (“hábito que habito, repito”). Em outras palavras, trata-se de um sujeito que *atualiza* seu introvertimento *virtualizado*. Dessa maneira, no campo objetivo, corre menos risco de ser minimizado e extinguido porque, diferentemente do subtipo complementar que é o sujeito introvertido extremo, ele consegue manter a extensidade de seu campo objetivo mais aberta, apesar de ter uma baixa intensidade. Então, sua disposição está vinculada aos valores de universo (Cf. Figura IV.15).

O “método” é um grande aliado do sujeito introvertido por ajudar a mantê-lo na condição de moderado. O sujeito introvertido tende a reduzir a extensidade do campo objetivo para poder se dedicar em profundidade a cada ponto, correndo o risco de se extinguir caso a reduza a zero. Valer-se de um método significa lançar mão de uma reflexão profunda já estabelecida, agilizando o processo de exploração da extensidade do campo objetivo para esses sujeitos inclinados à meticulosidade. Portanto, o método permite a esse sujeito que se espraie pelo campo objetivo nas repetições maquinais e regulares, na segurança de seu hábito, de modo que a extensidade seja alargada em um “incontável número de dias vividos” e da “inumerável cota dos dias por vir”.

Figura IV.15 : Representação do campo objetivo do ator “eu”.

Os elementos dados na primeira estrofe poderiam ser encaminhados para uma continuação feliz rumo à “meta inalcançável”, prescindindo das estrofes seguintes. O sujeito introvertido teve sua transubjetividade constituída de modo a euforizar a atonia e a desaceleração dos dias incontáveis que foram e que estão por vir. No caso do sujeito introvertido moderado, seu método propicia a ocasião de continuar afeito à baixa intensidade e à alta extensão intrapsíquica, isto é, do campo subjetivo, sem com isso extinguir a extensão do campo objetivo. Essa perfeita cotidianidade funciona, portanto, como um equilíbrio aprazível para esse tipo de sujeito.

Mas, o narrador alerta para uma outra faceta da história, mostrando que não partilha exatamente dos mesmos valores do ator “eu”, ainda que sejam sincréticos. Sendo seu campo subjetivo formado pelos campos subjetivo e objetivo do ator, avalia de um ponto de vista transcendente a vivência que narra. Para ele, como mencionamos acima, a “meta inalcançável” assume ares de antissujeito, exaurindo seu sentido de meta, assim como a figura da “cripta”, a que também aludimos antes, denuncia os dias gastos rotineiramente em prol dessa “meta” como sendo o sepultamento da vivacidade da “vida”. Assim, o narrador reclama o aumento da intensidade, “colocando um pé” fora da atmosfera da introversão.

O sincretismo entre narrador e “ator” promove uma identidade entre ambos. Se acontece de suas constituições subjetivas serem diferentes e mesmo opostas, é porque os indivíduos mudam. O que mantém seu liame identitário é o jogo entre

seus projetos potencializados e seus atos realizados, conforme explica Edward Lopes (1989) em “Paixões no espelho : Sujeito e objeto como investimentos passionais primordiais” :

Afinal, o ator narrativo é um *ser histórico* na medida em que *o que ele é* hoje, é o resultado de ter-se realizado em ato o que nele existia em potência ontem, e na medida em que o que nele existe em potência hoje, for realizado feito ato, amanhã.

De acordo com Tatit (2010), uma precondição do acontecimento é a existência prévia de um destinador potencializado de modo átono. Do contrário, não poderia haver a conjunção entre sujeito e objeto, posto que o objeto não poderia sequer ser um objeto–valor. É o estatuto potencializado átono do destinador que acelera a conjunção, fazendo com que o objeto *já seja* enquanto o sujeito *não é ainda*.

No texto em análise, é reconhecível o momento de transformação entre o ator “eu” e seu correlato no tempo presente da enunciação, o narrador. O destinador potencializado átono da extroversão, cujos valores serão admitidos pelo sujeito de modo a realizá-los na própria feitura do enunciado, manifesta-se no décimo verso do poema.

A abertura dada ao destinador da extroversão ocorre no momento em que a expectativa do sujeito por relação ao contrato estabelecido com o destinador da introversão é frustrada. Sendo ele introvertido, seu interesse é o de se preservar da exposição aos acontecimentos. O exercício, desacelerado e átono, que é esperado por esse tipo de sujeito é mantido até o nono verso, na repetição maquinal dos métodos, dos hábitos, que prolongam o passado e o futuro em uma temporalidade “incontável” ou “inumerável”. De chofre, essa constância é rompida no campo objetivo do sujeito : aquilo que “não para, dispara” sem aviso prévio. Um incidente corriqueiro, figurativizado pela aceleração da marcha de um ônibus, faz com que esse sujeito, até então estabilizado, perca o chão (“sacode o chão que piso”).

O sacolejo do “ônibus” promovido pela aceleração causa no sujeito o sentimento de que a “cota dos dias por vir” não é realmente “inumerável”. Acelerado, seu porvir é estreitado. De nada valeu a atonicidade de seus atos : o que não era esperado aconteceu, mostrando que sua extensidade, tão cara, pode ser

reduzida. Suas ações consequentes não lhe proveram a perfeita realização, no campo objetivo, daquilo que cuidadosamente elucubrara em seu campo subjetivo.

Para manter seu objeto-valor, agarra-se ao “cilindro de metal do alto”, verso que é seguido pelo próprio objeto, “a vida”, aproximando o ato de se agarrar ao objeto “vida”.

Esse sujeito acometido pelo acontecimento não se entrega : agarra-se à vida, mesmo que o custo seja uma mudança em sua configuração intrapsíquica. Mas, não se trata de uma transformação radical. Tenhamos em vista que o narrador não propõe o abandono das atividades mecânicas e metódicas praticadas pelo sujeito. Ele não está completamente livre de suas responsabilidades de sujeito consequente. O que propõe é uma ressemantização das ações cotidianas, em um projeto similar àquele da *espera do inesperado*, introduzido por Greimas ([1987] 2002) em *Da Imperfeição*.

É “do tempo do improvável” que cumpre “extrair” a vida ; do ritmo maquinal, regular e dessemantizador do método deve surgir a vida. Esse aumento de vivacidade — de intensidade —, ao lado da manutenção dos exercícios repetitivos praticados na extensidade, dá as coordenadas para identificarmos os valores a que esse narrador transformado é afeito : aos valores de *apogeu*. Ainda que o acontecimento tenha levado ao abandono dos valores de introversão, ele adere aos valores da extroversão em sua forma moderada. A Figura IV.16 apresenta a diferença entre o “eu” e o narrador.

O narrador coloca em evidência sua mudança de destinador. A “vida” que pretende “extrair” não é mais “a que resta ainda, indo”, mas sim a que “transborda de cada ar expirado, inspirado”. Enquanto a vida que resta ainda descreve uma curva tensiva descendente, com baixa intensidade e alta extensidade — de acordo com os valores de universo do ator “eu” —, a vida que transborda de cada ar expirado, inspirado, mantém a longa extensidade da temporalidade intacta, mas soma a ela a ampliação da intensidade, formando um gráfico em correlação conversa — correspondente aos valores de *apogeu* do narrador.

O ar expirado e inspirado — em ambas as acepções de inspiração — chega efetivamente a um *apogeu* : “até que arrebente, vente”, dada a qualidade mítica das correlações conversas (e... e... ; nem... nem...). O vulto mítico da proposta

Figura IV.16 : Comparação entre o “eu” e o narrador.

do narrador é constituído da ousadia de acelerar e tonificar a cotidianidade, ressemantizando-a.

A especificidade do narrador não se manifesta apenas em seu campo subjetivo. Seu campo objetivo — restrito aos procedimentos de textualização, dada sua natureza enunciativa — reflete seus valores de apogeu desde o princípio, pois, se a transformação do “eu” ocorre ao meio do caminho, o narrador é um sujeito transformado desde o início do ato de enunciar.

Efetivamente, os valores de apogeu do narrador, que são dedutíveis do plano do conteúdo, também se dão no plano de expressão pelos processos de textualização que seleciona. Trata-se, portanto, de um texto que mantém afinidades entre as figuras locais intensas e o projeto global, na extensidade. Retomando o que foi apresentado no terceiro capítulo, as instâncias da enunciação aliadas aos valores de apogeu são aquelas das *práticas artísticas*.

Já tivemos a oportunidade de apresentar alguns elementos da textualização que respaldam o pertencimento do narrador de “extrair” às práticas artísticas. Um exemplo é a criação da estrutura missiva do poema por meio do recurso ao *enjambement* que, enquanto figuras locais, constroem a significação global.

O narrador também cria, com figuras parciais, um vínculo entre a potencialização, a virtualização e a atualização do PN global que propõe. As últimas sílabas poéticas de cada verso do poema têm como núcleo silábico as vogais *i* ou *a*, excetuando-se os versos quatro e cinco, terminados em *o* e os versos um, doze e dezenove, terminados em *e*. São estes últimos que nos interessam. O

verso um, “ex”⁴, responde pela potencialização tônica de seu projeto. Como assinalamos acima, “ex” já adianta a necessidade de colocar algo para fora, enquanto também instaura a espera do narratário, alinhando-o à experiência do “eu”. Há, nesse verso, a percepção de que o sujeito não está bem como está. Em sua memória, há um outro estado de coisas a que almeja. Esse projeto potencializado virtualiza-se no verso doze, “de um ônibus em movimento, momento”, quando a incompletude e insuficiência do sujeito ficam patentes. No último verso, “até que arrebente, vente”, ocorre a atualização : a falta do sujeito fica claramente estabelecida, identificada como a necessidade da vida arrebentar, ventar, isto é, aumentar em tonicidade e aceleração. Sendo o poema a expressão de um projeto, não se dá a realização (Cf. Figura IV.17).

Figura IV.17: Modos de existência via sílabas poéticas finais do plano de expressão do poema.

Ainda pode ser inferido que o espalhamento de vogais médias, *o* e *e* constituem uma quebra da expectativa construída no emprego contundente das vogais de altura extrema, *a* e *i*, espelhando no plano de expressão os valores globais de compromisso com o acontecimento extraído do cotidiano. Essa mesma relação de quebra de expectativa é gerada pelo verso dezoito. Contendo dezessete sílabas poéticas, ele é alocado na última estrofe entre dois versos de

⁴ Poderíamos considerar o dialeto paulistano do autor e ler os dois primeiros versos como [is.tra.ˈiɾ], mas a quebra da palavra força a pronúncia [es] no primeiro verso.

oito sílabas poéticas cada um. Os versos de oito sílabas destacam-se no poema por ser a extensão mais repetida. Há quatro versos com essa amplitude, sendo que as demais métricas se repetem no máximo duas vezes; isto, quando são repetidas. Na última estrofe, pois, em meio a dois versos organizados sob o maior regramento métrico do poema, apresenta-se a maior exceção.

Aderindo aos valores de apogeu, o narrador nega a destinação da introversão e adere à destinação da extroversão. Com isso, mantém a predisposição à extensidade em campo objetivo, assegurando um vínculo com sua identidade. A vantagem de amenizar o radicalismo da mudança de destinação não pode ser subestimada. Como diz E. Lopes, todo processo de abandono de parte da identidade é sentido como uma centelha de morte, como um “modo do não poder ser” (Lopes, 1989, 160). Reduzir a radicalidade das transformações é uma maneira de preservar a identidade. Sendo assim, os subtipos de sujeito que são moderados caracterizam-se pelo poder diplomático, posto estarem em uma área de fronteira entre as destinações opostas, de modo a não ter de abdicar de tudo que há em si para passar para o lado oposto.

No caso específico desse texto, nosso narrador disforiza os valores de universo, argumentando que o planejamento extremo do campo subjetivo é impraticável no campo objetivo. Considera mentiroso o contrato do destinador da introversão ao afirmar que seus valores *parecem* alongar a vida, mas não o fazem, pois há os acontecimentos, em detrimento do planejamento, que podem abreviá-la ou anulá-la em um átimo: que seja em um acidente de ônibus. Por falta do controle da extensidade de sua vida, decide aumentá-la em intensidade, euforizando a extroversão. Desse modo, o “eu” assume a existência de um sujeito que age meticulosamente e, mesmo assim, tende a receber uma sanção negativa. A significação agregada a esse “eu” é a de um sujeito ludibriado.

Por outro lado, o narrador, ao não se afastar plenamente dos valores de universo, se mantém adepto à larga extensidade no campo objetivo. O problema daí derivado é que seu projeto é utópico. Pertencente a uma correlação conversa, ele é distanciado da lógica humana e parece de difícil execução. Todavia, o narrador mostra ser competente ao praticar seus valores de apogeu no processo de textualização. Sendo improvável (concessivo), seu fazer é a expressão de uma maior força da modalidade do poder, doada pelo destinador da extroversão.

Esse texto, inclusive, retrata bem a inclinação do narrador e do “eu” à destinação do tipo moderada. Mais aptos à atualização, as modalidades que os caracterizam são as atualizantes. Se o querer fazer do narrador e o dever fazer do “eu” podem ser subentendidos, o poder fazer do narrador é explícito em seu processo de textualização, ao passo que o saber-fazer do “eu” é declarado em sua competência de sujeito metódico.

A contraposição entre os valores do “eu”, um sujeito enganado, e os valores do narrador, um sujeito ousado que descobriu a falsidade de se sentir acomodado quanto ao andamento da vida (a extensidade da vida não *parece* nem é conhecida), gera o sentido de uma transformação eufórica, de libertação. Os valores apresentados pelo narrador, e ainda não *realizados*, fazem do texto um manifesto que reivindica uma nova ordem de coisas (Cf. Figura IV.18).

Figura IV.18: Representação do cruzamento entre os campos subjetivo e objetivo do “eu”, e do campo subjetivo do narrador.

Na Figura IV.18, à esquerda, consta a representação do campo subjetivo do “eu”. Como um sujeito introvertido, ele ocupa amplamente a extensidade e mantém a intensidade baixa. Sendo ele um introvertido do tipo moderado, sua atuação no campo objetivo é a mesma daquela do campo subjetivo. Caso fosse um introvertido extremo, tenderia à redução da extensidade no campo objetivo.

Além do estabelecimento da “realidade” do “eu” dada pelo narrador no campo objetivo, declarando seu pertencimento aos valores de universo, há também aquilo que o narrador projeta para o futuro em seu “manifesto”. E. Lopes (1989) assimila os projetos futuros dos atores das narrativas com o *ideal de*

eu freudiano ; inclusive, considera que essa projeção construída pelo *eu carente* do presente corresponde à vida em nível fundamental, oposta à morte, que é atribuída a sua relação com o *eu ideal* do passado, da infância. No caso do poema de Arnaldo Antunes, é o próprio valor abstrato da vida que é figurativizado como objeto.

Convém lembrar que o valor de sujeito ludibriado do “eu” só pôde ser construído a partir de um ponto de vista externo, do narrador, ao passo que o valor de sujeito insurgente do narrador não poderia acontecer sem a relação que estabeleceu com seu *eu* anterior. É na imbricação intersubjetiva que parecem mesmo ser construídas as personalidades de nossos sujeitos. O campo subjetivo do narrador, desse modo, é construído pela sua impressão a respeito dos campos subjetivo e objetivo do “eu”. Se é verdade que a significação é transformação, então a depreensão da insurgência de nosso narrador não é derivada simplesmente de seus valores de apogeu, que, inclusive poderiam ser manifestados de outros modos em diferentes textos. Cumpre levar em consideração os valores que nega no outro, ainda que esse outro seja ele mesmo no passado, para caracterizar a afirmação de seus próprios valores. Como já estamos acostumados a pensar em semiótica, nos entrecruzamentos intersubjetivos, as instâncias da enunciação fundam o texto, ao passo que os textos as edificam.

3 O sujeito *extrovertido extremo* em *São Bernardo*

*Eu admiro o que não presta
Eu escravizo quem eu gosto
Eu não entendo
Eu boto o lixo para dentro*

Marisa Monte

*— Diferenças ? E então ? Se
não houvesse diferenças, nós
seríamos uma pessoa só. Deve
haver muitas. Com licença,
vou acender o cachimbo.*

Graciliano Ramos

SÃO BERNARDO (Ramos, [1934] 1996)⁵ conta a história de “Paulo Honório”, personagem cujo nome já diz muito. A honra advinda do sobrenome “Honório” é ressemantizada diante do primeiro nome “Paulo”, que significa “pequeno”, “pouco”. Essa já é uma abertura à esfera da moral, que será de grande importância ao longo de todo o romance. Buscaremos demonstrar que nosso herói sofre de uma crise transubjetiva que gera uma crise fórica quando de sua colocação no campo objetivo, ocasionando relações intersubjetivas traumáticas e desestabilizando sua esfera interpessoal.

Por meio da narração de sua história, o narrador obtém uma certa distância objetiva do “eu” ator, esforçando-se em compreender a grande tragédia interpessoal que culmina no risco da extinção intrapsíquica. Distância objetiva esta, conseguida graças à narração em si : assumindo a perspectiva transcendente de instância da enunciação, analisa seu campo objetivo “de fora” e consegue reconhecer, ao final, o desnível entre suas ações e seus valores de origem. Ainda que considere ser tarde demais para mudar sua estrutura intrapsíquica, consegue, ao menos, proceder a sua autoavaliação e frear suas ações imorais que passam a carecer de sentido.

⁵ Nesta seção, as citações desta obra serão referenciadas apenas pelo número da página.

A impossibilidade de transformação de sua estrutura intrapsíquica faz com que o “eu” e o narrador partilhem dos mesmos valores. Ambos são adeptos dos programas do destinador da extroversão. São, ainda, manipulados no modo extremo por esse destinador, de maneira que tentam reproduzir seu *modus operandi* com exatidão no campo objetivo, sem fazer concessões às exigências da alteridade, isto é, às exigências morais. No final do romance, quando o narrador admite que sua configuração intrapsíquica não é ideal, vislumbra os valores do destinador oposto, da introversão, mas não chega a aderir a eles.

Se recordarmos as características dos sujeitos extrovertidos extremos, não é difícil concluir que “Paulo Honório” participa desse subtipo de sujeitos. Obs-
tinados, euforizando sempre a alta intensidade, sujeitos de um intenso querer, os extrovertidos extremos esforçam-se sempre para encurtar a temporalidade e a espacialidade, buscando aumentar o impacto de suas conjunções. Sem tempo para refletir a respeito de seus atos, agem de modo inconsequente, ofendendo o interesse da alteridade e estabelecendo relações polêmicas todo o tempo por meio da exaltação dos valores individualistas de absoluto (Cf. Figura IV.19).

Figura IV.19: Representação dos campos subjetivo e objetivo dos sujeitos extrovertidos extremos.

Enquanto sujeito extrovertido extremo que é, “Paulo Honório” estabelece uma relação de *prematuridade* e *excesso* do ponto de vista da intensidade. Na extensidade, tende a uma temporalidade tão reduzida que chega à *obsolescência* por um lado, e, por outro, de uma espacialidade tão externa a si que chega a ser *estranha*. (Zilberberg, [2006] 2011, 85-6).

Isso tudo é muito natural para um sujeito inconsequente, irrefletido. Deseja “abarcara o mundo com as pernas” (p. 40) e, com isso, é demasiado acelerado. O resultado é que desconhece esse mundo que quer abarcar por carência de temporalidade em suas vivências, aumentando os riscos de sofrer acontecimentos imprevistos, de acordo com a ilustração do campo objetivo da Figura IV.19.

Aos bancos solicitei empréstimos, ao governador comuniquei a instalação próxima de numerosas indústrias e pedi dispensa de imposto sobre os maquinismos que importasse. A verdade é que os empréstimos eram improváveis e eu não imaginava a maneira de pagar os maquinismos. Mas havia-me habituado a considerá-los meio comprados. (p. 33)

“Meio comprados” significa dizer que estão comprados no campo subjetivo, ainda que haja uma leve consciência de sua improbabilidade no campo objetivo. Há muitos exemplos desse *modus operandi* de “Paulo Honório”. Logo no início do romance, ficamos conhecendo de que maneira ele planejava iniciar o livro :

Antes de iniciar este livro, imaginei construí-lo pela divisão do trabalho.

Dirigi-me a alguns amigos, e quase todos consentiram de boa vontade em contribuir para o desenvolvimento das letras nacionais. Padre Silvestre ficaria com a parte moral e as citações latinas ; João Nogueira aceitou a pontuação, a ortografia e a sintaxe ; prometi ao Arquimedes a composição tipográfica ; para a composição literária convidei Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, redator e diretor do *Cruzeiro*. Eu traçaria o plano, introduziria na história rudimentos de agricultura e pecuária, faria as despesas e poria meu nome na capa. (p. 7)

Antes mesmo de consultar os participantes do projeto de escrever o livro, “Paulo Honório” “já via os volumes expostos, um milheiro vendido”. Acelerando a temporalidade, apenas quando o projeto foi posto em prática no campo objetivo é que “o otimismo levou água na fervura” (p. 7). Em sua afobação para ver o projeto concluído, “Paulo Honório” esqueceu de contar com a vontade própria dos integrantes.

No capítulo seguinte, quando decide retomar o romance, recobra seu projeto “de repente” (p. 9). Ao começar, o narrador logo percebe que não se preparara e, portanto, que não possui a competência necessária :

Aqui sentado à mesa da sala de jantar, fumando cachimbo e bebendo café, suspendo às vezes o trabalho moroso, olho a folhagem das laranjeiras que a noite enegrece, digo a mim mesmo que esta pena é um objeto pesado. Não estou acostumado a pensar. Levanto-me, chego à janela que deita para a horta. Casimiro Lopes pergunta se me falta alguma coisa. (p. 10)

Não sendo acostumado a pensar, isto é, não possuindo a competência do saber, “Paulo Honório”, bem como o narrador, tem dificuldades de executar esse projeto para o qual não estava preparado. O fato é que a redação do livro é iniciada, mas a mola propulsora não é explicitada :

Abandonei a empresa, mas um dia destes ouvi novo pio de coruja — e iniciei a composição de repente, valendo-me dos meus próprios recursos e sem indagar se isto me traz qualquer vantagem, direta ou indireta. (pp. 9-10)

O “pio da coruja” figurativiza um destinador que faz “Paulo Honório” fazer, mas o narrador não explicita quais são os valores vinculados a essa manipulação. Isso ocorre porque ele mesmo os desconhece.

A “coruja”, que aparece no excerto acima, ao lado do “diabo”, que abordaremos adiante, funcionam como figuras locais que não são inseridas jamais em um projeto global. O narrador em si não está suficientemente competencializado para aferir um sentido a elas. Acontece que o narrador, enquanto sujeito extrovertido extremo, age por meio das práticas desvairadas, pois investe larga intensidade nas figuras locais, todavia, sem dar a elas um destino coerente.

O que promove esse tipo de prática é uma sorte de denegação de um programa narrativo que permanece obscurecido por alguma razão. O narrador de *São Bernardo* possui um projeto paralelo que colapsa seu PN assumido, a ponto de ter de se desdobrar em dois interlocutores para poder expressar a divergência entre seus PNs :

— Então para que escreve ?

— Sei lá !

O pior é que já estraguei diversas folhas e ainda não principiei.

(p. 11)

Essa passagem do texto causa estranhamento. O narrador está conjecturando consigo mesmo a respeito das razões pelas quais escreveria o romance,

que teria principiado pela segunda vez “sem indagar se isto me traz qualquer vantagem, direta ou indireta” (p. 10). Então, desdobra-se em dois interlocutores, como se seu projeto de escrever o livro fosse tão inconciliável com sua configuração intrapsíquica que ele precisasse afastar de si o ponto de vista que defende a necessidade de redigir do romance. Em seguida, infere que ainda não principiou a empreitada quando, de fato, estamos já no final do segundo capítulo. Talvez ele tenha principiado *o romance*, mas ainda não tenha começado a realizar seu *PN encoberto*. Temos pistas nessa direção quando ele afirma, pouco antes, que :

Afinal foi bom privar-me da cooperação de padre Silvestre, de João Nogueira e do Gondim. Há fatos que eu não revelaria, cara a cara, a ninguém. Vou narrá-los porque a obra será publicada com pseudônimo. E se souberem que o autor sou eu, naturalmente me chamarão potoqueiro. (p. 10)

Esse excerto nos faz conhecer que “Paulo Honório” planejava escrever o livro com base no quadro veridictório da mentira (parece, mas não é), mas que a não participação de seus amigos no projeto teria propiciado a oportunidade de escrevê-lo por meio do segredo (é, mas não parece). Depreende-se que o conteúdo do texto não parece ser verdade pela afirmação de que a revelação de seu autor faria com que soasse mentiroso (“me chamarão potoqueiro”). Portanto, também ficamos sabendo que “Paulo Honório” sustenta um parecer que dista de seu ser, já que seus relatos sinceros não condizem com a imagem que os outros fazem dele.

A imagem de “Paulo Honório”, seu *parecer*, possui uma coerência, de maneira que há um projeto global que lhe confere sentido. É isso que faz com que os demais atores do romance tenham uma expectativa quanto àquilo que ele deve parecer ser. O que promove a incoerência no discurso do narrador são determinadas figuras locais que não participam da construção desse projeto global e, com isso, são incoerentes. Em “Se eu soubesse”, ainda que as figuras locais respondessem por um PN e o projeto global fosse afiliado a um PN oposto, a estratégia de negação de competências do narrador fazia com que figuras locais e projeto global confluíssem. Em *São Bernardo*, diferentemente, as figuras locais vão de encontro ao projeto global, criando o efeito de sentido de desvario do narrador.

Parece razoável admitir que há um vínculo entre a dificuldade de reflexão, as ações contrárias às próprias intenções e a necessidade de narrar a própria história para recuperar a temporalidade perdida nas vivências aceleradas.

Foi dito, logo no início, que “Paulo Honório” sofre de uma crise transubjetiva, promotora de relações interpessoais traumáticas, que culmina em uma desestabilização da esfera intrapsíquica. É essa crise — fórica, já que transubjetiva — a responsável pela fragmentação de nosso herói e seu decorrente desvario, enquanto narrador.

O valor de seu objeto nada tem de original : “muita consideração” (p. 12). O desejo humano de ser amado não parece menos natural do que sua necessidade de respirar. Se ele não consegue ser um objeto pregnante, as trocas que desde Greimas caracterizam a faceta antropomórfica da significação são mais difíceis de operar. O meio de obter a consideração é que varia, e “Paulo Honório” tem uma concepção bastante peculiar a esse respeito :

Começo declarando que me chamo Paulo Honório, peso oitenta e nove quilos e completei cinquenta anos pelo São Pedro. A idade, o peso, as sobrelhas cerradas e grisalhas, este rosto vermelho e cabeludo têm-me rendido muita consideração. Quando me faltavam estas qualidades, a consideração era menor. (p. 12)

As qualidades que atribui a si mesmo e que considera serem as responsáveis pela consideração de que goza são traços de brutalidade que serão reavaliados adiante, à medida que a distância objetiva entre o narrador e o ator “Paulo Honório” vai aumentando. Por hora, nesse trecho que inaugura o terceiro capítulo do romance, são qualidades positivas.

Se “Paulo Honório” já demonstrara sua carência da modalidade do saber, o poder, ao contrário, mostra-se como uma modalidade de que dispõe à larga. É o poder de sua brutalidade que, para ele, faz com que mereça ser levado em “consideração”.

A crise transubjetiva que mencionamos não demora a ser manifestada. A falta de “consideração” que sofrera antes de ter a “qualidade” da modalidade do poder aparece na narração da infância de “Paulo Honório”, momento privilegiado, ainda que não exclusivo, para o estabelecimento das relações transubjetivas, dada a vulnerabilidade intrapsíquica das crianças, que ainda não estabilizaram

sua subjetividade. Na história de *São Bernardo*, a fragilidade é aumentada, posto seu protagonista ter crescido sem o apoio necessário :

Para falar com franqueza, o número de anos assim positivo e a data de São Pedro são convencionais : adoto-os porque estão no livro de assentamentos de batizados da freguesia. Possuo a certidão, que menciona padrinhos, mas não menciona pai nem mãe. Provavelmente eles tinham motivo para não desejarem ser conhecidos. Em todo caso, se houver diferença, não deve ser grande : mês a mais ou mês a menos. Isto não vale nada : acontecimentos importantes estão nas mesmas condições. (p. 12)

O narrador desdenha da situação, negando-lhe um tom dramático. Chega mesmo a extrair o lado positivo de sua condição :

Sou, pois, o iniciador de uma família, o que, se por um lado me causa alguma decepção, por outro lado me livra da maçada de suportar parentes pobres, indivíduos que de ordinário escorregam com uma sem-vergonheza da peste na intimidade dos que vão trepando. (p. 12)

Não “dar o braço a torcer” é uma característica comum aos sujeitos extrovertidos extremos. Afeitos que são ao querer, não admitem ser movidos pelo dever. Desta feita, o narrador transforma as condições dramáticas de sua infância na vantagem pecuniária de não ter de repartir os bens, acomodando as contingências da vida a suas vontades. O narrador continua :

Se tentasse contar-lhes a minha meninice, precisava mentir. Julgo que rolei por aí à toa. Lembro-me de um cego que me puxava as orelhas e da velha Margarida, que vendia doces. O cego desapareceu. A velha Margarida mora aqui em S. Bernardo, numa casinha limpa, e ninguém a incomoda. Custa-me dez mil-réis por semana, quantia suficiente para compensar o bocado que me deu. Tem um século, e qualquer dia destes compro-lhe mortalha e mando enterrá-la perto do altar-mor da capela. (pp. 12-3)

Nesse excerto, o narrador fortalece o compromisso com a sinceridade que estabelecera com o narratário ao se propor a escrever o livro sozinho. Além disso, ilustra a instabilidade do momento em que deveria sedimentar os valores de seus valores, isto é, sua organização transubjetiva : em lugar de um momento

de formação de vínculos fortes e gratuitos, sua infância é identificada como um período de trocas e negociações. Ainda que faça entender que a relação com a “velha Margarida” tenha sido mais gratificante do que aquela com o “cego que me puxava as orelhas”, sua resposta afetiva é manifestada como a despesa mensal que ele dispensa a seus cuidados. O narrador parece não ser capaz de compreender o aforismo que reza que “há coisas que o dinheiro não compra”.

Adiante, a narrativa de sua infância continua a girar em torno das trocas. Explica que atravessou sua infância como “trabalhador alugado”, a salário muito abaixo do que pode ser considerado módico. Até que, aos dezoito anos, pratica o primeiro ato que considera “digno de referência” :

Numa sentinela, que acabou em furdunço, abreequei a Germana, cabritinha sarará danadamente assanhada, e arrochei-lhe um beliscão retorcido na popa da bunda. Ela ficou-se mijando de gosto. Depois botou os quartos de banda e enxeriu-se com o João Fagundes, um que mudou o nome para furtar cavalos. O resultado foi eu arrumar uns cocorotes na Germana e esfaquear João Fagundes. Então o delegado de polícia me prendeu, levei uma surra de cipó de boi, tomei cabacinho e estive de molho, pubo, três anos, nove meses e quinze dias na cadeia, onde aprendi leitura com o Joaquim sapateiro, que tinha uma bíblia miúda, dos protestantes. (p. 13)

O narrador divisa como ato digno de referência sua primeira atitude de sujeito extrovertido extremo. Ao menor sinal do antissujeito, defende seu querer com todas as forças de seu poder. A falta do estabelecimento dos *valores dos valores*, dada sua infância deturpada, faz com que não seja capaz de manter relações afetivas ou a “consideração”, desejada para si, com ninguém. Germana, por quem poderia ter afeto, dado o desejo de conjunção, mostra-se como antissujeito tão logo impede seu querer. A falta de afeição transparece em seu desdém pelo destino funesto da moça :

Joaquim sapateiro morreu. Germana arruinou. Quando me soltaram, ela estava na vida, de porta aberta, com doença do mundo. Nesse tempo eu não pensava mais nela, pensava em ganhar dinheiro. (p. 13)

Essa falta de moral acompanha nosso herói ao longo de toda a narrativa. O prejuízo das relações transubjetivas faz com que as ações sejam justificadas

apenas pelas recompensas que promovem, já que a euforização gratuita dos valores não se pôde realizar. Nesse quadro, o sentimento de dever não faz sentido. O *bom* e o *bem* tornam-se indissociáveis. O narrador mostra consciência de sua inaptidão para fazer essa dissociação :

Acham que andei mal ? A verdade é que nunca soube quais foram os meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo ; fiz coisas ruins que deram lucro. E como sempre tive a intenção de possuir as terras de S. Bernardo, considere legítimas as ações que me levaram a obtê-las. (p. 39)

Pensar em “ganhar dinheiro” e legitimar as ações que auferem como sanção positiva objetos de valor tais como a fazenda “S. Bernardo” são mostras claras do programa narrativo de base que “Paulo Honório” assume para si. O interesse intermedeia suas relações com a alteridade. Há exceções, como veremos adiante, mas o proprietário de “S. Bernardo” não se dá conta desse fato.

O modo como “Paulo Honório” adquire a fazenda é um outro exemplo de sua afinidade com a extroversão extrema. Assim como tencionara escrever o romance pela “divisão de trabalho”, acelerando as etapas para aumentar o impacto da vivência, também procede de maneira acelerada na obtenção da fazenda em que fora “trabalhador alugado”.

Entre a saída de “Paulo Honório” da cadeia e a obtenção da propriedade há um período de “transações comerciais” (p. 14). Essas transações consistem em sua competencialização para o projeto de “ganhar dinheiro” que se delineava em seu horizonte, e que podemos reconhecer como um programa de acumulação e preservação de bens. Privilegiando seu querer, sujeito extrovertido extremo que é, vale-se dos meios de que dispõe para obter seu objeto–valor.

A qualidade que descobre em si como figurativização do poder é sobretudo a violência, já anunciada em sua querela com “João Fagundes”. O relato desse período também faz transparecer que o campo objetivo do ator “Paulo Honório” sanciona negativamente quem tem compromisso com a sinceridade e a consideração pela alteridade, fortalecendo a imagem de um sujeito que não pareceria condizer com o compromisso do narrador de ser sincero. Conta, assim, que obtivera seu primeiro capital com um agiota, “dr. Pereira” e que aprendera aritmética “para não ser roubado além da conveniência” (p. 13). Constrói um

universo em que a esperteza, a força e a vingança são as qualidades que levam às sanções positivas.

De bicho na capação (falando com pouco ensino), esperneeí nas unhas do Pereira, que me levou músculo e nervo, aquele malvado. Depois, vinguei-me : hipotecou-me a propriedade e tomei-lhe tudo, deixei-o de tanga. Mas isso foi muito mais tarde. (pp. 13-4)

As “transações” iniciadas com esse capital inicial são uma verdadeira escola para a competencialização de “Paulo Honório”. Ele aprende depressa que as ações legais são menos lucrativas :

A princípio o capital se desviava de mim, e persegui-o sem descanso, viajando pelo sertão, negociando com redes, gados, imagens, rosários, miudezas, ganhando aqui, perdendo ali, marchando no fiado, assinando letras, realizando operações embrulhadíssimas. Sofri sede e fome, dormi na areia dos rios secos, briguei com gente que fala aos berros e efetuei transações comerciais de armas engatilhadas. Está um exemplo. O dr. Sampaio comprou-me uma boiada, e na hora da onça beber água deu-me com o cotovelo, ficou palitando os dentes. Andei, virei, mexi, procurei empenhos — e ele duro como beira de sino. Chorei as minhas desgraças : tinha obrigações em penca, aquilo não era trato, e tal, enfim, etc. O safado do velhaco, turuna, homem de facão grande no município dele, passou-me um esbregue. Não desanimei : escolhi uns rapazes em Cancalancó e quando o doutor ia para a fazenda caí-lhe em cima, de supetão. Amarrei-o, meti-me com ele na capoeira, estraguei-lhe os couros nos espinhos dos mandacarus, quipás, alaistrados e rabos-de-raposa. (p. 14)

Por fim, recebe a paga da boiada com os juros e dá seu parecer a respeito da justiça :

— Obrigado, Deus o acrescente. Sinto muito ter-lhe causado incômodo. Adeus. E não me venha com a sua justiça, porque se vier, eu viro cachorro doido e o senhor morre na faca cega. (p. 15)

A aquisição de “São Bernardo” ocorre logo após esse período de “operações embrulhadíssimas”. Com a morte do proprietário, a fazenda fica nas mãos de seu filho, “Luís Padilha”, que se caracteriza pelas fragilidades, vicissitudes e

pouco ou nenhum conhecimento agrário. “Paulo Honório” aproxima-se do jovem proprietário e começa a emprestar dinheiro, além de incitá-lo a investir no cultivo da fazenda, sabendo bem que o rapaz não teria tino empreendedor e se embrulharia ainda mais com as dívidas.

É exatamente o que se dá. Sem poder arcar com as despesas, recorre a um novo e mais vultuoso empréstimo. Como não consegue liquidar as letras, nosso herói, que começara a estabelecer os empréstimos em tom de amizade (“Ao ver a letra, fingi desprendimento : — Para que isso ? Entre nós... Formalidades. Mas guardei o papel” (p. 16)), aperta “Padilha” para a liquidação das dívidas e acaba adquirindo a propriedade em troca do valor devido e mais uns bens miúdos (“Deduzi a dívida, os juros, o preço da casa, e entreguei-lhe sete contos e quinhentos e cinquenta mil-réis. Não tive remorsos” (p. 26)).

Deixando de lado a dimensão moral, que parece não constar das preocupações de nosso herói, o que temos é uma história de sucesso, construída por sanções positivas sobre sanções positivas, recebidas por um sujeito que fora destinado a uma vida de miséria e anonimato. Entretanto, “Paulo Honório” entrará em crise a seguir, sendo levado até mesmo a questionar o valor de tudo aquilo que pensa ter ambicionado e que pôde conquistar na vida. O que houve ?

No campo objetivo de “Paulo Honório” as coisas não se passam a contento. As relações interpessoais que estabelece, sempre visando ao lucro, o transformam em um antissujeito perigoso, que urge enfrentar. Além disso, as relações traumáticas ocorridas no campo objetivo repercutirão em seu campo subjetivo, levando-o a rever seus valores.

No campo objetivo, praticamente todos os contatos que ele estabelece promovem uma relação de antagonismo, levando-o a reagir por meio de sua principal expressão da modalidade do poder : a violência. O episódio de “João Fagundes” e “Germana” já ilustra como seu querer desenfreado desemboca em uma situação conflituosa. Nesse caso, como ainda não possuía os predicados de brutalidade que, conforme pensa, rendem sua “consideração”, perde a contenda para o antissujeito e passa maus bocados na cadeia.

A relação com “Pereira”, o agiota, é um segundo caso. Em seus primeiros contatos com ele, ainda não está suficientemente competencializado para realizar seu querer, de maneira que sua *performance* é insuficiente e sua sanção é negativa (“me levou músculo e nervo, aquele malvado” (pp. 13–4)). Tão logo

se vê competente, vinga-se : “tomei-lhe tudo, deixei-o de tanga. Mas isso foi muito mais tarde”.

Na medida em que se vai competencializando, começa a fazer frente a seus antissujeitos. No caso, também já mencionado, da negociação da boiada com o “dr. Sampaio”, obtém sua sanção positiva por meio da violência e das ameaças. Seu poder aumentado é figurativizado pela admissão de capangas : “escolhi uns rapazes em Cancalancó” (p. 14).

Todavia, seu poder ainda não é pleno. Sendo o “dr. Sampaio” um “homem de facão grande no município dele”, força “Paulo Honório” a deixar o lugar após a contenda :

Não tornei a aparecer por aquelas bandas. Se tornasse, era um tiro de pé de pau na certa, a cara esfolada para não ser reconhecido quando me encontrassem com os dentes de fora, fazendo munganga ao sol, e a supressão da minha fortuna, que eu conduzia dentro de um chocalho grande, arrolhado com folhas e pendurado no arção da sela. (p. 15)

Assim também com a negociação da fazenda que dá nome ao romance. Dessa vez, escolhe uma vítima mais fraca, “Padilha”, para fazer valer sua *performance* :

Encontrei-o no bilhar, jogando bazará, completamente bêbedo. Está claro que o jogo é uma profissão, embora censurável, mas o homem que bebe jogando não tem juízo. Aperuei meia hora e percebi que o rapaz era pexote e estava sendo roubado descaradamente. (p. 16)

Como foi referido acima, “Paulo Honório” obtém uma sanção plenamente positiva nesse caso, adquirindo a fazenda “S. Bernardo”. Mas um novo antissujeito não demora a se impor : “O senhor andou mal adquirindo a propriedade sem me consultar, gritou Mendonça do outro lado da cerca” (p. 26). Foi este o primeiro contato que “Paulo Honório” teve com o proprietário vizinho, da fazenda “Bom-Sucesso”. Inicia-se aí um embate de forças entre sujeitos mais competentes, que passará por momentos de tensão e culminará com o assassinato de “Mendonça”, em uma emboscada armada por um capanga de “Paulo Honório”, “Casimiro Lopes”.

Os momentos de tensão, em que “Paulo Honório” esteve em visita na casa de “Mendonça” com o objetivo de sondar o inimigo, são uma boa ilustração

do universo beligerante de nosso herói. Em seu campo objetivo, suas relações polêmicas sempre estão às voltas com o quadro veridictório da mentira :

Enquanto ele tesourava o próximo, observei-o. Pouco a pouco ia perdendo os sinais de inquietação que a minha presença lhe tinha trazido. Parecia à vontade catando os defeitos dos vizinhos e esquecido do resto do mundo, mas não sei se aquilo era tapeação. Eu me insinuava, discutindo eleições. É possível, porém, que não conseguisse enganá-lo convenientemente e que ele fizesse comigo o jogo que eu fazia com ele. Sendo assim, acho que representou bem, pois cheguei a capacitar-me de que ele não desconfiava de mim. Ou então quem representou bem fui eu, se o convenci de que tinha ido ali politicar. Se ele pensou isso, era doido. Provavelmente não pensou. Talvez tenha pensado depois de iludir-se e julgar que estava sendo sincero. Foi o que me sucedeu. Repetindo as mesmas palavras, os mesmos gestos, e ouvindo as mesmas histórias, acabei gostando do proprietário de Bom-Sucesso. (p. 30)

As identificações de “Paulo Honório” acabam se dando com sujeitos do mesmo tipo (“acabei gostando do proprietário de Bom-Sucesso”), na falta de um afeto real e gratuito. Voltado para si mesmo, só reconhece no campo objetivo a imagem subjetiva que projeta de si mesmo. Com o assassinato de “Magalhães” que se dará a seguir, podemos calcular a fragilidade desse modo de “gostar” do outro, cuja alteridade por si mesma é descartável.

Essa é mais uma característica dos sujeitos do tipo extremo. Sejam introvertidos ou extrovertidos, eles projetam no campo objetivo uma imagem muito colada a sua configuração subjetiva, eliminando a possibilidade de aprendizado pela experiência. Sendo “Paulo Honório” um sujeito dissimulado, que age de acordo com o quadro veridictório da mentira, vê na alteridade o mesmo procedimento a ponto de não saber discernir entre o que é dele e o que é do outro (“Sendo assim, acho que representou bem, pois cheguei a capacitar-me de que ele não desconfiava de mim. Ou então quem representou bem fui eu, se o convenci de que tinha ido ali politicar. Se ele pensou isso, era doido”).

As relações de “amizade” de “Paulo Honório” não estão em melhores condições. “Padre Silvestre”, que ele diz fazer parte de seu círculo de amizades, é manejado em nome de suas segundas intenções. As benfeitorias que pratica têm em vista conquistar a boa vontade de homens poderosos. É esse o motor de

nosso herói quando decide construir a escola rural, para agradar ao governador, e a igreja, para ganhar a confiança do “padre Silvestre” :

A verdade é que, aparentando segurança, eu andava assustado com os credores. Ia bem, sem dúvida, o ativo era superior ao passivo, mas se aqueles malvados quisessem, capavam-me. Agora os receios diminuía. A escola seria um capital. Os alicerces da igreja eram também capital. (pp. 44-5)

Inclusive, não tem pudor de se valer do “padre Silvestre” como álibi quando ordena o assassinato de “Mendonça” :

Na hora do crime eu estava na cidade, conversando com o vigário a respeito da igreja que pretendia levantar em S. Bernardo. Para o futuro, se os negócios corressem bem.

— Que horror ! exclamou padre Silvestre quando chegou a notícia. Ele tinha inimigos ?

— Se tinha ! Ora se tinha ! Inimigo como carrapato. Vamos ao resto, padre Silvestre. Quanto custa um sino ? (p. 34)

Com “Costa Brito”, por sua vez, o redator do jornal “*Gazeta*”, estabelece uma relação de troca de interesses : “Costa Brito também publicou uma nota na *Gazeta*, elogiando-me e elogiando o chefe político local. Em consequência mordeu-me cem mil-réis” (p. 43). Mas, essa camaradagem encontra seu limite no momento em que o querer de “Paulo Honório” é contrariado :

Mas o Brito tem barriga de ema : desprezou o aviso e mandou-me diversas cartas, as primeiras com choro, as últimas com exigências. Essa que me vinha embrulhar os planos de casamento trazia ameaças. Recusei o cobre, num telegrama : “Inútil insistir. Fartíssimo.”

Tinha graça viver aqui suando para sustentar um literato. Eu era pai dele ?

— Quem pariu mateu que o balance. Uma ou outra facada razoável, com moderação, vá. Ameaças, não. Chantagem, não.

Que diabo diria ele contra mim na folha ? Não sendo funcionário público, as minhas relações com o partido limitavam-se a aliciar eleitores, entregar-lhes a chapa oficial e contribuir para música e foguetes nas recepções do governador. O veneno da *Gazeta* não

me atingia. Salvo se ela bulisse com os meus negócios particulares. Nesse caso só me restava pegar um pau e quebrar as costelas do Brito. (p. 63)

É justamente o que se dá. Dois capítulos adiante, no décimo terceiro capítulo, ficamos conhecendo que a *Gazeta* começara a difamar “Paulo Honório” após a emissão do telegrama. “A princípio foram mofinas cheias de rodeios, com muito vinagre, em seguida, o ataque tornou-se claro e saíram dois artigos furiosos em que o nome mais doce que o Brito me chamava era assassino” (p. 71). “Paulo Honório” viaja para encontrar “Costa Brito” :

— Olá !

Recuou, tentou tomar o estribo, mas o carro já ia longe. Franziu a testa com dignidade. Vendo o rebenque, empalideceu e gaguejou :

— Bons olhos o vejam. Que sorte ! Sim senhor, precisamos conversar.

Agarrei-lhe o braço, puxei-o para junto do relógio e disse-lhe, quase cochichando para não espantar os transeuntes :

— Então, seu filho de uma égua, esses artigos...

— Aquilo é matéria paga, explicou o Brito. Seção livre, não viu logo ? Vamos à redação, lá nos entendemos melhor.

Em resposta passei-lhe os gadanhos no cachaço e dei-lhe um bando de chicotadas. Juntaram-se muitas pessoas, um guarda civil apitou, houve protestos, gritos, afinal Costa Brito conseguiu escapulir-se e azulou pelo Comércio, em direção aos Martírios. (pp. 72-3)

Como é de se esperar, a relação com os funcionários da fazenda não anda por caminhos mais amenos. Ao contrário. “Paulo Honório” exerce com toda a destreza seu potencial violento diante de seus trabalhadores. O vínculo meramente utilitário que estabelece com eles pode ser ilustrado pelo excerto abaixo :

O caboclo mal-encarado que encontrei um dia em casa do Mendonça também se acabou em desgraça. Uma limpeza. Essa gente quase nunca morre direito. Uns são levados pela cobra, outros pela cachaça, outros matam-se.

Na pedreira perdi um. A alavanca soltou-se da pedra, bateu-lhe no peito, e foi a conta. Deixou viúva e órfãos miúdos. Sumiram-se : um dos meninos caiu no fogo, as lombrigas comeram o segundo, o último teve angina e a mulher enforcou-se.

Para diminuir a mortalidade e aumentar a produção, proibi a aguardente. (pp. 38-9)

Julgar que o problema da mortalidade dos funcionários é a diminuição da produção é mais um atestado das relações interpessoais sem base fórica desinteressada que “Paulo Honório” consegue estabelecer. É esse modo de pensar a alteridade que o levará a cometer atos de violência, cobrando o que julga ser seu de direito :

Assinei a duplicata, pus o chapéu e saí. Ao passar pelo estábulo, notei que os animais não tinham ração.

— Isto vai mal.

E gritei :

— Marciano !

Gritei em vão. Desci a ladeira, com raiva. Lá embaixo, à porta da escola, descobri Marciano escanchado num tamborete, taramelando com Padilha.

— Já para as suas obrigações, safado.

— Acabei o serviço, seu Paulo, gaguejou Marciano perfilando-se.

— Acabou nada !

— Acabei, senhor sim. Juro por esta luz que nos alumia.

— Mentiroso. Os animais estão morrendo de fome, roendo a madeira.

Marciano teve um rompante :

— Ainda agorinha os cochos estavam cheios. Nunca vi gado comer tanto. E ninguém aguenta mais viver nesta terra. Não se descansa.

Era verdade, mas nenhum morador me havia ainda falado de semelhante modo.

— Você está se fazendo de besta, seu corno ?

Mandei-lhe o braço ao pé do ouvido e derrubei-o. Levantou-se zonzozinho, bambeando, recebeu mais uns cinco trompaços e levou outras tantas quedas. A última deixou-o esperneando na poeira. Enfim ergueu-se e saiu de cabeça baixa, trocando os passos e limpando com a manga o nariz, que escorria sangue. Estive uns minutos soprando. (pp. 107-8)

Cumpra salientar que o adjetivo empregado para ofender “Marciano” não é gratuito. “Paulo Honório” vale-se da esposa do trabalhador, “Rosa”, para saciar seu apetite sexual.

Poderíamos prosseguir enumerando as ações polêmicas de “Paulo Honório”; há ainda uma profusão de exemplos. Como se nota, o campo objetivo de “Paulo Honório” é povoado de antissujeitos, dadas as relações interpessoais que estabelece, assentadas apenas em trocas e nunca em razões meramente fônicas e gratuitas. Praticamente não há um *gostar* ou *desgostar* para nosso herói, apenas um *servir* ou *não servir*. Com a mesma base utilitária, “Paulo Honório” decide se casar :

Amanheci um dia pensando em casar. Foi uma ideia que me veio sem que nenhum rabo-de-saia a provocasse. Não me ocupo com amores, devem ter notado, e sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito, difícil de governar.

A que eu conhecia era a Rosa do Marciano, muito ordinária. Havia conhecido também a Germana e outras dessa laia. Por elas eu julgava todas. Não me sentia, pois, inclinado para nenhuma : o que sentia era desejo de preparar um herdeiro para as terras de S. Bernardo. (p. 59)

De sua capacidade transubjetiva colapsada advém o fato de “Paulo Honório” não se ocupar com amores. O desejo de constituir família está associado a sua funcionalidade : deseja uma esposa que possa conceber um criança ; um filho que possa herdar a fazenda. A descrição da pretendente imaginada tem em vista as qualidades de reprodutora antes de mais nada :

Tentei fantasiar uma criatura alta, sadia, com trinta anos, cabelos pretos — mas parei aí. Sou incapaz de imaginação, e as coisas boas que mencionei vinham destacadas, nunca se juntando para formar um ser completo. Lembrei-me de senhoras minhas conhecidas : d. Emília Mendonça, uma Gama, a irmã de Azevedo Gondim, d. Marcela, filha do dr. Magalhães, juiz de direito. (p. 59)

A seguir, ocupado com questões de negócios a resolver com o “juiz de direito” (trata-se do encaminhamento dos negócios em que nosso herói vai se vingar de “Pereira”, seu antigo agiota), “Paulo Honório” aproveita o ensejo para sondar sua pretendente, “d. Marcela” :

A questão do Pereira estava dormindo no cartório, esperando que o juiz de direito desse uma penada nos autos. João Nogueira disse-me isso uma tarde. Eu então, ligando o caso do Pereira aos predicados de d. Marcela, desci no dia seguinte à cidade, resolvido a visitar o dr. Magalhães. (p. 64)

Mas, uma vez em casa do “dr. Magalhães”, a importância de sua visita “teve uma redução de cinquenta por cento” (p. 64). Acontece que lá estavam em visita “d. Glória” e sua sobrinha, “Madalena”, a quem “Paulo Honório” atribui uma qualidade de natureza puramente estética :

Encontrei-o à noitinha no salão, que servia de gabinete de trabalho, com a filha e três visitantes : João Nogueira, uma senhora de preto, alta, velha, magra, outra senhora moça, loura e bonita. (p. 64)

Ora, os atributos estéticos estão vinculados ao valor do valor, ou seja, à foria. “Paulo Honório” sente-se atraído por “Madalena” ainda que ela seja oposta aos atributos que tinha imaginado em nome da função de reprodutora :

De repente conheci que estava querendo bem à pequena. Precisamente o contrário da mulher que eu andava imaginando — mas agradava-me, com os diabos. Miudinha, fraquinha. D. Marcela era bichão. Uma peitaria, um pé-de-rabo, um toitiço ! (p. 68)

A distância — “Precisamente o contrário” — entre a função de reprodutora e seus atributos puramente fóricos assinala a importância da foria, da relação transubjetiva na escolha da parceira amorosa, ainda que em detrimento da vontade de “Paulo Honório” (“Não me ocupo com amores, devem ter notado”). E não são somente as qualidades fóricas de “Madalena” que surpreendentemente atraem a nosso herói. “Madalena” é, desde o princípio, caracterizada pelo vínculo ao destinador oposto àquele escolhido por “Paulo Honório”. Manifestando a propensão às modalidades do dever e do saber, “Madalena” é um sujeito introvertido.

Não é apenas a beleza de “Madalena” que é posta em jogo quando o proprietário de “S. Bernardo” a compara a “d. Marcela”. A filha do “dr. Magalhães” é caracterizada como um sujeito extrovertido extremo, assim como “Paulo Honório”. Suas poucas intervenções no romance servem para caracterizar a carência da modalidade do saber e a intensidade nervosa de seu querer :

— Não tem aparecido ultimamente no cinema, hem ? disse em voz alta a senhora de preto.

— Faz quinze dias, d. Glória, respondeu d. Marcela. Acho que faz quinze dias. Ó papai, quanto tempo faz que nós fomos ao cinema ?

O dr. Magalhães calculou. Tirou do bolso um cigarro, dividiu-o em duas partes, transformou uma delas num cigarrinho fino, acendeu-o :

— Duas semanas.

— É isso mesmo, quinze dias.

— Não, discordou o dr. Magalhães, duas semanas. Você está equivocada.

— Duas semanas não são quinze dias ? perguntou d. Marcela.

— Não. Duas semanas são catorze dias.

D. Marcela não se convenceu :

— Sempre ouvi dizer que duas semanas são quinze dias.

— Eu também tenho ouvido, confessou o dr. Magalhães. Tenho ouvido até muitas vezes. Mas é engano. Uma semana tem sete dias. Sete e sete não são catorze ? E então ? São catorze.

João Nogueira soltou o livro. Talvez d. Marcela contasse com o dia do cinema.

— É possível, acedeu o dr. Magalhães. Não contando, são catorze.

— Mas contando, são quinze, gritou d. Marcela. (pp. 65-6)

Querendo defender seu ponto de vista, ainda que lhe faltem argumentos, “d. Marcela” exaspera-se para manter sua posição. Esse excerto é sucedido por outro que depõe contra o saber da filha do “juiz de direito” :

A senhora de preto continuou sentada e entrou a discorrer sobre romances. D. Marcela tinha acabado um, de aventuras. Ia ver se se lembrava do enredo. Mas enganchou-se e não acertou com os nomes dos personagens. Recomeçou e tornou a enganchar-se.

(p. 66)

“Madalena”, ao contrário, é figurativizada com gestos comedidos e suaves, desacelerados, que depõem a favor de uma personalidade consequente. E também denota seu engajamento com o dever e o saber ao longo da narrativa. O trecho em que conta a “Paulo Honório” sua história de infância, em que fora criada por “d. Glória”, é muito ilustrativo de suas modalidades principais :

Morávamos em casa de jogador de espada, disse Madalena. Havia duas cadeiras. Se chegava visita, d. Glória sentava-se num caixão de querosene. A saleta era o meu gabinete de estudo. A mesa tinha uma perna quebrada e encostava-se à parede. Trabalhei ali muitos anos. À noite baixava a luz do candeeiro, por economia. D. Glória ia para a cozinha resmungar, chorar, lastimar-se. O hábito que ela tem de cochichar e caminhar nas pontas dos pés vem desse tempo. Dormíamos as duas numa cama estreita. Se eu adoecia, d. Glória passava a noite sentada ; quando não aguentava do sono, deitava-se no chão.

Madalena calou-se. Impressionado com aquela pobreza, exclamei :
— Diabo ! vocês comeram uma cachorra insossa.

— Quem não adoecia era d. Glória, continuou Madalena. eu saía para a escola e ela punha o xale, ia cavar a vida. Tinha muitas profissões. Conhecia padres — e fazia flores, punha em ordem alfabética os assentamentos de batizados, enfeitava altares. Conhecia desembargadores — e copiava os acórdãos do tribunal. À noite vendia bilhetes no Floriano. E como o padeiro nosso vizinho era analfabeto, escriturava as contas dele num caderno de balcão. Está claro que, dedicando-se a tantas ocupações miúdas, era mal paga.

[...]

— E nos exames ainda tinha tempo de cabalar os examinadores, Deus e o mundo para eu não ser reprovada. (pp. 115-6)

Madalena descreve uma vida regida pelo dever. O querer é abnegado em nome das necessidades da vida familiar pobre. Por sua vez, a concentração em

sua formação escolar na escola normal denota que sua principal modalidade de atualização é o saber. O narrador reconhece essa modalidade de “Madalena” em diversos momentos, dentre eles, logo no início do romance, momento em que sequer foi dado a conhecer ao narratário quem seria ela ou a importância central que viria a ter na história :

Casimiro Lopes acocora-se num canto. Volto a sentar-me, releio estes períodos chinfrins.

Ora, vejam. Se eu possuísse a metade da instrução de Madalena, encoivarava isto brincando. Reconheço finalmente que aquela papelada tinha préstimo. (p. 10)

Voltando à visita de “Paulo Honório” à casa do “dr. Magalhães”, nosso herói sente-se atraído por “Madalena”, sobretudo por uma questão transubjetiva, já que ela é um tipo de sujeito oposto, de maneira que “d. Marcela” pareceria muito mais indicada para os interesses que ele havia manifestado. Mas, como havíamos mencionado, o proprietário de “S. Bernardo” tem sua transubjetividade mal estruturada, de sorte que ela não coincide com seus objetivos interpessoais e intrapsíquicos. O descolamento entre seus objetivos transubjetivos e demais objetivos intersubjetivos começa a causar momentos de titubeio e estranhamento no protagonista, antes marcado pela certeza e destreza das ações. O próprio “Paulo Honório” estranha sua inclinação por um objeto-valor cujo valor não reconhece, parecendo-lhe inútil. É o que se passa quando compara a inutilidade de “Madalena” à do fumo :

Como o silêncio se prolongasse, repliquei ao Nogueira, quase me dirigindo à lourinha :

— Existem coisas inúteis que nós conservamos. Eu conservo este cachimbo, que é inútil e até me faz mal.

Enchi o cachimbo :

— Que, para ser franco, nem sei se ele é inútil. Talvez não seja. (p. 68)

Na comparação, o proprietário de “S. Bernardo” tem de “dar o braço a torcer”, admitindo não saber se os objetos a que é afeito e não têm utilidade prática são efetivamente inúteis ou não. Chega a colocar em dúvida a necessidade do uso

prático na constituição da pregnância de objetos, mas não dá o passo seguinte, isto é, não chega a afirmar que não haja essa exigência pragmática. De acordo com o que mencionamos anteriormente, é comum nos sujeitos do tipo extremo não conseguir negar a destinação a que estão vinculados, pois isso exigiria uma transformação muito maior do que a dos os sujeitos moderados, colocando sua identidade em sério risco. A mudança é sempre um passo em direção à alteridade, da qual os sujeitos extremos estão muito distantes...

Seja como for, a aparição de “Madalena” em seu horizonte levará “Paulo Honório” a ter de lidar com a dúvida. A alteridade colocou-se em seu caminho e ele precisa se haver com ela. Diferentemente das outras relações intersubjetivas que estabelece, vincula-se a “Madalena” por um laço transubjetivo. Com isso, trata-se de uma alteridade que não pode ser transformada em antissujeito e aniquilada pela força como é seu procedimento padrão. De “Madalena”, “Paulo Honório” deseja receber a já mencionada “consideração”.

Como nosso herói não se ocupa de amores, segundo o narrador, falta-lhe a habilidade necessária para empreender esse novo PN. Recusando a alteridade para afirmar a identidade, como é de seu feitio, é desajeitado nas aproximações que experimenta. Após a visita à casa do “dr. Magalhães”, em viagem de trem que o levará à surra de “Costa Brito” mencionada acima, “Paulo Honório” reencontra “d. Glória” com quem entabula conversa tendo em vista aproximar-se da sobrinha. Como de costume, desdenha da senhora desde o princípio :

Notei que ela estava com um pacote a furar-se nos joelhos agudos e pedi-o, coloquei-o junto à minha bagagem. Era uma velha aca-nhada : sorriso insignificante e modos de pobre. O trem pôs-se em movimento. E encetamos um diálogo que se foi animando até nos tornarmos amigos. (p. 74)

“Amigos” na concepção do narrador, entenda-se bem. Nas páginas seguintes, destratará “d. Glória” diversas vezes, jogando sobre ela a culpa das opiniões contrárias às suas que são expressas pela sobrinha, a quem lhe é mais difícil agredir. Mas, nos primeiros contatos, esforça-se por merecer “consideração”, ainda que desairoso. Prosseguindo a conversa, encontra logo um meio de desdenhar da modalidade do saber, regente dos PNs de “d. Glória” e “Madalena” :

— Pois uma menina como aquela encafuar-se num buraco, seu...

— Paulo Honório, d. Glória. Faz pena. Isso de ensinar bê-a-bá é tolice. Perdoe a indiscrição, quanto ganha sua sobrinha ensinando bê-a-bá ?

D. Glória baixou a voz para confessar que as professoras de primeira entrância tinham apenas cento e oitenta mil-réis.

— Quanto ?

— Cento e oitenta mil-réis.

— Cento e oitenta mil-réis ? Está aí ! É uma desgraça, minha senhora. Como diabo se sustenta um cristão com cento e oitenta mil-réis por mês ? Quer que lhe diga ? Faz até raiva ver uma pessoa de certa ordem sujeitar-se a semelhante miséria. Tenho empregados que nunca estudaram e são mais bem pagos. Porque não aconselha sua sobrinha a deixar essa profissão, d. Glória ?

D. Glória referiu-se à dificuldade de arranjar empregos e ao montepio.

— Que montepio ! Isso vale nada ! E empregos... Vou indicar um meio de sua sobrinha e a senhora ganharem dinheiro a rodo. Criem galinhas. (p. 76)

Chegando à estação, onde “Madalena” aguardava a tia, “Paulo Honório” continua a dar mostras de sua inaptidão para estabelecer relações cujo fundo não é a aquisição e preservação de bens :

Na estação, d. Glória apresentou-me a sobrinha, que tinha ido recebê-la. Atrapalhei-me e, para desocupar a mão, deixei cair um dos pacotes que ia entregar ao ganhador. (p. 81)

Na análise de “Se eu soubesse”, já aludimos a uma certa particularidade dos PNs cujos objetos de valor são sincréticos com sujeitos. Muitas vezes, esses PNs recebem o investimento de relacionamentos amorosos, como era o caso da canção analisada. Nesses casos, para entrar em conjunção com o objeto, é necessário que o sujeito que vivencia a falta torne-se, ele mesmo, um destinador cujo PN destinado é a obtenção de si mesmo como objeto-valor. Nesses casos, a expectativa é a de que o sujeito em falta promova a abertura de sua configuração para se adequar a seu objeto e o atrair para si. As relações interpessoais não traumáticas em geral são baseadas nesse tipo de estratégia.

Todavia, “Paulo Honório” não corresponde às expectativas. Longe de se acomodar à configuração de “Madalena”, o fazendeiro não perde a oportunidade de sublinhar as diferenças. Logo nessa primeira conversa com a sobrinha de “d. Glória”, nega até mesmo seu interesse pelos valores de base, aqueles puramente estéticos :

Dirigi-me ao hotel. E como a casa delas era no meu caminho, saímos juntos.

— D. Marcela disse-me que o senhor tem uma propriedade bonita, começou Madalena.

— Bonita ? Ainda não reparei. Talvez seja bonita. O que sei é que é uma propriedade regular. (p. 81)

Após negar o valor da “beleza”, demonstra sua inaptidão no terreno das relações intersubjetivas não traumáticas, aquelas que não são regidas pela disputa polêmica, mas sim pelo acordo intersubjetivo :

E embuchei, afobado. Até então os meus sentimentos tinham sido simples, rudimentares, não havia razão para ocultá-los a criaturas como a Germana e a Rosa. A essas azunia-se a cantada sem rodeios, e elas não se admiravam, mas uma senhora que vem da escola normal é diferente. Emburrei, pois, e contei os embrulhos que o ganhador equilibrava na cabeça. Fiz um esforço para endereçar amabilidades a d. Glória. (p. 81)

O “esforço” que tem de fazer para ser — ou melhor, parecer — amável denota sua inabilidade para com as relações interpessoais não polêmicas. Ainda que “Paulo Honório” seja um grande destinador, por dispor da alteridade em diversas ocasiões em nome de seus próprios valores, ele sempre o pratica à revelia do querer de seus destinatários. Com efeito, aqueles que assumem os PNs impostos pelo fazendeiro, tornando-se sujeitos, têm em troca apenas a manutenção parcial de sua integridade. Mesmo quando a sanção de suas *performances* é positiva, não recebem nada que aumente sua identidade ; apenas asseguram sua manutenção parcial. É o caso da ameaça que faz ao “dr. Sampaio” na negociação da boiada : ou bem lhe subtrai uma parte dos objetos, ou bem subtrai-lhe a identidade como um todo, ou seja, sua vida. Também é o caso da

relação com seus trabalhadores mal pagos e maltratados. Perdem parcialmente sua identidade — a dignidade, a saúde... — em nome da subsistência.

Sem condições de “endereço amabilidades” convenientemente, “Paulo Honório” arranja um pretexto para se aproximar de “Madalena”. Por meio de Gondim, oferece a ela o emprego de professora na escola rural de “S. Bernardo”.

Depois do convite, tornei-me quase íntimo das duas mulheres. Madalena não se decidiu logo. E eu, a pretexto de saber a resposta, comecei a frequentar a casinha da Canafístula. Um dia dei uns toques a d. Glória :

— Por que é que sua sobrinha não procura marido ?

Melindrou-se :

— Minha sobrinha não é feijão bichado para se andar oferecendo.

— Nem eu digo isso, minha senhora. Deus me livre. É um conselho de amigo. Garantir o futuro... (pp. 86-7)

Enquanto sujeito introvertido, “Madalena” é regida pela espera (“Madalena não se decidiu logo”), mas “Paulo Honório”, ao contrário, deseja acelerar os acontecimentos e resolve sondar a respeito do casamento. Sempre afastado do valor do valor, vale dizer, do valor puramente fórico, argumenta em favor do casamento como meio de “Garantir o futuro”. Mais adiante, explicita seu desdém no que tange à propensão fórica. Para ele, não é a atração do casal que determina um bom casamento :

— Está visto que o casamento para as mulheres é uma situação...

— Razoável, d. Glória. E até é bom para a saúde.

— Mas há tantos casamentos desastrosos... Demais, isso não é coisa que se imponha.

— Não, infelizmente. É preciso propor. Tudo mal organizado, d. Glória. Há lá ninguém que saiba com quem deve casar ?

— Quanto a mim, acho que em questões de sentimento é indispensável haver reciprocidade.

— Qual reciprocidade ! Pieguice. Se o casal for bom, os filhos saem bons ; se for ruim, os filhos não prestam. A vontade dos pais não tira nem põe. Conheço meu manual de zootecnia. (p. 87)

Nosso herói convenientemente esquece que o fator determinante de sua escolha por “Madalena” foi justamente sua atração por ela. Do ponto de vista puramente reprodutivo, ele tinha imaginado uma mulher oposta à professora. Satisfeito seu próprio querer, não o interessa se a alteridade também estará satisfeita. Se pudesse agir pela força como é de seu feitio, faria também nesse caso (“Não, infelizmente. É preciso propor”).

“Paulo Honório” ainda prossegue um tanto com seu jogo, mas, sujeito acelerado, não consegue sustentar as segundas intenções por muito tempo. Quando retorna à casa, declara-as, desfazendo dos modos de boa educação de “Madalena” :

— Como vai a lavoura ?

— Vai regularmente. Creio que vai regularmente : ainda não posso prever o resultado da safra. E a sua escola ? Os meninos, a d. Glória, sem novidade ? Estimo. O que é certo é que a senhora não se importa com lavoura, e eu vinha tratar de outro assunto.

— O convite que me fez pelo Gondim ?

Vacilei :

— Mais ou menos.

— Já lhe devia ter respondido que não aceito.

— Que diabo ! Mas o aumento do ordenado, filha de Deus ?

— Não convém. Estou em seis anos de magistério, não deixo o certo pelo duvidoso. Essas escolas particulares hoje se abrem, amanhã se fecham...

Fiz-lhe um cumprimento :

— Felicito-a pela sua prudência. Efetivamente a senhora se arriscava a ficar sem mel nem cabaço.

— Se o senhor reconhece...

— Reconheço. E venho trazer-lhe outra proposta. Para ser franco, essa história de escola foi tapeação.

Madalena esperava, com uma rugazinha entre as sobrancelhas.

— O que vou dizer é difícil. Deve compreender... Enfim, para não estarmos com prólogos, arreio a trouxa e falo com o coração na mão.

Tossi encalistrado :

— Está aí. Resolvi escolher uma companheira. E como a senhora me quadra... Sim, como me engracei da senhora quando a vi pela primeira vez...

Engasgue-me. Séria, pálida, Madalena permaneceu calada, mas não parecia surpreendida. (pp. 88-9)

Sendo um sujeito da espera, “Madalena” parecia já ter percebido as intenções de “Paulo Honório”, de modo que não se surpreende diante do pedido. Descartando a surpresa como elemento de parada de “Madalena” (“Madalena permaneceu calada”), “Paulo Honório” atribui a reação da professora à ideia que o persegue desde a infância, a de não merecer “consideração” de alguém que não consegue dominar pela força :

— Já se vê que não sou o homem ideal que a senhora tem na cabeça.

Afastou a frase com a mão fina, de dedos compridos :

— Nada disso. O que há é que não nos conhecemos.

— Ora essa ! Não lhe tenho contado pedaços da minha vida ? O que não contei vale pouco. A senhora, pelo que mostra e pelas informações que peguei, é sisuda, econômica, sabe onde tem as vendas e pode dar uma boa mãe de família.

Madalena foi à janela e esteve algum tempo debruçada, olhando a rua. Quando se voltou, eu passeava pela sala, enchendo o cachimbo.

— Deve haver muitas diferenças entre nós.

— Diferenças ? E então ? Se não houvesse diferenças seríamos uma pessoa só. Deve haver muitas. Com licença, vou acender o cachimbo. A senhora aprendeu várias embrulhadas na escola, eu aprendi outras quebrando a cabeça por este mundo. Tenho quarenta e cinco anos. A senhora tem uns vinte.

— Não, vinte e sete.

— Vinte e sete ? Ninguém lhe dá mais de vinte. Pois está aí. Já nos aproximamos. Com um bocado de boa vontade, em uma semana estamos na igreja. (p. 89)

O querer de “Paulo Honório” passa por cima da prudência de “Madalena”. Como não está acostumado a receber afeto gratuito, desdenha da importância de levar em consideração a identificação, isto é, a mesma propensão fórica, na escolha de uma parceira amorosa, ainda que ele mesmo tenha sido movido por essa “inutilidade”, conforme mostra o retorno não casual da figura do “cachimbo”. Cegado por seu querer e acostumado a agir pela mentira em suas relações interpessoais, exalta em “Madalena” valores que ele mesmo não valoriza em sua manipulação, como é o caso do saber :

— O seu oferecimento é vantajoso para mim, seu Paulo Honório, murmurou Madalena. Muito vantajoso. De qualquer maneira, estou agradecida ao senhor, ouviu ? A verdade é que sou pobre como Job, entende ?

— Não fale assim, menina. E a instrução, a sua pessoa, isso não vale nada ? Quer que lhe diga ? Se chegarmos a um acordo, quem faz um negócio supimpa sou eu. (p. 90)

Em um excerto como este, e em muitos outros que envolvem “Madalena”, nosso herói é acometido por essas contradições. Adiante, estudaremos essa questão com mais vagar.

Na semana seguinte, não havendo uma resposta espontânea de “Madalena”, “Paulo Honório” retoma o assunto, sem poder esperar. Mesmo já consentindo, “Madalena” deseja dar tempo ao tempo, mas “Paulo Honório” insiste em acelerar os eventos :

— Não torno a pôr os pés aqui. Primeiro porque não quero prejudicá-la, segundo porque é ridículo. Naturalmente a senhora já refletiu.

Madalena soltou o bordado.

— Parece que nos entendemos. Sempre desejei viver no campo, acordar cedo, cuidar de um jardim. Há lá um jardim, não ? Mas por que não espera mais um pouco ? Para ser franca, não sinto amor.

— Ora essa ! Se a senhora dissesse que sentia isso, eu não acreditava. E não gosto de gente que se apaixona e toma resoluções às cegas. Especialmente uma resolução como esta. Vamos marcar o dia.

— Não há pressa. Talvez daqui a um ano... Eu preciso preparar-me.

— Um ano ? Negócio com prazo de ano não presta. Que é que falta ? Um vestido branco faz-se em vinte e quatro horas. (p. 93)

O proprietário de “S. Bernardo” parece desdenhar da “consideração” que sabemos ser por ele desejada, mostrando-se pouco afeito à esfera passional. Parece não se dar conta do motor de seu próprio querer. “D. Glória”, também um sujeito introvertido, tampouco parece aprovar esse casamento acelerado, irrefletido :

Procurei maneira de formular o pedido, mas perturbei-me e não atinei com o que deveria dizer :

— D. Glória, comunico-lhe que eu e sua sobrinha dentro de uma semana estaremos embirados. Para usar linguagem mais correta, vamos casar. A senhora, está claro, acompanha a gente. Onde comem dois comem três. E a casa é grande, tem uma porção de caritós.

D. Glória começou a chorar.

(p. 94)

O que seria um “pedido” de casamento logo se torna um “comunicado”. A determinação do querer de nosso herói é imposta sobre todas as possíveis forças antagonistas. Mais fracos, aos sujeitos de PNs contrários, cabe apenas a lamentação (“começou a chorar”). Se não há força suficiente nos sujeitos que se opõem ao querer de “Paulo Honório”, há, por outro lado, acontecimentos derivados da falta de planejamento e de experiência nos projetos de um sujeito tão acelerado. Todo o tempo suprimido na realização desenfreada de seus desejos será cobrado adiante. O excesso de continuação exige ser refreado por uma parada.

A lamentação de “d. Glória” é seguida pelo décimo sétimo capítulo, em que o casamento é efetivado. Após a cerimônia, há uma breve descrição dos primeiros dias de “Madalena” em “S. Bernardo”. As divergências fóricas entre ela e seu novo cônjuge, que foram por ele desdenhadas em nome da aceleração da realização de seu querer, começam já a aparecer quando “Madalena” percebe a situação de miséria de um trabalhador idoso e doente da fazenda, “mestre Caetano”, e por ele intercede. Nesse primeiro evento, “Paulo Honório” discorda, mas cede :

— Ele já trabalhou demais. E está tão velho !

— Muito, perdeu a força. Põe a alavanca numa pedra pequena e chama os cavouqueiros para deslocá-la. Não vale os seis mil-réis

que recebia. Mas não há dúvida : mande o que for necessário. Mande meia cuia de farinha, mande uns litros de feijão. É dinheiro perdido. (p. 96)

Já se vê a diferença entre as perspectivas. Para “Madalena”, a idade avançada de “mestre Caetano” representa o final de uma curva ascendente, em que ele teria alcançado o máximo de sua *performance* e, agora, seria merecedor de sanções positivas. Para “Paulo Honório”, trata-se do final de uma curva descendente de uma *performance* que não merece mais ser compensada. Uma vez que falta o estabelecimento de uma relação transubjetiva que euforize “mestre Caetano” por si mesmo, seu valor é vinculado estritamente a seu fazer.

No capítulo seguinte, há um segundo desentendimento mas, dessa vez, “Paulo Honório” mantém sua posição. “Madalena” declara que os vencimentos de outro funcionário, o guarda-livros “seu Ribeiro”, seriam insuficientes. A tia respalda a opinião da sobrinha. “Paulo Honório”, que mantém uma relação transubjetiva com “Madalena” apesar de tudo, aproveita a deixa para se voltar contra “d. Glória” : “Ora gaitas ! berrei. Até a senhora ? Meta-se com os romances” (p. 100). Após a discussão que finda com nosso herói abandonando a mesa antes do término da refeição, inicia-se um capítulo digressivo, no presente da enunciação.

Conheci que Madalena era boa em demasia, mas não conheci tudo de uma vez. Ela se revelou pouco a pouco, e nunca se revelou inteiramente. A culpa foi minha, ou antes, a culpa foi desta vida agreste.

E, falando assim, compreendo que perco o tempo. Com efeito, se me escapa o retrato moral de minha mulher, para que serve esta narrativa ? Para nada, mas sou forçado a escrever. (p. 101)

Esses primeiros parágrafos do capítulo explicitam a conexão entre a necessidade de escrever a narrativa e a premência de entender as vivências que teve com “Madalena” e que não pôde compreender a contento, dada a falta de temporalidade promovida pela aceleração. Ainda que declare não ser capaz de reproduzir o “retrato moral” de sua esposa, o narrador parece mais consciente de sua crise fórica do que o ator “Paulo Honório”. Ao afirmar que “Madalena era boa em demasia”, o excesso vinculado à bondade de sua esposa já é um

sinal do caráter disfórico que lhe atribui. No fundo, a caridade de “Madalena” vai de encontro com o PN de acumulação e preservação de bens de nosso herói. Somando-se essa faceta de antissujeito com a euforia transubjetiva que “Paulo Honório” atribui a sua esposa, “Madalena” torna-se uma figura ambígua, difícil de resolver, sobretudo para um sujeito que não é dado à reflexão.

Esse capítulo enunciativo interpolado na narrativa demonstra como a temporalidade reduzida das ações de outrora exige ser revivida no agora, ao ponto de o narrador ter dificuldades em separar quais pensamento e sensações pertencem a cada temporalidade :

O tique-taque do relógio diminui, os grilos começam a cantar. E Madalena surge no lado de lá da mesa. Digo baixinho :

— Madalena !

A voz dela me chega aos ouvidos. Não, não é aos ouvidos. Também já não a vejo com os olhos.

Estou encostado à mesa, as mãos cruzadas. Os objetos fundiram-se, e não enxergo sequer a toalha branca. (p. 102)

As desavenças entre “Paulo Honório” e “Madalena”, a oposição entre seus pontos de vista, continuam a ser debatidos no presente, mesmo após o desaparecimento da parte interessada :

A voz de Madalena continua a acariciar-me. Que diz ela ? Pede-me naturalmente que mande algum dinheiro a mestre Caetano. Isto me irrita, mas a irritação é diferente das outras, é uma irritação antiga, que me deixa inteiramente calmo. Loucura estar uma pessoa ao mesmo tempo zangada e tranquila. Mas estou assim. Irritado contra quem ? Contra mestre Caetano. Não obstante ele ter morrido, acho bom que vá trabalhar. Mandrião ! (p. 102)

A maior capacidade de discernimento do narrador por relação à do ator “Paulo Honório” faz com que sua narrativa pareça disparatada (“Loucura estar uma pessoa ao mesmo tempo zangada e tranquila”). Sucede que a tranquilidade advém da desaceleração dos fatos, agora revisitados durante o ato de narrar. Mas, antes de aprofundar a perspectiva do narrador, vejamos como se dá o desfecho da relação entre “Madalena” e “Paulo Honório”.

Findo o capítulo digressivo, no vigésimo capítulo, o caráter bondoso de “Madalena” é reforçado. O narrador chega a admitir ter sido sensibilizado por sua ternura, mas não admite que essas mudanças percebidas em si sejam permanentes : “É certo que tenho experimentado mudanças nestes últimos dois anos. Mas isto passa” (p. 104). A seguir, conjectura que se foi merecedor de “considerações” de “Madalena”, foi apenas porque havia restos da bondade dirigida às demais pessoas :

As amabilidades de Madalena surpreenderam-me. Esmola grande. Percebi depois que eram apenas vestígios da bondade que havia nela para todos os viventes. Paciência. Eu não devia esperar nem esses sobejos — e o que viesse era lucro. Vivemos algum tempo muito bem. (p. 105)

Como mencionamos, “Paulo Honório”, em sua história de vida, não se habituou a receber afeto gratuito. Enquanto seu fechamento transubjetivo deliberado o protege de novas decepções, também impede sua mudança (“Mas isto passa”).

A seguir, a diferença fórica fundamental entre ambos vai gerar diversas situações de atrito a cada vez que “Madalena” intercede em nome das condições precárias dos funcionários da fazenda. Como tem consciência de que “Madalena” era bondosa, mas ao mesmo tempo funciona como antissujeito, “Paulo Honório” teria de admitir ser ele mesmo um homem maldoso para resolver sua crise fórica. Sendo uma tarefa difícil, encontra um outro meio de figurativizar sua relação polêmica. Sendo sua esposa bondosa com todos e sentindo sua própria insuficiência como merecedor dessa “consideração”, transforma a inclinação dela por outros em uma inclinação amorosa e começa a sentir ciúmes.

A primeira aparição sutil desse sentimento por “Madalena” ocorre após a já mencionada surra que dá em “Marciano” por ele não ter alimentado os animais. “Madalena” toma partido do empregado, julgando a *performance* de “Paulo Honório” como uma “crueldade”, ao que ele redargui :

— Fiz aquilo porque achei que devia fazer aquilo. E não estou habituado a justificar-me, está ouvindo ? Era o que faltava. Grande acontecimento, três ou quatro muxicões num cabra. Que diabo tem você com Marciano para estar tão parida por ele ? (p. 110)

Mas, a essa altura, “Paulo Honório” não se dá conta de seu novo sentimento. A intensidade do antagonismo com “Madalena” vai aumentando antes de ganhar forma. Após outras numerosas desavenças, no vigésimo quarto capítulo, ele encontra “Padilha” apanhando flores por ordem de “Madalena” e questiona a respeito das diversas conversas que ambos têm tido : “— Você é jardineiro ? A d. Madalena não dá ordens. Você me anda gastando o tempo com falatórios” (p. 124). Depois dessa conversação, os ciúmes vão ganhando vulto. Pouco afeito à reflexão, “Paulo Honório” demora a captar seus sentimentos :

Mais tarde, no escritório, uma ideia indeterminada saltou-me na cabeça, esteve por lá um instante quebrando louça e deu o fora. Quando tentei agarrá-la, ia longe. Interrompi a leitura da carta que tinha diante de mim e, sem saber por quê, olhei Madalena desconfiado. Estava de pé, encostada à carteira, mexia distraída as folhas do razão e contemplava pela janela os paus-d’arco distantes.
(p. 125)

No final do dia, durante um jantar de comemoração de dois anos de casamento, o fazendeiro recebe a visita de “João Nogueira”, “Padre Silvestre” e “Azevedo Gondim”. Durante as conversas, surge o assunto da revolução, que é defendida por “Madalena” e apoiada por “Padilha”. Ao que “Paulo Honório” conclui :

Madalena procurava [convencer ao seu Ribeiro], mas não percebi o que dizia. De repente invadiu-me uma espécie de desconfiança. Já havia experimentado um sentimento assim desagradável. Quando ?

[...]

Quando ? Num momento esclareceu-se tudo : tinha sido naquele mesmo dia, no escritório, enquanto Madalena me entregava as cartas para assinar.

Sim senhor ! Conluiu com o Padilha e tentando afastar os empregados sérios do bom caminho. Sim senhor, comunista ! Eu construindo e ela desmanchando.
(p. 130)

Depois do jantar, aturdido com pensamentos indefiníveis e sem poder reagir convenientemente às conversas, os ciúmes instauram-se definitivamente :

— Sem dúvida, respondi a uma lengalenga que padre Silvestre me infligia.

Seu Ribeiro e Azevedo Gondim amolavam-se, com pachorra. D. Glória cochilava. Padilha fumava a um canto.

— Provavelmente.

Creio que disse disparate, porque padre Silvestre divergiu e sapecou-me uma demonstração incompreensível.

Procurei Madalena e avistei-a derretendo-se e sorrindo para o Nogueira, num vão da janela.

Confio em mim. Mas exagerei os olhos bonitos do Nogueira, a roupa bem feita, a voz insinuante. Pensei nos meus oitenta e nove quilos, neste rosto vermelho de sobrancelhas espessas. Cruzei descontente as mãos enormes, cabeludas, endurecidas em muitos anos de lavoura. Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena — e comecei a sentir ciúmes. (pp. 131-2)

Esse momento da narrativa é exemplar da confusão que “Paulo Honório” faz entre os campos subjetivo e objetivo. Sua interpretação do conflito polêmico com “Madalena” como sendo derivado de infidelidade mostra-se disparatado. Vinha imaginando uma razão que justificasse o antagonismo de “Madalena” e considerou que ela era comunista, portanto, que seria mais afeita a homens como “Padilha” ou os demais trabalhadores da fazenda. No entanto, o momento em que se dá conta de seus ciúmes, desconfia que sua esposa tenha um envolvimento com “Nogueira”, cuja inclinação política está mais afinada com a de nosso herói. Essa confusão leva o narrador a conceder que teria embaralhado seus pensamentos (“Misturei tudo ao materialismo e ao comunismo de Madalena — e comecei a sentir ciúmes”).

Sem saber por que razão teria vindo ao mundo sem merecer “consideração”, já que foi abandonado por pai e mãe, “Paulo Honório” busca defeitos em si, achando-se feio — pesado, peludo, curtido pelo sol e pelo trabalho no eito — e acaba transferindo seu próprio parecer a “Madalena” que, certamente, percebia mais qualidade em outros homens. Estes sim seriam dignos de “consideração”. Como não está acostumado à reflexão, as contradições que aparecem em seus pensamentos passam despercebidas, de sorte que, no átimo dos eventos acelerados, os fatos são interpretados como um reforço aos receios já estabelecidos

em sua mente (“— Está aqui para a questão social. O que há é sem-vergonheza” (p. 135)).

O tempo avança e os eventos continuam a atormentar a “Paulo Honório”. Pequenos episódios são interpretados à luz de suas ideias preconcebidas. As certezas que tem oscilam diante dos fatos contraditórios e o resultado é que nosso herói sente-se completamente perdido :

Fui indo de mal a pior. Tive a impressão de que me achava doente, muito doente. Fastio, inquietação constante e raiva. Madalena, Padilha, d. Glória, que trempe ! O meu desejo era pegar Madalena e dar-lhe pancada até no céu da boca. [...]]

Os fatos mais insignificantes avultaram em demasia. Um gesto, uma palavra à-toa logo me despertava suspeitas. (p. 137)

São descritas diversas situações em que “Paulo Honório” confirma suas suspeitas para, logo em seguida, vacilar e acalmar os ânimos. Primeiro, enxerga uma “evidência” no campo objetivo para, a seguir, reavivar os receios internos, subjetivos, que ali já estavam :

Um dia, de passagem pela fazenda, o dr. Magalhães almoçou comigo. Espreitando-o, notei que as amabilidades dele para Madalena foram excessivas. Efetivamente nas palavras que disseram não encontrei mau sentido ; a intenção estava era nos modos, nos olhares, nos sorrisos. Houve, segundo me pareceu, cochichos, e movimentos equívocos.

À noite não consegui dormir. Passei horas sentado, odiando Madalena, que se enroscava num canto da cama, as pernas encolhidas apertando o estômago.

Com o dr. Magalhães, homem idoso ! Considerei que também eu era um homem idoso, esfreguei a barba, triste. A culpa era minha : não me tratava. Ocupado com o diabo da lavoura, ficava três, quatro dias sem raspar a cara. E quando voltava do serviço, trazia lama até nos olhos : deem por visto um porco. Metia-me em água quente, mas não havia esfregação que tirasse aquilo tudo.

Que mãos enormes ! As palmas eram enormes, gretadas, calosas, duras como casco de cavalo. E os dedos eram também enormes, curtos e grosso. Acariciar uma fêmea com semelhantes mãos !

(pp. 137–8)

Após esses pensamentos, o fazendeiro encontra “Madalena” no escritório e exige que lhe mostre uma carta que está escrevendo a Gondim. Ela nega e discutem gravemente, a ponto de ela aludir ao caso de “Mendonça”, chamando a seu cônjuge de “assassino”. Após a nova discussão, “Paulo Honório” torna a reconsiderar :

Quando serenei, pareceu-me que houvera barulho sem motivo. O dr. Magalhães tinha feitio para dirigir amabilidades a qualquer senhora sem que ninguém desconfiasse dele. E o papel endereçado ao Gondim devia ser literatura para composição. Não era senão isso. Coisas tão fúteis — e em consequência um arranca-rabo estúpido, com desaforo grosso, Maria das Dores ouvindo, seu Ribeiro ouvindo. Sebo !

Madalena era honesta, claro. Não mostrara o papel para não dar o braço a torcer, por dignidade, claríssimo. Ciúme idiota. (p. 114)

Com a constância dos embates, não é apenas “Paulo Honório” que começa a se sentir doente. “Madalena” vai definhando diante do quadro que não consegue reverter (“Madalena ressonava. Tão franzina, tão delicada ! Ultimamente ia emagrecendo” (p. 138)). A tensão derivada da dúvida vai crescendo em “Paulo Honório”. No vigésimo oitavo capítulo, o narrador expressa a aflição advinda das incertezas :

Conjecturas. O que eu desejava era ter uma certeza e acabar depressa com aquilo. Sim ou não.

[...]

Viver com uma pessoa na mesma casa, comendo na mesma mesa, dormindo na mesma cama, e perceber ao cabo de anos que ela é uma estranha ! Meu Deus ! Mas se eu ignoro o que há em mim, se esqueci muitos dos meus atos e nem sei o que sentia naqueles meses compridos de tortura !

Já viram como perdemos tempo com padecimentos inúteis ? Não era melhor que fôssemos como os bois ? Bois com inteligência. Haverá estupidez maior que atormentar-se um vivente por gosto ? Será ? Não será ? Para que isso ? Procurar dissabores ! Será ? Não será ?

[...]

Insignificâncias. No meio das canseiras a morte chega, o diabo carrega a gente, os amigos entortam o focinho na hora do enterro, depois esquecem até os pirões que filaram. (pp. 148-9)

“Sim ou não”. O que “Paulo Honório” deseja é resolver sua crise fórica com “Madalena”. Como pode ela ser boa e ser um antissujeito? Habitado a não estabelecer relações afetivas, não sabe lidar com a alteridade em si. Aceita, no outro, apenas aquilo que confirma seus próprios valores, os quais não é capaz de questionar diante de uma avaliação diferente. Para um sujeito de querer intenso, toda divergência por relação a seus desejos é negativa, sentida como uma tentativa de supressão de seu ser.

A tensão da dúvida chega a tal ponto que a “Paulo Honório” seria preferível até mesmo a confirmação de seus receios: “Quando as dúvidas se tornavam insuportáveis, vinha-me a necessidade de afirmar. Madalena tinha manha encoberta, indubitavelmente” (p. 149). Mas a dúvida retorna e a tensão aumenta (“Creio que estava quase maluco” (p. 151)).

A inquietação chega a um estágio limite. Como “Paulo Honório” não consegue proceder a uma parada, “Madalena” o faz. No final de uma tarde, o proprietário de “S. Bernardo” encontra a página de uma carta em frente à janela do escritório e, mesmo confessando não ser capaz de entender ao certo o conteúdo, decide ser “trecho de carta, e de carta a homem” (p. 157). “Paulo Honório” tinha razão, mas não sabia o que o destino lhe reservava. Ao retornar à casa, cego de raiva, encontra “Madalena” saindo da igreja. Conduz sua esposa para dentro: “— Meia-volta, gritei segurando-lhe um braço. Temos negócio” (p. 157).

“Paulo Honório” encontrava-se no auge da tensão durante a conversa com “Madalena”, crente que estava de ter encontrado a prova do adultério. A esposa, por sua vez, tendia ao relaxamento, já que havia traçado um plano para a parada daquela continuação insustentável:

O que me espantava era a tranquilidade que havia no rosto dela. Eu tinha chegado fervendo, projetando matá-la. Podia viver com a autora de semelhante maroteira?

À medida, porém, que as horas se passavam, senti-me cair num estado de perplexidade e covardia.

As imagens de gesso não se importavam com a minha aflição. E Madalena tinha quase a impassibilidade delas. Por que estaria assim tão calma ? (p. 159)

Após ler a página da carta, estopim da última explosão de “Paulo Honório”, “Madalena” devolve a folha e explica que o restante está no escritório, que ele verá quem é o destinatário e que “Não é caso para barulho” (p. 160). Ele se acalma e, arrependido, embora orgulhoso demais para reconhecer, vislumbra um projeto de parada daquela continuação. Sugere viajar, mudar de ares (Cf. Figura IV.20). A essa altura, na mesma situação do narratário, ele desconhece a parada já programada por “Madalena”.

Figura IV.20 : Projeto de *parada da continuação* de “Paulo Honório”.

Uma vez seu esposo mais calmo, “Madalena” pede, caso ela morra, que ele olhe pelos outros, que reconsidere seu modo de agir para com todos. O relógio soa, anunciando ser meia-noite :

— Meu Deus ! Já tão tarde ! Aqui, tagarelando...

Voltou-se da porta :

— Esqueça as raivas, Paulo.

Por que não acompanhei a pobrezinha ? Nem sei. Porque guardava um resto de dignidade besta. Porque ela não me convidou. Porque me invadiu uma grande preguiça. (p. 163)

Por uma razão ou por outra, “Paulo Honório” permanece na sacristia e acaba adormecendo. Em seus sonhos, figurativiza o estado limite a que a situação dos ciúmes chegou : “Pouco a pouco fui amadornando, até cair num sono embrulhado e penoso. Creio que sonhei com rios cheios e atoleiros” (p. 163).

Chegando à casa na manhã seguinte, escuta gritos vindos do interior. Ao entrar, depara-se com os familiares e amigos assombrados diante do corpo de “Madalena”, que se suicidara, realizando seu próprio projeto de parada da continuação que é mais propriamente remissivo pois, diferentemente do projeto de “Paulo Honório”, não sugere a abertura a um novo PN (Cf. Figura IV.21).

Figura IV.21 : Projeto de *parada da continuação* de “Madalena”.

Após tentar reanimá-la sem sucesso, “Paulo Honório” dirige-se ao escritório e encontra o restante da carta que iniciara o último desentendimento :

Sobre a banca de Madalena estava o envelope de que ela me havia falado. Abri-o. Era uma carta extensa em que se despedia de mim. Li-a, saltando pedaços e naturalmente compreendendo pela metade, porque topava a cada passo aqueles palavrões que a minha ignorância evita. Faltava uma página : exatamente a que eu trazia na carteira, entre faturas de cimento e orações contra maleitas que a Rosa anos atrás me havia oferecido. (pp. 165-6)

A prisão de “Paulo Honório” a seu campo subjetivo desconfiado e polêmico impede que ele vislumbre as exigências de parada antes que os “rios já estejam

cheios”. A carta, que seria a prova do adultério de “Madalena”, torna-se a prova de sua fidelidade e bondade, aumentando o impacto do acontecimento, já que implica o aumento do arrependimento de nosso herói. A fato de a folha faltante da carta ter sido guardada no bolso ao lado de “faturas de cimento”, que representam o PN de acumulação de bens em detrimento da alteridade, e das “orações contra maleitas”, que respondem pela prova do adultério cometido por ele mesmo contra “Marciano”, reforça ainda mais a responsabilidade das ações inconsequentes do fazendeiro.

A confirmação da fidelidade de “Madalena” e o peso do arrependimento de “Paulo Honório” não são explicitados diretamente, mas aparecem de modo escamoteado, logo após o enterro :

Vesti-me de preto ; encomendei uma lápida ; o dr. Magalhães, padre Silvestre, João Nogueira, Azevedo Gondim, os proprietários vizinhos vieram trazer-me os pêsames. Deixei a cama de casal e mudei-me para um quarto pequeno que tinha, à beira do telhado, um ninho de carriças. Pela manhã, as carriças pipilavam desesperadamente. (p. 166)

O emprego das figuras do “quarto pequeno” — que não era utilizado pelo fazendeiro antes do casamento — e do avizinhamento das carriças — aves que são caracterizadas pela monogamia — responde pelo entendimento tardio da fidelidade de “Madalena” e pela propensão à fidelidade dele à memória de sua falecida esposa. O desespero das “carriças” a cada manhã sublinha a incongruência entre a abertura para um novo dia e o fechamento do estado de espírito do viúvo.

Após a tragédia, “Paulo Honório” ainda tenta se haver com seu PN anterior, aquele da acumulação e preservação de bens. Com essa estratégia, tenta promover uma solução de continuação ao acontecimento paralisante :

Como necessitava distração, dediquei-me nervosamente a uma derrubada de madeira na mata. Depois mandei consertar o paredão do açude, que vazava.

Mas o entusiasmo esfriou depressa. Aquilo era meio de vida, não era meio de morte. (p. 166)

Percebe “depressa” que não é tão simples vencer esse momento de retenção posposto à contenção que o suicídio de “Madalena” significou em sua programação. Ironicamente, sua propensão à aceleração impõe acontecimentos mais intensos e, com eles, paradas mais duradouras. Rapidamente, ficará claro a nosso herói que seu programa narrativo anterior simplesmente não pode ser retomado (“E os assuntos mais atraentes me traziam enfado e bocejos” (p. 167)).

Pouco a pouco, os habitantes de “S. Bernardo” vão deixando a fazenda. Primeiro, muda-se “d. Glória”; em seguida, é “seu Ribeiro” quem deixa a fazenda. A revolução leva “Padilha” na sequência (“Padilha e padre Silvestre incorporaram-se às tropas revolucionárias e conseguiram galões” (p. 173)).

A revolução também muda o quadro político e a economia como um todo, alterando o poder econômico dos latifundiários. No PN da acumulação e preservação de bens, as forças antagonistas aumentam à medida que a destinação da extroversão de “Paulo Honório” vai perdendo a razão de ser. As promessas de “consideração” que foram feitas a nosso herói em troca de sua *performance* bem sucedida mostraram-se falaciosas...

Entrei nesse ano com o pé esquerdo. Vários fregueses que sempre tinham procedido bem quebraram de repente. Houve fugas, suicídios, o *Diário Oficial* se emprenhou com falências e concordatas. Tive de aceitar liquidações péssimas.

[...]

Ainda por cima os bancos me fecharam as portas. Não sei por que, mas fecharam. Enfim uma penca de caiporismos.

Em seis meses havia tão grande quebradeira que torrei nos cobres o automóvel para não me protestarem uma letra vagabunda de seis contos. (pp. 178–9)

A presença crescente do antissujeito (“caiporismos”), no fundo, é uma resposta às relações traumáticas que estabelecera nos diversos contatos interpessoais, sempre polêmicos. Somada à perda de sentido do PN de “Paulo Honório”, vai promovendo fechamento após fechamento na espacialidade de seu campo objetivo. Depois do esvaziamento da fazenda, os amigos também deixam de fazer as visitas regulares (“E quando os amigos deixaram de vir discutir política, isto se tornou insuportável” (p. 179)). Nesse momento é que

“Paulo Honório”, em um esforço por promover uma distensão em sua parada prolongada, concebe escrever o romance (Cf. Figura IV.22).

Figura IV.22 : Projeto de *parada da parada* de “Paulo Honório”.

Há ainda uma esfera da vida de nosso herói que não pode deixar de ser contemplada. Paralelamente aos eventos que se deram desde o casamento com “Madalena” e que culminaram em seu suicídio, “Paulo Honório” cumpre seu objetivo de “preparar um herdeiro para as terras de S. Bernardo” (p. 59). Mas a criança, que teria sido o motor da decisão do casamento, é apresentada de maneira mais que precária. No capítulo vinte e dois, durante uma das tantas desavenças com “Madalena”, o anúncio de sua gravidez é dado de modo lateral :

— Por que foi aquela brutalidade ?

Madalena estava prenhe, e eu pegava nela como em louça fina. Ultimamente dizia-me coisas desagradáveis, que eu fingia não compreender. Via a barriga crescer-lhe. Uma compensação. Sentei-me e, para não desgostá-la :

— Foi realmente brutalidade. Brutalidade necessária, mas enfim brutalidade. É uma peste recorrer a isso. (p. 113)

O nascimento do bebê é revelado de modo ainda menos eufórico. No capítulo seguinte, o proprietário de “S. Bernardo” chega em casa transtornado após ter tomado conhecimento da necessidade de consertar o dínamo do descaroçador.

Somando esse contratempo com as desconfianças por relação a “Madalena”, perde o controle. O anúncio do incômodo promovido pelo choro da criança precede a informação de que ela já tinha vindo à luz :

A noite chegava. Um pretume no interior da casa. Lembrei-me do dínamo encrocado. Mais esta. Deixei o alpendre e entrei :

— Maria das Dores, acenda os candeeiros.

O pequeno berrava como bezerro desmamado. Não me contive : voltei e gritei para d. Glória e Madalena :

— Vão ver aquele infeliz. Isso tem jeito ? Aí na prosa, e pode o mundo vir abaixo. A criança esgoelando-se !

Madalena tinha tido menino. (p. 123)

A desconfiança, que embasa todas as relações interpessoais de “Paulo Honório” (“a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda a parte” (p. 187)), também se volta contra seu filho. A descrição da primeira — e única — interação com a criança é temperada por esse sentimento :

Se eu soubesse... Soubesse o quê ! Há lá marido que saiba de nada ?

Era possível que os caboclos do oito estivessem mangando de mim. Até o Marciano e a Rosa comentariam o caso, na cama, de noite.

[...]

Afastava-me, lento, ia ver o pequeno, que engatinhava pelos quartos, às quedas, abandonado. Acocorava-me e examinava-o. Era magro. Tinha os cabelos louros, como os da mãe. Olhos agateados. Os meus são escuros. Nariz chato. De ordinário as crianças têm o nariz chato.

Interrompia o exame, indeciso : não havia sinais meus ; também não havia os de outro homem.

E o pequeno continuava a arrastar-se, caindo, chorando, feio como os pecados. [...] Ninguém se interessava por ele. D. Glória lia. Madalena andava pelos cantos, com as pálpebras vermelhas e suspirando. Eu dizia comigo :

— Se ela não quer bem ao filho ! (pp. 135-6)

O único que se interessa pela criança é “Casimiro Lopes”, capanga de “Paulo Honório”, que o acompanhava desde a negociação da boiada ao início do romance, e que teria dado cabo de “Magalhães”, o proprietário de “Bom-Sucesso” :

E o filho chorava, chorava continuamente. Casimiro Lopes era a única pessoa que lhe tinha amizade. Levava-o para o alpendre e lá se punha a papaguear com ele, dizendo histórias de onças, cantando para o embalar as cantigas do sertão. O menino trepava-lhe às pernas, puxava-lhe a barba, e ele cantava [...]

Boa alma, Casimiro Lopes. Nunca vi ninguém mais simples. Estou convencido de que não guarda lembrança do mal que pratica. Toda a gente o julga uma fera. Não compreende nada, exprime-se mal e é crédulo como um selvagem. (p. 136)

Visto desse ângulo, mesmo o objeto principal de seu PN do casamento teria sido vão (“Nem sequer tenho amizade a meu filho. Que miséria!” (p. 188)). No fundo, “Paulo Honório” consegue “ter amizade”, isto é, estabelecer relações trans-subjetivas, fóricas, com apenas três sujeitos, todos introvertidos, quais sejam : “Madalena”, “Casimiro Lopes” e a ainda pouco mencionada, mas fundamental, “velha Margarida”.

A razão dessa propensão a sujeitos introvertidos pode bem ser a necessidade de equilíbrio de sua organização intrapsíquica extrema, como se o objeto fosse potencializado pela falta. Não são raros os heróis pertencentes a um tipo de configuração intrapsíquica extrema — extrovertida ou introvertida — que exigem um parceiro oposto como complemento necessário para a boa realização em suas aventuras. A afinidade de “Casimiro Lopes” à introversão é mencionada por “Paulo Honório” em diversas passagens :

Afinal, cansado daquela vida de cigano, voltei para a mata. Casimiro Lopes, que não bebia água na ribeira do Navio, acompanhou-me. Gosto dele. É corajoso, laça, rasteja, tem faro de cão e fidelidade de cão. (p. 15)

— O senhor tem razão, seu Padilha. Eu não entendo, sou bruto, mas perco o sono assuntando nisso. A gente se mata por causa dos outros. É ou não é, Casimiro ?

Casimiro Lopes franziu as ventas, declarou que as coisas desde o começo do mundo tinham dono. (p. 60)

Mas, além do dever investido da “fidelidade de cão”, diferentemente de “Madalena”, “Casimiro” aproxima-se de “Paulo Honório” por ser um introvertido moderado, pois possui a modalidade do poder (“É corajoso, laça, rasteja, tem faro de cão”), usada em nome do querer de “Paulo Honório”, e não possui a modalidade do saber :

Casimiro Lopes é coxo, tem um vocabulário mesquinho. Julga o mestre-escola uma criatura superior, porque usa livros, mas para manifestar essa opinião arregala os olhos e dá um pequeno assovio. Gagueja. No sertão passava horas calado, e quando estava satisfeito, aboiava. Ultimamente, ouvindo pessoas da cidade, tinha decorado alguns termos, que empregava fora de propósito e deturpados. Naquele dia, por mais que forcejasse, só conseguia dizer que as onças são bichos brabos e arteiros.

— Pintada. Dentão grande, pezão grande, cada unha ! Medonha !

Padilha exigia que o outro repetisse a descrição e ia intercalando nela, por conta própria, caracteres novos. Casimiro Lopes divergia ; mas, confiado na ciência de Padilha, capitulava — e ao cabo de minutos a onça estava um animal como nunca se viu.

(pp. 56-7)

O proprietário de “S. Bernardo” considera, com alguma razão, que “Casimiro” é uma “Boa alma” e que “não guarda a lembrança do mal que pratica” (p. 136). Por conta da falta de querer próprio que é figurativizada pela animalização do capanga, ainda que ele seja usado em proveito do querer de “Paulo Honório”, nunca desenvolve uma relação de antagonismo para com seu patrão e, fiel, é um dos poucos que permanece a seu lado até o final do romance. Assim, sua introversão — desprovida do saber, que atrapalha — é recebida de bom grado, pois é um sujeito fácil de manipular. Não possuindo uma propensão fórica própria, “Casimiro” é levado no sentido que interessa ao fazendeiro sem criar dificuldades, característica em que difere fundamentalmente de “Madalena”.

3.1 O fogo e um pote

“Margarida” é um caso à parte. Além do papel complementar que desempenha em sua propensão à introversão, o afeto que desperta em “Paulo Honório” é de uma natureza transubjetiva mais pura. Diferentemente de “Casimiro

Lopes”, não possui uma função, tampouco tem a modalidade do poder. Trata-se simplesmente da única criatura que forneceu afeto a “Paulo Honório” em sua infância. Trata-se também de sua única referência moral. Dela advém seu gosto meramente fórico pela bondade que vê em “Madalena” e que não consegue explicar por não possuir um valor utilitário.

Ocorre que as relações que estabeleceu com a “velha Margarida” deram-se na infância, momento em que “Paulo Honório” ainda não tinha se “desnor-teado numa errada” (p. 183), isto é, quando ainda não tinha se tornado um “explorador feroz” (p. 183). Portanto, a foria humanitária de “Margarida” não polemizava com seu PN de então. A proximidade da foria de ambas, “Margarida” e “Madalena”, e a dificuldade de lidar com uma e não com a outra, gera uma correspondência contraditória que o entendimento curto de nosso herói não consegue jamais resolver, mas que é apresentada ao narratário por meio do emprego de figuras locais, contraditórias, empregadas pelo narrador.

De chofre, a associação entre os nomes “Margarida” e “Madalena” já chama a atenção, sem deixar de levar em consideração que a primeira pretendente de “Paulo Honório” tinha sido “d. Marcela”. Mas esta diverge daquelas por ser uma mulher forte, ao passo que as outras duas são descritas como magras e frágeis. No mais, o papel temático de ambas é invertido : “Margarida” é “preta” e “velha”; “Madalena” é “loura” e “jovem”.

Essas relações, de oposição ou de identificação, entre ambas é sempre feita de modo local. O ator “Paulo Honório” jamais se dá conta delas, exigindo a intervenção do “narrador”. Após ter sofrido o grande acontecimento, desestabilizante, do suicídio de “Madalena”, “Paulo Honório” foi forçado a desacelerar e vivenciar uma parada. O narrador, portanto, é um sujeito da retenção, durante a qual, assume, com todas as letras, a falta de sentido que constituiria investir mais força na manutenção do PN da acumulação de bens :

Cinquenta anos ! Quantas horas inúteis ! Consumir-se uma pessoa a vida inteira sem saber para quê ! Comer e dormir como um porco ! Como um porco ! Levantar-se cedo todas as manhãs e sair correndo, procurando comida ! E depois guardar comida para os filhos, para os netos, para muitas gerações. Que estupidez ! Que porcaria ! Não é bom o diabo vir e levar tudo ?
(p. 181)

O problema da retomada do PN antigo não é evidentemente pragmático. O narrador sabe que o aumento da força de sua aliança com o destinador da extroversão poderia, mais uma vez, fazer frente às forças antagonistas. A questão é que sua sanção foi negativa, invalidando os esforços antes empreendidos :

Está visto que, cessando esta crise, a propriedade se poderia reconstituir e voltar a ser o que era. A gente do eito se esfalaria de sol a sol, alimentada com farinha de mandioca e barbatanas de bacalhau ; caminhões rodariam novamente conduzindo mercadorias para a estrada de ferro ; a fazenda se encheria outra vez de movimento e rumor.

Mas para quê ? Para quê ? Não me dirão ? Nesse movimento e nesse rumor haveria muito choro e haveria muita praga. As criancinhas, nos casebres úmidos e frios, inchariam roídas pela verminose. E Madalena não estaria aqui para mandar-lhes remédio e leite. Os homens e as mulheres seriam animais tristes. (p. 181)

Portanto, ainda que compartilhe a identidade com o ator “Paulo Honório”, o narrador sofreu uma transformação parcial, admitindo valores opostos àqueles da extroversão. É a reflexão realizada nessa continuação da parada que permite a ele transmitir alguns elementos de sua história, dos quais “Paulo Honório” não se dava conta.

Há duas figuras locais associadas a “Margarida” e “Madalena”. A primeira delas é a “coruja”, animal caracterizado pela atenção, pelo obscuro e, no sentido figurado, pelo amor parental gratuito, meramente fórico (Borba, 2002). A outra figura é o “diabo”, que, além de sua associação ao obscuro, tal qual a coruja, também manifesta a ideia do duplo. Nesse sentido, é uma figura muito interessante, pois aparece a cada vez que se abre diante de “Paulo Honório” uma bifurcação de seu programa narrativo, isto é, cada vez que seu PN da extroversão é contestado.

A primeira aparição de “Madalena” e “Margarida” no romance é ladeada por ambas as figuras, logo no primeiro capítulo, momento em que o narratário não possui maiores informações a respeito das duas mulheres :

Levantei-me e encostei-me à balastrada para ver de perto o touro limosino que Marciano conduzia ao estábulo. Uma cigarra começou a chiar. A velha Margarida veio vindo pelo paredão do açude,

curvada em duas. Na torre da igreja, uma coruja piou. Estremeci, pensei em Madalena. Em seguida enchi o cachimbo :

— É o diabo, Gondim. O mingau virou água. Três tentativas falhadas num mês ! Beba conhaque Gondim. (p. 9)

Esse é o trecho decisivo em que “Paulo Honório” abandona o projeto de escrever o romance pela “divisão de trabalho”. Isso se dá logo após a visão da “velha Margarida” que, “curvada em duas”, reduplica-se na lembrança de “Madalena”, reforçando a figura do diabo que aparece em seguida. O “pio da coruja” também marca o momento e, bem mais tarde, o narratário vai saber que as corujas da fazenda teriam sido exterminadas a essa altura, de maneira que o próprio narrador não consegue decidir se o som pertence ao campo objetivo ou ao campo subjetivo, fazendo parte das lembranças que é obrigado a reviver em sua retensão narrativa. Interessa também notar o reforço da associação entre “Madalena” e o “cachimbo”, ambos considerados inutilidades eufóricas.

A visão da “velha Margarida” e, com ela, a contestação do PN da extroversão, parece ser decisiva para o abandono do PN da construção do livro pela “divisão do trabalho”, pois esse procedimento invalidaria sua função primordial, que é a de refletir *sinceramente* a respeito da história vivenciada. Tanto é assim que a retomada da “composição” se dá após um novo “pio de coruja” :

Abandonei a empresa, mas um dia destes ouvi novo pio de coruja — e iniciei a composição de repente, valendo-me de meus próprios recursos e sem indagar se isto me traz qualquer vantagem, direta ou indireta.

Afinal, foi bom privar-me da cooperação de padre Silvestre, de João Nogueira e do Gondim. Há fatos que eu não revelaria, cara a cara, a ninguém. (p. 10)

Após a menção à “velha Margarida” durante a narração da infância de nosso herói, conforme pontuamos acima, ela volta a aparecer em um momento que “Paulo Honório” já está estabelecido nas terras de “S. Bernardo”. O nono capítulo começa com “João Nogueira”, “Padilha” e “Gondim” “elogiando umas pernas e uns peitos” (p. 45) da professora “Madalena”, a quem “Paulo Honório” ainda não conhece. Logo a seguir, no mesmo capítulo, “Azevedo Gondim” avisa ter tomado conhecimento do paradeiro da “velha Margarida”. Imediatamente,

“Paulo Honório” anima-se — o que ocorre em raras ocasiões — e apronta sua vinda.

No décimo capítulo, a mãe de consideração de “Paulo Honório” já está instalada em “S. Bernardo”. No mesmo capítulo, é narrada a segunda visita que ele lhe faz :

Encontrei Margarida sentada numa esteira, riscando os tijolos com carvões.

— Mãe Margarida, como vai a senhora ?

Tentou endireitar o espinhaço emperrado e, antes de lançar-me os olhos brancos, reconheceu-me pela voz.

— Aqui gemendo e chorando, meu filho, cheia de pecados.

Pecados ! Antigamente era uma santa. E agora, miudinha, encolhidinha, com pouco movimento e pouco pensamento, que pecados poderia ter ? Como estava com a vista curta, falou sem levantar a cabeça, repetindo os conselhos que me dava quando eu era menino. Uma fraqueza apertou-me o coração, aproximei-me, sentei-me na esteira, junto dela. (p. 57)

A lembrança da afeição e dos valores de sua infância promovem imediatamente seu próprio afeto transubjetivo (“Uma fraqueza apertou-me o coração”), que é seguido do desejo e da realização da junção (“sentei-me na esteira, junto dela”). A seguir, ante a estupefação da humilde senhora perante os arranjos que “Paulo Honório” tinha feito para recebê-la, demonstra desprendimento por relação aos bens materiais, oferecendo tudo quanto sua mãe de consideração possa precisar, mesmo que sejam inutilidades :

— Para que tanto luxo ? Guarde os seus troços, que podem servir. Em cama não me deito. E quem dá o que tem a pedir vem.

— Não faz mal, mãe Margarida. Esteja sossegada. Faltando lenha para o fogo, avise. Não deixe o fogo apagar-se, que as noites são frias.

— É o que eu preciso, o fogo. O fogo e um pote.

Continuou a riscar figuras no chão. Curvada, um rosário de contas brancas e azuis aparecia pelo cabeção aberto e batia-lhe nas pelancas dos peitos.

— Queria também um tacho. O outro furtaram.

Lembrei-me do tacho velho, que era o centro da pequenina casa onde vivíamos. Mexi-me em redor dele vários anos, lavei-o, tirei-lhe com areia e cinza as manchas de azinhavre — e dele recebi sustento. Margarida utilizou-o durante quase toda a vida. Ou foi ele que a utilizou. Agora, decrépita, não podia ser doceira, e aquele traste se tornava inteiramente desnecessário.

— Está bem, mãe Margarida, terá um tacho igual ao outro.

(p. 58)

Enquanto “Paulo Honório” crê que amanheceu “um dia pensando em casar” pela necessidade de “preparar um herdeiro”, no fundo é a necessidade de junção com os valores de “Margarida” que tornam seu PN do casamento premente. Ainda que o narrador não demonstre ter consciência dessas relações, em seu procedimento de textualização, anuncia o desejo de casar no capítulo seguinte ao da visita à “mãe Margarida”, em que mostra a faceta afetiva de nosso herói. O narrador diz a verdade ao afirmar que a ideia de casar ocorreu “sem que nenhum rabo-de-saia a provocasse”. O que promoveu seu desejo foi a necessidade de conjunção com os valores transubjetivos da infância.

Ainda que a “mãe Margarida” apareça lateralmente na narrativa — a ponto de não ser mencionada pela crítica literária até onde alcança nosso conhecimento —, os valores advindos dela são os responsáveis pela instauração da crise de nosso herói. Não fosse sua intervenção, ele jamais teria se inclinado por “Madalena” e teria terminado seus dias como um “explorador feroz”, gozando das sanções positivas que podem ser oferecidas nesse tipo de PN, sem contestar o valor de seu valor. Ou isto, ou seria aniquilado por um dos tantos antissujeitos que colecionou ao longo de suas ações extrovertidas extremas. Ainda que a manipulação transubjetiva da “mãe Margarida” não tenha forças suficientes para fazer frente ao destinador principal de “Paulo Honório”, ela se apresenta como um componente de dúvida que retorna em momentos pontuais, mas cruciais, fazendo com que nosso herói tome decisões que são contraditórias por relação a seu PN da acumulação e preservação de bens.

Se a “mãe Margarida” não aparece com frequência na narrativa, as figuras da “coruja” e do “diabo”, representantes de seus valores, proliferam. O “diabo” aparece sempre que a dúvida quanto ao PN principal de “Paulo Honório” é

manifestada. Tomemos alguns dos muitos exemplos. Diante da ameaça do fazendeiro de “Bom-Sucesso”, “Casimiro Lopes” mostra-se à disposição para dar cabo do antissujeito. “Paulo Honório” titubeia :

Decidi convidar mestre Caetano e cavouqueiros.

Diabo ! Agitei a cabeça e afastei um plano mal esboçado.

— Por enquanto, só. (p. 28)

No oitavo capítulo, “Paulo Honório” recebe em sua fazenda a visita do “governador do Estado”, que lhe sugere a abertura de uma escola rural. Sem atinar com a função pragmática que poderia ter tal despesa, o proprietário de “S. Bernardo” acaba considerando que não seria má ideia construir a escola com o fito de “trazer a benevolência do governador para certos favores” (p. 44). Com essas ideias em vista é que surge o seguinte trecho :

— Com os diabos ! Esta visita me traz uma penca de vantagens.
Um capital. Quero ver quanto rende.

[...]

A escola seria um capital. Os alicerces da igreja eram também capital.

Continuei a esfregar as mãos. Com os diabos !

E decidi proteger as Mendonça. [...]

Senti pena das Mendonça. Mandaria no dia seguinte dar uma limpa no algodão de Bom-Sucesso, enfezado, coberto de mato. Muito por baixo, as Mendonça. [...] Pois se qualquer daqueles patifes tentasse prejudicá-las, estava embrulhado comigo. (pp. 44-5)

As segundas intenções de “Paulo Honório”, que transparecem diante de suas aparentes benfeitorias — a construção da escola e da igreja —, desaparecem logo após a intervenção da figura do diabo : ele decide “proteger as Mendonça”, que são a viúva e a filha do “Mendonça”, assassinado por ordem sua. Com efeito, essa decisão de proteger as duas não tem nenhuma intenção secundária. Ocorre apenas que o “diabo” trouxe mais uma vez o desvio para uma disposição moral embasada nos valores da “mãe Margarida”. Em um novo trecho :

De repente conheci que estava querendo bem à pequena. Precisamente o contrário da mulher que eu andava imaginando — mas agradava-me, com os diabos. Miudinha, fraquinha. D. Marcela era bichão. Uma peitaria, um pé-de-rabo, um toitiço ! (p. 68)

Nesse novo trecho, o “diabo” aparece com vistas a conduzir “Paulo Honório” à conjunção com um objeto que está mais afeito aos valores da “mãe Margarida”. A mesma figura é chamada à baila quando o fazendeiro tenta convencer “Madalena” a se aproximar, aceitando a função de “mestre-escola” na fazenda :

- Já lhe devia ter respondido que não aceito.
- Que diabo ! Mas o aumento do ordenado, filha de Deus ? (p. 88)

No capítulo dezenove, o capítulo digressivo sobre o qual já nos detivemos acima, apresenta a figura da “coruja” mais uma vez. Desta feita, há uma contradição patente, em que o narrador informa ouvir o “pio da coruja” para, em seguida, afirmar que reina o silêncio, posto as corujas terem sido exterminadas. Ele mesmo não consegue decidir se os eventos se dão em seu campo objetivo ou subjetivo :

Rumor de vento, dos sapos, dos grilos. A porta do escritório abre-se de manso, os passos de seu Ribeiro afastam-se. Uma coruja pia na torre da igreja. Terá realmente piado a coruja ? Será a mesma que piava há dois anos ? Talvez seja até o mesmo pio daquele tempo.

Agora seu Ribeiro está conversando com d. Glória no salão. Esqueço que eles me deixaram e que esta casa está quase deserta.

[...]

Há um grande silêncio. Estamos em julho. O nordeste não sopra e os sapos dormem. Quanto às corujas, Marciano subiu no forro da igreja e acabou com elas a pau. E foram tapados os buracos de grilos.

Repito que tudo isso continua a azucrinar-me. (pp. 103-4)

A “coruja” exerce mais uma vez a função de trazer à tona os valores de introversão ensinados por “mãe Margarida”. Apresenta-se subjetivamente

no presente da enunciação para trazer ao narrador as memórias do passado enunciado sob a óptica dos novos valores que então apenas vislumbra.

O “diabo” também retorna para fazer com que “Paulo Honório” julgue negativamente os esforços empreendidos em seu PN da acumulação e preservação de bens. Avalia que tais esforços, que o levam a ter uma imagem animalizada, não lhe poderão conferir a “consideração” desejada :

Levantei-me e aproximei-me da luz. As minhas mãos eram realmente enormes. Fui ao espelho. Muito feio, o dr. Magalhães ; mas eu, naquela vida dos mil diabos, berrando com os caboclos o dia inteiro, ao sol, estava medonho. Queimado. Que sobrancelhas ! O cabelo era grisalho, mas a barba embranquecia. Sem me barbear ! Que desleixo ! (p. 138)

Também é retomada a mesma figura quando, ao final do romance, o narrador conclui que seu PN da extroversão foi vão : “Insignificâncias. No meio das canseiras a morte chega, o diabo carrega a gente, os amigos entortam o focinho na hora do enterro, depois esquecem até os pirões que filaram” (p. 149).

A “coruja”, por sua vez, reaparece em um momento decisivo da narrativa. Ela marca o instante crítico em que, chegado o limite da situação dos ciúmes, “Paulo Honório” teria de ter se decidido por um dos dois PNs concorrentes. Não havendo a decisão, ocorre o suicídio de “Madalena” como uma alternativa de parada da continuação da situação insustentável. Pouco antes da cena em que “Paulo Honório” encontra a folha da carta a ele destinada como despedida de sua esposa, vai à torre da igreja para “assistir à extinção daquelas aves amaldiçoadas” (p. 154). O fazendeiro parece não perceber que o ato de dar cabo de uma manifestação de seu sentimento de indecisão não resolve o sentimento em si.

Dentre muitas outras manifestações do “diabo” que poderíamos arrolar aqui, há ainda uma derradeira que gostaríamos de mencionar. Após a morte de “Madalena”, e antes de se decidir por escrever o romance, em momento de plena parada e declínio de nosso herói, ele ensaia um projeto de continuação, mas que logo é abandonado :

Bocejava. Cada bocejo de quebrar o queixo. Vida estúpida ! É certo que havia o pequeno, mas eu não gostava dele. Tão franzino, tão amarelo !

— Se melhorar, entrego-lhe a serraria. Se crescer assim bambo, meto-o no estudo para doutor.

Lá vinham os projetos.

Diabo leve os projetos. (p. 174)

O “diabo” intercede no raciocínio de “Paulo Honório”, sempre rememorando os valores da “mãe Margarida”, de modo a afastá-lo dos projetos rumo à acumulação e preservação de bens, representado pelo descaroador e pelo filho, cuja única função era a de ser o destino dos bens acumulados.

No trigésimo sexto capítulo, o último do romance, retorna a “coruja”, guardiã dos valores da introversão. O narrador inicia o capítulo informando que a morte de “Madalena” já completava dois anos e que a solidão se tornou insuportável quando os amigos que iam discutir política deixaram de fazer suas visitas regulares.

Foi aí que me surgiu a ideia esquisita de, com o auxílio de pessoas mais entendidas que eu, compor esta história. A ideia gorou, o que já declarei. Há cerca de quatro meses, porém, enquanto escrevia a certo sujeito de Minas, recusando um negócio confuso de porcos e gado zebu, ouvi um grito de coruja e sobressaltei-me. (p. 180)

O “negócio confuso de porcos” não é casual. Se nos lembrarmos da citação acima, em que nosso herói lastimava seu PN da extroversão comparando-se com um porco, tudo fica mais claro. A essa altura, uma vez desmotivada sua direção no sentido do PN da extroversão, esses “negócios de porcos”, em que os porcos são os bens negociados e os negociantes ao mesmo tempo, tornam-se confusos. Como afirma o narrador, ainda que não tenha podido entender a dependência transubjetiva que estabelecera com sua mãe de consideração, a escrita do romance serviu ao menos para lhe conferir “Desgosto e a vaga compreensão das coisas que sinto” (p. 180).

Conforme mencionado anteriormente, o “desgosto” foi responsável pela interrupção de seu PN de “explorador feroz”, a ponto de considerar inútil persistir e levantar a propriedade após a crise :

Se eu povoasse os currais, teria boas safras, depositaria dinheiro nos bancos, compraria mais terra e construiria novos currais. Para quê? Nada disso me traria satisfação.

[...]

Quanto às vantagens restantes — casas, terras, móveis, semoventes, consideração de políticos, etc. — é preciso convir em que tudo está fora de mim. (pp. 182–3)

“Convir que tudo está fora” do narrador significa compreender que o objeto do PN da acumulação e preservação de bens não apenas tornou-se disjunto, bem como se tornou abjeto, já que não participa mais da identidade do sujeito. Uma vez negada a extroversão, os valores da “mãe Margarida” reaparecem como o PN mais plausível :

Se houvesse continuado a arear o tacho de cobre da velha Margarida, eu e ela teríamos uma existência quieta. Falaríamos pouco, pensaríamos pouco, e à noite, na esteira, depois do café com rapadura, rezaríamos rezas africanas, na graça de Deus. (p. 183)

O narrador vislumbra, assim, uma vida introvertida, mas com pouco saber — divergindo dos valores de “Madalena”. A quietude que aparece em seu projeto representa a desaceleração. Em nome dessa quietude, aceita de bom grado a redução dos bens materiais. Euforiza o aumento da extensidade, misturando-se ao povo, e disforiza o pertencimento a uma aristocracia triada em uma das passagens mais belas do romance :

Se não tivesse ferido João Fagundes, se tivesse casado com Germana, possuiria meia dúzia de cavalos, um pequeno cercado de capim, encerados, cangalhas, seria um bom almocreve. Teria crédito para comprar cem mil-réis de fazenda nas lojas da cidade e pelas quatro festas do ano a mulher e os meninos vestiriam roupa nova. Os meus desejos percorreriam uma órbita acanhada. Não me atormentariam preocupações excessivas, não ofenderia ninguém. E, em manhãs de inverno, tangendo os cargueiros, dando estalos com o buranhém, de alpercatas, chapéu de ouricuri, alguns níqueis na capanga, beberia um gole de cachaça para espantar o frio e cantaria por estes caminhos, alegre como um desgraçado. (p. 183)

A permanência do narrador “em cima do muro”, entre os dois PNs, cria a expressão paradoxal “alegre como um desgraçado”. O aumento da extensidade no campo subjetivo, em nome da diminuição da intensidade e consequente

desaceleração, implica a diminuição da extensidade em campo objetivo, com a triagem de seus bens. A redução considerável de seu querer (“Os meus desejos percorreriam uma órbita acanhada”) implica a aniquilação das relações interpessoais traumáticas (“não ofenderia ninguém”). Sua alegria estaria vinculada a uma relação transubjetiva plena, em que o pouco que possui é conquistado em nome da alteridade (“Teria crédito para comprar cem mil-réis de fazenda nas lojas da cidade e pelas quatro festas do ano a mulher e os meninos vestiriam roupa nova”). No entanto, rapidamente o narrador se dá conta de que é tarde para a escolha desse caminho :

Com um estremecimento, largo essa felicidade que não é minha e encontro-me aqui em S. Bernardo, escrevendo.

[...]

Penso em Madalena com insistência. Se fosse possível recomencarmos... Para que enganar-me ? Se fosse possível recomencarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu. Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige.

A molecoreba de mestre Caetano arrasta-se por aí, labuzada, faminta. [...]

Para ser franco, declaro que esses infelizes não me inspiram simpatia. Lastimo a situação em que se acham, reconheço ter contribuído para isso, mas não vou além. Estamos tão separados ! A princípio, estávamos juntos, mas esta desgraçada profissão nos distanciou.

(pp. 184-7)

“Estamos tão separados !” é a expressão da distância difícil de transpor que se estabelece entre sujeitos de tipo extremo e os sujeitos de PNs opostos. Essa distância difícil de superar faz com que o narrador, ainda que negue a extroversão, não consiga proceder à entrada na introversão, ficando parado entre dois universos opostos e inviabilizando novas ações no campo objetivo. Negando os valores anteriores sem assumir novos, “Paulo Honório” termina o romance com a identidade estilhada :

Foi este modo de vida que me inutilizou. Sou um aleijado. Devo ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, nervos diferentes dos nervos dos outros homens. E um nariz enorme, uma boca enorme, dedos enormes.

Se Madalena me via assim, com certeza me achava extraordinariamente feio.

Fecho os olhos, agito a cabeça para repelir a visão que me exhibe essas deformidades monstruosas. (p. 187)

Durante toda a história, esse narrador que negou a extroversão sem aderir à introversão preservou as características de sujeito extrovertido extremo. Portanto, assim como a inconsequência derivada da falta de reflexão e de autocohecimento de “Paulo Honório” o levou a ações que iam contra si, pareando PNs contrários que destruíram um ao outro, a inconsequência do narrador o levou a proceder à textualização como uma *prática desvairada*, em que as afirmações dos quereres cegos e impiedosos do projeto global de “Paulo Honório” entram em contradição com as figuras locais impregnadas da carência da alteridade, fortemente instauradas pelo fantasma dos valores da mãe de consideração.

Antes de escrever as últimas linhas do romance, esse narrador aniquilado adormece e tem um sonho muito parecido com o que tivera na igreja, após a última conversa com “Madalena”, e que representava um estado limite : “Julgo que delirei e sonhei com atoleiros, rios cheios e uma figura de lobisomem” (p. 188). Nessa nova manifestação do sonho, aparece a figura do “lobisomem”, mas essa não é a única diferença entre os dois momentos.

No primeiro sonho, o luar entrava pela janela, promovendo uma certa abertura ; no novo sonho também há um luar que entra pela janela, mas de modo diferente : “Lá fora há uma treva dos diabos [...]”. Entretanto o luar entra por uma janela fechada” (p. 188). Assim, há uma pequena abertura, mas concessiva. No primeiro sonho, o nordeste espalhava folhas secas no chão. No novo, é o “nordeste *furioso*” que espalha as folhas secas no chão. Além disso, há barulho no primeiro, com o ranger da porta e o canto dos galos ; no segundo sonho, há “um grande silêncio”. Após o primeiro sonho, “Paulo Honório” sai da sacristia e conversa com “Marciano”, aprecia os “paus-d’arco”, avista “seu Ribeiro” e “Maria das Dores” ; no segundo “Estão todos dormindo”. Em suma, esse novo estado limite responde pelo fim da narrativa em si e também pela ausência de abertura para novos programas narrativos, já que o narrador não pôde constituir uma nova identidade, restringindo-se a destruir a anterior. Note-se inclusive que, em sentido figurado, “atoleiro” significa “dificuldade ; embaraço” (Borba, 2002).

Por sua vez, a figura do “lobisomem”, somada às “deformidades monstruosas” que o narrador atribui a si com seu “nariz enorme”, “boca enorme”, “dedos enormes”, representa a ele mesmo, assumindo-se finalmente, ainda que não conscientemente, como um sujeito (lobo) mau, donde “Madalena” ser seu antissujeito, ainda que ela seja boa.

De certo modo, é possível conceber que ao menos o PN do narrador foi bem sucedido. Ele consegue vislumbrar a origem de sua crise fórica — ainda que indiretamente, por meio das figuras locais — que consiste na destinação transubjetiva da “mãe Margarida” em conflito com seu PN assumido. Além disso, é capaz de entrever o antagonismo, também fórico, entre ele e “Madalena”. Alcança, assim, o desejado “retrato moral” de sua esposa, mas, para isso, paga o preço de ter de reconhecer seu próprio retrato (i)moral. Dessa maneira, divisa a ideia de que as qualidades brutais a que atribuía sua “consideração”, no fundo, produzem o efeito inverso, tornando-o um ser abjeto.

Como é de costume, paradoxalmente, nada mais eficiente para manter os maiores receios no horizonte do que sua negação. As ideias que são rechaçadas por serem insuportáveis à subjetividade são mantidas em potencialização tônica, estendendo sua existência para muito além da temporalidade de uma realização. Uma vez que o narrador consegue realizar — assumir — seu receio de não ser merecedor de consideração, a contenção distende-se em nome de um futuro, incerto, está claro, mas com a perspectiva aberta a novas modulações.

4 O sujeito *introvertido extremo* em “O Zahir”

*Quanto mais objetos de interesse um homem
tem, mais ocasiões tem também de ser feliz e
menos está à mercê do destino, pois se perder
um pode recorrer a outro. A vida é
demasiado curta para nos permitir
interessar-nos por todas as coisas, mas é bom
que nos interessemos por tantas quantas
forem necessárias para preencher os nossos
dias. Somos todos propensos à doença do
introvertido que, perante o multiforme
espetáculo que o mundo lhe oferece, desvia a
vista para contemplar somente o vazio
dentro de si.*

B. Russell

QUEM TEVE A OPORTUNIDADE de ler “A terceira margem do rio” (Guimarães Rosa, [1962] 2001) acompanhou o percurso de um sujeito que rompe a tela do parecer intermitentemente, conforme demonstra Tatit (2010, 107–125). É na análise desse conto que o semioticista e cancionista brasileiro introduz a praxeologia composta por quatro tipos de práticas, dentre as quais está a impregnante, caracterizada por ser “uma prática que desdobra o impacto do acontecimento em ocorrências sucessivas [...] ampliando a repercussão do fenômeno” (Tatit, 2010, 116). Com efeito, no conto rosiano, o acontecimento em questão — a permanência do pai da família em uma canoa, sobre as águas do rio por tempo indefinido — é reforçado a cada vez que, da margem do rio, é dado ao filho ver que o pai permanece dentro da canoa, sobre as águas.

A peculiaridade das práticas impregnantes é que, em lugar da curta duração prevista pela sintaxe dos acontecimentos, há a reiteração, configurando aquilo que Tatit (2010, 117) chamou de “acontecimento extenso”. Nesse processo que se reitera, os atos “se somam no campo de percepção do sujeito comprometendo sua capacidade de dar respostas parciais a cada um deles” Tatit (2010, 117). Assim, a cada nova manifestação do evento, há um recrudescimento do impacto vivido. Se após um acontecimento instantâneo o sujeito para, com o intuito

de recobrar o tempo perdido no instante em que não foi capaz de absorver o ocorrido, no acontecimento extenso, ao sujeito não é dada sequer a possibilidade de parar, pois o acontecimento continua ocorrendo, dominando seu campo subjetivo.

A decorrência desse quadro peculiar do acontecimento extenso é notável : como definir o que é cotidiano, natural, e o que é extraordinário se o que é extraordinário dura tanto quanto o que é ordinário ?

o sujeito começa a suspeitar daquilo que considera como sua “realidade”. A frequência com que recebe os estímulos de um universo a princípio fora do comum passa a configurar uma espécie de cotidiano concorrente que acusa a existência de uma realidade paralela.

(Tatit, 2010, 118)

O problema é que essa realidade paralela não pode assumir o estatuto de uma nova cotidianidade pois, ainda que durável, ela está, por assim dizer, do outro lado da tela do parecer, onde há um ser puro, indecifrável para a subjetividade humana, isto é, onde não há significação.

Na mitologia islâmica, certos objetos podem adquirir a propriedade de ser um acontecimento extenso a quem quer que os olhe, pois “têm a terrível virtude de ser inolvidáveis”⁶ (p. 116)⁷. O objeto é variável, mas “o Todo-Poderoso não deixa que duas coisas o sejam ao mesmo tempo, já que uma só pode fascinar multidões”⁸ (p. 117). Esse objeto, denominado “Zahir” — do árabe, “evidente, visível”⁹ (p. 116) —, é “a sombra da Rosa e a rasgadura do Véu”¹⁰ (p. 117).

“O Zahir” (Borges, [1949] 2001)¹¹ é um conto que especula a respeito do que sucederia caso a rasgadura do véu, ou da tela do parecer, ocorresse definitivamente ; a respeito de como seria se aquilo que Tatit chamou de *universo*

⁶ “tienen la terrible virtud de ser inolvidables” (p. 110).

⁷ Da mesma maneira que procedemos na análise de *São Bernardo*, sempre que citarmos “O Zahir” nesta seção, vamos fornecer apenas a referência do número da página, seja da versão brasileira, no corpo do texto, seja da versão original, nas notas de rodapé.

⁸ “el Todomisericordioso no deja que dos cosas lo sean a un tiempo, ya que una sola puede fascinar muchedumbres” (p. 111).

⁹ “notorio, visible” (p. 110).

¹⁰ “la sombra de la Rosa y la rasgadura del Velo” (p. 111).

¹¹ “El Zahir” (Borges, 1949).

paralelo passasse a ser o universo de existência do sujeito em lugar de se abrir esporadicamente a apreciações.

É fácil constatar que esse sujeito não seria mais um sujeito. Uma vez rasgada a tela do parecer, não há mais separação de categorias. É por essa razão que o sujeito que viu o “Zahir” no conto, narrado pelo protagonista, está a meio caminho entre o universo “real” e o universo paralelo. Na história, aquele que vê o “Zahir” tem sua mente paulatinamente tomada por esse objeto até a fixação completa da mente. O ator protagonista, figurativizado como “Borges”, está sofrendo esse processo, ainda não concluído.

De acordo com as escolhas feitas no capítulo anterior, não identificaremos o conto “O Zahir” como um todo às práticas impregnantes dada nossa opção por restringir as categorias da praxeologia de Tatit às práticas dos sujeitos da enunciação. Veremos adiante que o narrador, instância da enunciação enunciada, não produz sua textualização por meio das práticas impregnantes, mas sim por meio das práticas utilitárias, sujeito introvertido moderado que é. Como foi dito no capítulo anterior, o autor da praxeologia a emprega para analisar sujeitos da enunciação e do enunciado indiferentemente. Nossa restrição é apenas uma questão de acomodação das categorias a nossos objetivos, de maneira que nada impede o aproveitamento da ideia central ao *modus operandi* de um sujeito do enunciado — como bem mostra a análise feita por Tatit.

O texto inicia com o fim irreversível do objeto–valor do sujeito : a morte de “Teodelina Villar”, cujo principal defeito parece ter sido a efemeridade. O narrador descreve “Teodelina” com um oxímoro : “Procurava o absoluto, como Flaubert, mas o absoluto no momentâneo”¹² (p. 110). O absoluto é o incontestável ; a obsolescência, a contínua contestação e consequente renovação.

As “casualidades de Paris ou de Hollywood”¹³ (p. 110) eram as destinadoras de “Teodelina”, segundo o narrador, ditando seu modo de ser, metamórfico. Ele mesmo, enquanto destinador julgador, sanciona de modo parcialmente positivo o logro do PN a ela destinado :

Os hebreus e os chineses codificaram todas as circunstâncias humanas [. . .]. Análogo, porém mais minucioso, era o rigor que Teodelina

¹² “Buscaba lo absoluto, como Flaubert, pero lo absoluto en lo momentáneo” (p. 104).

¹³ “azares de París o de Hollywood” (p. 104).

Villar exigia de si mesma. Procurava, como o adepto de Confúcio ou o talmudista, a irrepreensível correção de cada ato, mas seu empenho era mais admirável e mais duro, pois as normas de seu credo não eram eternas.¹⁴ (p. 110)

E conclui que “Sua vida era exemplar”¹⁵ (p. 110), mas acrescenta : “e, no entanto, um desespero interior a roía sem trégua”¹⁶ (p. 110). O desespero que a transtornava era devido a sua situação paradoxal de exigir de si uma perfeita adequação a normas que não se mantinham, comprometendo todo seu empenho anterior e exigindo, a cada vez, recomençar a busca pela perfeição. “Ensaiaava contínuas metamorfoses, como para fugir de si mesma ; a cor de seus cabelos e formas de seu penteado eram famosamente instáveis. Também variavam o sorriso, a tez, a obliquidade dos olhos”¹⁷ (p. 110).

Assim, “Teodelina” oscilava entre o excesso (só mais), ao ser mais minuciosa do que aqueles que codificaram todas as circunstâncias humanas, e a extenuação (só menos), pois seus próprios costumes rigorosamente calculados “caducavam quase imediatamente e serviriam (na boca de Teodelina Villar) para a definição do ridículo”¹⁸ (p. 110). Isto é, “Teodelina” vivia às margens da faixa comedida dos quantificadores subjetivos. Em sua existência polar, “por volta dos anos 1930, [seus retratos] enchiam as revistas mundanas”¹⁹ (p. 109), pois era referência no universo da moda ; mas, no dia 6 de junho do ano em que está ancorado o narrador, e que não é mencionado no texto, ela “cometeu o solecismo de morrer em pleno Barrio Sur”²⁰ (p. 111).

¹⁴ “Los hebreos y los chinos codificaron todas las circunstancias humanas [...]. Análogo, pero más minucioso, era el rigor que se exigía Teodelina Villar. Buscaba, como el adepto de Confucio o el talmudista, la irreproachable corrección de cada acto, pero su empeño era más admirable y más duro, porque las normas de su credo no eran eternas” (p. 104).

¹⁵ “Su vida era ejemplar” (p. 104).

¹⁶ “y, sin embargo, la roía sin tregua una desesperación interior” (p. 104).

¹⁷ “Ensayaba continuas metamorfosis, como para huir de sí misma ; el color de su pelo y las formas de su peinado eran famosamente inestables. También cambiaban la sonrisa, la tez, el sesgo de los ojos” (p. 104).

¹⁸ “caducaban casi inmediatamente y servirían (en boca de Teodelina Villar) para definición de lo cursi” (p. 104).

¹⁹ “hacia 1930, [sus retratos] obstruían las revistas mundanas” (p. 103).

²⁰ “cometió el solecismo de morir en pleno Barrio Sur” (p. 105).

O paradoxo contido no absoluto obsoleto de “Teodelina” é identificado pelo narrador como sendo um objeto de valor falacioso, que *parece ser mas não é*. A perfeição que cultiva e ostenta é tão perecível quanto os desígnios casuais da moda. O destino de tal falácia é a decadência, figurativizada pela perda das posses da família Villar e consequente morte de “Teodelina” no Barrio Sur²¹.

Vale lembrar que o narrador do conto já sofreu duas transformações entre o período em que “Teodelina” era seu objeto-valor e o presente da enunciação. Primeiro, experimentou a frustração da perda de seu objeto. Em seguida, sofreu uma nova transformação após o contato com o “Zahir”. É esse “Borges”, cuja identidade já foi abalada, quem assevera :

Confessarei que, movido pela mais sincera das paixões argentinas, o esnobismo, estava apaixonado por ela e que sua morte me afetou até as lágrimas ? Talvez já o tenha suspeitado o leitor.²² (p. 111)

O esnobismo é um “sentimento de superioridade ; arrogância ; admiração pelo que está na moda ou que tem prestígio social” (Borba, 2002). O narrador, pois, vê seu antigo objeto-valor de modo bastante crítico, ao mesmo tempo em que critica a si mesmo ao ter sido por ele atraído. Admitir a apetência desse objeto falacioso é penoso, exigindo-lhe uma “confissão”.

Ocorre que o narrador e o ator “Borges” são largamente afeitos à modalidade do saber. Sua narrativa é ornada de exemplos que demonstram grande erudição, com a qual conta para o cumprimento de sua profissão de escritor e, claro, para a textualização do próprio conto. Além disso, demonstra irritabilidade diante de qualquer fato que não seja capaz de compreender. O não saber fazer / ser parece agredir sua natureza :

Como num sonho, o pensamento de que toda moeda permite essas ilustres conotações pareceu-me de imensa, se bem que inexplicável,

²¹ “Barrio Sur” é o nome dado ao bairro “Catedral al Sur”, localizado em Buenos Aires, Argentina. Era um bairro habitado pelas classes privilegiadas da cidade, mas esse cenário foi invertido após uma epidemia de febre amarela que levou seus habitantes à migração para o norte da cidade. Atualmente, figura não apenas como uma área desfavorecida, mas também como uma região decadente.

²² “¿Confesaré que, movido por la más sincera de las pasiones argentinas, el esnobismo, yo estaba enamorado de ella y que su muerte me afectó hasta las lágrimas ? Quizá ya lo haya sospechado el lector” (p. 105).

importância. [...] No dia seguinte, decidi que tinha estado bêbado.²³
(pp. 112-3)

Em vão repeti que esse abominável disco de níquel não diferia dos outros que passam de uma para outra mão, iguais, infinitos e inofensivos.²⁴
(p. 115)

No mês de agosto, optei por consultar um psiquiatra. Não lhe confiei toda a minha ridícula história; disse-lhe que a insônia me atormentava e que a imagem de um objeto qualquer costumava perseguir-me; a de uma ficha ou a de uma moeda, digamos...²⁵
(p. 115)

Por outro lado, o ator é importunado pela ausência da modalidade do poder. Ele não pôde entrar em conjunção com o objeto-valor “Teodelina” em vida, nada pôde fazer em face a sua morte, não pode não pensar no “Zahir” que, finalmente, o levará a não mais poder perceber (saber) o universo: “Já não perceberei o universo, perceberei o Zahir”²⁶ (p. 119).

Assim como ocorreu ao ator protagonista de nossa primeira análise, o não poder não fazer de “Borges” implica um dever fazer. Mas, diferentemente de “Se eu soubesse”, aqui, o protagonista possui a modalidade do querer de forma muito átona. O valor de seu antigo objeto tem sua pregnância contestada, atribuída apenas à infelicidade de se ser esnobe. O novo objeto que aparece sem ser solicitado — “deram-me o Zahir”²⁷ (p. 112) — é patentemente abjeto. O não-querer do sujeito por relação a ele é explícito: “Naquele livro estava declarado meu mal. Segundo o prólogo, o autor se propôs ‘reunir em um único volume em legível oitavo-maior todos os documentos que se referem à supers-

²³ “Como en un sueño, el pensamiento de que toda moneda permite esas ilustres connotaciones me pareció de vasta, aunque inexplicable, importancia. [...] Al otro día resolví que yo había estado ebrio” (pp. 106-7).

²⁴ “En vano repetí que ese abominable disco de níquel no difería de los otros que pasan de una mano a otra mano, iguales, infinitos, inofensivos” (p. 109).

²⁵ “El mes de agosto, opté por consultar a un psiquiatra. No le confíe toda mi ridícula historia; le dije que el insomnio me atormentaba y que la imagen de un objeto cualquiera solía perseguirme; la de una ficha o la de una moneda, digamos...” (pp. 109-10).

²⁶ “Ya no percibiré el universo, percibiré el Zahir” (p. 113).

²⁷ “me dieron el Zahir” (p. 106).

tição do Zahir”²⁸ (pp. 115–6). Sendo assim, configura-se um sujeito que possui baixíssima propensão à destinação da extroversão e, também diferentemente do primeiro texto, uma vez que possui a modalidade do saber, é altamente manipulado pela destinação da introversão.

Como dissemos anteriormente, os sujeitos manipulados pela destinação da introversão correm o risco de extenuar seu campo subjetivo dada sua forte propensão à internalização do antissujeito. A recompensa pela adesão a esse tipo de destinação geralmente é a maior facilidade de lidar com o campo objetivo, posto que a programação do sujeito prevê as paradas que deve sofrer. É razoável, porém, pensar que a tolerância desse tipo de sujeito a acontecimentos imprevistos seja muito mais baixa, afinal, ele abre mão da destinação contrária, muito mais atraente, em nome da segurança de levar uma vida consequente.

Sendo assim, não poder entrar em conjunção com o objeto “Teodelina” estava previsto pelo sujeito, mas a perda do objeto, que desembocou na perda da identidade e do sentido do sujeito, parece ter sido um acontecimento que o impactou de modo indelével. É por isso que a efemeridade de “Teodelina” agride tanto a “Borges”, a ponto de denegar o querer por seu antigo objeto e sentir o impacto da frustração.

Também é preciso lembrar da propensão diametralmente oposta entre os campos subjetivo e objetivo. Quando um sujeito é introvertido, possuindo baixa intensidade e alta extensidade e, com isso, euforizando os valores de universo, tendem a optar pelo fechamento da espacialidade em campo objetivo, posto a triagem assegurar uma maior capacidade de reflexão sobre cada elemento da realidade antes de vivenciá-la. Daí sua capacidade de internalização do antissujeito e o conseguinte risco de parada completa. Ao considerar o mundo exterior como polêmico, os introvertidos podem reduzir excessivamente sua gama de objetos–valor, correndo o risco de perder o sentido — a direção — diante da perda desses poucos objetos, conforme o alerta de Russell em nossa epígrafe.

Mas, a estratégia de internalizar o antissujeito com vistas a não se deparar com ele no campo objetivo mostrou-se inadequada. O antissujeito apareceu

²⁸ “En aquel libro estaba declarado mi mal. Según el prólogo, el autor se propuso ‘reunir en un solo volumen en manuable octavo mayor todos los documentos que se refieren a la superstición del Zahir’” (p. 110).

também no campo objetivo, subtraindo-lhe o objeto–valor. No velório da antiga socialite, o narrador recorda que :

o progresso da decomposição faz com que o morto recupere suas faces anteriores. Em algum momento da confusa noite do dia 6, Teodelina Villar foi magicamente a que fora havia vinte anos ; seus traços recobriram a autoridade imposta pela soberba, pelo dinheiro, pela juventude, pela consciência de coroar uma hierarquia, pela falta de imaginação, pelas limitações, pela estupidez.²⁹ (p. 111)

A palavra “decomposição” traduz “corrupción” da versão original que, em espanhol, porta o mesmo significado de “corrupção” em português, mas também é usada em sentido figurado como “decomposição”. Corrupção é, dentre outras acepções, “atividade ilícita ; suborno ; sedução” (Borba, 2002). A escolha da palavra não é casual. “Borges” havia sido manipulado por sedução ao estabelecer seu contrato fiduciário que destinava “Teodelina” como objeto–valor, dada sua natureza esnobe. No velório, a observação do corpo faz lembrar os valores do objeto que nortearam a busca de “Borges”, em detrimento de sua decadência e consequente perecimento.

Revisitando o acontecimento estudado em *Da Imperfeição* (Greimas, [1987] 2002), agora com o respaldo da semiótica tensiva, Tatit lembra que Greimas observou o acontecimento enquanto *fratura* e enquanto *escapatória* (Tatit, 2010, 50), mas que, no fundo, ambas são dimensões do mesmo acontecimento : “de um lado, [o acontecimento] nega os programas narrativos habituais do cotidiano e, então, define-se como ‘fratura’ ; de outro, ele pressupõe os mesmos programas e define-se assim como ‘escapatória’” (Tatit, 2010, 52). A novidade trazida por Tatit é a observação dos modos de existência dos actantes antissujeito e destinador que estão em jogo na sintaxe do acontecimento :

diante de um acontecimento extraordinário que lhe intercepta a continuidade narrativa e lhe produz o sentimento de perfeita fusão com o objeto, o sujeito experimenta também um novo quadro

²⁹ “el progreso de la corrupción hace que el muerto recupere sus caras anteriores. En alguna etapa de la confusa noche del seis, Teodelina Villar fue mágicamente la que fue hace veinte años ; sus rasgos recobraron la autoridad que dan la soberbia, el dinero, la juventud, la conciencia de coronar una jerarquía, la falta de imaginación, las limitaciones, la estolidez” (p. 105).

de determinações narrativas que compreendem a potencialização do antissujeito e, ao mesmo tempo, a atualização de um novo destinador. (Tatit, 2010, 53)

Com isso, Tatit demonstra que o acontecimento pressupõe a *parada da continuação* (fratura), uma vez que potencializa o antissujeito responsável pela dessemantização do cotidiano, ao passo que subentende uma *parada da parada* (escapatória), com novos valores em jogo, que fazem deduzir a atualização de um novo destinador : “Ao não demonstrar qualquer hesitação no ato de reconhecimento do objeto, ou do valor do objeto, o sujeito deixa entrever que já possuía um destinador virtualizado, uma espécie de guardião dos valores utópicos” (Tatit, 2010, 53-4).

No conto borgeano, antes mesmo de “Borges” encontrar o “Zahir”, esse destinador virtualizado aparece textualmente. No velório, ao observar que o rosto de “Teodelina” fazia lembrar sua aparência de vinte anos atrás, o narrador recorda que pensou mais ou menos assim : “nenhuma versão dessa face que tanto me inquietou será tão memorável como esta ; convém que seja a última, já que pôde ser a primeira”³⁰ (p. 111). Nessa reflexão, há o aparecimento de um valor que passa a ser importantíssimo para o sujeito após sua frustração diante da efemeridade de “Teodelina”. Esta, efêmera que era, fazia parte de uma organização temporal linear, histórica, progressiva. Ao contrário, a organização temporal que coordena a reflexão de “Borges” é mítica, cíclica, recorrente e, enquanto tal, é perene. “Borges”, à falta de um outro objeto, atribui paradoxalmente essa temporalidade perene ao objeto que já está extinto.

Mas o outro objeto não tardará a aparecer. Saindo do velório, “Borges” vai a um armazém. No caminho, já podem ser percebidos vestígios da transformação sofrida pelo impacto do acontecimento, e que vai apartar a identidade intrapsíquica do narrador e do “ator”. Se antes o sujeito era fortemente ancorado pela modalidade do saber, agora, caminha por ruas cujas casas assumem um ar abstrato, “quando a sombra e o silêncio as simplificam”³¹ (pp. 111-2).

“Borges” pede uma aguardente e considera que a despedida de “Teodelina” contrasta com o ambiente do armazém como um oximoro. Seguindo-se a

³⁰ “ninguna versión de esa cara que tanto me inquietó será tan memorable como ésta ; conviene que sea la última, ya que pudo ser la primera” (p. 105).

³¹ “cuando la sombra y el silencio las simplifican” (p. 106).

isotopia de classes sociais, pode-se atribuir essa elucubração do narrador à diferença entre os dois ambientes sociais. Mas também é possível cogitar que o oxímoro reside no contraste entre duas etapas de um sujeito que se transforma : o primeiro, regido pelo saber, altamente consequente em suas ações ; o segundo, reduzindo sua capacidade de reflexão pelo uso do álcool. O ator “Borges” troca, assim, os valores de universo pelos valores de abismo, aumentando seu risco potencial de se extenuar enquanto sujeito (Cf. Figuras IV.23 e IV.24). O novo objeto, que se manifestava de modo virtual, aparece figurativizado na moeda que “Borges” recebe de troco.

Figura IV.23: Representação do cruzamento entre campos subjetivo e objetivo de “Borges” antes da morte de “Teodelina”.

Figura IV.24: Representação do cruzamento entre campos subjetivo e objetivo de “Borges” após a morte de “Teodelina”.

O dinheiro, enquanto poder potencial, aquilo que faltou a “Teodelina” levando a seu declínio e posterior morte, é a figura utilizada para representar o

objeto que aparece para “Borges”. O vislumbre da aquisição dessa modalidade é um tal acontecimento em seu campo subjetivo que ele só consegue identificar esse elemento como um ser abjeto. Se o “Zahir” toma conta de sua mente pouco a pouco, não é por conta de um querer, mas de um não poder não fazer. É o dever que propulsiona o sujeito em direção a esse objeto. E não poderia ser diferente, pois a configuração de seu campo subjetivo não dá abertura a outro tipo de apetência. O destinador da introversão de “Borges” exerce uma influência tão tônica que seu único modo de *poder* é *devendo poder*, ou seja, sua liberdade lhe é prescrita³² : “uma moeda simboliza nosso livre-arbítrio”³³ (p. 113).

Esse novo objeto poderia representar uma abertura a um novo PN, sendo assim uma alternativa ao risco de extenuação representado pela perda do objeto “Teodelina”. No entanto, o poder representado pela moeda é tão enganoso quanto o poder financeiro da família “Villar”. Trata-se de um engodo : em lugar de funcionar como a possibilidade de conjunção com outros objetos quaisquer, o “Zahir” vai gradativamente disjuntando “Borges” de tudo e todos em seu campo objetivo e, dessa maneira, torna-se um objeto ainda mais exclusivo que “Teodelina”, provocando uma triagem extrema no campo objetivo e virtualizando sua extenuação intrapsíquica.

Se no poema “extrair”, diante de um acontecimento inesperado no campo objetivo, o narrador introvertido moderado denega os valores da introversão e dá um passo rumo à extroversão, em “O Zahir” o sujeito assume a estratégia oposta de se tornar ainda mais introvertido ; de moderado que é, passa ao subtipo extremo da introversão. Na medida em que a moeda vai tomando seu pensamento, até se tornar o único pensamento possível, vai perdendo o contato com o campo objetivo e, portanto, perde a capacidade de estabelecer relações interpessoais “Outros sonharão que estou louco, e eu com o Zahir”³⁴ (p. 119).

³² “Liberdade” e “prescrição” são termos taxonômicos empregados por Greimas & Courtés ([1979] 1994, 339) para definir os enunciados modais *poder fazer* e *dever fazer*, nesta ordem. Nós apenas tomamos o *dever fazer* como enunciado modal regendo o enunciado descritivo *poder fazer*.

³³ “una moneda simboliza nuestro libre albedrío” (p. 107).

³⁴ “Otros soñarán que estoy loco y yo con el Zahir” (p. 113).

Além do mais, a transformação de “Borges” implicou também a mudança do regime correlacional entre suas dimensões sensível e inteligível. Enquanto tinha em vista os valores de universo, era regido por uma correlação inversa, mais afeita à lógica humana. Uma vez que se volta aos valores de abismo, passa a ser orientado por uma correlação conversiva, de ordem mítica, transcendental; lógica esta, muito mais afinada com o universo paralelo do acontecimento extenso que passa a vivenciar por meio da ideia obsessiva da moeda. Inclusive, a própria predisposição minguada que assume no campo objetivo, uma vez eliminada sua modalidade do saber subjetivo, torna-o ainda mais suscetível a sofrer o impacto desse acontecimento reiterativo.

4.1 A sombra da Rosa e a rasgadura do Véu

Diferentemente do ator “Borges”, o narrador não sofre transformação; permanece um sujeito introvertido moderado do início ao fim do conto. Trata-se de uma história cujo cume está ancorado no futuro da enunciação, momento em que o “Zahir” terá tomado completamente a mente do ator. Com isso, sublinha o caráter introvertido moderado do narrador, que é predisposto à espera. O conto funciona, portanto, como uma preparação, elaborada no campo subjetivo do narrador, para conseguir lidar a contento com as forças antagonistas que ele sabe estarem se aproximando. Veremos que os procedimentos de textualização dessa instância da enunciação enunciada correspondem às *práticas utilitárias* conforme o esperado, produzindo figuras locais desaceleradas e átonas, de modo a privilegiar o foco dirigido ao programa global.

Aos moldes de um *destinador transcendente* que, em nome da transição, programa as paradas que são o complemento necessário da continuação (Tatit, 2010, 20), o narrador não se desespera ao tomar consciência de seu destino infausto. Em lugar de perder as rédeas da situação, aumentando a dimensão da intensidade, procede ao exame de sua condição, estudando seus aspectos, fortalecendo seu caráter de sujeito introvertido moderado.

Os procedimentos de textualização adotados mostram como sua atuação em campo objetivo corresponde a seu tipo de organização intrapsíquica. Em lugar de aumentar o impacto das figuras locais, procede a sua desaceleração, explicando didaticamente — pleno em saber, com sua erudição — cada um dos

elementos empregados na trama narrativa. No início do conto, o narratário não sabe se está diante de um texto figurativo ou apenas tematizado, tantos são os detalhes apresentados a respeito do assunto central, a moeda. É apenas após uma longa desaceleração desse objeto que é possível depreender que não estamos diante de um tratado.

Em Buenos Aires, o Zahir é uma moeda comum, de vinte centavos ; marcas de navalha ou de canivete riscam as letras N T e o número dois ; 1029 é a data gravada no anverso. (Em Guzerat, em fins do século XVIII, um tigre foi Zahir ; em Java, um cego da mesquita de Surakarta, que os fiéis apedrejaram ; na Pérsia, um astrolábio que Nadir Shah mandou atirar no fundo do mar ; nas prisões do Mahdi, por volta de 1892, uma pequena bússola que Rudolf Carl von Slatin tocou, envolta numa dobra de turbante ; na mesquita de Córdoba, segundo Zotenberg, um veio no mármore de um dos mil e duzentos pilares ; entre os judeus de Tetuan, o fundo de um poço.)³⁵ (p. 109)

Se fosse dado a Edgar Allan Poe escrever um conto sobre o Zahir, é provável que a enunciação conduzisse a textualização do modo inverso, mostrando todos os efeitos nefastos da moeda antes de explicitar sua origem e seus predicados. Os suspenses são histórias de narradores extrovertidos, cujo objetivo vislumbrado é o acontecimento, promovido pela aceleração que é gerada pela síncope da lógica dos eventos.

Ao contrário do suspense, a história contada pelo narrador de “O Zahir” explicita e organiza logicamente todos os elementos da trama. Tomada uma distância objetiva do ator “Borges” por meio da transcendência conferida às instâncias da enunciação, o narrador, movido pelo dever compreender e pelo saber, esclarece cada momento de transformação sofrido. Ao tratar do antigo objeto-valor, “Teodelina”, e mesmo de sua morte, toma tal distância objetiva que sua descrição chega a parecer fria.

³⁵ “En Buenos Aires el Zahir es una moneda común de veinte centavos ; marcas de navaja o de cortaplumas rayan las letras N T y el número dos ; 1929 es la fecha grabada en el anverso. (En Guzerat, a fines del siglo XVIII, un tigre fue Zahir ; en Java, un ciego de la mezquita de Surakarta, a quien lapidaron los fieles ; en Persia, un astrolabio que Nadir Shah hizo arrojar al fondo del mar ; en las prisiones de Mahdí, hacia 1892, una pequeña brújula que Rudolf Carl von Slatin tocó, envuelta en un jirón de turbante ; en la aljarra de Córdoba, según Zotenberg, una veta en el mármol de uno de los mil doscientos pilares ; en la judería de Tetuán, el fondo de un pozo)” (p. 103).

Com a mesma distância, estuda sua atitude de se embriagar após a morte de “Teodelina”, apreciando-a como um “oxímoro”. Com isso, percebe e declara o momento em que sofreu uma transformação. Essa consciência lúcida faz com que atribua à insensatez ou ao consumo do álcool os momentos que rememora ter perdido o controle racional das situações, conforme demonstramos em excertos supracitados.

Diferentemente do ator “Borges”, que vai perdendo o controle e sendo dominado pela moeda, o saber consequente do narrador e seu controle das emoções faz com que compreenda até mesmo o “artifício” empregado pelo “Zahir” ao *parecer ser* fonte de poder e consequente abertura do campo objetivo quando, no fundo, é responsável pela perda da modalidade do saber e pelo fechamento da extensidade do campo objetivo :

Insone, possesso, quase feliz, pensei que não existe nada menos material que o dinheiro, já que qualquer moeda (uma moeda de vinte centavos, digamos) é, a rigor, um repertório de futuros possíveis. O dinheiro é abstrato, repeti, o dinheiro é tempo futuro. Pode ser uma tarde nos arredores, pode ser música de Brahms, pode ser mapas, pode ser xadrez, pode ser café, pode ser as palavras de Epicteto, que ensinam o desprezo pelo ouro ; é um Proteu mais versátil que o da ilha de Faros. É tempo imprevisível, tempo de Bergson, não o duro tempo do Islã ou do Pórtico. Os deterministas negam que haja no mundo um único fato possível, *id est* um fato que pôde acontecer ; uma moeda simboliza nosso livre-arbítrio. (Não suspeitava eu que esses “pensamentos” eram um artifício contra o Zahir e uma primeira forma de sua demoníaca influência.)³⁶ (p. 113)

O narrador coloca entre parênteses a palavra “pensamento”, pois não o reconhece como tal, apesar de ter ocorrido ao ator “Borges”. Depois de narrar o impacto com que a moeda exerceu sobre ele, *parecendo ser* uma abertura, não

³⁶ “Insomne, poseído, casi feliz, pensé que nada hay menos material que el dinero, ya que cualquier moneda (una moneda de veinte centavos, digamos) es, en rigor, un repertorio de futuros posibles. El dinero es abstracto, repetí, el dinero es tiempo futuro. Puede ser una tarde en las afueras, puede ser música de Brahms, puede ser mapas, puede ser ajedrez, puede ser café, puede ser las palabras de Epicteto, que enseñan el desprecio del oro ; es un Proteo más versátil que el de la isla de Pharos. Es tiempo imprevisible, tiempo de Bergson, no duro tiempo del Islam o del Pórtico. Los deterministas niegan que haya en el mundo un solo hecho posible, *id est* un hecho que pudo acontecer ; una moneda simboliza nuestro libre albedrío. (No sospechaba yo que esos ‘pensamientos’ eran un artificio contra el Zahir y una primera forma de un demoníaco influjo)” (p. 107).

deixa de explicar imediatamente, entre parênteses, que tem plena consciência do *ser* enganoso do “Zahir”.

Após diversas tentativas frustradas de esquecer a moeda, decide entendê-la. Em outras palavras, na falta da modalidade do poder não pensar ; decide saber pensar. É nesse ponto que encontra a “monografia de Barlach” em que “estava declarado [seu] mal”. Não podendo fazer frente à contenção narrativa que lhe é imposta, decide administrá-la, mostrando sua competência enquanto destinador transcendental :

Muitas vezes li a monografia de Barlach. Não decifro quais foram meus sentimentos ; recordo o desespero quando compreendi que já nada me salvaria, o intrínseco alívio de saber que eu não era culpado de minha desdita, a inveja que me deram aqueles homens cujo Zahir não foi uma moeda mas um pedaço de mármore ou um tigre. Que empresa fácil não pensar num tigre, refleti. Também me lembro da inquietude singular com que li este parágrafo : “Um comentador do *Gulshan i Raz* diz que quem viu o Zahir verá a Rosa e cita um verso interpolado no *Asrar Nama* (Livro das Coisas que se Ignoram), de Attar : ‘o Zahir é a sombra da Rosa e a rasgadura do Véu.’”³⁷ (p. 117)

Sujeito de baixa intensidade, mostra não ter sentimentos tônicos por relação ao grande acontecimento pelo qual passará, pois se preparou para ele. Tem até mesmo dificuldades em se recordar do que sentiu outrora, antes de transformar o acontecimento surpreendente em um evento esperado. Consegue se recordar do impacto da surpresa (“desespero”) e do “alívio” em saber que a peça pregada pelo campo objetivo não derivou de uma má preparação sua em campo subjetivo, mas sim de um acaso imprevisível — introvertido que é, “Borges” detestaria ter se flagrado como um sujeito inconsequente que teria determinado sua própria infelicidade em campo objetivo. O narrador também se recorda da “inquietude

³⁷ “Muchas veces leí la monografía de Barlach. No desentraño cuáles fueron mis sentimientos ; recuerdo la desesperación cuando comprendí que ya nada me salvaría, el intrínseco alivio de saber que yo no era culpable de mi desdicha, la envidia que me dieron aquellos hombres cuyo Zahir no fue una moneda sino un trozo de mármol o un tigre. Qué empresa fácil no pensar en un tigre, reflexioné. También recuerdo la inquietud singular con que leí este párrafo : ‘Un comentador del *Gulshan i Raz* dice que quien ha visto al Zahir pronto verá la Rosa y alega un verso interpolado en el *Asrar Nama* (Libro de las cosas que se ignoran) de Attar : ‘el Zahir es la sombra de la Rosa y la rasgadura del Velo’ (p. 111).

singular” diante do excerto da “monografia” que trata da “sombra da Rosa e a rasgadura do Véu”.

A “inquietação singular” é sentida pelo narrador diante da saída encontrada, que seria a responsável pelo apaziguamento daquele “Borges” assombrado pelo destino, que se transforma no narrador que domina a situação :

Disse Tennyson que, se pudéssemos compreender uma única flor, saberíamos quem somos e o que é o mundo. Talvez quisesse dizer que não existe fato, por humilde que seja, que não implique a história universal e sua infinita concatenação de efeitos e causas. Talvez quisesse dizer que o mundo visível se dá inteiro em cada representação, da mesma maneira que a vontade, segundo Schopenhauer, se dá inteira em cada indivíduo. Os cabalistas entenderam que o homem é um microcosmo, um simbólico espelho do universo ; tudo, segundo Tennyson, o seria. Tudo, até o intolerável Zahir.³⁸

(p. 118)

Diante da frase da “monografia” associada à reflexão de Tennyson, o narrador observa a assombrosa iminência da perda de sua modalidade de predileção, o saber, sob outra óptica. Se a “rasgadura do Véu” é o terreno do não saber, da matéria amorfa, do *nonsense*, de outro ponto de vista, é a conjugação e amalgama de todo o saber. É, no limite, o “outro lado” dos fatos que não é dado a conhecer nem mesmo ao mais sábio dos homens e que, a ele, será dado experimentar. Frente à inconveniência de não poder retornar à consciência depois de rasgado o véu, o narrador atesta não se importar. Não haverá mais um “eu” vaidoso, “esnobe”, que possa sentir a perda sofrida. Uma vez atravessada a “tela do parecer”, há um aniquilamento da subjetividade que anula a experiência de consciência : “Qualificar de terrível esse futuro [quando o Zahir tiver se apossado completamente de sua subjetividade] é uma falácia, já que nenhuma de suas circunstâncias terá significado para mim”³⁹ (p. 118).

³⁸ “Dijo Tennyson que si pudiéramos comprender una sola flor sabríamos quiénes somos y qué es el mundo. Tal vez quiso decir que no hay hecho, por humilde que sea, que no implique la historia universal y su infinita concatenación de efectos y causas. Tal vez quiso decir que el mundo visible se da entero en cada representación, de igual manera que la voluntad, según Schopenhauer, se da entera en cada sujeto. Los cabalistas entendieron que el hombre es un microcosmo, un simbólico espejo del universo ; todo, según Tennyson, lo sería. Todo, hasta el intolerable Zahir” (p. 112).

³⁹ “Calificar de terrible ese porvenir es una falacia, ya que ninguna de sus circunstancias obrará para mí” (p. 113).

Afinal, não parece tão ruim abdicar de um campo objetivo que se mostra ameaçador até mesmo para o sujeito mais consequente. Ainda que tenha assumido o controle de seu quadro missivo, consolando-se e assegurando a impassibilidade a que é afeito até o fim, esse sujeito introvertido não pôde suportar a perda do único objeto-valor que possuía — mesmo que dele desdenhasse —, de modo que a conjunção com o “Zahir” responde apenas pela figurativização de sua perda de direção, de sentido e, com isso, corresponde à extinção de sua subjetividade.

Conclusões

*Depois de muita observação de mim mesmo,
de colegas e de alunos, eu me permito
duvidar que os psicólogos possam realmente
escolher suas teorias, métodos e técnicas.
Creio que é totalmente ilusório imaginar que
em algum momento tenhamos a isenção, o
conhecimento e a liberdade para efetuar esse
tipo de opção. Ao contrário, o que percebo é
que somos escolhidos : somos fisgados,
atraídos por uma trama complexa de anzóis
e iscas, das quais algumas nunca serão
completamente identificadas.
De qualquer forma, muito antes de nos
darmos conta de que escolhemos, já fomos
escolhidos e, embora essas opções possam ser
refeitas, haverá sempre algo que nos
antecede e nos chama. [...] O que podemos
esperar, creio eu legitimamente, desta
reflexão, é uma ampliação da nossa
capacidade de pensar acerca do que
acreditamos, acerca do que fazemos e de
quem somos.*

L. C. Figueiredo

INICIAMOS A REDAÇÃO desta tese revelando o que uma empresa como esta significa para nós. Dissemos então que a consideramos como um espaço intermediário entre a consolidação do *dito* e a renovação do *dizer*, mesmo que esse dizer seja simplesmente um balbucio. A escolha de perseguir a categoria do sujeito por meio de seus *modos de presença* acabou nos conduzindo por caminhos que, se não permitiram emitir a contento nosso *primeiro balbucio*, cumpriram a função de consolidação do dito, ao menos para nós.

Não é, está claro, de nossa alçada avaliar se pudemos adquirir satisfatoriamente o que foi dito sobre o assunto que nos ocupou nesses últimos anos ; entretanto, podemos testemunhar a respeito de nosso ganho pessoal. O fato é que consideramos que a tônica recai sobre a tarefa de *aquisição e consolidação do dito* no processo de produzir uma tese. Portanto, gostaríamos de iniciar estas conclusões compartilhando o modo como esse percurso nos ensinou suas lições.

A — mal afamada — influência da subjetividade na pesquisa sempre foi nosso ponto de partida. Revelando uma imaturidade pessoal ou simplesmente uma fatalidade de que não se pode escapar, parece que o estudo do sujeito semiótico nos escolheu, e não o contrário. Sob o risco de estar recaindo no erro circular de avaliar a totalidade desta empreitada por meio das definições que ela mesma originou, hoje consideramos que nossa atração de sujeito introvertido que somos pelos atores discursivos extrovertidos foi o que instigou o desenvolvimento do *sujet* desta tese.

Em 2007, quando escolhemos a semiótica como o campo em que gostaríamos de desenvolver nossa pesquisa, demos nossos primeiros passos estudando o ator “José Arcadio Buendía”, de *Cem anos de solidão*, seguido do estudo de “Paulo Honório”, de *São Bernardo*, que foi o romance oficialmente analisado em nosso primeiro ano de Iniciação Científica. À medida que examinávamos esses atores, mais ficava claro o abismo entre nossos valores — de abismo — e os valores deles, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, mais e mais eles se tornavam um objeto cuja pregnância era irresistível. A certa altura, já não queríamos falar apenas sobre eles, mas sobre as relações que estabeleciam com os demais atores e, em última instância, sobre nossa relação com eles, refletida na pregnância de “José Arcadio” para “Úrsula”, sujeito introvertido, ou de “Paulo Honório” para a introvertida “Madalena”. Não tínhamos esses termos, apenas as perguntas.

Para obter as respostas, cumpria entender os sujeitos. Muito rapidamente, notamos que a semiótica greimasiana oferecia ferramentas metodológicas de admirável eficácia, mas que não produziam a contento no assunto que nos tomava. Greimas produziu centenas de páginas cuja centralidade da discussão era o sujeito, mas ora ele o negava, considerando-se respaldado pelo princípio de imanência de Hjelmslev, ora o abordava por intermédio da fenomenologia, sem que esse viés produzisse ferramentas metodológicas homogêneas por relação ao restante do modelo.

A semiótica tensiva apareceu a seguir no horizonte de estudos, trazendo consigo um espaço alargado para a acomodação do aumento da espessura do sujeito. Nossas questões particulares começaram a ganhar forma nesse novo espaço teórico. Respiramos aliviados, mas não por muito tempo. Zilberberg, com toda a abertura que concedia à dimensão sensível da significação, também embasava suas contribuições na epistemologia hjelmsleviana, reconhecendo,

inclusive, o princípio de imanência. De sua parte, ele não considerava haver qualquer contradição entre uma coisa e outra. Abriu-se, nesse momento, uma nova etapa de nossa pesquisa. Carecíamos de estudar Hjelmslev.

Essa etapa consistiu em um momento de crise, diante de um segundo paradoxo : a cada página dura, rígida, que avançávamos na leitura do linguista reconhecido como um dos formalistas mais radicais, o estruturalismo ficava mais flexível. Em troca, a distância existente entre as interpretações que Greimas e Zilberberg fizeram da obra de Hjelmslev foi se esclarecendo. Mesmo sob o risco de ficar na contramão, fizemos nossas apostas. Aderimos definitivamente à teoria da linguagem e ao desenvolvimento metodológico proposto por Zilberberg para atender às demandas próprias da semiótica, pois é sabido que a contribuição metodológica de Hjelmslev restringe-se ao campo da linguística geral.

Acessar a transcendência à linguagem com base na imanência era, para nós, especialmente sedutor. É verdade que nossas inquietações pessoais tinham ganhado forma à luz da semiótica tensiva. O sujeito gozava, ali, de uma dimensão sensível muito mais verossímil : a inter-relação das duas dimensões reproduzia a episteme empírico-dedutiva de Hjelmslev, pois o sujeito do espaço tensivo deduz da realidade seu ponto de vista *arbitrário*, ao mesmo tempo em que é forçosamente *adequado* à experiência objetiva. Na análise, porém, os problemas desdobravam-se. Interessados que estávamos pelas relações que os sujeitos estabelecem, caracterizando, com isso, sua identidade e a alteridade, logo notamos que essas relações eram múltiplas ; reverberavam por todas as partes.

Dentro dos limites do que nos foi dado examinar, a semiótica francesa fornecia os meios para inventariar essas partes, mas não o inventário já estabelecido. Era necessário conceber categorias subjetivas para o entendimento de suas regras de relação, gerando, com isso, as expectativas (esperas) e as quebras de expectativa (surpresas). Há na literatura pequenas tipologias de sujeitos, como é o caso emblemático dos tipos de frequentadores do metrô, de **Floch (1990)**, apenas para mencionar um exemplo. Iniciativas que tais, porém, são internas a cada texto — ou prática, para quem prefere chamar assim. Buscávamos tipos mais abstratos, capazes de abarcar os sujeitos independentemente das manifestações. Nesse sentido, poderíamos mencionar a tipologia de **Coquet**

(2007), composta pelas categorias de sujeito, quase-sujeito e não-sujeito, mas ela distingue *grau de subjetividade* do sujeito, e não *tipos* de sujeitos ; além do mais, não embasa na imanência o exame da subjetividade transcendente. Esse interesse pela generalização abriu um novo capítulo da pesquisa, orientando nossa atenção para os estudos da psicanálise. Já tínhamos a abertura teórica : essa transcendência seria regida pela imanência à linguagem. Faltava preencher as categorias vazias.

Tendo avançado até o estágio em que sentíamos alguma segurança por relação ao caminho a ser traçado em nosso campo de pesquisa, chegamos... ao ponto zero do novo campo. Teses, antíteses, vertentes, paradigmas, interlocuções, ostracismos, hermeticidades, interdisciplinaridades, todos investidos de muitas paixões humanas, abriram-se novamente à nossa frente ; a acrescentar que, agora, estávamos diante de uma disciplina mais antiga e com maior espalhamento territorial. Aos “trancos e barrancos”, fizemos nossas escolhas ; desta feita, porém, com a serenidade de saber que, por onde quer que seguissemos, não haveria consenso. Sendo assim, continuamos a perseguir nossa questão inicial.

A entrada no universo da psicanálise cobrou o ônus do estabelecimento de uma relação com a alteridade. Também trouxe consigo, entretanto, suas vantagens, que consideramos serem duas : de uma parte, a abertura à alteridade é o único meio de mudar ; de outra parte, é o único modo de conhecer e valorizar a identidade. Aprendemos a admirar muitas contribuições dessa área, mesmo algumas que iam de encontro a nosso ponto de vista e, ao mesmo tempo, o fascínio pelo (re)conhecimento da semiótica foi adensado.

Guardadas todas as diferenças, sobretudo no tocante aos objetivos finais, semiótica e psicanálise são disciplinas que têm instigantes pontos de contato. Seu interesse pela fenomenologia é um deles. Esse fato, que logo chamou a atenção, foi sendo colocado no centro na medida em que a pesquisa avançava. Depois de aberto esse novo capítulo de nossa investigação, a aproximação da fenomenologia, essa alteridade que tanto nos incomodava na semiótica, foi revelando aos poucos as razões de ser veementemente solicitada.

Continuamos considerando que a transcendência deva ser regida pela imanência em semiótica, e que o emprego direto da fenomenologia pode trazer ambiguidades indesejadas para a análise, mas passamos a compreender que

ela cumpriu o papel não subestimável de preencher o espaço vazio da elaboração das relações intersubjetivas em nossa área. Sem seu auxílio para falar do assunto, talvez Greimas houvesse calado. Sem ela, como propulsora das discussões que exigiam o aumento da espessura do sujeito, talvez não houvesse a vertente tensiva da semiótica como resposta.

Não é o caso de tratar aqui dos interesses da fenomenologia para os estudos psicanalíticos, mas cabe ressaltar que os ganhos obtidos a partir desse ramo da filosofia é que tornaram a psicanálise tão produtiva para esta tese. Nosso principal aproveitamento foi embasado pelas *dimensões* da intersubjetividade, a maior parte delas, originariamente concebida pela fenomenologia.

“O mundo dá voltas” é um desses aforismos que fazem respeitar a sabedoria popular. Havendo rejeitado a iniciativa greimasiana de abordar a exigência de aumento da espessura do sujeito via fenomenologia, chegamos à vertente tensiva que problematizava a leitura corrente de Hjelmslev, reconhecido como o formalista entre os formalistas. Sua episteme, por sua vez, propiciou a abertura — controlada, mas abertura em todo caso — à transcendência, que nos fez desembocar na psicanálise para, lá, reencontrar a fenomenologia. Isto, sem mencionar que a visão de estrutura do fenomenólogo considerado por muitos o mais bem sucedido na solução de continuidade entre sujeito e objeto, Merleau-Ponty, inspirou-se em grande medida no principal precursor de Hjelmslev, Ferdinand de Saussure.

Ao contrário do que possa parecer, entretanto, estas conclusões não vem à baila para dizer que estamos andando em círculos. Ao mesmo tempo em que passamos a compreender as razões que levaram Greimas a buscar a fenomenologia, também identificamos os avanços que Zilberberg pôde obter, provavelmente, graças aos obstáculos já enfrentados por seu mestre — somados, é claro, a sua genialidade pessoal. São esses avanços, junto das lições de Hjelmslev, que nos levaram a encontrar um modo de examinar nosso estranhamento diante daqueles sujeitos extrovertidos, “José Arcadio” e “Paulo Honório”, que nos têm instigado há quase uma década.

Para além de acertar nossas contas pessoais com esses sujeitos de papel, entretanto, cremos ter chegado a uma tipologia geral o suficiente para ser empregada na análise de outros textos : se a experiência compartilhada na

história das ideias pode contribuir para o enfrentamento de questões pessoais, a recíproca deve ser verdadeira.

Podemos afirmar que a elaboração da tipologia de sujeito aqui apresentada trouxe-nos alguns ganhos. Dentre eles, gostaríamos de mencionar um ou outro dos que julgamos compartilháveis.

Pensamos que foi produtiva a dissociação entre *campo subjetivo* e *campo objetivo*. Essa separação permitiu identificar a existência de, no mínimo, dois pontos de vista concorrentes em cada texto figurativizado — isto é, que apresenta atores e figuras. Esses dois pontos de vista geram ao menos duas intensidades a serem medidas no espaço tensivo : a do sujeito da enunciação e a do sujeito do enunciado. Como vimos, a medida da intensidade de um e outro nem sempre é coincidente, de modo que pode haver ruído na análise quando ambas não são levadas em consideração.

Foi essa distinção, também, que levou à identificação do campo objetivo do sujeito do enunciado como sendo sua realidade, ao passo que o campo objetivo do sujeito da enunciação ficou sendo suas escolhas de textualização. Assim, toda a realidade da instância da enunciação a que temos acesso está restrita a escolhas feitas por ela ao textualizar.

Não há nada nessa afirmação que seja uma novidade no universo da semiótica ; porém, a remissão dos procedimentos de textualização ao espaço tensivo (mediada pela praxeologia de Tatit), ao lado da definição da tipologia de sujeitos que se embasa nesse mesmo espaço, possibilitou a comparação mais direta entre os dois.

A partir daí é que pudemos identificar as relações de identidade e alteridade entre eles, mesmo quando são o *mesmo* indivíduo — isto é, nos casos de sincretismo entre narrador e ator. Como vimos, a distinção entre campos objetivos dos sujeitos da enunciação e do enunciado pôde esclarecer por que razão um acontecimento epifânico parece ter uma extensidade longa e curta ao mesmo tempo : ela é longa para o sujeito do enunciado e é curta para o sujeito da enunciação.

Desta feita, a instância da enunciação passou a ter um valor mais decisivo nos resultados da análise. Uma vez que pudemos compará-la diretamente aos sujeitos do enunciado, identificar seu modo próprio de ser colocou em evidência os mecanismos que geram determinados efeitos de sentido no texto.

É, por exemplo, a perda de sentido do ator “Borges”, que se dá após a morte do objeto “Teodelina”, o fator que explica o modo parcimonioso, átono, com que o narrador “Borges” consegue contar a própria história, que culminará no colapso de sua preciosa consciência. A perda de sentido é que desencadeia o processo de minimização do sujeito que o levará à extenuação. O “Zahir”, que é considerado pelo narrador como uma fatalidade externa, advinda do campo objetivo, aparece como uma mera manifestação de um processo descendente subjetivo, iniciado antes da conjunção com a moeda, que não poderia ser interrompido de qualquer modo.

Quando o ator “eu”, de “extrair”, percebe o risco de extinção que se afigura em sua destinação da introversão, no momento em que o ônibus acelera bruscamente, ele adota a estratégia oposta. Em lugar de se direcionar mais ainda à introversão, frustra-se com essa destinação e dá um passo em direção à extroversão. Ele dispõe dessa opção, mais promissora, justamente por ser um sujeito do tipo moderado, de modo que sua aceitação de uma parcela de alteridade não coloca em risco a integralidade de sua identidade.

Dessa maneira, o estabelecimento da tipologia de sujeitos pôde criar um sistema de expectativas. A complementaridade curiosa entre campos subjetivo e objetivo é um exemplo de expectativa. Sendo o sujeito extrovertido afeito ao acontecimento, seu campo subjetivo é construído por um espaço tensivo que privilegia a extensidade curta e a alta intensidade. Para obter esse efeito, no entanto, ele precisa avançar rapidamente no campo objetivo, tendendo a ocupar um amplo espaço, mas sem muita consciência do caminho percorrido.

Esse mecanismo de expectativas permitiu que enxergássemos algumas manifestações de acontecimentos que, de outro modo, não estariam tão claras. É evidente que o suicídio de “Madalena” figurativiza um acontecimento por si mesmo, paradigmaticamente. No entanto, sintagmaticamente falando, ele é esperado pelo narratário, que vai assistindo, ao longo do romance, a continuação de uma tensão que não pode se sustentar. Notando a inconsequência dos atos de “Paulo Honório”, o narratário entende que vai acontecer algo que impedirá seu querer e poder desenfreados.

Diferentemente desse *acontecimento programado*, é muito mais surpreendente a remissão que o narrador faz ao PN de “Margarida” ao final do romance, pois não se espera de um sujeito do tipo extremo que ele possa proceder a uma

abertura ao PN oposto. Foi a foria, interpretada como transsubjetividade, que permitiu seguir as pistas desse valor do valor em nossa análise, por meio das figuras do *diabo* e da *coruja*. Queremos ressaltar, entretanto, que a configuração intrapsíquica do sujeito parece determinar o sistema de esperas e surpresas produzido sintagmaticamente em cada texto, já que eles não são sempre coincidentes com as figuras paradigmáticas de acontecimento, tais como o suicídio, os acidentes, as homenagens, as contemplações de obras de arte ou de paisagens naturais, dentre tantas outras.

“Paulo Honório” age de modo verdadeiramente concessivo ao conseguir negar seu PN da extroversão, ainda que não chegue a assumir o PN da introversão. Há duas manifestações dessa concessividade que são de nossa predileção. Uma delas é quando, ao final do romance, afirma : “Se fosse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu. Não consigo modificar-me, é o que mais me aflige.” (p. 187). Com essa inferência, modifica-se. O “Paulo Honório” extrovertido extremo sequer conceberia a necessidade — o dever — de mudar.

Na segunda passagem de nossa predileção, que serviu de epígrafe a esta tese, o narrador assevera : “O pior é que já estraguei diversas folhas e ainda não principiei” (p. 11) quando, na verdade, os dois capítulos anteriores testemunham o inverso. O início de um processo de transformação é, de certo ponto de vista, a perda — a morte — da concepção idealizada de um “eu” de outrora. Na esteira de E. Lopes (1989), ao reiniciar a redação do livro por seus próprios meios, “Paulo Honório” sofre um processo de luto por relação ao projeto fracassado da escrita que seria feita “pela divisão de trabalho” (p. 7). Assim, sua transformação é sentida como a abertura a um novo projeto, sim, mas essa abertura é velada pelas angústias da perda das ilusões pregressas. A disjunção com os objetos anteriores é sempre sentida pelo sujeito como uma disjunção consigo mesmo.

Ainda gostaríamos de ressaltar mais um tópico estudado. O desdobramento dos dois tipos-base de sujeito em quatro tipos foi motivada pela observação de que há diferenças determinantes entre os sujeitos mais propensos à virtualização de seu PN e aqueles com vocação a sua atualização. Com isso, distinguimos os sujeitos extremos, mais afeitos à virtualização e, portanto, mais afincados a seus PNs, dos sujeitos moderados, que têm mais facilidade em transitar entre os PNs opostos dada sua capacidade de atualização. Além disso, o cruzamento entre os tipos-base e suas propensões a determinado modo de presença trouxe

à luz uma produtividade inesperada das correlações conversas em que estão estruturados dois dos quatro sujeitos da tipologia.

As análises que fizemos mostraram a insustentabilidade desse quadro correlacional, dada sua lógica concessiva. Também mostraram, entretanto, que os enunciadores têm diferentes estratégias para lidar com essa insustentabilidade. “Borges”, representante dos sujeitos introvertidos extremos, cuja estrutura de base é uma correlação conversa entre o mínimo de intensidade e a extensidade mais estreita, tem como destino o colapso de sua subjetividade. Esse texto resolve a insustentabilidade da correlação conversa instaurando uma parada irreversível para esse ator.

Representando os sujeitos extrovertidos moderados, o “eu”, de “Se eu soubesse” tem o privilégio de ser um tipo moderado, de modo que *sustenta a insustentabilidade* da correlação conversa por meio da negação do PN a que se inscreve. Mesmo que esteja nos limites máximos da intensidade e da extensidade, trata-se de uma subjetividade que não chega à expansão desmedida — à explosão — porque regula sua intensidade desgovernada sob a figura do arrependimento, ainda que seja apenas na dimensão do *parecer*.

De sua parte, o narrador de “extrair”, representante dos mesmos valores, mantém apenas temporariamente esse quadro concessivo. Ao proclamar a urgência de extrair o acontecimento da rotina, pressupõe o retorno à rotina. Constitui, desse modo, uma *espera do inesperado* aos moldes de Greimas ([1987] 2002), em que espera gozar do acontecimento intermitentemente. A concessividade contida na fórmula *espera do inesperado* demonstra ao mesmo tempo a insustentabilidade e a concessividade da correlação conversa.

Um por todos vs. o todo contra um

No terceiro tomo de *A filosofia das formas simbólicas*, Ernst Cassirer ([1957] 1972, 526–7) julga que só podemos atribuir determinadas propriedades constitutivas ao que quer que seja quando apresentamos, ao mesmo tempo, um sistema de referências que valide essa atribuição. Assim, considera que as coisas não têm qualidades em si, mas que elas *significam* essas qualidades. Ele acrescenta que, inclusive, essas significações são diferentes de acordo com as diferenças entre os sujeitos observadores. Decorre daí a questão que considera irresistível : não

haveria um conceito de mundo livre das particularidades, das subjetividades, que fosse capaz de apresentar o mundo como ele é, sem qualquer ponto de vista ?

Cassirer considera que não. De seu ponto de vista, a atribuição de qualidades a um objeto qualquer deve seguir o caminho contrário : em lugar de um esvaziamento, propõe a acumulação de todos os pontos de vista.

mesmo nessa totalidade, porém, a particularidade dos pontos de vista é conservada e “integrada” ao invés de se dissipar. Nesse movimento global, o conhecimento científico da natureza confirma e realiza uma lei geral de construção espiritual no interior da esfera que lhe é própria.⁴⁰ (Cassirer, [1957] 1972, 526–7)

A conclusão a que chega Cassirer vai ao encontro da concepção hjelmsleviana que está na base do princípio de imanência, considerando nossa interpretação desse princípio, que é uma entre outras (Souza, 2010). Para Cassirer, como para Hjelmslev, a imanência rege a transcendência. O que valida ou invalida a atribuição de uma qualidade qualquer a um objeto é a convenção social que estabelece o sistema de referências. Para ele, a meta da impessoalidade científica não é alcançada por meio da exclusão de pontos de vista particulares, mas, ao contrário, mediante a integração do maior número possível de pontos de vista. Em lugar de opor a subjetividade a uma objetividade reificada, ele a opõe a uma objetividade social. Em outros termos, não opõe *um a zero* ; opõe *um a muitos*.

Foi dessa maneira que nos acostumamos a pensar a oposição entre subjetividade e objetividade, entre campos subjetivo e objetivo. Foi por isso que nos acostumamos a pensar que esta pesquisa não se opõe ao método objetivo do pensamento estrutural. Além do mais, é assim que acreditamos ser o modo justo de conceber uma semiótica prognosticada por aquele que decretou que a língua é um fato social. À luz da oposição entre *individualidade* do sujeito e *pluralidade* de sujeitos, talvez possamos julgar natural, no fim das contas, que o conhecimento seja estruturado sobre uma pluralidade de interesses, questões, inquietações e inclinações pessoais.

⁴⁰ mais dans cette totalité même, la particularité des points de vue, loin de se dissiper, est au contraire conservée et « intégrée ». Dans ce mouvement d'ensemble, la connaissance scientifique de la nature confirme et accomplit à l'intérieur de la sphère qui lui est propre une loi générale de construction spirituelle.

Referências

- ANTUNES, Arnaldo. *agora aqui ninguém precisa de si*. São Paulo : Companhia das Letras, 2015.
- ASSOUN, Paul-Laurent. *Introdução à epistemologia freudiana*. Rio de Janeiro : Imago, [1981] 1983. Trad. Hilton Japiassu.
- BEIVIDAS, Waldir. “Reflexões sobre o conceito de imanência em semiótica. Por uma epistemologia discursiva.” *CASA : Cadernos de Semiótica Aplicada*, vol. 6(2), 1–13, 2009.
- _____. *A teoria semiótica como epistemologia imanente (Uma terceira via do conhecimento)*. Ph.D. thesis, USP, 2015. Tese de livre-docência.
- BORBA, Francisco S. *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo : Editora Ática, 2002.
- BORGES, Jorge Luis. *El Aleph*. Buenos Aires : Losada / Prosistas de España y América, 1949.
- _____. *O Aleph*. São Paulo : Globo, [1949] 2001. Trad. Flávio José Cardozo.
- BUARQUE, Chico. “Cotidiano.” *In : Construção*. Philips Records, 1971.
- _____. “Se eu soubesse.” *In : Chico*. Biscoito Fino, 2011.
- CALVINO, Italo. *The uses of literature : Essays*. New York, San Diego and London : Harcourt Brace Javanovich, Inc. (HBJ), 1986. Trad. Patrick Creagh.
- CASSIRER, Ernst. *La philosophie des formes symboliques : La phénoménologie de la connaissance*. Paris : Les Editions de minuit, [1957] 1972. Trad. Claude Fronty.
- CHAUI, Marilena de Souza. *Experiência do pensamento : Ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty*. São Paulo : Martins Fontes, 2002.

- COELHO JR., Nelson. *A força na realidade clínica freudiana*. São Paulo : Editora Escuta, 1995.
- _____. “Apresentação.” In : JR., Nelson Coelho, SALEM, Pedro & KLAUTAU, Perla (Eds.), *Dimensões da intersubjetividade*. São Paulo : Editora Escuta, 2012.
- COELHO JR., Nelson & FIGUEIREDO, Luís Claudio. “Figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva : Dimensões da alteridade.” In : JR., Nelson Coelho, SALEM, Pedro & KLAUTAU, Perla (Eds.), *Dimensões da intersubjetividade*. São Paulo : Editora Escuta, 2012.
- COQUET, Jean-Claude. *Phusis et logos : Une phénoménologie du langage*. Paris : Presses universitaires de Vincennes, 2007.
- FIGUEIREDO, Luís Claudio. “O interesse de Lévinas para a psicanálise : Desinteresse do rosto.” *Cadernos de Subjetividade*, vol. 1(5), 39–52, 1997.
- FIGUEIREDO, Luís Claudio Mendonça. *Revisitando as psicologias. Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. Petrópolis : Editora Vozes, [1996] 2015.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação : As categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo : Editora Ática, 1996.
- FIORIN, José Luiz. “O sujeito na semiótica narrativa e discursiva.” *Todas as letras*, vol. 9(1), 24–31, 2007.
- FLOCH, Jean-Marie. *Sémiotique, marketing et communication : Sous les signes, les stratégies*. Paris : Presses Universitaires de France, 1990.
- FREUD, Sigmund. *Obras completas*. Madrid : Biblioteca Nueva, 1981. Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres.
- GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Cem anos de solidão*. Rio de Janeiro : Editora Record, [1967] 2009. Trad. Eliane Zagury.
- GENINASCA, Jacques. “Et maintenant ?” In : GENINASCA, Jacques (Ed.), A. J. *Greimas e la semiotica*. Centro Internazionale di Semiotica e di Linguistica, 1994.
- GREEN, André. “The intrapsychic and intersubjective in psychoanalysis.” *The psychoanalytic quarterly*, vol. LXIX(1), 1–39, 2000.
- GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural. Pesquisa e método*. São Paulo : Editora Cultrix, [1966] 1973.
- _____. *Sobre o sentido II. Ensaios semióticos*. São Paulo : Nankin : Edusp, [1980] 2014. Trad. Dilson Ferreira da Cruz.

- _____. *Da Imperfeição*. São Paulo : Hacker Editores, [1987] 2002. Trad. Ana Claudia de Oliveira.
- GREIMAS, Algirdas Julien & COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. São Paulo : Editora Cultrix, [1979] 1994. Trad. Alceu Dias Lima et al.
- _____. *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage II*. Paris : Hachette, 1986.
- GREIMAS, Algirdas Julien & FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões. Dos estados de coisas aos estados de alma*. São Paulo : Editora Ática, [1991] 1993. Trad. Maria José Rodrigues Coracini.
- GUIMARÃES ROSA, João. “A hora e a vez de agosto matraga.” *In : Sagarana*. São Paulo : Nova Fronteira, [1946] 2001.
- _____. “A terceira margem do rio.” *In : Primeiras estórias*. São Paulo : Nova Fronteira, [1962] 2001.
- HARKOT-DE LA-TAILLE, Elizabeth & SOUZA, Paula Martins de. “Princípio de imanência : Uma reflexão acerca de seu teor polêmico.” *In : PORTELA, Jean Cristtus et al. (Ed.), Semiótica. Identidade e diálogos*, pp. 15–32. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2012.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Campinas : Editora da Unicamp/ Editora Vozes, [1927] 2012. Trad. Fausto Castilho.
- HÉNAULT, Anne. *História concisa da semiótica*. São Paulo : Parábola, [1992] 2006. Trad. Marcos Marcionilo.
- HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. São Paulo : Perspectiva, [1943] 2006. Trad. J. Teixeira Coelho Netto.
- _____. *Ensaio linguísticos*. São Paulo : Perspectiva, [1959] 1991. Trad. Antônio de Pádua Danesi.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo : Abril Cultural, [1781] 1980. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão.
- _____. *Crítica da razão prática*. São Paulo : Martins Fontes, [1788] 2002. Trad. Valério Rohden.
- _____. *Critique du jugement*. Paris : Librairie Philosophique J. Vrin, [1790] 1946.
- LOPES, Edward. “Paixões no espelho : Sujeito e objeto como investimentos passionais primordiais.” *Cruzeiro semiótico*, vol. Julho(11–12), 154–160, 1989.

- LOPES, Marcos. “L’analyse du récit d’après Freud et Propp.” *Revue de synthèse à orientation sémiologique*, vol. Septembre(114–115), d1–d32, 2003.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “Dom casmurro.” *In : Obras Completas*. Rio de Janeiro : Editora Nova Aguilar, [1899] 1994.
- MEIRELES, Cecília. *Poesias completas de Cecília Meireles : Viagem, vaga música*. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira - MEC, 1973.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *La structure du comportement*. Paris : PUF, [1942] 1967.
- _____. *Le visible et l’invisible*. Paris : Gallimard, [1964] 1979.
- PARRET, Herman. *La communauté en paroles. Communication, consensus, ruptures.*, chap. Communiquer par aïsthésis, pp. 183–200. Liège : Mardaga, 1991.
- RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. São Paulo : Editora Record, [1934] 1996.
- ROBERT, Paul. *Le Petit Robert : dictionnaire de la langue française*. Paris : Le Robert, 2004.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo : Editora Cultrix, [1916] 2006. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein.
- _____. *Cahiers Ferdinand de Saussure*. Paris : Librairie Droz, 1954. Vol. 15.
- SCHELER, Max. *Nature et formes de la sympathie*. Paris : Payot, [1923] 1971. Trad. Maurice Lefebvre.
- SOUZA, Paula Martins de. “Tensão entre genialidade e loucura no romance Cien años de soledad.” *Estudos Semióticos*, vol. 5(1), 92–103, 2009.
- _____. “Sobre o conceito de imanência em Hjelmslev.” *Estudos Semióticos*, vol. 6(2), 104–112, 2010.
- _____. “Do balanço das ondas ao balanço da saia : Por um projeto secreto rumo à extroversão.” *Estudos Semióticos*, vol. 8(2), 76–90, 2012.
- _____. “Hjelmslev y el acontecimiento.” *Tópicos del Seminario*, vol. 32(2), 135–156, 2014. Trad. Marilene Marques de Oliveira.
- TATIT, Luiz. *Semiótica da canção : Melodia e letra*. São Paulo : Escuta, 1994.
- _____. *Semiótica à luz de Guimarães Rosa*. São Paulo : Ateliê Editorial, 2010.
- _____. “Quantificações subjetivas : Crônicas e críticas.” *Cadernos de Letras da UFF, Niterói*, vol. 1º sem.(42), 35–50, 2011.

TATIT, Luiz & LOPES, Ivã Carlos. *Elos de melodia e letra : Análise semiótica de seis canções*. Ateliê Editorial, 2008.

ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. São Paulo : Ateliê Editorial, [2006] 2011. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas.

_____. *La structure tensiva*. Liège : Presses Universitaires de Liège, 2012.

ZILBERBERG, Claude & FONTANILLE, Jacques. *Tensão e significação*. São Paulo : Humanitas-USP, [1998] 2001. Trad. Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas.